

MARINHA DO BRASIL  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

**MORENO DE QUEIROZ FIGUEIREDO**

***GOLFO DA GUINÉ: Uma Abordagem Multiplex.***

Rio de Janeiro  
2024

**MORENO DE QUEIROZ FIGUEIRE**

***GOLFO DA GUINÉ: Uma Abordagem Multip***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração: Defesa, Governança e Segurança Marítimas.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco E. Alves de Almeida

Rio de Janeiro  
2024

F471g Figueiredo, Moreno de Queiroz  
Golfo da Guiné: Uma Abordagem Multiplex. / Moreno de Queiroz Figueiredo. - Rio de Janeiro, 2024.  
207f.: il.

Orientador: Francisco E. Alves de Almeida.  
Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2024.  
Bibliografia: f. 191 - 208.

1. Golfo da Guiné. 2. Multiplex 3. ZOPACAS. I. Escola de Guerra Naval (BRASIL). II. Título.

CDD: 967.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Marjourie Andreza Araujo Cruz Marques – CRB7/6818  
Biblioteca da Escola de Guerra Naval

MORENO DE QUEIROZ FIGUEIREDO

Golfo da Guiné: Uma Abordagem Multiplex.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração: Defesa, Governança e Segurança Marítimas.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco E. Alves de Almeida

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco E. Alves de Almeida (orientador)  
Escola de Guerra Naval

---

Prof. Dr. Willian de Sousa Moreira  
(EGN)

---

Prof. Dr. Sandro Teixeira Moita  
(ECEME)

## **DEDICATÓRIA**

À Roberta <3.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha linda família, pela paciência que este projeto requereu.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida, pela camaradagem e orientações amigas. Sou grato por ter tido a oportunidade de aprender tanto com um dos ícones da Escola de Guerra Naval.

Aos amigos e colegas, pelo carinho e apoio mútuo.

Ao amigo CF Juarez, por também ter sido louco o bastante de iniciar o mestrado no PPGEM no mesmo ano do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Um navio escoteiro não teria atravessado essas águas.

*“Agora, existem mudanças que somente ocorrem a cada  
100 anos, e somos nós que estamos fazendo elas, juntos.”*  
(Xi Jinping, 2023)

## RESUMO

Esta dissertação discorre sobre o Golfo da Guiné, propondo uma abordagem holística que espera contribuir para formulação de políticas e estratégias marítimas para a região, expondo a complexidade da dinâmica internacional contemporânea. O declínio da nova ordem mundial, com a crescente perda de hegemonia dos Estados Unidos da América, tem impulsionado outros atores a se colocarem no cenário internacional como possíveis polos de poder. Simultaneamente, atores não-estatais também têm aumentado sua influência, sejam eles fundações, grandes investidores, movimentos sociais transnacionais, grupos terroristas e organizações criminosas. Essa nova dinâmica mundial é definida por Amitav Acharya como multipolaridade complexa, ou 'multiplex'. Nessa proposta, a ordem mundial em consolidação seria como um entrelaçado de atores, estatais e não-estatais, que se relacionam de forma interconectada e interdependente. A questão central a ser analisada neste estudo é: como a abordagem de Amitav Acharya pode contribuir para entender a dinâmica regional e as relações externas do Golfo da Guiné? Por meio de uma pesquisa sobre os atores e a dinâmica daquela região africana, espera-se melhor compreender as forças em disputa e seus interesses, e a partir deles, traçar algumas considerações sobre Brasil. A metodologia empregada será a exploratória e indutiva, fundamentada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O estudo se concentrará no Golfo da Guiné por entender que é uma das regiões mais importantes do entorno estratégico brasileiro.

**Palavras-chave:** Golfo da Guiné. Multiplex. ZOPACAS.



## ABSTRACT

This dissertation discussed the Gulf of Guinea, proposing a holistic approach that hopes to contribute to the formulation of maritime policies and strategies for the region, exposing the complexity of contemporary international dynamics. The decline of the new world order, with the growing loss of hegemony of the United States of America, has encouraged other actors to position themselves on the international scene as possible poles of power. At the same time, non-state actors have also increased their influence, be they foundations, large investors, transnational social movements, terrorist groups and criminal organizations. This new global dynamic is defined by Amitav Acharya as complex multipolarity, or 'multiplex'. In this proposal, the consolidating world order would be like an intertwining of actors, state and non-state, who relate in an interconnected and interdependent way. The central question to be analyzed in this study is: how can Amitav Acharya's approach contribute to understand the regional dynamics and external relations of the Gulf of Guinea? Through research into the actors and dynamics of that African region, we hope to better understand the forces in dispute and their interests, and from them, draw some considerations about Brazil. The methodology used will be exploratory and inductive, based on bibliographic and documentary research. The study will focus on the Gulf of Guinea as it is understood to be one of the most important regions in Brazil's strategic surroundings.

**Keywords:** Gulf of Guinea. Multiplex. ZOPACAS.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Golfo da Guiné.....	61
Figura 02 – Estados Componentes da CEDEAO.....	71
Figura 03 – Estados Integrantes da CEEAC.....	77
Figura 04 – Algumas Zonas Econômicas Exclusivas no Golfo da Guiné....	86
Figura 05 – Divisão do Golfo da Guiné Proposta no Código de Yaoundé...	87
Figura 06 – Arquitetura de Segurança Marítima - Código de Yaoundé.....	88
Figura 07 – Eventos de risco marítimo - 2016 a abril 2021.....	90
Figura 08 – Principais Empresas Petrolíferas Internacionais no Golfo.....	99
Figura 09 – Quadro Geopolítico dos Países do Golfo da Guiné.....	117
Figura 10 – Presença militar francesa no Golfo da Guiné.....	148
Figura 11 – Entorno Estratégico Brasileiro.....	161
Figura 12 – 15 Maiores Orçamentos de Defesa em 2022.....	171
Figura 13 – Presença Militar Extrarregional na África.....	172

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFRICOM	Comando Combatente na África
AIE	Agência Internacional de Energia
AGNU	Assembleia Geral da ONU
APS	<i>African Partership Station</i>
AQMI	Al-Qaeda no Magrebe Islâmico
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
AUKUS	Austrália Reino Unido e EUA
BAII	Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura
BIMCO	<i>Baltic and International Maritime Council</i>
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAE	Centro de Análise Estratégica
CDAА	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
CDC	Comissão de Defesa e Segurança
CEA	Comissão Econômica para a África
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEPGL	Comunidade Econômica dos Estados da Região dos Grandes Lagos
CFA	<i>Communauté Financière Africaine</i>
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
CIJ	Corte Internacional de Justiça
COMESA	Mercado Comum para Leste e Sul-Africano
COPAX	Conselho para a Paz e Segurança da África
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPI	<i>Corruption Perception Index</i>
CRESMAC	<i>Centre Régional de Sécurité Maritime em Afrique Central</i>
CREMAO	<i>Centre Régional de Sécurité Maritime em Afrique de l'Ouest</i>
CRIMSON	Monitoramento, Apoio e Avaliação de Rotas Marítimas Críticas
CRS	Complexo Regional de Segurança
CSM	Consciência Situacional Marítima
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
ECOMOG	Grupo de Monitoramento da CEDEAO

ECOSOCC	Conselho Econômico Social e Cultural
EFG	Elementos Franceses no Gabão
EFS	Elementos Franceses no Senegal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Rural do Distrito Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FFCI	Forças Francesas na Côte d'Ivoire
FMES	Fundação Mediterrânea de Estudos Estratégicos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FOMAC	Força Multinacional da África Central
G7	Grupo das sete maiores economias
G7++FoGG	Amigos do G7 do Golfo da Guiné
G20	Grupo das vinte maiores economias
GAT	Grupo de Assessoramento Técnico
GoGIN	<i>Gulf of Guinea Interregional Network</i>
I2-U2	Índia, Israel UAE e EUA
FCIA	Fórum de Cooperação Índia África
IBSA	<i>India, Brazil and South Africa</i>
ICAO	<i>International Civil Aviation Organization</i>
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IMO	Organização Marítima Internacional
IRDA	Igreja do Reino de Deus em Angola
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MARAC	Mecanismo de Alerta Precoce da África Central
MDAT-GoG	<i>Maritime Domain Awareness for trade – Gulf of Guinea</i>
MEND	Movimento de Emancipação do Delta do Níger
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Casamance
MMCC	<i>Multinational Maritime Coordination Center</i>
MOC	<i>Maritime Operation Center</i>
MOWCA	<i>Maritime Organization for West and Central Africa</i>
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MTISC-GoG	<i>Maritime Trade Information Sharing Center – Gulf of Guinea</i>
NAVAF	<i>Naval Forces Africa</i>

NAVEUR	<i>Naval Forces Europe</i>
NEMO	<i>Navy Exercise for Maritime Operations</i>
NDA	<i>Niger Delta Avengers</i>
OBOR	<i>One Belt One Road</i>
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OCIMF	Fórum Internacional Marinho de Companhias de Petróleo
OIF	Organização Internacional da Francofonia
OIG	Organização Internacional Governamental
OING	Organização Internacional Não-Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMA	Ordem Mundial Americana
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSF	<i>Open Society Foundation</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PACCI	<i>Pan African Chamber of Commerce and Industry</i>
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PASSMAR	Apoio à Estratégia de Segurança Marítima na África Central
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PROSUL	Fórum para o Progresso da América do Sul
REPAC	Rede de Parlamentares da África Central
RMAC	<i>Regional Maritime Awareness Capability</i>
SPAD	Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa
SWAIMS	Segurança Marítima Integrada da África Ocidental
TI	Transparência Internacional
UA	União Africana
UDEAC	União Aduaneira e Econômica da África Central
UE	União Europeia
UEMOA	União Econômica Monetária do Oeste Africano
UMA	União do Magrebe Árabe
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

UNESCO	Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNOCA	Escritório das Nações Unidas para a África Central
UNOWAS	Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USCGC	<i>United States Coast Guard Cutter</i>
WACSO	Fórum da Sociedade Civil da África Ocidental
YARIS	<i>Yaoundé Architecture Regional Information System</i>
ZMAO	Zona Monetária da África Ocidental
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAP 1 UMA ABORDAGEM MULTIPLEX.....</b>	<b>29</b>
1.1 Uma Lente Multiplex.....	31
1.2 Um Método Multiplex.....	49
<b>CAP 2 UM GOLFO MULTIPLEX.....</b>	<b>57</b>
2.1 História e Geografia do Golfo.....	58
2.2 Sociedade e Economia do Golfo.....	63
2.3 Um Mundo Regional em Consolidação.....	68
2.4 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.....	70
2.5 Comunidade Econômica dos Estados da África Central.....	77
2.6 Comissão do Golfo da Guiné.....	81
2.7 G7 - Amigos do Golfo da Guiné (G7++Fogg).....	82
2.8 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	84
2.9 Arquitetura de Yaoundé.....	86
2.10 Um Mundo Regional Multiplex.....	91
<b>CAP 3 UM MOSAICO MULTIPLEX.....</b>	<b>94</b>
3.1 Panorama Cultural e a Sociedade Civil.....	97
3.2 Atores Não Estatais, Não Violentos.....	99
3.3 Atores Não Estatais, Violentos.....	112
3.4 Atores Estatais Regionais.....	116
3.5 Reflexões Sobre a Profundidade do Golfo.....	121
<b>CAP 4 UMA RIVALIDADE MULTIPLEX.....</b>	<b>127</b>
4.1 Estados Unidos da América.....	131
4.2 China.....	137
4.3 Europa.....	144
4.4 Rússia.....	149
4.5 Índia.....	153
4.6 Brasil.....	156
4.5 Sobre a Rivalidade Multiplex.....	168

**CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ABORDAGEM MULTIPLEX..... 178**

**REFERÊNCIAS..... 191**



## INTRODUÇÃO

Possuindo diversos recursos naturais essenciais e conexões marítimas ligando a região aos demais continentes, o Golfo da Guiné representa um dos objetivos de importância estratégica para o mundo. O interesse global pela região tem aumentado significativamente, especialmente após as descobertas de reservas de hidrocarbonetos e a crescente necessidade de grandes atores geopolíticos de assegurar novas fontes de energia. Mas essa região também é caracterizada por sua complexidade geopolítica, com múltiplos atores regionais e extrarregionais, estatais e não-estatais, disputando influência e recursos. Nesse contexto, o Brasil emerge como um ator relevante, com interesses e objetivos próprios para a região.

O Golfo da Guiné pode ser visto como uma região que reflete a diversidade e a complexidade do mundo atual. Historicamente, aquele golfo tem sido palco de disputas entre diferentes atores, tanto regionais quanto extrarregionais, que buscam influenciar e se beneficiar dos seus recursos naturais e estratégicos. Essas disputas remontam ao período pré-colonial e colonial, quando o antigo império do Mali se destacava como um polo econômico e cultural, baseado no comércio marítimo e fluvial de recursos naturais. Hoje, o Golfo da Guiné apresenta uma nova configuração política e social, marcada pela existência de Estados soberanos, organizações regionais ativas e uma crescente interdependência econômica e estrutural. Esses fatores tornam a região mais resiliente e capaz de participar da governança global, mas também mais vulnerável aos desafios e conflitos que emergem de um mundo multipolar cada vez mais complexo. Para entender a dinâmica regional do Golfo da Guiné, é preciso olhar para além das análises tradicionais de poder e de política internacional. É necessário adotar uma abordagem mais complexa e integrada, que leve em conta as múltiplas dimensões das relações ali presentes. A opção escolhida para esse projeto foi a Multiplex de Amitav Acharya, que se fundamenta nas interconexões entre as várias dimensões do poder e destaca a importância da multipolaridade na análise de relações internacionais.

A presente dissertação pretende analisar o papel do Brasil no Golfo da Guiné sob a perspectiva multiplex de Acharya. Pretende-se explorar a dinâmica regional, levando em conta a complexidade e a influência dos atores africanos e dos extrarregionais. Busca-se, assim, entender o papel do Brasil em um contexto global cada vez mais multifacetado.

Pretende-se compreender as motivações de potências extrarregionais atuantes no golfo, bem como diferenciar os métodos e ferramentas empregados por esses atores, destacando estratégias diferentes para objetivos similares. As diversas abordagens refletem as

diferentes formas de ver e se relacionar com o mundo, ilustrando visões ocidentais e orientais na dinâmica internacional cada vez mais complexa.

O crescimento oriental, liderado por China e Índia, por exemplo, vem questionar a percepção de uma consolidação de mundo liberal, pautado por valores ocidentais. Samuel Huntington (2011) relembra que o Ocidente conquistou o mundo, não pelas suas ideias, valores ou religiões superiores, mas sim pela sua capacidade em melhor usar a violência organizada. Segundo Huntington, os ocidentais costumam se esquecer disso, mas os demais povos não. Depreende-se, então, que o potencial desconforto com a hegemonia liberal ocidental sempre esteve presente nos países com matizes civilizacionais diferentes. Ocorre que alguns desses atores não-ocidentais, ao desenvolverem suas economias e poderes militares, encontram-se na posição de afirmar seus próprios valores e confrontar aqueles impostos pelo Ocidente.

Segundo o documento “*The Long View*”, projeta-se que China, Índia, EUA, Indonésia, Brasil e Rússia estariam entre os maiores mercados até 2050 (PWC, 2017). Esses países possuem grandes populações, recursos naturais abundantes e um potencial de crescimento significativo, o que lhes permite ter um papel importante no cenário global. No entanto, a capacidade de revisar suas posições no jogo de poder e moldar seus entornos estratégicos dependerá de uma série de fatores, incluindo o desempenho econômico futuro, a estabilidade política, a capacidade de projetar poder militar e influência diplomática. Já Daly e Gedminas (2022) projetam para 2075, após levar em consideração os impactos da pandemia do COVID-19, que as maiores economias seriam China, Índia, EUA, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Egito e Brasil. Ambos os estudos sinalizam para o relevante papel que as potências emergentes terão no futuro próximo.

Além disso, é importante notar que a formalização da vontade de reformar a ordem mundial em vigor por parte de alguns atores, como China, Índia e Rússia, sinaliza uma mudança em direção à multipolaridade, ou seja, a um mundo em que o poder é distribuído entre vários atores em vez de estar concentrado em um único país ou bloco de países. Isso pode levar a uma maior competição e cooperação entre os principais atores globais, bem como a uma mudança na forma como a governança global é conduzida.

Posen (2011) descreve a multipolaridade como uma situação na qual existem vários Estados com capacidades significativas, que se observam cautelosamente. Os principais Estados tendem a ser menos reativos quando outros começam a melhorar sua posição de

poder. Haveria um maior revezamento e alternância conjuntural, uma vez que o número e a igualdade relativa dos atores-chave tornam difícil para qualquer Estado assumir um papel de liderança. Destacando o risco da competição, Chinoy e Panda (2020) relembram que, não havendo um único ator a dominar o cenário internacional, as várias potências regionais emergentes disputariam e competiriam pelo poder. Ao tentarem projetar o sistema internacional para as próximas décadas, Acharya e Buzan (2019) argumentam que será um período de transição profunda e continua produzindo uma ordem mundial diferente de todas as já experimentadas pela humanidade – não se encaixando em nenhuma teoria de relações internacionais –, formada por uma estrutura profundamente plural, tanto a nível regional quanto global.

Uma das razões para essas mudanças, é o fato de que não seriam somente os Estados os principais atores capazes de moldar a ordem mundial. Acharya (2018a) lembra que alguns organismos internacionais não-estatais, as fundações, os grandes investidores, os organismos multilaterais e as organizações não-governamentais possuem elevada influência na governança global, tornando a dinâmica internacional mais complexa e interdependente.

Acharya e Buzan (2019) defendem que permeando a dinâmica entre Estados e a dinâmica social da interação entre indivíduos, está uma densa e complexa teia de atores transnacionais não estatais, contribuindo ou perturbando essas mesmas dinâmicas. A capacidade de atores não estatais de influenciar e moldar o cenário internacional é fruto da distribuição do poder de forma difusa e descentralizada. Alguns desses atores não estatais possuirão poder para, segundo Acharya e Buzan (2019), desafiar ou se aliar a outros atores (não estatais e estatais). Quanto mais fraco for um Estado, mais suscetível a ser desafiado por atores não estatais. Cabe lembrar que nesse contexto, Acharya e Buzan preocupam-se muito com atores não estatais violentos, como grupos terroristas ou movimentos políticos violentos. Além desses atores que possuem relativa capacidade de interferir na dimensão *Altura*, os autores também citam as organizações não violentas e seu poder de influenciar e atuar na dimensão *Profundidade*<sup>1</sup>. Esses seriam os movimentos ambientais, ideológicos e humanitários.

---

<sup>1</sup> *Altura* e *Profundidade* são duas dimensões de análise propostas por Amitav Acharya (2018a), em sua abordagem Multiplex. Na *Altura*, as capacidades materiais são comparadas e na *Profundidade*, o potencial de penetração cultural e nas normas é o foco da análise. Essas dimensões serão detalhadas nos próximos capítulos desta dissertação.

Ainda segundo Acharya e Buzan (2019), as crescentes disputas entre Estados e atores não estatais violentos, e até mesmo entre não estatais rivais, será a principal fonte de violência internacional. Os autores projetaram que os conflitos vindouros seriam mais concentrados dentro dos Estados, ou em regiões transnacionais, e menos entre os próprios Estados. Tal estimativa não poderia ter previsto a operação especial russa em território soberano ucraniano iniciada em fevereiro de 2022.

Organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) têm um papel importante na governança global, estabelecendo normas e regulamentações que afetam diretamente os Estados e os mercados globais. Essas organizações possuem estruturas e mecanismos de tomada de decisão que permitem que seus membros influenciem e moldem a ordem mundial de maneira significativa.

Adicionalmente, fundações como a Fundação Open Society e grandes investidores, também podem exercer influência significativa na governança global. Essas organizações têm recursos financeiros e humanos consideráveis e podem usar sua influência para promover causas específicas e moldar a agenda global. Bremmer (2021) relembra como as *Big Techs* tiveram participação política relevante na censura de ideologias e movimentos contrários às crenças de seus diretores. Para Bremmer, tal fenômeno poderia ser chamado de momento “tecnopolar”, dado o poder de moldar a ordem global que as empresas de tecnologia possuem. Organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI também desempenham um papel importante, oferecendo assistência financeira e técnica a países em desenvolvimento e estabelecendo políticas econômicas globais que afetam diretamente a economia mundial. Destaca-se, também, as organizações não-governamentais, podem influenciar a governança global, promovendo a conscientização sobre questões globais e pressionando os Estados e outras organizações a adotarem políticas mais responsáveis e sustentáveis. A crescente participação de organismos internacionais, fundações, grandes investidores, arranjos regionais, ideias e pessoas empoderadas por redes sociais, moldaria a teia de relações em que esses novos poderes convencionais atuariam.

Além dos atores citados acima, a dinâmica multiplex de Acharya destaca o papel crescente dos organismos regionais. No caso do Golfo da Guiné, pode-se citar a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com 15 Estados membros, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), englobando 11 Estados e a

Comissão do Golfo da Guiné (CGG, ou GGC no idioma inglês), com oito Estados membros. Cabe mencionar também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com cinco Estados presentes na região e a própria União Africana (UA) que abarca todos os 55 Estados africanos. Para Acharya, esses organismos seriam atores com identidade própria que refletem as aspirações, valores e normas de seus membros. Eles contribuem para a governança global, promovendo a cooperação e a integração econômica, política e social, facilitando o diálogo e a coordenação com outros atores regionais e globais, participando de iniciativas multilaterais para enfrentar desafios transnacionais e oferecendo soluções alternativas ou complementares às propostas dos poderes dominantes. Acharya (2018a) defende que os organismos regionais devem ser reconhecidos e respeitados como parceiros na construção de um mundo multiplex mais democrático e inclusivo.

As instituições regionais contemporâneas, apesar de não mais possuírem características tão latentes de hegemonia local, ainda refletem as preferências de seus atores regionais mais poderosos. Acharya e Johnston (2007) citam o caso da Nigéria dentro da CEDEAO e da África do Sul na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAASADC). Ainda assim, o regionalismo, segundo Acharya (2018b), foi um vetor importante para a difusão de normas e instituições de soberania e segurança e tem sido uma das marcas da evolução da ordem global. Para o autor indiano, apesar de o regionalismo ter sido um defensor de soberania, especialmente no terceiro mundo, atualmente teria se tornado mais intrusivo. Nessa interpretação, novas arquiteturas de segurança na Ásia e África desenvolvem normas para a promoção dos direitos humanos e democracia. Para Acharya, o regionalismo hoje é mais amplo, mais inclusivo, refletindo a preferência por regimes de multilateralidade e preservando os interesses na segurança humana.

Nesse contexto, Acharya e Buzan (2019) argumentam que a ideia clássica de multipolaridade seria inadequada para definir a estrutura emergente no sistema internacional. Eles apontam que existirão diversos polos de riqueza, poder e autoridades culturais e, nesse sentido, o sistema internacional seria multipolar. Porém, existirão inúmeros atores não estatais, alguns desses com potencial de armazenar riqueza, poder e autoridade sobre os demais. Para Acharya e Buzan, os Estados permanecerão sendo os atores dominantes, porém entrelaçados em teias de governança global. Os mesmos autores registram que nesse sistema global não existiriam superpotências, porém diversas grandes potências e muitas potências regionais.

Alguns autores já tentaram definir e capturar a complexidade desse cenário como: *Plurilateralismo* (Cerny, 1993), *Heteropolaridade* (Der Derian, 2003), *Mundo de Ninguém* (Kupchan, 2012), *Multinodal* (Woamack, 2014), *Mundo Multiplex* (Acharya, 2014), *Globalismo Polimórfico* (Katzenstein, 2012) e *Mundo Multiordem* (Flockhart, 2016). Cabe destacar que em um contexto de distribuição mais difusa de poder, existe uma maior probabilidade de competições regionais entre grandes potências. Acharya e Buzan (2019) citam os exemplos da competição entre EUA e China no Leste asiático, entre Índia e China no Sudeste e Sul asiático e entre Rússia e Europa na Ucrânia e Báltico.

Dentre as possíveis abordagens que buscam explicar as mudanças contemporâneas, este estudo entende que a proposta por Amitav Acharya (2018a) possui maior capacidade de abarcar as variáveis de interesse e oferecer um panorama mais holístico de uma região específica. Além disso, reforçando a percepção de uma grande interdependência internacional, Acharya (2018a) defende que o atual momento histórico não seria comparável ao multipolarismo observado no início do século XX. Para o autor, além de novos atores com capacidade de influenciar a ordem mundial, como movimentos sociais transnacionais, fundações e corporações, os próprios Estados estariam de tal maneira interconectados e interdependentes que a dinâmica de poder seria diversa da experimentada antes. Assim, o autor propõe o termo “Multiplex”, que definiria o mundo em múltiplos atores internacionais se relacionando de forma complexa e interdependente. Essa visão de Acharya se diferenciaria da proposta das Interdependências de Nye e Keohane (1977) pois sugere que a governança global se fragmentará, com novos atores e instituições desafiando o antigo sistema baseado na ONU, enquanto aquela destaca as conexões e cooperações entre os Estados.

No primeiro capítulo, o modo de observação de Amitav Acharya será apresentado, detalhando as propostas daquele autor indiano e demonstrando sua relevância para a região africana de interesse. Mais ainda, as quatro dimensões de análise propostas por Acharya na visão Multiplex serão abordadas e definidas, de forma a serem posteriormente aplicadas no segundo, terceiro e quarto capítulos. Acharya propôs dividir sua análise multiplex em quatro dimensões, que seriam a *Altura*, *Comprimento*, *Profundidade* e *Tempo*. Na *Altura*, o poder material dos atores seria comparado e ter-se-ia uma percepção da capacidade econômica e militar dos principais atores envolvidos. No *Comprimento*, Acharya examina a abrangência geográfica e a distribuição da ordem trazendo à superfície o relevante papel dos mundos regionais e do regionalismo. Para o estudo em tela, pretende-se examinar os arranjos de forças

presentes no Golfo da Guiné e como essas interagem com outras ordens regionais e com o Sistema Internacional.

Na dimensão *Profundidade*, Acharya propõe examinar a capacidade dos diversos atores, regionais e extrarregionais, de moldar as normas e de influenciar a cultura e os valores locais. A dimensão *Profundidade* seria onde ocorre a disputa de liderança e *soft power*<sup>2</sup> entre os atores. A última dimensão, o *Tempo*, diz respeito a capacidade de um ator exercer poder ao longo do tempo, uma vez que o poder seria, segundo Acharya, algo dinâmico e variável. Para tal, aquele autor propôs estudar as diversas alterações de ordens mundiais ocorridas de forma a identificar o processo em que se está inserido, adaptando-se às mudanças que estariam em curso.

De forma a desenvolver a análise acima proposta, o método de abordagem utilizado será o dedutivo. Optou-se por este método por ser aquele que parte de uma consideração mais abrangente para uma mais específica. Tal método permite que seja observado o cenário internacional complexo, e seus variados atores, e a partir deles, reduzir o escopo ao Golfo da Guiné.

Conforme a tipologia descrita por Van Evera (1997), o presente estudo destina-se a uma tese dissertativa, de cunho teórico, cuja missão consiste em avaliar a literatura existente, buscando sintetizá-la e analisá-la de forma a dar conta do problema ora exposto. A criação da presente pesquisa se constituiu resumidamente na escolha do tema, na pesquisa do material a ser utilizado na tese, na metodologia de raciocínio e na organização da pesquisa para sua redação. A sequência de trabalho proposta segue o roteiro sugerido por Umberto Eco (2016).

Como balizamento metodológico foram escolhidos os trabalhos de Lakatos e Marconi (2003, 2013). Observando aquelas obras decidiu-se por uma dissertação de caráter exploratório baseada na análise da literatura sobre o tema, bem como nos discursos e principais ações dos atores estudados. Isto permite desenvolver um trabalho consistente e alicerçado de forma a aprofundar o tema proposto.

Para a elaboração deste estudo, foram coletadas evidências por meio da revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, como discursos de chefes de Estado e Estratégias Nacionais publicadas pelas potências de interesse e alguns relatórios de

---

<sup>2</sup> *Soft Power* é a capacidade de um Estado de fazer com que outros Estados queiram a mesma coisa, sem o uso da força. (Nye, 1990)

organizações internacionais. Tal análise visa a descortinar as visões oficiais daqueles atores e melhor compreender a dinâmica internacional.

Dessa forma, após discorrer, no primeiro capítulo, sobre a proposta de Acharya, este estudo pretende apresentar, nas seções subsequentes, os principais atores presentes nessa complexa dinâmica internacional. Apesar da crescente relevância dos atores não estatais, os Estados ainda são os grandes protagonistas internacionais e, assim, faz-se necessário compreender os valores e ideologias que motivariam tais potências, de forma a antecipar suas intenções e possíveis movimentos e arranjos de poder. Além disso, analisar os projetos geopolíticos desses atores, possibilitaria planejar melhor o próprio projeto brasileiro, num possível multipolarismo complexo. Sendo assim, Estados Unidos da América (EUA), China, Europa, Rússia, Índia e Brasil, foram considerados os atores estatais extrarregionais mais relevantes para a abordagem, devido a sua crescente atuação no Golfo da Guiné.

Em relação à Federação Russa, observa-se um resgate da ideia de Eurasianismo, fortemente influenciada pelo conceito de pan-regiões de Haushofer (Tosta, 1984), apoiando-se na relevância do poder terrestre proposto por Mackinder (1975). Os estudos etnográficos de Lev Gumilev (1912-1992) pautaram a ideia de que a Rússia não seria nem europeia nem asiática, mas algo único entre esses dois mundos (Bassin; Volkov, 2016). Nesse contexto, Vladimir Putin criticou a ordem mundial unipolar em 2007, durante discurso na Conferência de Segurança de Munique, afirmando que não haveria nenhum interesse, ou valor para a Rússia, na atual ordem liberal criada de forma hegemônica e unipolar pelos EUA (Fried e Volker, 2022).

A República Popular da China também expressou sua posição crítica e revisionista à nova ordem mundial durante o 19º Congresso do Partido Comunista Chinês. Naquele evento, o presidente Xi Jinping já sinalizava para as mudanças em curso no mundo, destacando as tendências de multipolaridade e reivindicando um papel de liderança ao projeto chinês (Jinping, 2017). Nesse sentido, ele defendeu a construção de uma “Comunidade de Destino Comum para a Humanidade” baseada nos princípios do socialismo com características chinesas e na promoção da paz e do desenvolvimento global. Além disso, apresentou uma nova ideologia orientadora, intitulada “Pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma Nova Era”, que foi escrita na constituição do partido e que reflete sua visão estratégica e sua ambição de consolidar seu poder interno e externo. Essa postura crítica e revisionista da China tem gerado tensões e desafios para a ordem



internacional vigente, especialmente em relação aos Estados Unidos, que veem a ascensão chinesa como uma ameaça aos seus interesses e valores.

Ainda na Ásia, no subcontinente indiano, a postura geopolítica de não-alinhamento indiana, apesar de não formalizar uma revisão ao sistema internacional vigente, deixa clara a intenção de percorrer um outro caminho. O processo de revisão histórica da identidade, e valores do povo indiano, tem alicerçado a transformação de uma ex-colônia ocidental em um dos potenciais atores de destaque do séc. XXI. Dentre essas revisões históricas, pode-se citar a possível mudança do nome do país, de Índia para Bharat<sup>3</sup> (Sharma, 2021)

Ao mesmo tempo, o velho continente, apesar de se manter fortemente alinhado com o projeto unipolar ocidental, formalizou sua percepção de fim da unipolaridade. A ‘Bússola Estratégica Europeia’, emitida em 2022, destaca o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em um mundo multipolar, cada vez mais volátil, complexo e fragmentado, repleto de ameaças multicamada (União Europeia, 2022a). Este documento propõe também a criação até 2025 de uma força militar europeia de ação rápida e clama os países membros de aumentarem seus investimentos em defesa. Por fim, a Bússola Estratégica emitida em 2022 reforça a vontade política de um maior posicionamento geopolítico europeu.

Um último ponto daquele documento, que reforça a nova dinâmica de regionalização pós-globalização, é a decisão de revisar o risco à União Europeia de algumas de cadeias logísticas de infraestruturas e insumos críticos não estarem sob controle de parceiros ou aliados. Tal visão é compartilhada também pelos EUA que pretendem reforçar os investimentos internos e intensificar a cooperação com países que possuam a mesma “visão de mundo” (EUA, 2022a). Isso fruto da crise logística que a pandemia do COVID-19 impôs globalmente, fazendo os blocos regionais reverem suas dependências de itens críticos.

Cabe destacar que, após o fim da Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos emergiram como uma superpotência global, consolidando sua posição como líder quase incontestado do sistema internacional, no que foi definido como a nova ordem mundial (COLOMBO, 2019). Essa percepção ocidental de um poder incomparável e incontestável foi formalizada na *National Security Strategy* do governo de Bill Clinton, publicada em 1999. Naquele documento as principais ameaças identificadas eram grupos terroristas, narcotraficantes e alguns Estados falidos. A cooperação com Rússia e China era vista, naquela

---

<sup>3</sup> Bharat deriva de um patriarca chamado Bharata que é citado no épico hindu Mahabharata. Esse épico é um dos livros sagrados do hinduísmo (nota do autor).

época, como a confirmação da visão de Fukuyama (1992) de um possível fim da história<sup>4</sup>. Por fim, o documento reforçava o papel dos EUA na liderança global e no projeto de impulsionar prosperidade e segurança por meio da democratização e integração comercial dos demais países, exportando o modelo norte-americano de sociedade (EUA, 1999). Passados apenas 20 anos, o contexto internacional encontra-se drasticamente alterado com o marcante declínio da hegemonia dos EUA (COLOMBO, 2019) e com potências claramente revisionistas buscando desafiar a ordem mundial vigente e reivindicando maior poder e prestígio no sistema internacional, com destaque especial para Rússia e China. Coincidentemente, e para relembrar as teorias geopolíticas clássicas, os novos desafiantes emergem do *heartland* (Mackinder, 1975) e do *rimland* (Spykman, 1942).

Os reflexos dessas transformações na ordem mundial seriam perceptíveis em diversos setores das sociedades. Acharya e Buzan (2019) defendem que a ascensão de novas potências, e a influência via internet de atores não estatais operando transnacionalmente, empoderarão uma variedade de alternativas morais e culturais. Ambos os autores propõem que os mais óbvios candidatos para esse fenômeno serão o Confucionismo e o Islã, aumentando a pluralidade moral e cultural global. Exemplos desses fenômenos são: os discursos de Pequim defendendo o “socialismo com características chinesas”, o resgate histórico e cultural na Índia e o eurasionismo proposto pela Rússia. Na percepção de Acharya e Buzan (2019), o entusiasmo com a globalização tem diminuído e tanto nacionalismos quanto as propostas de estabelecer identidades civilizacionais estão em ascensão.

Para tal, a abordagem quadrimensional multiplex será dividida pelos capítulos. No segundo capítulo as dimensões *Comprimento* e *Tempo* serão inicialmente aplicadas ao Golfo da Guiné de forma a melhor contextualizar a região e sua complexa dinâmica local. Mais ainda, ao incluir a dimensão *Tempo* nesse capítulo espera-se demonstrar como aquele golfo encontra-se em processo de constante evolução de seu regionalismo. Já no terceiro capítulo, a dimensão *Profundidade* jogará luz a teia complexa de atores não estatais presentes no golfo e como um ator extrarregional pode exercer influência, penetrando na cultura e construindo normas locais. Por fim, no quarto capítulo, a *Altura* será analisada confrontando as capacidades materiais dos principais atores regionais e extrarregionais. Dessa forma,

---

4 Francis Fukuyama (1992) argumentou, em seu livro intitulado “*O Fim da História e o Último Homem*”, que a democracia liberal e o capitalismo de mercado representariam o estágio final da evolução ideológica da Humanidade, após terem superado as alternativas de Fascismo e Comunismo. Segundo Fukuyama, essa organização política e econômica seria a mais adequada para garantir a liberdade e igualdade dos indivíduos.

apresentará como EUA, China, Europa, Rússia, Índia e Brasil têm atuado no Golfo da Guiné e como interagem com demais atores não-estatais presentes na região.

Se no Atlântico Norte permanece a proeminência dos EUA, com pequenos sinais de despertar estratégico europeu, se na Eurásia a Federação Russa busca seu espaço, se no sudeste asiático e pacífico a China avança de forma consistente e se no subcontinente indiano a Índia consolida-se como uma potência independente, na América Latina, Oriente Médio e África os poderes locais ainda não consolidaram seus projetos regionais de poder. O Brasil, nesse contexto de rearranjo multiplex, pode e deve procurar consolidar seus interesses no seu entorno estratégico.

A partir da primeira década do século XXI, o Brasil expressa seus interesses estratégicos, na área de defesa, em dois documentos: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Esses documentos, em suas diversas edições, apontam parte do continente africano como uma área de interesse estratégico inserida no chamado “entorno estratégico brasileiro”, que “inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2020a, p. 11). No entanto, desde a década de 1960, as relações do Brasil com os países africanos, incluindo os Estados limítrofes que constituem a região do Golfo da Guiné, tem alternado momentos de aproximação e recuo, tanto por constrangimentos ideológicos quanto por conjunturas econômicas. Essas relações foram marcadas por diferentes fases e interesses, que refletiram as mudanças políticas e sociais tanto no Brasil quanto na África.

Após apresentar um panorama internacional, contextualizando o aspecto multipolar complexo com enfoque na atuação dos atores mais relevantes, se discutirá o papel do Brasil no cenário descrito, especialmente no que tange seu entorno estratégico. Pretende-se abordar, dentre outras, a iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como uma ferramenta que permite sublimar as diferenças políticas, étnicas e linguísticas em prol de um objetivo comum: o desenvolvimento e fortalecimento regional. Nesse capítulo, espera-se explorar como a ZOPACAS pode ser uma das plataformas de inserção brasileira no Golfo da Guiné, caso seja devidamente instrumentalizada. Da mesma forma, a CPLP teria o potencial de contribuir com a inserção brasileira, tendo em vista que cinco de seus Estados membros encontram-se no golfo (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial). Ao estudar um projeto geopolítico regional centrado no Atlântico Sul, inevitavelmente o poder marítimo, e em especial sua parcela naval, será chamada a uma

atuação mais efetiva. Seja buscando uma maior interação com os países africanos, seja reforçando as estruturas de segurança sul-atlântica de forma a reduzir a presença de potências extrarregionais.

Por fim, este trabalho espera contribuir com os estudos marítimos ao aprofundar o debate sobre o papel do Brasil no século XXI. Mais ainda, ao encontrar-se inserido num contexto multipolar complexo, ou multiplex como proposto por Acharya (2018a), infere-se que a complexidade das relações internacionais contemporâneas vai além da simples competição entre Estados. O contexto atual é marcado por diversos atores estatais e não estatais que competem e colaboram em diferentes níveis e em diferentes áreas. Portanto, compreender as motivações e interesses desses atores é fundamental para uma análise mais completa e precisa da dinâmica do Golfo da Guiné.

## **CAP 1 - UMA ABORDAGEM MULTIPLEX**

Compreender melhor a dinâmica da ordem mundial atual seria o primeiro passo para uma atuação brasileira efetiva no limite oriental de seu entorno estratégico, uma vez que diversos interesses extrarregionais estão presentes naquela região. Vários autores estudam o Golfo da Guiné e propõe explicações para as mudanças que ocorrem naquela região e na ordem mundial, porém, a principal referência teórica deste estudo será a de um mundo multiplex proposta por Amitav Acharya (2018a).

O objetivo principal deste capítulo será apresentar a lente de leitura multiplex, percorrendo sobre os argumentos defendidos por seu autor e suas implicações para a região de interesse. Mais ainda, como objetivo secundário, espera-se delinear uma metodologia para a aplicação da visão de Acharya no Golfo da Guiné.

Este capítulo apresenta a abordagem desse autor de origem indiana, salientando que hoje existiria uma multipolaridade diferente daquela no começo do século XX, quando também se observava uma distribuição de poder na ordem mundial. Para o autor, o novo jogo de poder será um emaranhado interdependente de ideias, Estados, organismos e pessoas disputando espaço, recursos e influência.

Para tal, inicialmente os argumentos de Acharya serão apresentados e sua interpretação da dinâmica atual internacional será descortinada. Assim, releva-se que o mundo é composto por vários polos de poder que interagem de forma complexa, diversa e interdependente, sem uma hierarquia clara ou um centro dominante. Essa situação é diferente da multipolaridade do início do século XX, quando as potências europeias competiam entre si por influência e território, sem levar em conta as aspirações e demandas dos povos colonizados ou das potências emergentes. A ordem multiplex reflete as mudanças históricas e estruturais que ocorreram no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria, tais como a ascensão de novos atores, a emergência de novos desafios e a transformação das normas e valores globais.

Em seguida, este capítulo discutirá os significados originais da palavra multiplex, e como seriam ilustrações pertinentes para uma interpretação das relações internacionais, como sugerido por Acharya. Seja na definição matemática de camadas sobrepostas, seja na definição de cinemas diversos e simultâneos, seja no uso da expressão em telecomunicações, descrevendo uma transmissão de vários dados simultaneamente. Dessas definições, a do

cinema é bastante ilustrativa, referindo-se à distribuição de poder entre os vários atores do sistema<sup>5</sup>. Nesse sentido, o mundo multiplex é marcado pela presença de múltiplos centros de poder, que podem ser estatais ou não estatais, regionais ou globais, tradicionais ou não tradicionais, todos disputando a atenção da audiência.

A analogia do cabo de telecomunicações também se mostra útil, uma vez que representa todos os diversos atores percorrendo o mesmo espaço. Nessa metáfora os problemas comuns, e globais, emergem e a necessidade de entendimento e cooperação entre os competidores se faz relevante. O mundo multiplex se caracterizaria pela existência de múltiplas redes e arranjos de governança, que podem ser formais ou informais, bilaterais ou multilaterais, inclusivos ou exclusivos.

Para captar a dinâmica e a evolução da ordem internacional multiplex, Acharya propõe uma abordagem quadrimensional, que considera quatro aspectos: *Altura*, *Comprimento*, *Profundidade* e *Tempo*. A *Altura* se refere ao poder material dos atores, que pode ser medido por indicadores econômicos, militares ou diplomáticos. O *Comprimento* se refere ao alcance geográfico e institucional dos atores e ordens regionais, que pode ser avaliado pela presença e influência em diferentes regiões do mundo. A profundidade se refere ao poder normativo e cultural dos atores, que pode ser expresso pelo *soft power* e pela capacidade de moldar as ideias e valores regionais. O *Tempo* se refere à variação temporal das ordens, mundial e regionais, que pode ser observada pela mudança ou continuidade de seus comportamentos e preferências ao longo do tempo. Essas quatro dimensões permitem analisar a ordem internacional multiplex em diferentes níveis, comparando e contrastando as características e tendências das diferentes regiões do mundo. Dessa forma espera-se ilustrar a teia de atores estatais e não estatais que interagem no emaranhado de poder que tem se transformado a ordem mundial.

Porém, antes de detalhar como essas quatro dimensões serão usadas para analisar o Golfo da Guiné, faz-se necessário apresentar a visão de Acharya para a ordem mundial em evolução. Por meio da sua abordagem Multiplex, o autor indiano fornece uma lente de leitura que permite um alcance mais abrangente e sistêmico da dinâmica internacional. A próxima seção deste capítulo abordará essa visão.

---

<sup>5</sup> Segundo Acharya, a metáfora de uma sala de cinema multiplex representaria o estabelecimento que apresenta diversos filmes de forma simultânea. Na analogia, a ordem mundial seria composta por diversos projetos diferentes que competem pela atenção dos demais Estados.

## 1.1 - UMA LENTE MULTIPLEX

Um paralelo ao multipolarismo, que antecedeu as grandes guerras mundiais da primeira metade do século XX, é traçado por Acharya para explicar sua proposta Multiplex. O autor reforça que atualmente existiria uma interdependência entre as grandes potências e os Estados em desenvolvimento, que seria diferente daquela dependência unilateral entre as colônias e as grandes metrópoles da época. Além disso, a densidade e durabilidade das instituições regionais e internacionais de hoje não seria comparável ao incipiente papel da Liga das Nações, antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Soma-se a isso o advento das armas nucleares que fazem com que uma agressão a um Estado detentor dessas armas seja cuidadosamente avaliada previamente pelos demais (Acharya, 2018a). Dessa forma, essas novas variáveis acarretariam que a multipolaridade seja inserida em uma dinâmica mais complexa e fluida. Concordando com a perspectiva de Acharya de que o mundo estaria caminhando para um sistema multipolar, Gilpin (2018) e Wallerstein (2004) reforçam a tendência de horizontalidade nas relações internacionais. Enquanto o primeiro argumenta que a competitividade entre as grandes potências aumentará nos próximos anos, o segundo defende ainda que as antigas hierarquias de poder poderiam se reorganizar em um sistema mais equilibrado e plural.

Acharya, inicia seu livro intitulado “O Fim da Ordem Mundial Americana” argumentando que o fim da hegemonia dos EUA na ordem mundial ocorrerá, independentemente de haver ou não um declínio de poder daquela potência (Acharya, 2018a). Seriam os demais polos que, ao se desenvolverem e construírem capacidades militares, econômicas e tecnológicas, reivindicariam um maior espaço no concerto das nações, reescrevendo a ordem mundial em vigor. Para ilustrar esse movimento, o autor o sintetizou dizendo que seria mais sobre um *rise of the rest* do que sobre um *decline of the west*<sup>6</sup>. Soma-se a isso, o relevante papel de organismos internacionais, fundações, grandes investidores, arranjos regionais, ideias e pessoas empoderadas por redes sociais que moldariam a teia de relações em que esses novos poderes convencionais atuariam.

Para defender seu argumento, o professor indiano analisa as definições de ordem mundial propostas por Bull (2002) e Kissinger (2014). Na primeira, uma importante diferenciação entre ordem internacional e ordem mundial é apresentada. Para Bull, enquanto a ordem internacional seria aquela que diz respeito somente aos Estados, a ordem mundial

---

<sup>6</sup> Crescimento do resto e não declínio do Ocidente (tradução nossa).

levaria em conta também os demais atores não estatais. As duas ordens, entretanto, teriam como mesmos objetivos a manutenção da soberania estatal e a ausência de guerras de grande escala.

Explorando o alcance que teria uma ordem mundial, Acharya cita Kissinger (2014) que afirmou ainda não ter existido uma verdadeira ordem global, diferenciando os conceitos de ordem mundial e ordem global. Para o autor estadunidense, uma ordem global seria um conceito de arranjo de poder defendido por alguma civilização ou região e que fosse aplicável a todo o mundo. Já uma ordem mundial seria a aplicação prática desses conceitos, em uma parte substancial do planeta, de forma tal que afetasse o equilíbrio global de poder. Da mesma forma, ordens regionais envolveriam os mesmos princípios, porém aplicados a uma área geográfica definida (Kissinger, 2014).

Para Acharya (2018a), a definição de Kissinger é relevante pois permite inferir que uma ordem mundial seria algo menor que uma ordem global. Assim, ao confrontar uma possível ordem mundial histórica chinesa, defendida por Fairbank (1968) e a ordem mundial americana atual, Acharya defende que nenhuma das duas foi capaz de se tornar verdadeiramente global. Se no caso chinês, sua influência permaneceu historicamente restrita aos seus vizinhos do leste asiático, no caso americano restringiu-se aos Estados alinhados ideologicamente, em sua maioria ocidentais, tendo pouca aderência nos demais (Oriente Médio, Ásia e África).

Em um artigo publicado em 2017 intitulado “Após a Hegemonia Liberal: o Advento da Ordem Mundial Multiplex”, Acharya reforça essa percepção de que o alcance liberal no planeta foi superestimado. Para Acharya (2017), durante toda a história e especialmente na Guerra Fria, o alcance liberal teria se restringido à configuração EUA, Reino Unido, Europa Ocidental, Japão e Austrália, excluindo o antigo bloco soviético, China, Índia, Indonésia e boa parte do “terceiro mundo”. Da mesma forma, Nye (2017) faz análise semelhante ao afirmar que a ordem liberal teria sido limitada a um grupo com afinidades ideológicas centrado no litoral Atlântico e não teria incluído grandes Estados como China, Índia e o bloco soviético. Soma-se a isso o fato de que essa mesma ordem liberal não tem, por vezes, apresentado efeitos positivos ou benignos nesses Estados não membros. Assim, aprofundar a ordem mundial ocidental recente, e seu alcance efetivo, faz-se necessário para uma melhor compreensão do cenário atual.



A hegemonia liberal liderada pelos EUA, com seu ápice iniciado a partir da década de 1990, é definida por Acharya como Ordem Mundial Americana (OMA), seguindo a terminologia proposta por Kissinger. Para o autor indiano, tal ordem estaria chegando ao fim e, apesar dos EUA ainda representarem um papel central nas relações internacionais, uma nova ordem mundial estaria surgindo. Entretanto, Acharya explica que a construção de uma nova ordem mundial por algum projeto revisionista seria bastante difícil e improvável. As visões de mundo de China, Índia ou Rússia apresentariam divergências entre si, que impediriam seus projetos de influenciar plenamente na governança global.

O autor indiano destaca dois fatores como os principais desafios para a construção da nova ordem mundial. De um lado existiria uma narrativa imposta pela ordem hegemônica liberal de que poderes emergentes seriam ameaças ou não seriam tão relevantes assim. De outro lado, as próprias potências emergentes negligenciariam a importância de assegurar suas legitimidades regionais como pré-requisito para poderem alcançar suas ambições globais (Acharya, 2018a). Nesse ponto, é possível fazer uma importante relação ao projeto estratégico brasileiro, associando a necessidade de se legitimar regionalmente como pré-requisito para uma atuação mais relevante no cenário internacional.

Um ponto interessante apresentado na obra de Acharya é uma crítica à percepção alarmista de que muitos acadêmicos apresentam ao projetarem uma ordem mundial sem a liderança hegemônica dos EUA. Mearsheimer (1990), por exemplo, afirmava que enquanto no caso bipolar existiria somente um possível conflito, no sistema multipolar existiriam diversos pontos de choque diferentes, aumentando a potencialidade de guerras. Acharya, entretanto, contra-argumenta que ao invés de um mundo fragmentado composto por blocos regionais competitivos, a perspectiva de uma ordem mundial compartilhada com as potências emergentes poderia assegurar uma maior estabilidade e equidade para todos os envolvidos (Acharya, 2018a).

Ao construir o conceito de mundo multiplex, Acharya argumenta que seria um mundo sem uma força hegemônica, politicamente e culturalmente diversificado e, ainda assim, economicamente interconectado. Em tal mundo, os desafios de segurança seriam cada vez mais transnacionais, porém com as capacidades de romper ou criar ordem dispersas e fragmentadas. Visando a explicar melhor essa dinâmica, Acharya resgata o conceito de xadrez tridimensional complexo proposto por Joseph Nye, que seria formado por três camadas distintas. Na superior, estariam as peças de poder militar, majoritariamente unipolar com

predominância dos EUA. A camada intermediária seria a do poder econômico que já teria se tornado multipolar. A terceira, e mais complexa, conteria as transações transnacionais ou interfronteiriças feitas por atores não-estatais, desde movimentos sociais globais a grupos terroristas, que operariam em sua maioria fora do controle governamental. Nessa última camada, o poder seria disperso e caótico (Nye, 2010).

Apesar da metáfora proposta por Nye ser tida por Acharya como bastante útil, é vista também como algo muito mecânico e restrito ao poder, como esperado num jogo de xadrez. Ironicamente, segundo o autor indiano, não seria possível debater a relevância do *soft power*, e da persuasão, se a análise for encapsulada numa metáfora de xadrez. Por isso, o conceito de multiplex seria mais adequado e abarcaria todas as variáveis envolvidas no tabuleiro.

Acharya rememora que, apesar do termo multiplex ter sua origem na matemática, ao descrever muitas partes ou camadas, foi primeiramente usado no contexto geopolítico por Kuniko Ashizawa (2013) ao descrever os arranjos bilaterais e multilaterais no Pacífico asiático. Entretanto, o autor japonês não haveria explorado totalmente o potencial do conceito multiplex, por não abordar o crescimento de novos atores não-estatais ou a interdependência cada vez maior entre os atores estatais.

Popularmente, o conceito de multiplex define os estabelecimentos de cinema que apresentam várias produções cinematográficas simultaneamente. Apesar de ser possível que todas apresentem o mesmo filme, o mais provável é que sejam apresentados filmes diferentes, em salas diferentes. Para Acharya, tal metáfora seria mais adequada para descrever o mundo multiplex por descrever como diferentes ‘atores e produtores’ apresentam seus próprios shows contemporaneamente. Seria possível ter uma sala com um filme de ação de Hollywood, outra apresentando uma produção mais musical e dramática de Bollywood, um terceiro mostrando um filme chinês sobre Kung-fu e uma quarta sobre um drama social coreano.

Mais ainda, e aprofundando a complexidade do cenário atual, dentro da mesma cultura poderíamos ter tanto filmes de ação quanto filmes românticos provenientes do mesmo estúdio ou produtora. Tal metáfora serviria para exemplificar as profundas divisões ideológicas que não seriam mais entre nações, como observadas durante a Guerra Fria, mas entre liberais e conservadores nos EUA e Reino Unido, ou entre extrema esquerda e extrema direita, como observadas na Europa (Acharya, 2018a).

Na metáfora cinematográfica, Acharya sugere que os grandes sucessos de bilheteria estariam sendo assistidos em salas principais, tendo filmes menores e independentes sendo

expostos em salas secundárias. Ocorre que, ao atrair sucesso e atenção de audiências grandes, as produções independentes podem ser transferidas para as salas principais. Nesse contexto, nenhum produtor monopolizaria a atenção da audiência e sua lealdade, permanecendo com esta última a autonomia de escolha e a capacidade de comparar as diversas produções em exposição.

Acharya, ao transportar a metáfora acima ao cenário geopolítico, explica que as produções independentes seriam os projetos revisionistas, como o chinês, o russo ou o indiano. Porém, o autor relembra que tais projetos podem ser prejudicados por fatores internos, como desafios econômicos, instabilidade política ou disputas regionais. Mesmo assim, a grande procura e recente adesão de diversas nações ao BRICS sinaliza essa tendência (Gouveia e Gutierrez, 2023). Da mesma forma, os grandes clássicos e sucessos de bilheteria seriam os projetos que apresentam a ordem liberal como sendo algo universal e exportável ao resto do mundo.

Para Acharya e Buzan (2019) as potências emergentes como Índia e China estariam dispostas a assumir o status de grandes potências, oxigenando o cenário geopolítico. Esses atores buscam afirmar suas culturas em um cenário de longo domínio ocidental, sendo que alguns, como a China, têm cultivado um nacionalismo baseado em um rancor histórico, dificultando uma maior cooperação. Apesar desse revisionismo, observa-se que o movimento oriental não visaria a substituir todos os pilares da ordem liberal. As ideias, por exemplo, de livre mercado e de instituições multilaterais seriam mantidas e, até, incentivadas. O que se veria, porém, é uma maior participação na governança dessas instituições e pilares, buscando conduzir as normas internacionais para seus valores civilizatórios. Acharya (2017) sinaliza que dentro dos emergentes como nos BRICS, somente China e Índia estariam construindo a capacidade de questionar a ordem vigente, uma vez que Brasil, África do Sul e Rússia estariam lidando com problemas econômicos e políticos. Ainda assim, tensões entre essas duas potências podem prejudicar o processo de revisão da ordem mundial. Acharya (2017) cita os problemas na fronteira Sino-indiana, a relutância chinesa de autorizar a entrada indiana no grupo de fornecedores nucleares, bem como a oposição indiana à iniciativa *Belt and Road* (BRI) chinesa.

Multiplex também é um conceito usado em telecomunicações, ao descrever a transmissão de múltiplos sinais e mensagens simultaneamente. Para Acharya, tal definição também é adequada ao que viria após a OMA pois relembra que ideias e abordagens para a

ordem mundial e seus componentes, como a paz, o desenvolvimento e sua estabilidade não viriam de uma única fonte. Se na OMA essas ideias originavam padronizadas de uma única fonte hegemônica liberal, e eram replicadas pelo mundo, num contexto multiplex ter-se-ia várias abordagens, ocidentais e não-ocidentais sendo apresentadas e interagindo entre si. Essa pluralidade de ideias interdependentes, estatais e não-estatais, de poderes estabelecidos e aqueles emergentes formariam a base da nova ordem mundial em construção.

Na defesa de seu conceito multiplex, Acharya cita também os estudos de Brooks e Wohlforth (2015) que, ao criticarem os que analisam a ordem mundial em termos de polaridade, alertam para a tendência de um pensamento dicotômico, dividido entre unipolar ou multipolar, que alimentaria um debate artificial sobre se haveria ou não uma mudança em curso na ordem mundial.

Apesar de concordar que ainda existirá uma hierarquia na ordem mundial, com a presença de algumas grandes potências e, talvez uma ou duas superpotências, Acharya (2018a) propõe uma análise que vá além da distribuição de capacidades materiais entre os poderes, mas que olhe também para a qualidade da relação entre eles que seria moldada por uma série de atores não-estatais cada vez mais relevantes.

Em seu livro, o autor destaca que existiriam, até 2018, mais de 38.000 organizações não-governamentais (ONG) internacionais e 80.000 companhias multinacionais. Além disso, relembra que em 2005 as receitas das 200 maiores empresas do mundo representavam um terço do Produto Interno Bruto (PIB) global e que em 2012, um terço das maiores economias do mundo eram corporações e não Estados. Mais ainda, em 2016 as dez maiores corporações foram avaliadas em US\$ 285 trilhões enquanto as economias dos 180 Estados mais pobres somavam US\$ 280 trilhões, com especial destaque para a companhia Apple que possuía um fluxo de caixa maior que o PIB de dois terços dos países. Por fim, tais empresas não estariam concentradas somente no Ocidente e, dentre as dez maiores do mundo, três seriam americanas e três chinesas (Acharya, 2018a).

Esses atores não-estatais apresentam, cada vez mais, a capacidade de moldar a cooperação ou a própria governança global. Parag Khanna (2016) defende que essas grandes corporações não seriam mais multinacionais, mas sim “metanacionais” e poderiam acabar por redefinir o que seria o poder global. Khanna alega que a influência dessas corporações “metanacionais” poderia suplantar a dos próprios Estados, num contexto em que a lei de oferta e demanda seria cada vez mais relevante do que a própria lei que define a soberania

estatal. Para Acharya, tal visão, apesar de exagerada, é relevante uma vez que as corporações estão cada vez mais se desnacionalizando e elevando suas participações e lucros fora do território e influência de seus países de origem.

Além de jogar luz sobre atores não-estatais comerciais que interagiriam na construção da ordem mundial, como as corporações citadas acima, Acharya também procura analisar quais seriam os atores que ameaçariam a estabilidade dessa mesma ordem. Segundo sua visão, a mudança de poder global não seria somente fruto do deslocamento econômico das nações industrializadas do Ocidente para os demais Estados emergentes, liderado especialmente pelo crescimento chinês, mas também seria causada pela proliferação de atores não-estatais que desafiarão a autoridade estatal e a própria segurança internacional.

Williams (2008) lista esses atores, descrevendo-os como grupos tribais e étnicos, guerrilheiros, organizações narcotraficantes, terroristas, milícias, insurgentes e organizações criminosas transnacionais. Segundo Williams, seus objetivos e formas de atuação são complexas, variando desde desafiar diretamente o poder do Estado até corromper as estruturas de poder domésticas. Acharya, ao analisar o estudo acima, relembra que esses atores têm tido significativa relevância no processo de declínio da OMA, especialmente em relação aos grupos extremistas do oriente médio que desafiarão a hegemonia militar dos EUA.

Dessa forma, os desafios à ordem e à estabilidade tornaram-se mais complexos, sendo mais recorrentes os conflitos dentro dos próprios Estados. Assim, hoje, a maior ameaça à segurança nacional para diversos Estados não seriam outros Estados, mas sim algumas redes terroristas e organizações criminosas transnacionais, como é o caso do Brasil. Soma-se a isso o fato de que mudanças climáticas, tráfico humano e de drogas e pandemias não respeitam fronteiras nacionais e amplificam a complexidade dos desafios de segurança presentes no século XXI (Acharya, 2018a).

Com isso, um mundo multiplex seria mais descentralizado que um mundo multipolar, com maior valorização a abordagens locais e regionais. Existiria uma maior limitação à possibilidade de grandes potências exercerem sua hegemonia de forma coletiva, o que era mais alcançável num contexto puramente multipolar. Acharya (2018a) resgata a metáfora do cinema para afirmar que o processo de construção de uma ordem mundial, num contexto multiplex, seria dispersa e residiria mais na audiência do que nos estúdios de produção cinematográfica.

Assim, de forma a sintetizar seu conceito de multiplex, Acharya elenca cinco principais características presentes nessa ordem mundial. A primeira é a ausência de uma hegemonia global, como a do Reino Unido no século XIX ou dos EUA até o início do século XXI. Acharya argumenta que, mesmo com essa ausência, a desigualdade de distribuição de poder e a hierarquização das potências ainda existe.

Acharya argumenta que, nesse mundo multiplex, novos atores disputam espaço e influência com antigas potências. Assim, o autor sugere metaforicamente que os EUA, ao perderem suas características de potência hegemônica, não seriam mais o mítico leviatã, mas sim um grande elefante (Acharya, 2018a). Ainda sendo grandes, mas agora mais vulneráveis (e ocasionalmente errantes). Isso indica uma transformação em andamento em direção a uma ordem global multipolar, na qual várias nações e atores globais compartilham influência e poder. Esse fenômeno representa uma notável mudança na geopolítica global, com as estruturas de poder tradicionais perdendo espaço em favor de uma distribuição mais ampla de poder.

Adicionalmente, ao se referir à persistência de desigualdades e hierarquias de poder, destaca-se que, mesmo com o declínio da hegemonia unipolar, o sistema não se caracteriza pela uniformidade de poder entre todos os atores. Isso demonstra que diferentes nações e atores ainda mantêm distintos níveis de influência e capacidade de moldar as relações internacionais. Tal observação sublinha que a multipolaridade não implica necessariamente uma distribuição homogênea de poder, mas sim uma diversificação de atores com interesses variados.

Na continuação da análise apresentando a segunda característica, o foco se volta para a diversificação dos atores globais, destacando não apenas as grandes potências, mas também a crescente relevância de atores não tradicionais na arena global. Organizações internacionais, empresas multinacionais, movimentos sociais e até mesmo atores não estatais, como redes com objetivos diversos, desempenham papéis significativos na política global. Isso reflete a crescente interconexão e interdependência entre atores de diferentes esferas da sociedade global, desafiando as fronteiras tradicionais entre Estado e não Estado.

Como terceira característica, o autor cita a interdependência complexa, que seria formada pelas interações comerciais associadas a uma interligação de nações por meio de investimentos, redes de produção, cadeias de abastecimento e desafios ambientais compartilhados. Esta interdependência transcende o aspecto econômico, envolvendo questões

que têm implicações diretas na segurança e bem-estar de todas as nações, destacando a urgência de cooperação internacional eficaz.

No que concerne à governança global no século XXI, a complexidade do sistema é evidenciada, com a coexistência de múltiplos níveis, que abrangem instâncias globais, regionais, nacionais e subnacionais, como as cidades. Essa arquitetura de governança e múltiplos níveis seria a quarta característica da nova ordem mundial. A estrutura decisória global tornou-se mais intrincada e interconectada. Essa fragmentação na arquitetura de governança global significa que não há uma única autoridade dominante, mas sim uma rede de instituições formais e informais. Esta complexidade reflete a necessidade de abordagens flexíveis e adaptáveis para lidar com os desafios globais.

Em sequência, no contexto das modernidades múltiplas que caracterizam o século XXI, observa-se que não há uma visão única de modernidade liberal. Diferentes sociedades e culturas estão trilhando caminhos diversos em busca de estabilidade, paz e prosperidade. Essa observação sublinha a importância de respeitar a diversidade de perspectivas e abordagens na governança global, reconhecendo que soluções únicas não são universalmente aplicáveis. A coexistência de várias modernidades destaca a necessidade de abordagens mais inclusivas e adaptáveis na política global.

Um mundo multiplex seria um mundo de diversidade e complexidade, uma arquitetura descentralizada de gestão da ordem, apresentando velhos e novos poderes, com maior protagonismo para a governança regional. Mais ainda, esse mundo multipolar complexo seria composto por diversos atores, estatais e não estatais, cada vez mais interconectados e interdependentes.

Por fim, para melhor compreender a ordem multiplex, Acharya argumenta que a abordagem deve ser quadridimensional. Nessa proposta, inicia-se analisando os atores e seus poderes materiais (primeira dimensão: *Altura*), em seguida aborda-se o alcance geográficos das ordens regionais (segunda dimensão: *Comprimento*) e pôr fim a liderança de cada ator e a capacidade de influenciar e moldar normas e culturas (terceira dimensão: *Profundidade*). Com essas três dimensões iniciais é possível produzir uma foto mais completa e abrangente, porém ainda estática. Complementando a abordagem e, de forma a se aproximar de um maior entendimento da dinâmica complexa da evolução na ordem mundial, Acharya inclui a quarta dimensão: o *Tempo*.

Como relembram Buzan e Lawson (2015), os estudos de relações internacionais têm sido concentrados em analisar a questão do poder como sendo a força motriz na política mundial. Acharya, ao apresentar uma abordagem em quatro dimensões, fornece uma chave de leitura que permite incorporar diversos aspectos da distribuição de poder em certa região. Apesar de não ser nada novo, uma vez que neorrealistas e institucionalistas neoliberais como Waltz (1979), Gilpin (1981) e Keohane (1984) já apresentavam trabalhos sobre a distribuição de poder, a proposta de Acharya incrementa a definição de poder ao olhar além das capacidades materiais.

Além de Acharya, Buzan e Lawson (2015) também propuseram formas alternativas de estudar o poder. Segundo aqueles autores, a combinação de três dinâmicas (industrialização, racionalidade estatal e “ideologias de progresso”) seria entendida como o “modo de poder”. O conceito de modo de poder identifica uma diferença qualitativa no tipo de poder, que importa mais do que questões de capacidades brutas. Diferenças qualitativas de poder criam uma forma mais profunda de diferenciação do que o poder quantitativo, afetando tanto as formas como as grandes potências interagem entre si quanto à utilidade da guerra como instrumento de política. Na visão de Buzan e Lawson (2015), após analisar a dinâmica internacional com a ideia dos modos de poder, o Ocidente continuaria a ser poderoso no sistema internacional. Ocorreria que, em paralelo, os demais estariam se aproximando desse status e reduziriam, assim, a grande diferença entre eles.

Essa abordagem, apesar de buscar incrementar a análise comparativa entre poderes de atores diversos, não consegue a mesma abrangência que multiplex. Pode-se interpretar que um estudo sobre os modos de poder apresentaria uma visão mais completa e aperfeiçoada da *Altura* (dimensão proposta por Acharya). Mas, ainda assim, deixaria de fora a capacidade de projeção e influência dos atores, bem como sua interação com as diversas regiões onde têm interesses.

O autor indiano defende que as quatro dimensões fornecem uma perspectiva mais holística da ordem mundial do que a ideia dominante de uma ordem hegemônica liberal. Ele usa essas dimensões para analisar as mudanças na distribuição de poder global, incluindo o declínio relativo dos Estados Unidos da América e o surgimento de novos atores globais, como China, Índia, Rússia e Brasil. O autor usa essas dimensões, também, para discutir as implicações dessas mudanças para a gestão da ordem mundial e as perspectivas para a cooperação global.



No que tange a primeira dimensão, chamada de *Altura*, o autor se refere à capacidade de um Estado de projetar poder verticalmente, ou seja, em uma hierarquia global de poder. Para tal, emprega sua capacidade militar, tamanho da economia e recursos naturais, podendo incluir a construção de forças armadas fortes e modernas, aquisição de armas avançadas, desenvolvimento de tecnologia militar, bem como a expansão econômica e o controle de recursos naturais valiosos. A distribuição de poder na dimensão *Altura* tem sido a base para a hierarquização dos Estados e, também, uma das principais fontes de tensão e conflito na ordem mundial contemporânea.

Nessa dimensão, o autor defende que os EUA estariam perdendo a vantagem relativa em relação aos demais atores, sinalizando a transição de um momento unipolar para uma ordem multipolar. Segundo Wohlforth (1999) unipolaridade seria a preponderância decisiva em todos os componentes subjetivos do poder: econômicos, militares, tecnológicos e geopolíticos. Para Acharya, apesar de essa ser apenas mais uma tentativa de definição de poder e unipolaridade, ela representa bem como se daria essa transição à multipolaridade. Segundo ele, os EUA provavelmente continuariam liderando no quesito militar por muito tempo. Mas a invasão do Iraque de 2003 demonstrou que supremacia militar nem sempre se traduz em influência geopolítica. Ou seja, mesmo com a supremacia militar, sem a capacidade de garantir influência nas regiões não seria possível a manutenção da estabilidade unipolar, como é exatamente o que vem acontecendo.

Ainda citando Wohlforth (1999), cabe destacar que esse autor criticava o conceito de polaridade, seja num contexto unipolar, bipolar ou multipolar. Para ele, tal visão restrita incentivaria uma ideia de dicotomia ou conflito inevitáveis. Em uma multipolaridade clássica, os polos estariam necessariamente em constante rivalidade caminhando inevitavelmente para um conflito de alianças. Acharya, ao propor um cenário multiplex, visa a fugir dessa rivalidade destrutiva apontando para a teia de relações de interdependência que imporia uma postura mais colaborativa aos atores envolvidos.

Acharya e Buzan (2019) defendem que uma guerra global entre grandes potências não ofereceria ganhos que compensassem as perdas. Os meios de destruição tornaram-se potentes demais, os custos envolvidos altos demais, a legitimidade de conquistas territoriais muito baixa e a perspectiva de resistência em territórios ocupados alta demais. Adicionalmente, em um mundo de grandes potências – ou seja, sem nenhuma superpotência – nenhuma possuirá a capacidade, talvez nem mesmo a ambição, de tentar ser hegemônica.

No debate sobre a *Altura*, cabe destacar que se entende não ser interessante restringir a comparação somente a atores estatais. Acharya e Buzan (2019) defendem que conflitos entre atores não estatais e Estados, e até mesmo somente entre atores não estatais, seriam a principal fonte de violência internacional no futuro. O fato de existirem Estados falidos permitiria também que atores não estatais violentos estabeleçam suas bases naqueles territórios.

Para Acharya, os componentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros como Indonésia, Coreia do Sul, México, Vietnã, Egito, Colômbia e Turquia, seriam as potências emergentes na ordem mundial multiplex. Esse grupo estaria, aos poucos, aumentando seu poder econômico, político e militar mesmo que ainda não se encaixem nos modelos de potências mundiais. Segundo o autor indiano essas potências emergentes não seriam somente desafiantes da ordem mundial liderada pelos EUA, mas estariam contribuindo para tentar construir uma nova ordem mais plural e multipolar.

Cabe destacar, porém, que Acharya afirma que um papel realista para os emergentes seria aquele de atrapalhar ou frustrar o projeto de continuação da Ordem Mundial Americana. Devido à falta de unidade, visão compartilhada e até de recursos, o autor entende que seria improvável que se construa uma nova ordem mundial global alternativa. Sendo assim, a cooperação entre as atuais potências e os atores emergentes seria crucial para a construção de uma efetiva governança global.

Além disso, o autor argumenta que a projeção do poder na dimensão *Altura* também envolve a capacidade de influenciar outros países por meio da diplomacia e alianças estratégicas. Inclui também a capacidade de influenciar organizações internacionais como a ONU e a OTAN, bem como a capacidade de dominar tecnologias e setores estratégicos como a energia nuclear. Assim, ao analisar o poder material de um país ou bloco de países, infere-se a capacidade de influenciar os organismos internacionais, de moldar as instituições globais e as regras do jogo internacional.

Observa-se que os países mais poderosos têm maior influência nas decisões tomadas pelos organismos internacionais e podem usar sua posição para promover seus próprios interesses. No entanto, o autor também destaca que os organismos internacionais têm um papel importante na regulação das relações internacionais e na promoção da cooperação global. Ele argumenta que a projeção do poder na dimensão da *Altura* não é suficiente para garantir a liderança global em um mundo cada vez mais complexo e interdependente, e que é

necessário considerar outras dimensões, como *Comprimento*, *Profundidade* e *Tempo*. Apesar de ser relevante, uma análise restrita somente ao arranjo de poder material dificilmente poderia capturar a complexidade da política mundial hoje.

Ampliando a análise, uma segunda dimensão proposta por Acharya seria o *Comprimento*. Estudar a extensão geográfica e a dispersão da ordem, capturando as diversas ordens regionais em escala global forneceria uma visão mais plural e diversificada. O autor argumenta que, historicamente, a ordem liberal euro-atlântica sempre considerou as demais ordens regionais no terceiro mundo como insignificantes. Em sua proposta multiplex, Acharya defende que a abordagem global deva ser multirregional, reforçando as interdependências entre cada região e as diversas instituições que as permeiam.

Cabe destacar que Acharya critica a noção de um regionalismo como simplesmente blocos que competem e disputam poder material, conduzidos por uma potência regionalmente hegemônica. Nessa dimensão, segundo o autor, as ordens regionais deveriam ser vistas como “mundos regionais”, destacando a relevância de combinar a geopolítica da região com sua dinâmica econômica e as identidades culturais predominantes.

Mais ainda, as regiões não seriam estanques entre si, nem seriam puramente extensões da dinâmica global. A perspectiva de mundos regionais vai além de olhar a dinâmica interna da região ou suas organizações econômicas, políticas e identidades culturais. A ideia, na dimensão *Comprimento*, é ver também como essas regiões interagem entre si e como essa dinâmica se relaciona com uma possível ordem global.

No entanto, o autor também destaca que a redistribuição global de poder, com a emergência de novos atores, pode alterar a projeção de poder na dimensão *Comprimento*, rearranjando as ordens regionais. Isso ocorre porque a capacidade de um país ou bloco de países para exercer influência em várias partes do mundo é um fator importante na determinação de sua posição como líder regional ou global.

Por exemplo, no caso da China, o país tem buscado expandir sua influência em várias regiões do mundo por meio da iniciativa “*Belt and Road*”, ou “*One Belt, One Road*”, que visa a estabelecer novas rotas comerciais e investimentos em infraestrutura em vastas regiões do mundo. Além disso, tem expandido sua presença global por meio de alianças regionais e multilaterais, como por exemplo, sendo um dos membros fundadores do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), que foi criado para financiar projetos de infraestrutura na Ásia e outras regiões do mundo. A China também está envolvida em outras organizações

regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Essa estratégia é vista como uma forma de aumentar a influência chinesa, inicialmente em nível regional e posteriormente global, estabelecendo-se como uma potência econômica e política. Acharya argumenta que o surgimento da China como uma potência global está mudando a dinâmica da ordem mundial e desafiando a capacidade dos Estados Unidos de projetar poder na dimensão *Comprimento*.

Ao propor o termo “mundos regionais”, Acharya explica também que não seria sua intenção descrever o mundo como algo dividido entre regiões, ou que os diversos regionalismos seriam a única força motriz e palcos da ordem mundial. A metáfora de “mundos regionais” seria útil somente para sinalizar um conceito mais plural de ordem global, indo além da noção tradicional liberal de uma universalidade singular para a humanidade.

Um estudo do *Comprimento*, compreendendo melhor as regiões, também é crucial para acompanhar a evolução da dinâmica global. Acharya argumenta que as potências emergentes serão, quase que em sua totalidade, potências regionais, permanecendo restritas à sua própria estratégia regional e contextos econômicos. O autor menciona o Brasil, a África do Sul, a Nigéria, a Índia e o Japão, como exemplos de atores que, provavelmente, não assumiriam um papel de potências globais, mas que teriam atuação relevante em seus respectivos “mundos regionais”. Porém, apesar de restritos em suas regiões, tais atores seriam responsáveis por limitar o alcance e influência de potências extrarregionais, desafiando a capacidade de atores hegemônicos atuarem em regiões distantes. Mesmo no caso dos EUA, apesar de ainda serem bastante capazes de atuar em escala global, dificilmente conseguiriam moldar uma região sem o suporte do líder local.

Acharya relembra que um desafio para o Brasil é definir se pretende usar sua posição no G20 para projetar liderança em assuntos globais, ou se foca esforços no fortalecimento regional. Pretende-se explorar na última seção deste estudo, como o projeto brasileiro para o “mundo regional” da América do Sul tem sido dependente de alinhamentos ideológicos, restringindo seu alcance e capacidade de atuação.

Se na primeira dimensão o autor analisa o poder material e sua conseqüente influência nas decisões internacionais, e na segunda dimensão a análise foca nas regiões e suas dinâmicas, a terceira dimensão se volta para questões menos tangíveis. Ao chamar esta dimensão de Profundidade, Acharya propõe analisar a capacidade de atores globais de influenciarem normas e valores internacionais, incluindo cultura e religião.

O autor argumenta que essa dimensão é frequentemente negligenciada nas discussões sobre poder global e que a influência em Profundidade independe da localização geográfica ou do nível de desenvolvimento. Novos atores, como China e Índia, têm usado suas histórias e culturas para tentar promover sua influência global, sendo a Profundidade um verdadeiro campo de batalha em constante mudança, com diversos atores disputando influência para moldar normas e valores internacionais.

Cabe lembrar que tais atores não seriam somente os estatais, exigindo uma abordagem que vá além da geopolítica. Empresas metanacionais, líderes influenciadores carismáticos e outros atores podem ser capazes de influenciar valores internacionais, pautar narrativas e contribuir para ajustes de norma que favoreçam seus interesses. Esses atores não estatais podem também ser instrumentalizados para aumentar a penetrabilidade em Profundidade de atores externos. Galeotti (2023) relembra que, atualmente, cada vez mais os atores rivais tendem a escolher ferramentas de disputa que evitem a escalada ao conflito armado. Assim, ações que instrumentalizem atores não estatais e agências internacionais podem ser opções para atuar em Profundidade, no contexto quadrimensional de Acharya.

Um aspecto relevante nessa dimensão são as religiões e como elas são vistas por Acharya como uma força poderosa na política global. Essa força poderia ser usada para promover a paz e a estabilidade ou ser instrumentalizada para a violência e o conflito. Mais ainda, o autor sugere que apesar de atores globais usarem a religião, ela própria também seria um ator em si mesma, em busca de poder.

Dessa forma, ao usarem o *soft power*, alguns atores buscam desafiar a influência dominante e promover uma visão de mundo mais plural e diversificada para a ordem internacional. A capacidade de atrair novos parceiros em torno de seus projetos próprios, e instrumentos de *soft power*, definirá a Profundidade de alcance de cada ator. Acharya, porém, relembra que o *soft power* não é uma panaceia para todos os desafios da política global e seu uso deve ser combinado com outras formas de poder, como o econômico e militar, para ser mais eficaz.

Até o momento, Acharya propôs uma abordagem que apresente quais seriam os atores mais fortes materialmente (*Altura*), onde tais atores estariam inseridos, representando o mundo regional (*Comprimento*) e quais dessas forças em disputa conseguiriam projetar melhor sua influência nas normas e cultura (*Profundidade*). Apesar dessa abordagem fornecer um panorama interessante para entender a dinâmica regional, ela seria uma foto estática de

um momento específico, faltando ainda uma quarta dimensão que pudesse analisar como essas diversas variáveis estariam se comportando ao longo de um período específico.

Acharya argumenta que o poder não é estático e que flutuaria e evoluiria ao longo do tempo, influenciado por mudanças no cenário global, inovações tecnológicas, transformações políticas e outras dinâmicas sociais. Assim, Acharya propõe o *Tempo* como a quarta dimensão de análise. Essa dimensão se refere à capacidade de um Estado de exercer influência no longo prazo, ou seja, de projetar poder sustentável e duradouro. Para tal, o autor sugere que a ordem internacional atual está em transição e que seria importante entender esse processo de alternância de ordens ao longo da história, abordando como as diferentes ordens internacionais surgiram e desapareceram, desde o sistema de Vestfália até a ordem internacional liberal, liderada pelos EUA.

O presidente chinês, Xi Jinping, em encontro com o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, proferiu a seguinte frase que ilustra o atual momento histórico de uma possível mudança de ordem internacional: “Agora, existem mudanças – de tipo não vistas há mais de 100 anos – e somos nós que estamos fazendo essas mudanças, juntos.” (Leonard, 2023). Mais ainda, reforça que o projeto Chinês possui consciência da dimensão Tempo, atuando de forma a apresentar um projeto de alteração na ordem mundial e sustentá-lo no tempo.

O argumento proposto é que somente compreendendo a dimensão *Tempo* seria possível entender as mudanças globais e como os diversos atores se adaptam a elas. Isso inclui a capacidade de investir em inovação e tecnologia, bem como a capacidade de construir relações de cooperação e confiança com outros Estados (Acharya, 2018a).

Por fim, o *Tempo* serve para compreender a transição entre as ordens, sinalizando seus pontos de começo e fim. É útil também, segundo Acharya, para lembrar que não é possível replicar ordens mundiais anteriores. O autor critica a historiografia eurocêntrica que conduziu grande parte do debate sobre a ordem internacional pós-guerra Fria. A falta de noção do tempo levou a pensamentos muito distorcidos sobre o futuro da política internacional e da própria ordem mundial.

Acharya questiona a sugestão metafórica de Graham (2017) de uma nova armadilha de Tucídides<sup>7</sup>, que aplicaria a rivalidade antiga do Peloponeso à relação EUA e China. O autor

<sup>7</sup> A armadilha de Tucídides é um conceito das relações internacionais, popularizado pelo cientista político norte americano Graham T. Allison, que descreve a aparente tendência inexorável à guerra quando uma potência emergente ameaça substituir uma grande potência, já consolidada como hegemônica, no sistema internacional. O conceito foi usado principalmente para descrever um potencial conflito entre os Estados Unidos e a República Popular da China, mas também pode ser aplicado a outras situações históricas ou contemporâneas.

indiano contesta também aqueles autores que fazem paralelos entre a Europa, na época da ascensão da Alemanha, e a Ásia, na era do renascimento chinês. Contra isso, Acharya defende que a perspectiva quadridimensional adotada em seu livro, fornece uma imagem mais ampla, mais abrangente e de longo prazo da ordem mundial, do que aquela ideia dominante de uma ordem liberal.

O rearranjo de poder nas dimensões acima, com a ascensão de novos detentores de poderes materiais significativos, com as ordens regionais se redefinindo e com novos instrumentos de influência disponíveis, tem feito com que diversos autores apresentem uma visão pessimista da ordem mundial em construção. Acharya critica a visão de Brezesinski (2012) de que o mundo estaria perigosamente instável, ou a afirmação de Zakaria (2008) de que o sistema mais estável seria aquele com um poder dominante que manteria a ordem sobre os demais. Para o autor indiano, a posição de Keohane (1984) seria a mais interessante pois argumentava que a existência de um poder hegemônico não seria uma condição suficiente para o estabelecimento de uma ordem mundial, sendo talvez até desnecessária.

Com o objetivo de apresentar sua visão otimista do que seria a ordem multipolar em construção, Acharya relembra que os poderes em ascensão claramente apresentam o desejo de reformular a ordem mundial em vigor, mas não existiriam ações que visem a sua desestabilização. Pelo contrário, China, Índia, Brasil, África do Sul e Indonésia, por exemplo, encontram-se cada vez mais engajadas em missões de paz das Nações Unidas. O autor defende, então, que tais atores trariam recursos e novas capacidades de influência para as mesas de negociação, podendo contribuir para a resolução de conflitos e outros problemas internacionais. O real problema, segundo Acharya, seria a relutância do Ocidente em reconhecer tais capacidades como oportunidades, insistindo em tentar reconstruir a ordem mundial como era no período hegemônico pós-Guerra Fria. Tal postura ocidental, ao invés de incentivar novos caminhos de cooperação e paz, pode acabar sendo o maior desafio para a estabilidade global (Acharya, 2018a).

O autor reconhece que alguns projetos em ascensão possuem certa disposição para impor seus próprios modelos, ou estabelecer modelos paralelos, mas entende que uma construção cooperativa entre o modelo antigo e os novos seria o formato mais realista a se esperar. Em um mundo multiplex, o internacionalismo liberal não deixaria de existir, mas precisaria se adaptar às novas ideias e abordagens da ordem mundial. Esses mundos distintos possuiriam mais razões para cooperação do que para confronto, e a interação dinâmica entre

eles marcaria a característica mais relevante do emergente mundo multiplex (Acharya, 2018a).

Além disso, Acharya reforça a importância que o regionalismo e os poderes regionais teriam nesse cenário, uma vez que podem contribuir para a cooperação global. Muitas organizações regionais compartilham objetivos pacíficos e mereceriam espaço em qualquer contexto de ordem mundial, uma vez que seriam abertas, interativas e inclusivas. O autor critica a visão tradicionalista ocidental de associar o regionalismo a esferas de influência ou a equilíbrios de poder.

Por fim, ao formular sua abordagem de um mundo multiplex, Acharya propõe que os leitores sejam abertos a novos conceitos e teorias, aceitando novas possibilidades de ordem mundial que não tenham precedente histórico. Superar a armadilha de tentar explicar o cenário atual usando somente os exemplos do passado, como a multipolaridade do início do século XX ou a geopolítica bipolar grega da Guerra do Peloponeso, seriam os primeiros passos para uma melhor compreensão do mundo.

Em um artigo publicado em 2023, Acharya defende que em um mundo multiplex não haveria o “fim da História”. A nova ordem seria moldada por uma coexistência competitiva do comunitarismo chinês, do liberalismo ocidental, do ecletismo indiano e de visões de civilizações como o Islã, entre outras (Acharya, 2023). Em um outro artigo, o professor indiano argumenta que o que define a ordem multiplex é a interação entre os atores e não somente os poderes econômicos e militares. Para ele a interdependência global é vista como algo cada vez mais multidisciplinar, construindo novas lideranças multidimensionais e orientadas a temas específicos (Acharya, Estevadeordal e Goodman, 2023).

Este estudo entende que a ordem liberal ocidental como se conhece hoje, liderada pelos EUA, demonstra sinais de que sofrerá algum tipo de alteração. O grau dessa alteração dependerá de como se darão as interações dela com as demais ordens emergentes. Independente desse grau, o fato é que existem indícios de que o mundo será diferente nos próximos anos, sendo cada vez mais interdependente, conectado, plural e influenciado por novos atores estatais e não-estatais. Compreender esse novo cenário complexo, e seus possíveis atores principais, é fundamental para a construção de qualquer projeto regional brasileiro. Partir de uma leitura equivocada ou incompleta dos principais atores, regras e motivações em jogo pode produzir estratégias ineficazes ou prejudiciais.



Assim, este trabalho entende que a visão apresentada por Acharya seria a que melhor capturaria a complexidade do cenário internacional atual. Mais ainda, é a que mais se aproximaria de uma chave de leitura que realmente possa contribuir para uma estratégia regional brasileira no seu entorno estratégico, com foco no Golfo da Guiné. Kissinger (2014) já dizia que o desafio contemporâneo de criar uma ordem mundial exigiria uma estratégia coerente, que estabeleça conceitos de ordem diferentes em cada uma das regiões e que conecte essas ordens diversas, umas com as outras. Assim, Kissinger já havia percebido que existem múltiplas ordens, cada uma respeitando o contexto de suas regiões. A próxima seção discorrerá sobre como o método multiplex pode ser aplicado para analisar a ordem regional do Golfo da Guiné.

## 1.2 - UM MÉTODO MULTIPLEX

Esta seção do trabalho descreverá como as quatro dimensões propostas por Acharya serão usadas no estudo do Golfo da Guiné. Espera-se que a abordagem multidimensional auxilie em uma compreensão mais completa e precisa da geopolítica da região, identificando as principais tendências e desafios, bem como as oportunidades para a cooperação e o desenvolvimento.

Apesar de Acharya propor a abordagem em quatro dimensões, esta pesquisa entende que não seria possível uma análise estanque entre esses aspectos que, por vezes, são complementares e interconectados. Dessa forma, esta dissertação será estruturada dividindo o estudo em três grupos, com o primeiro apresentando uma análise conjunta do *Comprimento* e do *Tempo*, o segundo trazendo à tona a cultura e as normas da dimensão *Comprimento* e o terceiro com a comparação de poder material da *Altura*. Tal proposta visa a, inicialmente, contextualizar a região e seu histórico, além de apontar tendências e projeções para aquele mundo regional. Desse modo será possível uma compreensão sistêmica daquele golfo, sinalizando a dinâmica regional e sua extensão geográfica.

Em um segundo momento, será apresentada a teia de atores presentes no Golfo da Guiné e como esses moldam a cultura e normas locais. A partir desse panorama será possível debater como os atores extrarregionais podem exercer influência nas normas e culturas. Por fim, em um terceiro momento, os atores extrarregionais serão mencionados evidenciando seus poderes materiais, econômicos e militares. Assim, apresentando a *Altura*, será possível avaliar quais desses seriam os mais poderosos materialmente. Como será apresentado nas próximas

seções, o Brasil não conta com um poder material significativo em relação aos demais atores extrarregionais, porém possui grande penetração cultural nos países lusófonos do golfo.

Cabe destacar, também, que essa proposta de aglutinar *Comprimento* e *Tempo* em uma seção, e separar as demais em outras, visa a somente facilitar o encadeamento de ideias e não pretende restringir comentários que permeiem as quatro dimensões. Ou seja, durante a abordagem de uma dimensão, aspectos das outras três dimensões podem ser mencionadas, evidenciando a interconectividade entre elas.

No que tange ao *Comprimento*, apresentar-se-á uma descrição da geografia da região, incluindo sua localização, recursos naturais e características físicas. Depois, serão discutidos os principais organismos regionais, seus projetos de governança e como cada ator regional tem atuado na construção daquele mundo regional que seria o Golfo da Guiné. Durante essa abordagem, as principais iniciativas regionais serão analisadas, apresentando suas origens, seus componentes e quais seriam seus objetivos. Maior enfoque será dado para os organismos regionais que possam beneficiar um possível projeto brasileiro para a região. Ou seja, as instituições que possibilitem diálogo ou aproximação do Brasil e que possam ser influenciadas por ele.

A dimensão *Comprimento*, na análise regional, é importante para compreender a diversidade e a complexidade dos mundos regionais que compõem o sistema internacional. O *Comprimento* pode revelar as potencialidades e os desafios de cada região, bem como as oportunidades e as ameaças que enfrentam em um cenário multiplex. Essa dimensão também pode indicar o nível de autonomia e influência que uma região possui em relação às outras. Organismos podem ampliar ou reduzir o *Comprimento* de uma região, dependendo do grau de integração, cooperação e coordenação que estabelecem entre seus membros. Esses atores também podem influenciar o *Comprimento* de outras regiões, por meio de suas relações diplomáticas, econômicas e militares.

O *Comprimento* também pode ser afetado pelas disputas de fronteiras, pelos fluxos migratórios, pelos acordos comerciais e pelas alianças estratégicas entre as regiões. Nesse contexto, uma das organizações mais relevantes para a região é a CEDEAO. Abrangendo cerca de um terço do continente africano, esse organismo abarca uma grande diversidade cultural, linguística, étnica e religiosa.

Em seguida, analisando a evolução da região ao longo do tempo e identificando as mudanças na ordem regional, propõe-se compreender as perspectivas futuras para o Golfo da

Guiné. Para tal, na análise do Tempo, serão incluídos alguns eventos históricos importantes, como guerras, revoluções e mudanças de regime, bem como a análise de macrotendências na política e na economia da região.

Assim, um olhar para os principais projetos dos atores ali presentes poderá sinalizar quais possuem melhor capacidade de sustentar-se no longo prazo e quais projetos estariam abordando questões e compromissos duradouros e estabelecendo relações de confiança com os demais. Tal resultado permitirá ao Brasil escolher parceiros que possam sobreviver às mudanças impostas pelo tempo, bem como ajustar sua postura para também atuar de forma sustentável e resiliente.

A escolha de analisar as dimensões *Comprimento* e *Tempo* juntas permitirá definir geograficamente o mundo regional do Golfo da Guiné. Segundo Acharya (2018a), os mundos regionais são parte fundamental da ordem mundial em construção e a forma como estes mundos se comportarão uns com os outros ditará a qualidade das relações internacionais.

Ao analisar a *Profundidade*, um estudo sobre a cultura, a religião e a história da região será apresentado, identificando como esses fatores influenciam a política e a economia da região. Faz-se necessário perceber que as diversas culturas e civilizações possuem aspectos em comum e, também, diversos aspectos que as distinguem. Acharya e Buzan (2019) debatem os conceitos de universalismo e relativismo cultural nas ciências sociais. Para aqueles autores, o universalismo nas relações internacionais é geralmente a projeção de ideias, valores e cultura ocidentais para o resto do mundo. Eles argumentam que isso se observa na tentativa aplicar conceitos de Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Kant, Locke e Smith a todos os Estados e sociedades. Acharya e Buzan defendem que o relativismo cultural reconhece as diferenças entre as sociedades. Por exemplo, as culturas africanas asiática e latino-americana são diferentes entre si e em relação ao Ocidente.

Sendo assim, em relação a *Profundidade* propõem-se uma compreensão da sociedade onde se pretende atuar, ou com quem se planeja interagir. Acharya e Buzan (2019) argumentam que todas as sociedades estabelecem fundamentos morais e normativos próprios que moldam suas próprias identidades, definindo quem eles são e quem seriam os “outros”. Essas estruturas normativas apontam quem seriam os membros legítimos naquela sociedade e quais comportamentos legítimos seriam os esperados.

Outro aspecto relevante, defendido por Acharya e Buzan, é a transição política da dinâmica entre direita e esquerda. Para esses autores, observa-se uma tensão entre quem

defende uma abordagem voltada para o interior, nacionalista, e aqueles abertos para uma sociedade mais global. Essa seria uma questão que divide várias sociedades causando oscilações em suas políticas domésticas. Eles citam Rússia e Índia como exemplos de países introspectivos. Também relembram que, apesar de a China ter se beneficiado com a globalização, também possui características nacionalistas. Os atores tradicionalmente liberais, como os EUA, Reino Unido e União Europeia encontram-se profundamente polarizados com esse debate.

Dessa forma, atores externos e internos que quiserem aumentar sua influência no golfo devem atuar na dimensão cognitiva da população para moldar normas e a própria cultura local. A crescente conectividade das sociedades africanas permite que tais ações ocorram por meio de redes sociais e demais recursos digitais na internet. Buzan e Lawson (2015) relembram que, na metade da década de 1990, existiam 55 milhões de aparelhos de celular, sendo usados majoritariamente para chamadas telefônicas. Em 2010, já existiam 4,5 bilhões de aparelhos celulares e, estima-se, que em 2023 esse número seja de 6,5 bilhões de usuários, representando 78% da população mundial.

Cabe destacar que as diversas ordens internacionais, anteriores ao século XIX, também possuíam algum tipo de tecnologia social. Buzan e Lawson (2015) relembram que as línguas francas, como o latim e o francês, além da religião Cristã, eram usadas na Europa medieval integrando os diversos reinos. Até mesmo na Grécia antiga as instituições compartilhadas como os Jogos Olímpicos e o Oráculo de Delfos serviam como tecnologias sociais que facilitavam a integração entre sociedades plurais. Compreender a dinâmica social africana, especialmente aquela presente no Golfo da Guiné, além de identificar quais as tecnologias sociais mais eficazes naquelas sociedades, facilitará um maior alcance em *Profundidade*.

Soma-se a isso o fato de que, permeando a dinâmica entre Estados e a dinâmica social da interação entre indivíduos está uma densa e complexa teia de atores transnacionais não estatais, contribuindo ou perturbando essas mesmas dinâmicas (Acharya e Buzan, 2019). A capacidade desses atores não estatais de influenciar e moldar o cenário internacional é fruto da distribuição do poder de forma difusa e descentralizada. Alguns desses atores possuirão poder para, segundo Acharya e Buzan (2019), desafiar ou se aliar a outros atores (não estatais e estatais). Quanto mais fraco for um Estado, mais suscetível a ser desafiado por atores não estatais. Cabe lembrar que nesse contexto, Acharya e Buzan preocupam-se muito com

atores não estatais violentos, como grupos terroristas ou movimentos políticos violentos. Além desses atores que possuem relativa capacidade de interferir na dimensão *Altura*, os autores também citam as organizações não violentas e seu poder de influenciar e atuar na dimensão *Profundidade*.

Buzan e Lawson (2015) argumentam que, a partir da década de 1860, a quantidade de organizações internacionais governamentais (OIG) multiplicaram rapidamente, sendo que em 1913 seu número já era 45. Assim, a fundação da Liga das Nações, em 1919, longe de ser algo novo, foi na verdade a confirmação de todo um desenvolvimento das instituições e organismos internacionais que já durava meio século. Com a transição da Liga para a Organização das Nações Unidas (ONU), muitos dos seus escritórios associados foram transferidos para o novo órgão dando origem à atual família de OIG da ONU. Por exemplo, Buzan e Lawson (2015) citam a Corte Internacional de Justiça (CIJ), a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), dentre outros.

Apesar de algumas serem somente fóruns de discussão, outras como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a União Europeia (UE) são atores internacionais com interesses próprios. Armstrong (2011) relembra que, já em 1996, o FMI, o BM e a ONU foram convidados para participarem da reunião de cúpula do G7 (Grupo das sete maiores economias liberais).

Em relação à ONU, cabe destacar que sua participação em segurança aumentou drasticamente após a década de 1980. Em 1987 apenas 15 resoluções do conselho de segurança foram aprovadas, passando para 53 em 1991 e 78 em 1993. O orçamento para assuntos de segurança saiu de U\$ 230 milhões em 1987 para U\$ 3,6 bilhões em 1993 (Armstrong, 2011).

Além disso, uma crítica recorrente é que a Assembleia Geral da ONU vem sendo ocupada, a partir da década de 1960, por representantes de países com populações bastante reduzidas. Por exemplo, foram admitidos 68 Estados desde 1966, perfazendo 35% de toda a nova assembleia. Porém todos esses Estados juntos representam somente 9% da população mundial. Alguns desses países possuem somente 100.000 habitantes, mas têm o mesmo peso de voto na assembleia de uma China ou Índia, com bilhões (Armstrong, 2011).

Um dos pontos da abordagem multiplex é a inclusão dos diversos atores não estatais na dinâmica complexa internacional. Com a crescente importância e participação dos

organismos acima, um questionamento razoável e honesto seria: poderiam estes organismos ser instrumentalizados para beneficiar um ou outro ator, em detrimento dos demais? Apesar de ser difícil uma resposta categórica para essa pergunta, Armstrong (2011) cita algumas alegações feitas contra o FMI durante sua atuação na antiga Iugoslávia. Segundo o autor, naquelas acusações vindas de grupos liberais dos próprios EUA, as exigências de ajustes estruturais impostas pelo FMI foram a causa da desestabilização e da crise econômica, culminando no conflito da década de 1990.

Armstrong (2011) também relembra que Joseph Stiglitz, um antigo economista-chefe do BM e prêmio Nobel, culpava a atuação do FMI durante a crise econômica da Ásia de 1997. Segundo Armstrong, Stiglitz entendia que as políticas impostas pelo FMI não levaram em conta as peculiaridades daquela região e acabaram contribuindo para o agravamento da crise.

Talvez a crítica mais contundente à atuação das OIG seja aquela feita pela Rússia durante a intervenção de 2008 na Geórgia. Naquela época, a Rússia respondeu às críticas do Ocidente, e ignorou os apelos da ONU, argumentando que a própria OTAN e os EUA haviam agido de forma similar na crise do Kosovo da década de 1990 (Armstrong, 2011). Tal comportamento se repetiu na invasão russa à Ucrânia de fevereiro de 2022.

Atualmente, em um contexto multiplex, a demanda por uma governança global continuará intensa, porém Acharya (2018b) defende que se pode observar uma fragmentação na arquitetura dessa governança. Como exemplo, cita que o FMI, o BM e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) dialogarão também com o Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático (BIIA) e outras iniciativas tanto chinesas como de outras potências emergentes. O Ocidente precisará negociar uma acomodação entre essas instituições, o que acarretará a legitimação das mesmas acelerando a transformação para um mundo multiplex.

Além das OIG que visavam a harmonizar (ou impor) os interesses dos Estados, as diversas transformações globais e a interdependência crescente entre as sociedades fomentaram o surgimento de organizações internacionais não-governamentais (OING), cada vez mais capazes de questionar e influenciar os tomadores de decisão. Os incrementos em comunicação permitiram que diversas novas OING surgissem e que ideias pudessem transitar entre sociedades, viabilizando movimentos revolucionários transnacionais, sociedades defensoras da paz, associações contra a escravidão, entre outras. Buzan e Lawson (2015) lembram que, já em 1815, diversas OING que combatiam a escravidão, fizeram pressão para que o governo britânico levasse seus argumentos no Congresso de Viena.

Até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) existiam cerca de 400 OING e, atualmente, segundo Buzan e Lawson (2015), existiriam mais de 25.000 OING. Algumas dessas possuem tamanha relevância no cenário internacional que conseguem angariar mais recursos do que a própria ONU. Buzan e Lawson mencionam que dois terços dos recursos humanitários da União Europeia foram para OING. Mais ainda, algumas dessas OING ganharam espaço consultivo nos fóruns das OIG, como é o caso da Anistia Internacional que tem atuação vigorosa na ONU. Um exemplo *sui generis* é o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas que já foi criado sendo a fusão de OING, OIG e representantes dos Estados e tem monopolizado o debate sobre as questões climáticas.

Em relação à *Altura*, propõe-se uma análise da distribuição de poder material, identificando os atores globais e regionais mais influentes e suas relações de poder. Nessa seção serão abordados acordos comerciais e militares, formas de atuação dos principais atores extrarregionais, bem como projetos das lideranças regionais. Serão analisados, ainda, dados comparativos de poder militar, econômico, reservas naturais e índices tecnológicos entre esses atores.

A *Altura* é um conceito relevante para o estudo do Golfo da Guiné, pois essa é uma região que apresenta uma grande diversidade e complexidade de atores que interagem em questões de segurança, desenvolvimento e governança. O Golfo possui uma riqueza natural e humana significativa, mas também enfrenta vários desafios socioeconômicos, políticos e ambientais. Além dos Estados, o Golfo da Guiné conta com a presença de organizações regionais, potências externas, empresas multinacionais, grupos armados não estatais, além de diversas ONGs e movimentos sociais. Esses atores possuem diferentes graus de poder e influência sobre as questões da região, gerando uma dinâmica regional multiplex.

Por meio de uma análise das suas estratégias e políticas publicadas para a região, pretende-se evidenciar como, e com que intensidade, cada um desses atores extrarregionais tem projetado seu poder no Golfo da Guiné. Mais ainda, relatórios internacionais de dados econômicos e militares ilustraram as capacidades absolutas e relativas desses mesmos atores.

No debate sobre a *Altura*, cabe destacar que ele vai além de somente uma comparação entre atores estatais. Acharya e Buzan (2019) defendem que conflitos entre atores não estatais e Estados, e até mesmo entre atores não estatais, seriam a principal fonte de violência internacional no futuro. O fato de existirem Estados falidos permite que atores não estatais violentos estabeleçam suas bases.

Conforme exposto acima, a proposta metodológica deste estudo é aplicar a abordagem quadridimensional multiplex de Amitav Acharya para uma análise geopolítica do Golfo da Guiné. Optou-se por iniciar com as dimensões *Comprimento* e *Tempo* para contextualizar a região de interesse e suas tendências. Em seguida optou-se por apresentar a dimensão *Profundidade* e as possibilidades de influenciar as culturas e as normas da região. Por fim, os atores extrarregionais e suas capacidades materiais, aplicando um estudo sobre a dimensão *Altura*.

Neste capítulo, a proposta multiplex de Acharya foi apresentada como uma ferramenta analítica para estudar a geopolítica do Golfo da Guiné. Argumentou-se que as quatro dimensões dessa abordagem - *Comprimento*, *Tempo*, *Altura* e *Profundidade* - permitem captar a complexidade e a diversidade das relações entre os atores envolvidos na região. Além disso, propôs-se como aplicar a abordagem multiplex em um estudo de caso empírico, como será evidenciado nas próximas seções.

Uma estratégia brasileira efetiva, para o limite oriental do seu entorno estratégico, precisa ser baseada em um panorama completo de quais atores extrarregionais estão presentes, suas capacidades materiais e suas potencialidades de influência. Da mesma forma, compreender a região e suas peculiaridades, entender as dinâmicas locais e como as diversas culturas e sociedades interagem e evoluem no tempo complementar a abordagem. No próximo capítulo, pretende-se explorar as dimensões *Comprimento* e *Tempo* da abordagem multiplex, contextualizando a região de interesse em termos de sua história, geografia, cultura e política.



## CAP 2 - UM GOLFO MULTIPLEX

O Golfo da Guiné é uma região de importância estratégica e econômica significativa. Suas águas costeiras abrigam uma variedade de nações e desempenham um papel crucial no comércio marítimo, na exploração de recursos naturais e no ecossistema marinho da região. Com uma riqueza de recursos naturais essenciais e conexões marítimas vitais ligando a região a outros continentes, o Golfo da Guiné mantém sua posição como uma área de relevância estratégica. O interesse global na região tem crescido substancialmente, notadamente em face das recentes descobertas de reservas de hidrocarbonetos e da crescente necessidade dos principais atores geopolíticos de garantir novas fontes de energia.

O objetivo principal desse capítulo é apresentar o objeto de estudo: o Golfo da Guiné. Como objetivos secundários, espera-se argumentar que a História, Geografia, sociedade e economia da região fazem dela um “mundo regional”, conforme apresentado por Acharya. Além disso, espera-se, também, apresentar os principais organismos regionais presentes no Golfo e que possuem influência nos interesses brasileiros.

Neste capítulo, duas dimensões da proposta quadridimensional de Acharya serão aplicadas na região do Golfo da Guiné, detalhando suas características geográficas, políticas, históricas e socioeconômicas. As dimensões *Comprimento* e *Tempo* permitirão contextualizar a região e sua complexa dinâmica local. Mais ainda, ao incluir a dimensão *Tempo* neste capítulo, espera-se demonstrar como aquele golfo encontra-se em processo de constante evolução de seu regionalismo. Além disso, será possível observar que as especificidades da região a tornam um exemplo bastante interessante da dinâmica multiplex proposta por Acharya. Pode-se citar, por exemplo, que a região não possui uma identidade regional coesa ou integrada, sendo notáveis as diferenças históricas, linguísticas, culturais e religiosas entre os países.

Dessa forma, neste capítulo, serão abordados os aspectos geográficos e históricos de forma a contextualizar a região e os atores locais mais relevantes. Serão descritos também quais são os organismos multilaterais regionais que amalgamam aqueles Estados e que possuem relevância naquela dinâmica multiplex. Por meio de uma breve revisão histórica pretende-se ilustrar como o regionalismo presente no golfo tem evoluído, desde os períodos coloniais até a rede de organismos atuantes dos dias de hoje. Assim, duas dimensões, das quatro propostas na abordagem multiplex de Acharya, serão apresentadas, tendo no

*Comprimento* a análise sistêmica da região e no *Tempo* o estudo de como esse mundo regional vem evoluindo e sendo construído.

Para isso, ao analisar a dimensão *Tempo*, uma síntese histórica, com processos de independência, revoluções e iniciativas de integração, será apresentada, sinalizando as tendências políticas e de integração que moldarão o futuro da região. Posteriormente, no contexto da evolução política e econômica ao longo do tempo, serão identificadas mudanças na dinâmica regional, permitindo compreender melhor as perspectivas futuras. Antes, porém, uma análise da dimensão *Comprimento* será apresentada abordando a geografia da região, sua localização, recursos naturais e características físicas. Em seguida, serão explorados os principais organismos regionais, seus projetos de governança e a contribuição de cada entidade na construção do mundo regional do Golfo da Guiné.

## 2.1 - HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO GOLFO

A importância geopolítica do Golfo da Guiné é comprovável com uma análise dos principais eventos e disputas históricas ocorridas na região. Ali (2014) relembra que o antigo império do Mali, já no século XIII, dependia de um intenso comércio marítimo nas águas daquele golfo e representava um dos polos econômicos da época. Usando o rio Níger para escoar ouro, escravos e sal, o Império do Mali floresceu atraindo estudantes e comerciantes de toda África e do Oriente Médio. Teve como ápice o período entre os séculos XIII e XVI, quando controlava rotas comerciais no golfo e utilizava a riqueza gerada pelo comércio de ouro para financiar seu poderio militar e cultural.

Com a chegada, no século XV, do navegador português Vasco da Gama à região, o potencial geopolítico do Golfo foi aumentado exponencialmente, conectando-se com diversos outros pontos do globo por meio de rotas comerciais oceânicas (Ali, 2014). Os recursos disponíveis na região permitiram que a coroa portuguesa se fortalecesse, chamando a atenção de outras potências extrarregionais.

A aproximação dos holandeses à região deu início a uma disputa comercial entre as duas potências, ainda no início do século XVII. Tal disputa, com foco na exploração comercial da costa daquele golfo, culminou com a apreensão pelos holandeses da embarcação portuguesa “Santa Catarina” no estreito de Malaca em 1603. Esse incidente internacional motivou um dos tratados mais importantes para o mundo marítimo: o *Mare Liberum* de Hugo Grocio, publicado em 1609 (Ali, 2014).

Assim, Ali relembra que um dos mais relevantes documentos relativos ao uso do mar, que veio a fundamentar todo um debate sobre o direito marítimo, teve sua origem em uma disputa geopolítica iniciada no Golfo da Guiné. Além disso, o autor ganense discorre também sobre a relevância comercial que tal região teve durante o período do comércio de escravos africanos. Independente do caráter infame desse processo, é inegável o impacto positivo que tal fenômeno teve no incremento da capacidade de produção nos países destinatários da diáspora africana. Como relembra Ali, a mão de obra proveniente do Golfo da Guiné possibilitou transformar economias ocidentais obsoletas em países vibrantes, prósperos e poderosos (Ali, 2014).

Higgins (2005), relembra que a Inglaterra estabeleceu sua presença no Golfo da Guiné por meio da Companhia de Comércio Real da África, fundada em 1672, que tinha como objetivo controlar o comércio de escravos e, posteriormente, o comércio de palmeiras. A partir do século XIX, o Reino Unido se consolidou como a principal potência colonial na região, com a conquista de diversos territórios, como Nigéria, Gana, Serra Leoa e Gâmbia.

Por sua vez, a França, a partir de meados do século XIX, estabeleceu sua presença na região com acordos e tratados com as autoridades locais, principalmente em áreas costeiras, estabelecendo colônias que compõem hoje países como Côte d'Ivoire, Togo e Benin. Mais ainda, após o fim do tráfico negreiro, no século XIX, o Golfo permaneceu sendo um dos pontos estratégicos no cenário internacional, fornecendo insumos para a revolução industrial em curso no continente europeu. Nesse processo, importantes linhas de comunicação marítimas presentes no Atlântico Sul beneficiaram a Europa, além de contribuir também para o desenvolvimento dos Estados costeiros africanos.

O multipolarismo presente nas disputas coloniais, durante o fim do século XIX e início do século XX, marcou a dinâmica geopolítica do Golfo da Guiné. Diversos atores extrarregionais iniciaram uma corrida aos recursos naturais disponíveis na região, culminando com a Conferência de Berlim de 1884-1885 que formalizou a divisão de colônias europeias no continente africano. Ali (2014) recorda que, apesar de haver um evidente aspecto territorial, a conferência também se preocupou em coordenar os acessos marítimos àquela região. No acordo, constava a preocupação em garantir a liberdade de navegação, seja ela costeira ou dentro dos rios Congo e Níger.

Nas décadas de 1950 e 1960, o processo de descolonização da África ocorreu influenciado por fatores internos, como o surgimento de movimentos nacionalistas

panafricanistas, e externos, como o enfraquecimento das potências coloniais após a Segunda Guerra Mundial, a pressão da ONU e o apoio dos blocos capitalista e socialista. A descolonização não foi pacífica nem uniforme em todo o continente, havendo casos de guerras prolongadas e violentas, como no Congo e nas ex-colônias portuguesas. Além disso, a independência não significou o fim dos problemas econômicos, sociais e políticos herdados do colonialismo, como a pobreza, a dependência externa, as fronteiras artificiais e os conflitos étnicos.

Diante desses desafios, os países africanos passaram a buscar formas de cooperação e integração regional, dando forma a diversos organismos regionais que serão analisados neste capítulo.

Esse breve resumo histórico permite afirmar que a relevância estratégica da região, como se percebe hoje, é um traço que já se observava nos séculos precedentes. Da mesma forma, o interesse extrarregional pelos recursos naturais da região, iniciado com os europeus no período das grandes navegações, ainda hoje se mostra como um aspecto relevante em uma análise geopolítica abrangente.

Adicionalmente, observa-se como a dimensão *Tempo* de Acharya revela fatores relevantes no estudo daquela região. O processo de formação dos Estados e a, ainda presente, influência das antigas metrópoles, fazem parte do histórico da região e influenciam o ritmo da própria integração regional. Tal integração que representa a dimensão *Comprimento* proposta por Acharya e que inicia por uma análise geográfica do Golfo da Guiné.

Especificamente no que tange à Geografia, a definição do Golfo da Guiné e seus Estados têm variado com o passar do tempo. Um dos estudos mais citados sobre a região, o livro de Ricardo Oliveira intitulado '*Oil and Politics in Gulf of Guinea*', apresenta um mapa da região em que constam oito Estados costeiros e dois sem litoral (Oliveira, 2007)<sup>8</sup>. Seguindo o debate geográfico, Gilpin (2007) propõe que sejam incluídos somente os Estados costeiros, porém amplia a lista para um total de onze países, de Gana à Angola. Já segundo Onouha (2010), a região seria composta de dezenove Estados, de Gâmbia à Angola. Essa lista foi ampliada para incluir Cabo Verde por Ali e Tsamenyi (2013).

Além dessas definições geográficas acadêmicas, pode-se citar algumas institucionais como a apresentada pela Comissão do Golfo da Guiné (CGG) ou a formalizada pela

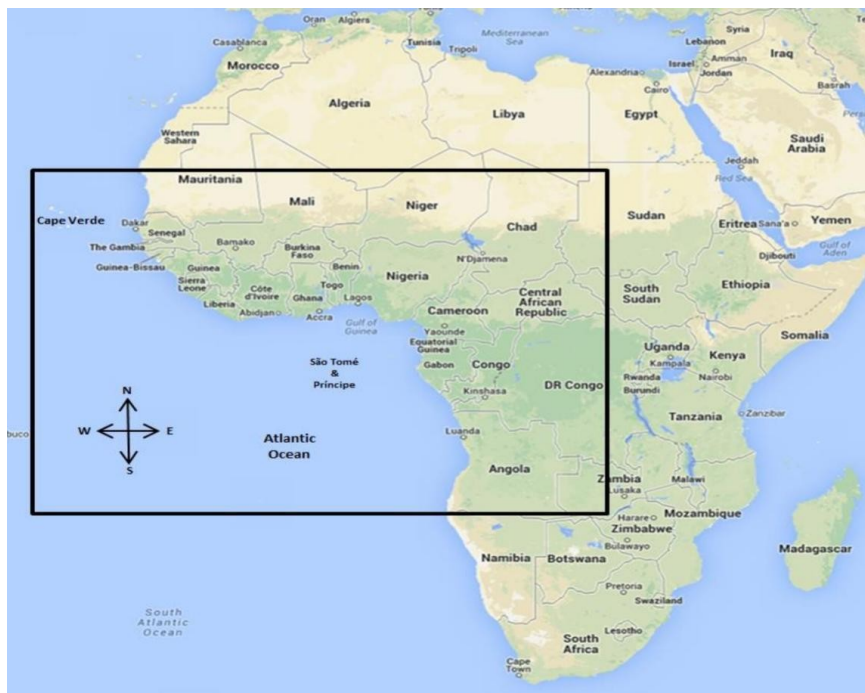
---

<sup>8</sup> Nessa descrição, o Golfo da Guiné seria formado pelo litoral africano que liga a Nigéria à Angola, somados ao Chade e a Republica Centro-Africana (nota do autor).

Organização Hidrográfica Internacional (OHI). Na primeira constam somente oito Estados, sendo essa uma das descrições mais restritas até o momento. Na segunda, a região abrange somente o litoral entre Libéria e Gabão possuindo dez Estados costeiros (OHI, 2002).

A descrição mais abrangente, e a que será adotada por este estudo, é aquela apresentada pela Organização Marítima para o Oeste e Centro da África (*Maritime Organization for West and Central Africa, MOWCA*). Nela constam 25 Estados africanos, incluindo alguns sem litoral, permitindo uma análise mais completa da dinâmica da região. Os Estados sem litoral, por possuírem grande dependência comercial do fluxo de mercadorias e recursos dos portos vizinhos, também devem fazer parte de um estudo que proponha uma visão holística do Golfo da Guiné (Ali, 2014).

Figura 1 – Golfo da Guiné



Fonte: Ali (2014).

Assim, o Golfo da Guiné delimita-se por: Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Côte d'Ivoire<sup>9</sup>, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, Congo, República Democrática do Congo,

<sup>9</sup> Apesar de usualmente chamada de Costa do Marfim, o nome correto daquele país africano é República da Côte d'Ivoire. Sugere-se não usar "Costa do Marfim" ou qualquer outra forma de tradução. Conforme constato pelo autor, os marfinenses não gostam quando se tenta traduzir o nome de seu país. Durante as reuniões de planejamento das OE 2017 e 2018, por algumas vezes, o coordenador estadunidense era gentilmente interrompido ao mencionar "Ivory Coast", sendo diplomaticamente corrigido para Côte d'Ivoire (Nota do autor).

Angola, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade e República Centro-Africana (Figura 1). Perfazendo quase seis mil quilômetros de costa atlântica, e penetrando no continente por meio dos rios Níger e Congo, essa região será o objeto da abordagem na dimensão *Comprimento*.

Essa dimensão enfatiza a diversidade e a complexidade da região, que abriga diferentes ecossistemas, culturas, línguas, religiões e sistemas políticos. Além disso, essa dimensão reconhece a importância estratégica dos recursos naturais da região, especialmente o petróleo e o gás natural, que são disputados por potências regionais e globais. Apesar de reconhecer a relevância da Namíbia para os projetos estratégicos brasileiros na África, optou-se por deixá-la de fora da análise por não fazer parte da definição geográfica do Golfo da Guiné.

Ali (2014), ao propor uma definição do Golfo que permita um debate profundo dos problemas da região, se baseia nas resoluções 2018 e 2039 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) (ONU, 2011 e 2012). Naqueles dois documentos, além dos 25 Estados já mencionados, propõe-se a inclusão das quatro organizações regionais mais relevantes a saber: MOWCA, CEDEAO, CEEAC e a CGG. Tais organismos têm se mostrado plataformas de integração e governança no golfo. Na verdade, como aponta Ali (2014) e como será apresentado nas próximas seções, esses organismos representam a base da estrutura geopolítica regional e um ponto de partida para qualquer entendimento da dinâmica do Golfo da Guiné.

A proposta de Ali também sinaliza para a relevância que atores não estatais passaram a ter atualmente. Os organismos regionais, como a CEDEAO, a CEEAC, a GGC e outros serão analisados nesta seção uma vez que são parte integrante do processo de construção da ordem regional presente no golfo. Da mesma forma, esses mesmos atores constarão no próximo capítulo que analisará os principais atores e suas dinâmicas de relacionamentos. Entende-se que, apesar de instrumentalizados por Estados regionais e extrarregionais, tais organismos podem ser enquadrados como atores próprios com objetivos e interesses.

Tal observação reforça a visão de Acharya (2014a) de uma multipolaridade complexa no cenário internacional, não comparável com outro momento histórico. Hoje, diferente da dinâmica geopolítica dos tempos coloniais, a interação com o continente africano passa por compreender as subdivisões regionais e os diversos processos multilaterais em construção. Passa também pelo entendimento das disputas locais entre as potências regionais e como estas

disputas moldam as relações de poder dentro dos organismos africanos. Antes disso, porém, faz-se mister apresentar alguns aspectos socioeconômicos relevantes que sinalizarão quais atores africanos possuem maior destaque na dinâmica local.

## 2.2 - SOCIEDADE E ECONOMIA DO GOLFO

Os aspectos socioeconômicos são relevantes tanto na abordagem da dimensão *Comprimento*, quanto para a análise da dimensão *Profundidade*. Se na primeira esses aspectos vão limitar ou impulsionar a estruturação do regionalismo no golfo, na segunda eles atuam na capacidade de um ator externo de influenciar e moldar o tecido social regional. Um maior detalhamento dos aspectos sociais, culturais, étnicos e linguísticos será apresentado no próximo capítulo, quando a *Profundidade* será a dimensão de análise. Para esta seção, alguns dados sociais e econômicos relevantes fundamentarão a dinâmica regional em estudo.

O conjunto de países presentes no golfo formam um bloco sociocultural heterogêneo, com origens históricas diversas e que sofreram influências variadas durante o período colonial. Ali (2014) aponta que quinze são os Estados francófonos<sup>10</sup>, cinco são anglófonos<sup>11</sup>, quatro são lusófonos<sup>12</sup> e somente a Guiné Equatorial tem o espanhol como língua oficial.

Pelo aspecto puramente linguístico, pode-se inferir que a atuação chinesa é a que possui maior impedância e menor penetrabilidade, diferentemente do potencial de penetração da França, dos EUA, Reino Unido e do Brasil na região. Porém, como será apresentado neste capítulo, o gigante asiático tem compensado a barreira linguística com uma série de investimentos econômicos e acordos bilaterais, explorando a necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento, que rege a vontade política africana. Um estudo mais completo desses aspectos será apresentado na próxima seção, na análise da *Profundidade*.

No que se refere a distribuição total das populações, o relatório ‘*World Population Prospects 2019*’ da ONU apresentou a Nigéria, República Democrática do Congo e Angola como os mais populosos do golfo, tendo respectivamente 200, 86 e 31 milhões de habitantes. É importante destacar que o mesmo relatório projeta um crescimento exponencial para aquelas populações e estima que em 2050 a distribuição será, respectivamente, 400, 194 e 78 milhões de habitantes (ONU, 2019). Assim, projeta-se uma população que será o dobro da

---

10 Benin, Burkina Faso, Camarões, República Centro Africana, Chade, República do Congo, Côte d’Ivoire, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo.

11 Gana, Gâmbia, Nigéria e Serra Leoa.

12 Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

atual fazendo os desafios domésticos de governança algo ainda mais premente. Por outro lado, essa perspectiva apresenta uma oportunidade de um grande mercado em expansão a ser explorado pelo Brasil e apresenta o golfo como uma região cada vez mais relevante no cenário internacional.

Um outro fator importante para se ter em mente é a diversidade étnica presente naquelas populações. Como apresentou Reader (1998) em seu livro ‘África: uma Biografia do Continente’, existe um grande debate interno sobre as identidades étnicas na região. Apesar de não haver uma classificação consolidada, a região abarca mais de 2.000 etnias diferentes que são, segundo Berman e Eyoh (2004), instrumentalizadas politicamente pelas elites locais para consolidar seu poder.

A corrupção é um problema persistente no Golfo da Guiné, afetando diversos setores, desde o governo até o setor privado. De acordo com o Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional (TI) de 2021, os países da região apresentam baixa pontuação em relação à percepção de corrupção. Neste índice, que avalia a percepção de corrupção no setor público em 180 países, a maioria dos países do Golfo da Guiné aparece abaixo da média mundial, sendo que Guiné Equatorial e Angola aparecem como um dos países mais corruptos do mundo. (Transparência Internacional, 2021). Hope e Chikulo (2000), também confirmam a grande presença da corrupção na região, ao analisar alguns casos ocorridos da Nigéria à Guiné Equatorial. Para os autores, a corrupção tem sido um grande obstáculo para um possível desenvolvimento daqueles países.

Conforme será apresentado nas próximas seções, do ponto de vista de um Estado que queira aumentar sua influência na África, como entende-se ser o caso do Brasil, o fato de haver grande corrupção na região deve ser visto como apenas mais um dos fatores da equação estratégica. Como será exposto neste estudo, existem evidências de que a China se aproveitaria da fragilidade institucional de alguns países africanos para, com financiamentos de projetos estruturais, aumentar sua influência na África (Carmody, 2020).

Por outro lado, o desafio de superar os problemas domésticos, e alcançar o progresso e o desenvolvimento regional, pode ser facilitado se as potencialidades da região forem plenamente exploradas pelos próprios países africanos. Por exemplo, historicamente, a região e seu desenvolvimento possuem forte relação com o mar. O bom uso desse recurso, garantindo a segurança das linhas de comunicação marítimas, assegurando uma exploração sustentável de recursos naturais vivos e não vivos e, finalmente, implementando redes de



cabos submarinos e dutos de hidrocarbonetos pode impulsionar o desenvolvimento africano (Ali, 2014). Os Estados sem litoral, pertencentes ao Golfo da Guiné, dependem grandemente de acessos ao mar junto aos vizinhos costeiros. Por exemplo, os portos de Abidjan, em Côte d'Ivoire, de Douala, nos Camarões, de Lomé, no Togo e de Tema, em Gana, são os portos mais importantes no que se refere ao escoamento e entrada de produtos aos países sem litoral (Ali, 2014).

Ocorre que o mesmo recurso que pode auxiliar os países africanos, também é um dos maiores fatores motivadores para a presença crescente de atores extrarregionais. Segundo Ondo (2006), a dependência global nas reservas de petróleo e gás do golfo africano crescerá em 30% até 2040. A Agência Internacional de Energia (AIE) reportou que os dois maiores produtores de petróleo do continente africano encontram-se no Golfo da Guiné: Nigéria e Angola. Destaca-se que as reservas conhecidas da primeira somam três vezes as reservas da segunda. No que tange especificamente à exploração de gás natural, a Nigéria lidera isoladamente, em relação aos seus vizinhos do golfo (AIE, 2022). Tal informação é relevante especialmente quando for analisada a dinâmica geopolítica regional e as respectivas esferas de influência locais.

A dependência dos gigantes regionais, Nigéria e Angola, da exportação de hidrocarbonetos foi exposta no relatório *African Energy Outlook 2019* da AIE, que ressalta que tal atividade representa quase a metade do Produto Interno Bruto (PIB) daqueles países. O documento registra que, em 2017, mais de 95% de todas as exportações de Angola, e mais de 90% das da Nigéria, são de hidrocarbonetos (AIE, 2019).

Soma-se a isso o relatório estatístico da British Petroleum (BP), publicado em 2021, que apresenta os dados de reservas totais e de produção da região. As reservas comprovadas, até 2021, de Nigéria e Angola confirmam a relevância desses dois atores regionais, uma vez que são os maiores detentores daquele recurso. Na liderança absoluta no Golfo da Guiné, a Nigéria possui reservas que somam 37 bilhões de barris, enquanto a segunda colocada regional, Angola, soma 7,8 bilhões de barris (BP, 2021). Na sequência, a República do Congo possui 2,9 bilhões, Gabão tem 2 bilhões e a Guiné Equatorial pouco mais de um bilhão de barris em reserva. Apenas para efeitos comparativos, as reservas comprovadas do Brasil, no mesmo relatório, somam 11,9 bilhões de barris.

Apesar de possuir grandes reservas, tal recurso somente possui peso se for efetivamente explorado e monetizado. Sendo assim, ainda no relatório da BP (2021), é

possível notar que apesar de possuir menor reserva, a produção de Angola é equiparável àquela nigeriana. Enquanto a primeira produz por dia 1,3 milhões de barris, a segunda produz 1,8 milhões. Pode-se inferir que ainda existiria um capital potencial a ser explorado pela Nigéria e que, se bem gerenciado, pode impulsionar um crescimento ainda mais expressivo daquele país.

No que diz respeito às reservas comprovadas de gás natural, outro importante recurso presente na região, a Nigéria desponta isolada na liderança. Segundo o relatório, são mais de 193 trilhões de metros cúbicos nigerianos e, com exceção de Argélia, Egito e Líbia, todos os demais países africanos somam juntos 55 trilhões de metros cúbicos. (BP, 2021).

As reservas de petróleo e gás fazem de Nigéria e Angola dois atores geopolíticos fortes na região, sendo que a grande disposição de gás nigeriana a deixa no topo dessa dinâmica regional. Assim, ambos os países possuem motivos para securitizar a região, garantindo um ambiente propício para a contínua exploração daqueles recursos. Ao mesmo tempo que a crescente exploração de recursos pode impulsionar o desenvolvimento regional, cabe destacar que a governança doméstica se coloca como um grande desafio nesse processo. Como relembra Ali (2014), apesar de quase quatro décadas de intensa exploração das vastas reservas de petróleo e gás, a Nigéria permanece com índices de desenvolvimento socioeconômicos bastante baixos.

Mais ainda, como explica Frynas (2000), a exploração *offshore* na região do Golfo da Guiné também apresenta desafios de governança, uma vez que pode gerar instabilidade política e insegurança. Tais fenômenos são amplificados num contexto de presença de conflitos armados, falta de infraestrutura e corrupção.

Diversos autores sinalizam para os elevados riscos ambientais que essas atividades trazem à região. Obi e Rustad (2011) ressaltam a relação existente entre a violência e a exploração de petróleo, e os impactos nas comunidades locais. McGlade *et al* (2002) vão além e apontam também as ameaças ambientais, incluindo poluição por derramamento de óleo e sobrepesca, além de sugerir maneiras de promover a conservação e uso sustentável dos recursos da região.

Além dos hidrocarbonetos, que representam parte relevante da dinâmica geopolítica da região, destaca-se também a pesca. Antes mesmo de que fossem descobertas as reservas de petróleo e gás na costa, o interesse africano pelo mar se justificava para garantir seus recursos pesqueiros. Na verdade, como relembra Scovazzi (2000), a participação dos países africanos

no debate internacional sobre os limites marítimos contribuiu para o estabelecimento das zonas econômicas exclusivas de 200 milhas náuticas, em vigor até hoje. Ali (2014) relembra que, apesar de não contribuírem para o Produto Interno Bruto (PIB) na mesma proporção que a exploração de hidrocarbonetos, a pesca possui grande importância no potencial de desenvolvimento socioeconômico da região, além de garantir a segurança alimentar daqueles povos. Segundo um relatório do Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais da CEDEAO, uma em cada três pessoas na África Ocidental come peixe diariamente. Mais ainda, afirma que a pesca é a única fonte de proteína para mais de 60% das famílias da região (CEDEAO, 2020).

O mesmo relatório destaca a liderança na exploração dos recursos vivos de Angola e Nigéria, seguidos por Senegal e Mauritânia. Apenas com uma análise superficial da dinâmica de exploração de hidrocarbonetos e da pesca, percebe-se que Angola e Nigéria destacam-se como duas potências regionais no golfo, apresentando-se como potenciais pontos de interesse numa possível estratégia brasileira para a região.

Um outro aspecto relevante, afeto à exploração da região costeira africana, é a crescente implementação de cabos submarinos conectando o golfo a diversos outros pontos do globo. Chattopadhyaya (2019) aponta que, apesar da estrutura de cabos atual já apresentar restrições para atender a demanda de conectividade da região, ainda precisará ser mantida por alguns anos até que novos sistemas sejam implementados. No quesito conectividade, cabe destacar que Angola possui seis cabos chegando em seu litoral, enquanto Nigéria recebe somente três.

Este breve panorama geográfico pretende sinalizar para a complexidade de interesses, recursos e características que permeiam a região. Mais ainda, observa-se um destaque para Nigéria e Angola, devido a suas grandes reservas de hidrocarbonetos e sua proeminência econômica em relação aos demais. Apesar de Angola e Nigéria sinalizarem interesse em assumir papéis de destaque geopolítico na região, somente a segunda tem realmente dado passos concretos nessa direção. A Nigéria apresenta-se como líder regional pela sua posição estratégica central no golfo, por possuir as maiores reservas de hidrocarbonetos e maior população. Como será apresentado a seguir, esse destaque tem se materializado na liderança que esse país tem exercido nos diversos organismos regionais e fóruns do Golfo da Guiné.

### 2.3 - UM MUNDO REGIONAL EM CONSOLIDAÇÃO.

Uma das características citadas por Acharya (2018a), e que fazem da possível multipolaridade de hoje mais complexa e mais desafiadora, é a tendência de organizações regionais serem cada vez mais presentes e relevantes. Nesse sentido, o fenômeno também pode ser observado no continente africano, sendo o que ocorre na região de interesse desse estudo um dos mais vigorosos. As duas principais organizações regionais do Golfo da Guiné são a CEDEAO, a CEEAC. Em sequência de importância geopolítica, pode-se mencionar também a CGG, o Grupo G7++ de Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG) e a CPLP.

Ao analisar essas organizações, esta seção pretende jogar luz à complexa dinâmica regional de forma a melhor formular um panorama geopolítico e, a partir dele, ser possível traçar estratégias brasileiras para a região. Percebe-se, assim, que existem disputas de poder em dois níveis distintos. Num primeiro, os Estados africanos competem por influência e prestígio regional, e num segundo tem-se os atores extrarregionais que buscam manter sua penetrabilidade e seus laços históricos e econômicos.

O regionalismo, segundo Acharya (2018b), foi um vetor importante para a difusão de normas e instituições de soberania e segurança e tem sido uma das marcas da evolução da ordem global. Para o autor indiano, apesar de o regionalismo ter sido um defensor de soberania, especialmente no terceiro mundo, atualmente teria se tornado mais intrusivo. Nessa interpretação, novas arquiteturas de segurança na Ásia e África desenvolvem normas para a promoção dos direitos humanos e democracia. Para Acharya, o regionalismo hoje é mais amplo, mais inclusivo refletindo a preferência por regimes de multilateralidade e preservando os interesses na segurança humana.

Kogbe (2023, p.26) propôs que o regionalismo também deve ser analisado em relação a sociedade civil, oferecendo um panorama mais profundo sobre como as organizações sociais influenciam na construção do regionalismo africano. Kogbe reforça o papel significativo da sociedade civil, além das organizações regionais, no processo de consolidação dos regionalismos na África.

Acharya (2018b), buscando analisar as origens dos regionalismos, argumenta que os movimentos que surgiram nos séculos XIX e XX, como o panamericanismo, panafricanismo, panarabismo e panasianismo, foram baseados em histórias e culturas compartilhadas, além de um projeto comum para a descolonização. Eles eram multidimensionais, abarcando unidades

raciais, sociais, econômicas e políticas, ao invés de refletir um projeto estratégico ou puramente político.

Acharya (2018b) resgata, ainda, uma posição defendida pela delegação brasileira na ONU em 1945. Naquela Comissão, chamada Comissão III, os brasileiros argumentaram que assuntos de segurança das regiões deveriam ser resolvidos exclusivamente pelos próprios grupos regionais. Segundo os brasileiros, as intervenções do Conselho de Segurança da ONU somente seriam justificáveis se arriscassem a paz entre mais de uma região.

Especificamente sobre o continente africano, Herbst (2007) destaca uma peculiaridade notável em diversos Estados africanos. Aqueles líderes, apesar de conscientes da importância e da influência que os organismos regionais podem ter, acabam concentrando seus esforços em questões domésticas. Isso se deve, segundo Herbst, ao fato de que as ameaças domésticas, como pobreza extrema e instituições frágeis, são mais latentes para os líderes do que problemas internacionais. Mais ainda, a própria permanência no poder é constantemente ameaçada, havendo diversos casos de líderes removidos do cargo a força. Os golpes de Estado são a maior causa de mudanças de regime na África (Herbst, 2007).

A cooperação regional na África segue um estilo claro, tendendo a ser inclusiva, formal, não hierarquizada e preocupada com as questões de soberania nacional. Segundo Herbst isso se deve ao fato que os líderes enfrentam problemas similares para se manter no poder e compartilham o receio de que haja interferência em questões domésticas. Assim, observa-se uma relação direta entre estabilidade interna e intensidade de apoio político aos organismos regionais, como a CEDEAO (Herbst, 2007).

O processo de transição de colônias para Estados independentes também contribuiu para dificultar a integração regional africana. Isso se deu, segundo Herbst (2007), ao fato de que aquele processo envolveu a destruição de grandes unidades territoriais coloniais. Por exemplo, as duas grandes federações de colônias francesas<sup>13</sup> foram divididas em mais de doze Estados. Quênia, Tanzânia e Uganda surgiram da Federação Britânica da África Oriental, enquanto Malawi, Zâmbia e Zimbábue tornaram-se independentes após o colapso da Federação da Rodésia e de Nyasaland.

O problema da desintegração dessas instituições coloniais foi que, com elas, foram dissolvidas diversas instituições comuns importantes que integravam variados aspectos daquelas sociedades. Como exemplo, Herbst cita que a Federação da África Oriental possuía

---

<sup>13</sup> *Afrique Occidentale Française* e *Afrique Equatoriale Française*.

moeda comum, universidades e conexões aéreas. Da mesma forma, diversos outros arranjos coloniais, que permitiam uma sinergia entre fronteiras, foram eliminados na caminhada para a independência. Herbst (2007) chega a argumentar que o período colonial teria sido o mais frutífero no que tange à cooperação regional. Cabe destacar que tal ideia foi defendida em 2007 e, desde então, o processo de cooperação regional africano evoluiu bastante.

O mesmo autor ainda relembra que, na tentativa de evitar a fragmentação regional, os diversos novos Estados independentes buscaram variados formatos de organizações para a integração regional. Desde arranjos de somente dois Estados, como foi o caso com a Confederação Senegambiana<sup>14</sup>, até arranjos de 12 Estados como a própria CEDEAO.

No que tange especificamente à União Africana e a CEDEAO, Acharya (2018b) argumenta que a cooperação inter-regional entre esses órgãos e a União Europeia, acabou por influenciar o desenho institucional das mesmas. Segundo Acharya, a Estratégia Conjunta África-UE (*Joint Africa-EU – JAES*) de 2007 e as iniciativas do programa panafricano e o *Africa Peace Facility* teriam levado a UA a emular o formato da UE, em termos de desenho organizacional e estruturas políticas. Em relação ao CEDEAO, o órgão estabeleceu instituições similares a UE como um conselho de ministros, uma comissão, uma corte de justiça e um parlamento.

#### 2.4 - COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA AFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

A organização regional mais estruturada no Golfo da Guiné é a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que abarca doze dos vinte cinco Estados do Golfo da Guiné, tendo na Nigéria o seu epicentro geopolítico. A liderança regional nigeriana é tão perceptível naquele organismo que alguns autores, como Gregory (2000) e Krosiak (2004), debatem o grande incômodo francês ao ter um ator regional ocupando espaços que antes eram zona de influência daquele Estado europeu. Mais ainda, sendo um ator regional como a Nigéria que é ex-colônia inglesa e não compartilha as conexões culturais e históricas com a França, como os demais países do entorno.

---

14 A confederação Senegambiana foi uma confederação de curta duração (1982-1989) entre Senegal e Gâmbia, que é quase completamente cercado pelo Senegal. A confederação foi fundada em 1 de fevereiro de 1982, com o objetivo de promover a cooperação entre os dois países mas foi dissolvida pelo Senegal em 30 de setembro de 1989, depois que a Gâmbia se recusou a avançar em direção à união (Nota do autor).

Um exemplo dessa disputa regional foi a tentativa de Côte d'Ivoire de dificultar a criação da CEDEAO, possivelmente por influência francesa, mas também por haver uma clara competição entre aquela antiga colônia francófona e seu vizinho anglófono nigeriano. Ali (2014) relembra que, apesar das tentativas marfinenses, a descoberta de petróleo e o consequente desenvolvimento isolado da Nigéria, permitiu que esta impusesse a criação da CEDEAO. Vale destacar que, segundo o mesmo autor, esse organismo é tido como um dos mais organizados e estruturados de todo o continente africano e representa um forte papel integrador na região.

Com sede em Abuja, na Nigéria, o organismo foi criado em 1975, inicialmente com a ratificação de Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gambia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo<sup>15</sup>. A organização abarca uma região de 5.112.904 km<sup>2</sup> (Figura 2) e representa uma população de 402 milhões de africanos, sendo 60% destes formados por jovens (CEDEAO, 2022).

Figura 2 – Estados Componentes da CEDEAO.



Fonte: CEDEAO, 2022. Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram sua saída do bloco em 28 de janeiro de 2024.

A revisão do tratado inicial, que foi firmada em 1997, possibilitou uma série de incrementos na integração daqueles países. Além de mecanismos de cooperação e resolução de conflitos, diversas políticas e regulações foram harmonizadas permitindo o

<sup>15</sup> Em 1977, a Mauritânia, que era o único país de língua árabe da organização, decidiu sair do bloco. Recentemente, em 2017, o mesmo país assinou um acordo consultando a possibilidade de sua readmissão. Em 28 de janeiro de 2024, Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram sua saída do bloco. (nota do autor).

desenvolvimento de projetos estruturais e logísticos, além de facilitar a movimentação de pessoas e bens por meio de acordos alfandegários. Atualmente encontra-se em fase avançada um programa de cooperação monetária que pretende estabelecer uma moeda única na região até 2027, potencializando um crescimento econômico e fortalecendo o bloco geopolítico (CEDEAO, 2022).

Apesar de projetar um futuro promissor, a região ainda possui diversos desafios estruturantes, especialmente no que tange a aspectos de segurança. Reconhecendo o grande esforço dos governos para controlar o avanço de organizações terroristas, o relatório Visão 2050, publicado pelo organismo em lide, aponta um número crescente de ataques violentos e reforça que o fenômeno terrorista ainda é uma grave ameaça regional. Mais ainda, o documento afirma que tais agentes vêm atuando cada vez mais nas zonas marítimas, se aproveitando da dificuldade de atuação coordenada naquele golfo. Para tal, em 2009, foi criado o Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (*Centre Régional de Sécurité Maritime en Afrique de l'Ouest*, CRESMAO) com sede em Abidjan, em Côte d'Ivoire. (CEDEAO, 2022). Alguns aspectos dessa coordenação marítima serão abordados nas próximas seções, buscando enfatizar os esforços regionais e extrarregionais na securitização da região e como o Brasil vem explorando essa tendência.

Um outro aspecto publicado no documento é a histórica e persistente situação humanitária, que já era uma crise antes da pandemia do COVID-19 e que foi aprofundada após a mesma. Diversos problemas domésticos têm produzido grandes movimentos de refugiados e deslocados, exigindo cada vez mais assistência humanitária. Dos quase quatro milhões de deslocados, mais da metade são provenientes da Nigéria e 30% de Burkina Faso. Mais ainda, a crescente insegurança amplifica a ocorrência de violações de direitos humanos e limita o acesso de auxílio humanitário, deixando diversas comunidades sem apoio essencial (CEDEAO, 2022).

Um agravante a toda essa problemática é a endêmica corrupção política na região. Com exceção de Cabo Verde, todos os demais Estados do bloco encontravam-se na 'zona vermelha' no índice de percepção de corrupção (*Corruption Perceptions Index*, CPI) da Transparência Internacional (CEDEAO, 2022).

Reconhecendo seus pontos fracos e abordando-os como oportunidades de desenvolvimento, a CEDEAO apresenta uma visão para 2050 em que se projeta como uma região de paz e prosperidade no continente africano. Pretende assim, alcançar um



desenvolvimento sustentável por meio de instituições fortes que garantam os direitos e liberdades fundamentais de seus povos. Afirma ainda a vontade de alcançar a paz, segurança e estabilidade e, para tal, propõe fortalecer a segurança regional, mencionando a necessidade de incrementar, entre outros pontos, a segurança marítima na região. Mais ainda, levando em conta os aspectos complexos da dinâmica internacional e regional, o documento aponta a relevância de aproximar governos, instituições, sociedade civil, agentes não-estatais e o setor privado, formando a sinergia necessária para alcançar objetivos sólidos e duradouros (CEDEAO, 2022).

O Brasil poderia explorar os aspectos em comum que possui com aquele bloco e, em especial, as similitudes que a ‘Visão 2050’ da CEDEAO possui com a ZOPACAS. O objetivo comum de paz e prosperidade pode descortinar oportunidades para um intercâmbio de ideias e projetos entre a CEDEAO e a ZOPACAS.

Cabe alertar que Acharya e Johnston (2007) argumentaram que a forma como as OIG ou OING são institucionalizadas é intencional e visa a refletir os interesses dos Estados mais poderosos. Assim, dependendo da ideologia e objetivos do Estado dominante, a instituição pode ser bastante intrusiva, e sua instrumentalização serviria para disseminar a ideologia do dominador, consolidando uma hegemonia Gramsciana<sup>16</sup>. Os autores citam o exemplo do acordo de Bretton Woods, proposto em 1944 pelos EUA, do qual derivaram o FMI e o BM, e que refletiam os interesses e valores americanos. Da mesma forma, ambos autores relembram que as estruturas regionais criada por Alemanha e Japão, nos anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), eram desenhadas para servir aos interesses geopolíticos e econômicos daquelas potências centrais.

As instituições regionais contemporâneas, apesar de não mais possuírem características tão latentes de hegemonia local, ainda refletem as preferências de seus atores mais poderosos. Acharya e Johnston (2007) citam o caso da Nigéria dentro da CEDEAO, da Arábia Saudita no Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), da Indonésia na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e da África do Sul na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDA).

---

<sup>16</sup> Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo e político italiano que se destacou por sua teoria marxista da hegemonia cultural. Nela, Gramsci definia a hegemonia como sendo a dominação de uma classe social sobre as outras, não pela força mas pelo consenso. Assim a visão, valores e interesses do grupo dominante seriam impostos por meio das instituições da sociedade civil, como a escola, a igreja, a mídia e os partidos políticos (Nota do autor).

Nesse sentido, Nigéria e Côte d'Ivoire são dois dos maiores países da CEDEAO e têm desempenhado um papel importante na manutenção da paz e da segurança na região, bem como na promoção do desenvolvimento e da cooperação. No entanto, também têm enfrentado alguns desafios e tensões nas suas relações bilaterais e multilaterais, que podem afetar os seus interesses e os da própria CEDEAO.

Um dos principais objetivos da CEDEAO é a criação de um mercado comum e de uma união monetária na África Ocidental. Neste sentido, a Nigéria e a Côte d'Ivoire têm sido os principais impulsionadores do processo de integração econômica, sendo as duas maiores economias da região e contribuindo com cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) da CEDEAO (Paulinus, 2021). Ambos os países têm participado ativamente nas negociações comerciais com a União Europeia (UE) e outros parceiros, defendendo os interesses dos países da CEDEAO. Além disso, têm apoiado iniciativas de infraestruturas regionais, como o Corredor Abidjan-Lagos, que visa a facilitar o transporte e o comércio entre os países costeiros (Okoronkwo, 2021).

No entanto, a integração econômica também tem gerado algumas divergências entre Nigéria e Côte d'Ivoire, especialmente no que diz respeito à adesão à Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) e à futura moeda única: o Eco. A Nigéria, que tem a maior economia e a maior população da região, tem sido cautelosa em relação à adesão à ZMAO, temendo perder o controle sobre a sua política monetária e cambial. Por outro lado, Côte d'Ivoire, que é membro da União Econômica Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e utiliza o franco CFA (*Communauté Financière Africaine*), tem sido favorável à criação do Eco, vendo-o como uma oportunidade de reduzir a sua dependência do antigo colonizador francês. Em 2019, os países da UEMOA anunciaram a sua intenção de adotar o Eco em 2020, sem consultar os outros membros da CEDEAO, o que provocou críticas por parte da Nigéria, que considerou a decisão precipitada e unilateral (Rodrigues, 2018).

Outro domínio em que a Nigéria e a Côte d'Ivoire têm cooperado estreitamente é o da manutenção da paz e securitização da África Ocidental. Ambos os países têm contribuído com tropas e recursos para as operações de manutenção da paz da CEDEAO em países como a Libéria, a Serra Leoa e a própria Côte d'Ivoire, que sofreram conflitos armados nas últimas décadas. A Nigéria tem sido o principal financiador e fornecedor de tropas para estas missões, assumindo um papel de liderança na resolução de crises na região. A Côte d'Ivoire, por sua vez, beneficiou-se do apoio da CEDEAO na sua transição democrática após a guerra civil de

2010-2011, que opôs o presidente Laurent Gbagbo ao presidente Alassane Ouattara (Rodrigues, 2018).

No entanto, o envolvimento da Nigéria e da Côte d'Ivoire na manutenção da paz também tem suscitado algumas questões sobre as suas motivações e influência na região. A Nigéria tem sido acusada por alguns países membros da CEDEAO de exercer um papel hegemônico e de interferir nos assuntos internos dos outros Estados. Por exemplo, a Nigéria foi criticada pela sua intervenção militar na Gâmbia em 2017, para forçar o antigo presidente Yahya Jammeh a ceder o poder ao vencedor das eleições Adama Barrow. A Côte d'Ivoire também tem sido vista com suspeita por alguns dos seus vizinhos, especialmente a Guiné e o Burkina Faso, que a acusam de apoiar grupos rebeldes e de desestabilizar os seus regimes políticos (Maluleke e Bennett, 2022).

Um terceiro aspeto das relações entre Nigéria e Côte d'Ivoire é a cooperação bilateral em vários setores, como a agricultura, a economia digital, a educação, os assuntos consulares e migratórios, a prevenção do tráfico humano, a defesa e a segurança, entre outros. Ambos os países têm realizado reuniões regulares no âmbito da Comissão Binacional Nigéria-Côte d'Ivoire, que foi criada em 2013 para reforçar os laços de amizade e diversificar as parcerias. Em novembro de 2021, o vice-presidente nigeriano Yemi Osinbajo copresidiu a segunda sessão da Comissão Binacional em Abidjan, com o primeiro-ministro marfinense Patrick Achi, onde foram assinados vários acordos bilaterais (Osinbajo, 2021).

Nestas reuniões, os dois países têm manifestado o seu desejo de trabalhar juntos e de fortalecer a CEDEAO, fazendo da integração regional uma realidade não só para os governos, mas também para os povos da África Ocidental. Também têm expressado o seu apoio mútuo e a sua solidariedade face aos desafios comuns que enfrentam, como a pandemia da COVID-19, o terrorismo, o extremismo violento, o crime organizado transnacional, as alterações climáticas, entre outros. Além disso, têm procurado explorar as oportunidades de investimento e comércio que existem entre as suas economias complementares.

Desse modo, pode-se dizer que a Nigéria e a Côte d'Ivoire têm mantido relações cordiais e construtivas na CEDEAO, contribuindo para o avanço dos objetivos da organização regional. No entanto, também têm enfrentado alguns obstáculos e divergências nas suas relações, que podem afetar os seus interesses e os da CEDEAO. Portanto, é importante que ambos os países continuem a dialogar e a cooperar de forma transparente e respeitosa, tendo

em conta as sensibilidades e as aspirações dos outros membros da CEDEAO. Assim, poderão consolidar o seu papel de potências regionais e de parceiros estratégicos na África Ocidental.

Um aspecto interessante da CEDEAO é a existência do Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG). O ECOMOG foi criado em 1990 pela CEDEAO como resposta aos crescentes desafios de segurança na região. O seu objetivo principal era intervir nos conflitos e manter a paz nos Estados membros. Intervenções notáveis incluem a Libéria (1990-1999), a Serra Leoa (1998-2001), a Guiné-Bissau (1999-2000), Côte d'Ivoire (2002-2007), Libéria 2003, Mali 2013, Gâmbia 2017. Esse grupo desempenhou um papel significativo na manutenção da paz e da estabilidade na região da África Ocidental. A história das intervenções do ECOMOG revela, porém, uma possível instrumentalização desta força de manutenção da paz pela Nigéria e outras potências regionais.

A Nigéria, como potência regional dominante, tem utilizado consistentemente o ECOMOG para prosseguir os seus interesses estratégicos e políticos. A instrumentalização do governo nigeriano pode ser observada nas suas intervenções, onde utilizou o ECOMOG como uma ferramenta para afirmar influência e garantir a sua posição regional. Por exemplo, durante a Guerra Civil da Libéria, a Nigéria destacou um número significativo de tropas sob a égide do ECOMOG, tornando-se efetivamente a principal força a conduzir operações (Al Jazeera, 2023).

Uma série de motivações impulsionam a instrumentalização do ECOMOG pela Nigéria e outras potências regionais. Essas incluem a manutenção da estabilidade regional, a proteção dos interesses econômicos, o combate às ameaças externas e a promoção da influência política. A Nigéria, sendo o país mais populoso da região, tem procurado garantir a estabilidade regional para salvaguardar o seu domínio econômico e político.

A instrumentalização do ECOMOG pelas potências regionais tem implicações positivas e negativas. Por um lado, permite uma resposta rápida aos desafios de segurança regional, facilita a resolução de conflitos e aumenta a credibilidade e a visibilidade das organizações regionais. Por outro lado, levanta preocupações sobre o potencial de coerção e manipulação por parte de Estados-membros poderosos, minando a neutralidade e a eficácia da força de manutenção da paz.

A história das intervenções do ECOMOG destaca a necessidade de quadros institucionais e mecanismos de supervisão mais fortes no seio das organizações regionais para

evitar a instrumentalização das forças de manutenção da paz. Os Estados-Membros devem trabalhar no sentido de uma distribuição mais equitativa de poder e recursos para garantir a imparcialidade e eficácia das intervenções. É crucial que as organizações regionais como a CEDEAO estabeleçam quadros institucionais mais fortes para salvaguardar a neutralidade e a eficácia de tais intervenções no futuro.

## 2.5 - COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA AFRICA CENTRAL (CEEAC)

A segunda organização regional mais relevante é a CEEAC que engloba os onze demais Estados daquele golfo, a saber: Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda e São Tomé e Príncipe (Figura 3). Segundo a Câmara Pan-Africana de Comércio e Indústria (*Pan African Chamber of Commerce and Industry*, PACCI), o bloco representa uma região de cerca de seis milhões de km<sup>2</sup> e abarca uma população de 159 milhões de pessoas (PACCI, 2023).

Figura 3 – Estados Integrantes da CEEAC



Fonte: HANDY e DJILO, 2021. O Chade foi ilustrado por Handy e Djilo em cor diversa para reforçar a problemática doméstica daquela Estado (nota do autor).

Criada em 1983, a organização permaneceu por diversos anos inerte devido a restrições orçamentárias e diversos conflitos armados entre seus integrantes. Apesar disso, a organização se tornou operacional em 1999, quando foi formalmente incluída como um dos oito pilares da União Africana<sup>17</sup>. Similarmente à CEDEAO, a CEEAC também pretende incrementar a integração regional, facilitando o fluxo de bens e pessoas e estimulando a sinergia econômica e política na região (Pacci, 2023).

A história dessa importante organização remonta aos anos 60, quando os países da região iniciaram processos de cooperação e emancipação das suas antigas metrópoles coloniais. Para apresentar o processo de integração da CEEAC, faz-se necessário abordar questões culturais, linguísticas, monetárias e econômicas.

A região, de forma similar ao exposto com a CEDEAO, é caracterizada pela sua diversidade cultural e linguística, sendo habitada por vários grupos étnicos e falando línguas como o francês, o inglês, o português, o espanhol e o árabe, além de inúmeros dialetos locais. A região também foi marcada pela presença de diferentes potências coloniais, como a França, a Bélgica, a Espanha, Portugal e o Reino Unido. A partir dos anos 60, os países da região iniciaram movimentos de luta pela independência, que foram alcançados com diferentes graus de conflito e violência. Alguns países mantiveram laços estreitos com as suas antigas metrópoles, enquanto outros buscaram afirmar a sua soberania e identidade nacional.

Paralelamente aos processos de descolonização, os países da região também começaram a estabelecer formas de cooperação regional, visando a promover o desenvolvimento econômico e social. Em 1964, foi criada a União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC), que reunia os países francófonos da região: Camarões, Congo, Gabão, República Centro-Africana e Chade. Em 1974, foi criada a Comunidade Econômica dos Estados da Região dos Grandes Lagos (CEPGL), que integrava os países do Burundi, Ruanda e Zaire (atual República Democrática do Congo).

Em 1981, os chefes de Estado dos países membros da UDEAC decidiram ampliar o âmbito da cooperação regional para além do domínio econômico e aduaneiro. Assim, em 18

---

17 A União Africana reconhece, além da CEDEAO e da CEEAC, outras seis comunidades econômicas regionais: União do Maghreb Árabe (Arab Maghreb Union, UMA), Mercado Comum para o Leste e Sul-Africano (Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA), Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (Community of Sahel-Saharan States, CEN-SAD), Comunidade da África Oriental (East African Community, EAC), Autoridade de Desenvolvimento Intergovernamental (Intergovernmental Authority on Development, IGAD) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community, SADC) (União Africana, 2023a).

de outubro de 1983, foi assinado em Libreville (Gabão) o Tratado Constitutivo da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), que incorporou os membros da UDEAC e os membros da CEPGL (exceto Angola), além de São Tomé e Príncipe. O objetivo da CEEAC era promover a integração econômica e social dos seus membros, bem como a manutenção da paz e segurança na região. A CEEAC tornou-se operacional em 1985.

A CEEAC enfrentou vários desafios para implementar os seus projetos de integração regional. Entre eles estavam as crises políticas e militares que afetaram vários países-membros nos anos 90 e 2000; as divergências entre os países-membros sobre as prioridades e ritmos da integração; as dificuldades econômicas para financiar as atividades da organização; a sobreposição de competências com outras organizações regionais; a falta de harmonização das políticas econômicas e comerciais; a fraca participação dos atores não-estatais; e a baixa visibilidade da organização no plano internacional.

Visando a incrementar os resultados da região, a 10ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo, ocorrida em Malabo em junho de 2002, decidiu adotar um protocolo sobre o estabelecimento de uma Rede de Parlamentares da África Central (REPAC) e adotar o regimento interno do Conselho para a Paz e Segurança na África Central (COPAX), incluindo a Comissão de Defesa e Segurança (CDC), a Força Multinacional da África Central (FOMAC) e o Mecanismo de Alerta Precoce da África Central (MARAC). Ruanda também foi oficialmente acolhida após o seu regresso como membro pleno da CEEAC. Em sequência, a 11ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo, ocorrida em Brazzaville em janeiro de 2004, celebrou a entrada em vigor do COPAX, após ser atingido o número mínimo de ratificações (União Africana, 2023b).

Cabe destacar que existe uma grande diferença em termos geopolíticos, entre a CEDEAO e a CEEAC. Na primeira, a Nigéria é a potência econômica e também exerce uma forte liderança geopolítica. Já na segunda, Angola, apesar de ser a potência econômica, tem dificuldades de atuar como líder regional. Nkumbe e Njie (2021) argumentam que Angola não é o líder hegemônico regional na África Central devido a várias razões. Em primeiro lugar, Angola é membro tanto da ECCAS quanto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA), e a falta de recursos significa que os compromissos políticos dificilmente serão eficazes para ambas as organizações.

Em segundo lugar, Angola teria dificuldade em exercer a hegemonia na região, pois isso implicaria a probabilidade de intervenção nos assuntos dos países francófonos, o que poderia ameaçar os interesses franceses na região e causar conflitos. Nkumbe e Njie (2021) defendem que a atuação francesa ainda é intensa em suas ex-colônias, interferindo em governos e causando mudanças de regime a seu favor. Essa influência neocolonial francesa impediria que uma potência hegemônica regional apareça.

Finalmente, existem uma série de sobreposições entre os Estados membros na região em diferentes organizações regionais, o que dificulta o compromisso da liderança em agir como hegemonia em uma região específica. Além disso, o histórico de conflitos de Angola com a República Democrática do Congo e Ruanda, fazem a dinâmica política desta organização ainda mais complexa e desafiadora que a da CEDEAO (PACCI, 2023).

Ainda assim, pode-se notar significativos avanços na cooperação e integração da região. Como exemplo tem-se a assinatura em outubro de 2009, do Protocolo Relativo à Estratégia de Securitização dos Interesses Marítimos no Golfo da Guiné (CEEAC, 2009). Esse documento, produzido como parte de um debate mais amplo que será abordado nas próximas seções, representa parcela de um grande avanço na securitização marítima do golfo. A partir desse debate, uma série de medidas e estruturas foram construídas e pode-se perceber uma efetividade no esforço de reduzir a insegurança daquelas águas.

Um avanço importante presente nesse protocolo foi a criação de três camadas de coordenação marítima, prevendo centros de coordenação a nível nacional, por zona e a nível regional. O Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (*Centre Régional de Sécurité Maritime de l'Afrique Central*, CRESMAC), instalado em Pointe-Noire, na República do Congo, coordenaria os esforços multinacionais otimizando os meios marítimos na securitização da região (Ali, 2014).

O litoral da região da CEEAC foi dividido em zonas (Figura 5), cada uma com dois ou três Estados permitindo assim uma sinergia operacional e incrementando a efetividade das patrulhas marítimas. Além de prever um centro de coordenação a nível nacional, cada zona possui um centro de coordenação multinacional, em que operam os países daquela zona. Após debate interno, o protocolo de 2009 previu a zona A, com Angola e República Democrática do Congo, a zona B, com Angola, República do Congo e Gabão e a zona D, com Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe.



Ali (2014) explica que Angola se colocou em duas zonas para poder controlar melhor sua região de Cabinda, que é um enclave angolano na costa da República Democrática do Congo. Da mesma forma, o Gabão encontra-se nas zonas B e D por possuir disputas marítimas com a Guiné Equatorial. O autor ganense relembra, também, que a zona C deixou de constar no protocolo final, pois seria formada somente por Gabão e Guiné Equatorial e poderia suscitar problemas de coordenação e disputas marítimas.

Apesar das dificuldades de integração, percebe-se que existe um fator aglutinador de todos aqueles Estados que é o interesse por garantir o uso seguro e rentável dos mares. Iniciativas como essas da CEEAC, e outras que ainda serão apresentadas, reforçam a percepção de que residiria no mar o ponto de união e aproximação dos povos. Nesse sentido, aproveitando que as nações amigas africanas encontraram nos mares uma forma de superar antigas diferenças, o Brasil tem usado a ZOPACAS como fórum de aproximação oceânico, estreitando laços com seus vizinhos na fronteira leste do entorno estratégico, conforme será exposto no capítulo 4. Após analisar a dinâmica dos dois grandes blocos econômicos e geopolíticos que são a CEDEAO e a CEEAC, seguem-se três outros organismos também relevantes para a região, que são a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), o Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné (G7++ FoGG) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

## 2.6 - COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ (CGG)

O terceiro organismo presente é a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), formada pelos sete Estados costeiros da CEEAC<sup>18</sup> e a Nigéria. Criada em 2001 inicialmente por Angola, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Nigéria, incorporou em 2008 os Camarões e a República Democrática do Congo. O objetivo inicial do organismo era de transformar a região em uma zona de paz e segurança propondo um maior diálogo e cooperação entre CEDEAO e CEEAC (CGG, 2023).

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi criada, também, para promover a cooperação na exploração dos recursos marítimos e para aumentar a segurança marítima na região. A CGG é a única organização regional no Golfo da Guiné que é inteiramente marítima, uma vez que todos os seus oito membros são estados costeiros. O objetivo do

---

<sup>18</sup> Angola, República Democrática do Congo, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Camarões, São Tomé e Príncipe e Nigéria.

Tratado da Comissão de promover a exploração eficiente dos recursos *offshore* é visto como uma via potencial para melhorar a segurança marítima na região. No entanto, a CGG tem enfrentado desafios para alcançar os seus objetivos e a sua eficácia na promoção da cooperação em segurança marítima tem sido limitada.

O GGC identificou quatro áreas prioritárias para cooperação, que incluem segurança marítima, proteção ambiental, desenvolvimento econômico e desenvolvimento de recursos humanos. Essas áreas prioritárias destinam-se a orientar as atividades e iniciativas da Comissão (CGG, 2023).

Em 2012, sob a liderança angolana enquanto presidente da CGG, realizou-se a Conferência de Lunda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné. Com o lema de ‘Sem Paz e Segurança Não Há Desenvolvimento’, e fundamentado na Comissão do Golfo da Guiné, o evento focou nos aspectos de segurança marítima da região, destacando a relevância econômica que os recursos presentes no mar têm no desenvolvimento daqueles países (CGG, 2012).

Presentes naquela conferência estavam, além dos membros da CGG<sup>19</sup>, representantes da ONU, União Africana, União Europeia, CEEAC, CEDEAO, EUA, China, Brasil, África do Sul, Portugal, Namíbia e Gana. Refletindo interesses comuns, e possivelmente influenciados mais facilmente pela diplomacia brasileira devido a proximidade linguística, o documento final da conferência mencionou a relevância da ZOPACAS e destacou a participação brasileira em iniciativas para o Golfo da Guiné. Uma abordagem mais detalhada e ampla sobre a relação da ZOPACAS com o Golfo da Guiné será apresentada nas próximas seções deste estudo.

Em síntese, a CGG possui relevância no processo de integração do Golfo da Guiné, pois representa uma ponte entre a CEDEAO e a CEEAC. Ao aproximar estes dois importantes organismos regionais, motivados por debater e solucionar os diversos desafios marítimos comuns aos dois blocos, a CGG contribui na construção do mundo regional em análise neste estudo.

## 2.7 - GRUPO DO G7 DE AMIGOS DO GOLFO DA GUINÉ (G7++FoGG)

Um quarto organismo atuante na região é o G7++ FoGG que foi criado em 2013, durante a presidência do Reino Unido no G7. Com um foco em uma abordagem pragmática e

---

<sup>19</sup> Na Conferência de Luanda, a única ausência dentre os membros da GGC foram os Camarões (nota do autor).

orientada ao financiamento e envolvimento de parceiros internacionais, pretende coordenar auxílios à região.

Até 2020, o grupo era formado por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos da América, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Índia, Noruega, Holanda, Portugal, Coreia do Sul, Espanha, Suíça, além de União Europeia, Organização Marítima Internacional (IMO) e Interpol. Na região, Angola, Benin, Camarões, Côte d'Ivoire, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo fazem parte dessa iniciativa (G7++FoGG, 2020).

Este fórum implementou a Rede Inter-regional do Golfo da Guiné (*Gulf of Guinea Interregional Network*, GoGIN) que pretende auxiliar a troca de informações entre os membros costeiros do golfo e dinamizar as respostas às ameaças marítimas. A rede GoGIN implementou, em setembro de 2020, acesso ao sistema Yaris (*Yaoundé Architecture Regional Information System*) por meio do qual os países costeiros podem planejar e compartilhar informações de interesse marítimo. O sistema oferece um ambiente de trabalho seguro, por meio de uma intranet colaborativa, permitindo executar alertas, coordenações de operações e suporte legal potencializando a efetividade institucional na securitização marítima do golfo. (G7++FoGG, 2020).

Em 2020, o FoGG realizou uma sessão plenária envolvendo mais de 80 atores, incluindo representantes governamentais, organismos regionais e internacionais, parceiros bilaterais e multilaterais, setor privado e sociedade civil. A meta desse evento foi analisar as oportunidades para incremento da segurança marítima na região, por meio do reforço das ferramentas operacionais, jurídicas e institucionais nos Estados costeiros (GoGIN, 2021).

Seguindo o processo de integração e desenvolvimento, foi realizada em novembro de 2021 a segunda reunião ministerial do G7++FoGG, durante a copresidência do Reino Unido e Senegal. Essa reunião ministerial permitiu identificar os desafios enfrentados na implementação efetiva da Arquitetura de Yaoundé e apresentou propostas concretas, especialmente relacionadas ao financiamento, ao papel do setor privado, da sociedade civil e do mecanismo de coordenação (G7++FoGG, 2021).

Nessa mesma reunião, ficou evidente o avanço que a integração daqueles países tem trazido no que tange ao arcabouço jurídico para um eficaz processamento dos crimes marítimos. Celebrou-se, naquela reunião, o progresso resultando nos primeiros dois casos de processos por pirataria: na Nigéria e em Togo, sendo que seis países agora têm um quadro

jurídico sobre pirataria: Libéria, Togo, Nigéria, Gabão, Cabo Verde e Senegal. Acordou-se que os próximos documentos da CEDEAO fornecerão um quadro jurídico para a transferência de suspeitos de pirataria, incluindo reuniões-chave de grupos de especialistas independentes e governamentais (G7++FoGG, 2021).

Entende-se que o G7++FoGG é uma iniciativa relevante que pode contribuir para um incremento da capacidade regional de responder às ameaças presentes, além de concentrar um dos fluxos de suporte internacional enviados à região. Cabe pontuar que, como será detalhado a seguir, alguns atores participantes dessa iniciativa mantêm iniciativas bilaterais paralelas. Esses esforços paralelos, apesar de promover ações positivas no curto prazo podem gerar conflitos de prioridade nos governos africanos devido a superposição de muitos projetos que tratam do mesmo tema.

## 2.8 - COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

A quinta organização presente na região é a CPLP, que concentra em um único fórum os países lusófonos da Golfo da Guiné, além de Portugal, Brasil, Moçambique e Timor Leste. Criada inicialmente, em 1996, tinha o objetivo de ser um foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros, bem como de difusão e valorização da língua portuguesa pelo mundo (CPLP, 1996).

Após a revisão dos estatutos da CPLP, realizada em Lisboa em 2007, a Comunidade aprofundou a sinergia política entre seus membros, reforçando domínios específicos de cooperação (CPLP, 2007). Dentre os quais, destaca-se o componente da Defesa que consiste, desde 1998, de órgãos permanentes como o Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD) e o Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE-CPLP). Além disso, os Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas e os Ministros de Defesa dos países membros realizam reuniões anuais (Camelo, 2021). O fortalecimento estrutural desse relevante fórum possibilita uma maior cooperação em diversos domínios, além de reforçar a atuação desses países no cenário internacional.

Apesar de inicialmente motivada por questões culturais, pode-se perceber que a CPLP vem a cada ano ganhando mais relevância como um fórum geopolítico. Segundo Rizzi (2022), a CPLP atua como uma estrutura de fortalecimento e de resoluções conjuntas para

problemáticas regionais, contribuindo para a preservação da soberania e do desenvolvimento daqueles Estados, contra ingerências extrarregionais.

Ainda de acordo com Rizzi (2022), a cooperação na área de segurança e defesa tornou-se uma esfera de preocupação emergente na CPLP, em virtude das situações de instabilidade e conflito em alguns de seus Estados membros. As principais preocupações dos Estados-membros da CPLP em relação à segurança são os atos de pirataria, a depredação de recursos, tráficos ilícitos (pessoas, drogas, armamento), imigração irregular e crimes ambientais. Esses problemas de segurança também implicam em desafios aos processos de desenvolvimento nacional dos Estados envolvidos.

Por fim, Rizzi (2022) recorda que foi criado, em 1998, o Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa (CAE/CPLP), sendo constituído pela sede em Maputo, Moçambique, e pelos Núcleos Nacionais localizados em cada Estado membro, dos Ministérios da Defesa. O CAE/CPLP é o órgão responsável por promover a cooperação em assuntos de defesa entre os Estados-membros da CPLP. Esse Centro também criou um arquivo, divulgando trabalhos a respeito de suas atividades; outro objetivo importante do CAE/CPLP é habilitar, por meio do conteúdo obtido a partir de suas pesquisas, entre os Estados membros, a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais. Rizzi (2022) ainda argumenta que, com a assunção da direção desse centro por um oficial da Marinha do Brasil, em 2019, descortinou-se uma oportunidade de exercer liderança na cooperação sul-atlântica.

A CPLP tem uma atuação regional na África que visa contribuir para a paz e a segurança, e para tal, participa de missões de observação eleitoral, de mediação de conflitos, de apoio humanitário e de capacitação das forças de segurança e defesa dos seus membros africanos. A CPLP também promove o intercâmbio de experiências e boas práticas em áreas como saúde, educação, agricultura, energia, ambiente, cultura e direitos humanos, mantendo um diálogo regular com outras organizações regionais africanas, como a União Africana, a CEDEAO e CEEAC.

Em síntese, a CPLP é relevante na geopolítica africana por ser um espaço de concertação política e diplomática entre países que partilham uma língua e uma história comuns. A CPLP pode ser, ainda, uma plataforma de articulação entre diferentes regiões do mundo, como a Europa, a América do Sul, a Ásia e a Oceania, portanto uma voz influente na defesa dos interesses dos países de língua portuguesa nas organizações internacionais, como

as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde e outras.

## 2.9 - ARQUITETURA DE YAOUNDÉ.

Conforme exposto acima, os diversos organismos regionais presentes e atuantes no Golfo tem preocupações e projetos para solucionar os problemas marítimos daqueles países. Antes mesmo de citar as razões socioeconômicas e estruturais que levam à existência desse fenômeno de insegurança marítima, cabe destacar que a própria geografia do Golfo é um fator complicador, especialmente no que tange às divisões das águas jurisdicionais de cada Estado (Figura 4). Por serem muito próximas, facilitam a evasão de criminosos de uma zona para outra, o que reforça a necessidade de uma cooperação regional para uma resposta marítima mais efetiva. Faz-se relevante lembrar também que, como apontou Ali (2014), para alguns países da região, sua área de responsabilidade marítima excede àquela terrestre.

Figura 4 – Algumas Zonas Econômicas Exclusivas no Golfo da Guiné.



Fonte: SeaVision<sup>20</sup>, 2021.

Apesar de haver uma intenção inicialmente isolada da CEDEAO e da CEEAC de securitizarem suas águas oceânicas, a proximidade dos limites marítimos dos Estados exigiu uma coordenação entre aqueles dois organismos regionais. Se um ilícito, por exemplo, fosse cometido inicialmente no limite marítimo da CEEAC, mas os criminosos fugissem para águas

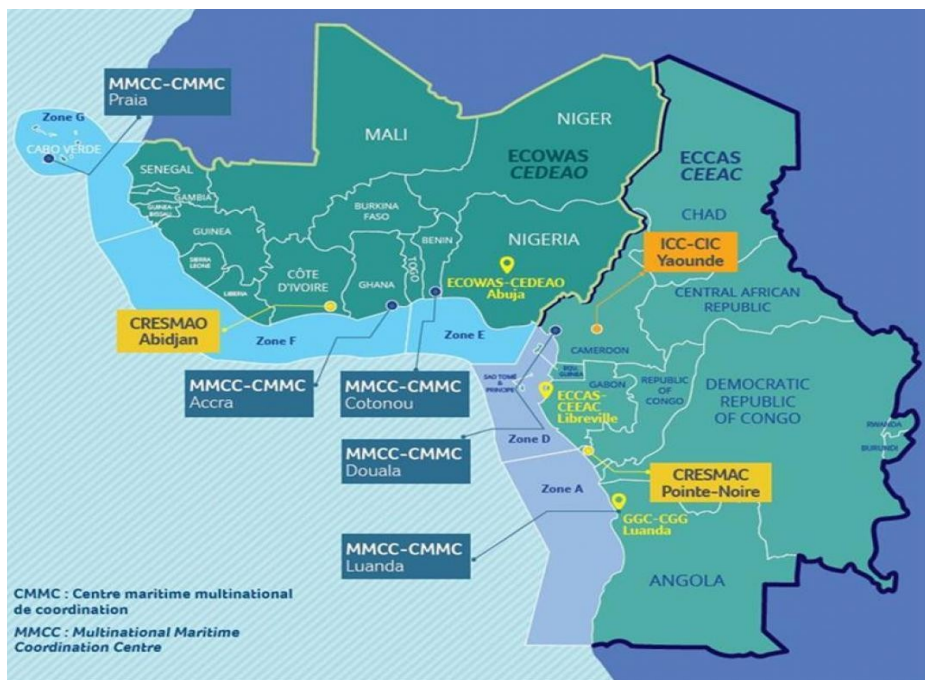
<sup>20</sup> Cabe destacar que o *SeaVision* é um sistema desenvolvido pelo Departamento de Transportes do Governo dos Estados Unidos da América e ofertado aos países costeiros africanos (Nota do autor).

da CEDEAO, apesar de ambos os sistemas de coordenação estarem em franca estruturação isoladamente, far-se-ia necessária uma coordenação entre os dois sistemas de controle.

Assim, em 2013, representantes da CEDEAO, CEEAC e GGC se reuniram em Yaoundé, Camarões, e assinaram um dos mais importantes documentos para a região, que foi o Código de Conduta para Repressão de Pirataria, Roubo Armado a Navios e Atividade Ilícita no Mar na África Ocidental e Central, doravante Código de Yaoundé. Esse documento dividiu a região em zonas de responsabilidade (Figura 5), apresentando uma arquitetura de Comando e Controle (C2) para otimizar a resposta marítima. Nessa divisão, 19 países do golfo passam a ter um Centro de Operações Marítima (*Maritime Operational Center, MOC*).

Esses MOC's se agruparam em cinco zonas, tendo cada zona um Centro de Coordenação Marítima Multinacional (*Multinational Maritime Coordination Center, MMCC*), que acompanha e coordena as ações de vigilância e interceptação de forma a otimizar os meios e recursos dos países componentes (Nwangwu, 2015). Como pode-se observar, as divisões inicialmente estipuladas separadamente no âmbito da CEDEAO e da CEEAC foram integradas em uma única arquitetura de coordenação, integrando o CRESMAO e CRESMAC no novo sistema.

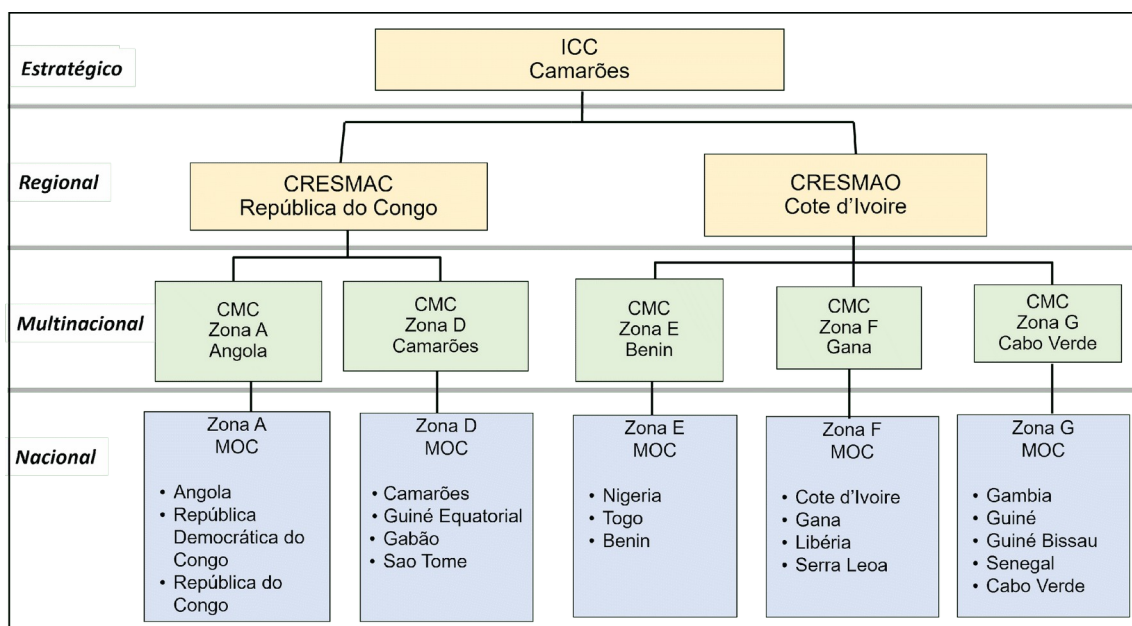
Figura 5 – Divisão do Golfo da Guiné proposta no Código de Yaoundé.



Fonte: União Europeia, 2021a.

O CRESMAC coordena as ações dos Estados das zonas A e D. E o CRESMAO coordena os Estados das zonas E, F e G. Ambas as regiões reportam para o Centro de Coordenação Inter-regional (ICC, da sigla em inglês) que concentra todos os dados do Golfo da Guiné. A Figura 6 apresenta a mesma distribuição, porém em um formato que permite ilustrar a arquitetura de coordenação e de fluxo de informações presente no Código de Yaoundé.

Figura 6 – Arquitetura de Segurança Marítima - Código de Yaoundé.



Fonte: Figueiredo e Silva, 2022.

A estruturação de todo esse sistema de comunicações, monitoramento e interceptação marítima vem sendo financiada e apoiada, em parte, por diversos atores extrarregionais. Além de reforçar laços de amizade e influência, esses atores também se beneficiam com a securitização marítima da região, ao terem suas frotas marítimas asseguradas e seu fluxo de mercadorias e commodities garantido.

Por exemplo, a UE tem apoiado com alguns projetos, dentre os quais destacam-se o Mecanismo de Monitoramento, Apoio e Avaliação de Rotas Marítimas Críticas (CRIMSON), um projeto abrangente de 2 milhões de euros que conecta e promove a compreensão de todos os componentes do Programa de Rotas Marítimas Críticas atualmente implementado no Golfo da Guiné e no Oceano Índico. Além desse, a Rede Inter-Regional do Golfo da



Guiné (GoGIN), lançada em dezembro de 2016, é um projeto de 9,3 milhões de euros que visa melhorar a segurança e a proteção marítima em 19 países da região, principalmente através do apoio à formação e ao estabelecimento da Rede de Compartilhamento de Informação Arquitetura Regional de Yaoundé (YARIS<sup>21</sup>), que ajudará a aumentar a sensibilização para o domínio marítimo. A Dinamarca financia o projeto com uma contribuição de 1,8 milhões de euros (União Europeia, 2023).

Ainda como iniciativas europeias, destacam-se o apoio à Segurança Marítima Integrada da África Ocidental (SWAIMS), que começou em 2019 com 28 milhões de euros, visa apoiar a implementação da Estratégia Marítima Integrada da CEDEAO e melhorar a segurança marítima no Golfo da Guiné, com especial atenção para melhorar a aplicação da lei e a governação quadros, capacidade e implementação. E o Programa de Apoio à Estratégia de Segurança Marítima na África Central (PASSMAR), lançado em 2019, fornecerá 10 milhões de euros de apoio à região da África Central, reforçando o quadro institucional, jurídico e operacional para a cooperação marítima transfronteiriça, incluindo com o setor privado sector e sociedade civil. (União Europeia, 2023).

Um outro ator extrarregional que, assim como a UE, contribui para a construção da arquitetura de Yaoundé são os EUA. Eles disponibilizam para os operadores dos MOC africanos o acesso gratuito à plataforma *SeaVision*, que é uma ferramenta para o aumento da Consciência Situacional Marítima (CSM) na região. Por meio dessa plataforma, os operadores podem inserir e consultar eventos de risco marítimo, como por exemplo, uma abordagem suspeita a um navio mercante.

Segundo Figueiredo e Silva (2022), um relatório elaborado pela *Naval Forces Africa* (NAVAF) em 28 de maio de 2021 mostra a evolução desses eventos de risco ocorridos entre 01 de janeiro de 2016 e 30 de abril de 2021 (NAVAF, 2021a). O relatório indica que, desde 2017, há uma estabilização na média de incidentes por ano, que é de 113.

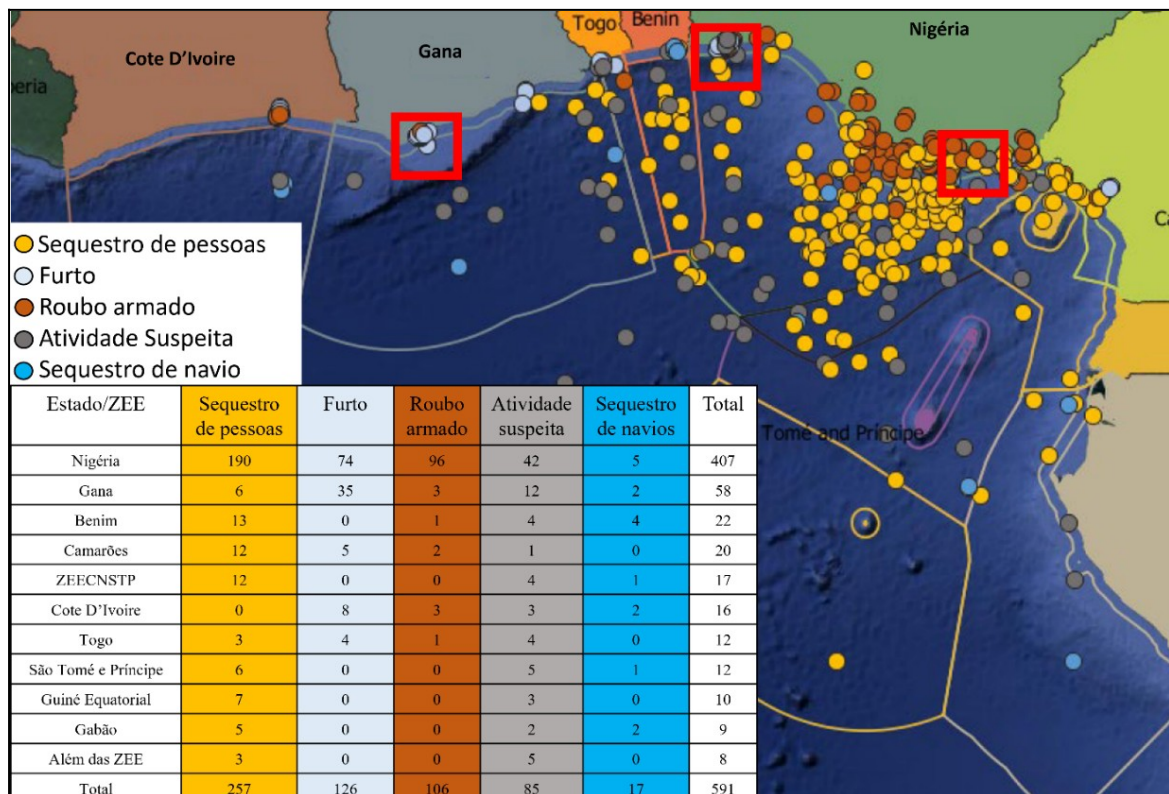
Encontram-se destacadas, em quadrados vermelhos (Figura 7), três áreas de grande concentração de incidentes marítimos. A primeira fica nas proximidades do porto de Apapa e da ilha Tin Can, localizados na cidade de Lagos, contabilizando 80 eventos, sendo a maioria de furtos e roubos armados. A segunda fica localizada na parte leste da costa nigeriana, nas

---

21 A sigla YARIS significa *Yaoundé Architecture Regional Information System*.

proximidades dos FPSO Mystra e FPSO Usan<sup>22</sup>, e concentra 74 incidentes. A terceira se localiza no porto de Takadori, em Gana, com um total de 37 incidentes reportados.

Figura 7 – Distribuição dos eventos de risco marítimo – janeiro de 2016 a abril 2021.



Fonte: Figueiredo e Silva, 2022.

Todas as informações acima expostas somente foram produzidas porque os MOC africanos tiveram acesso ao sistema SeaVision e, mais do que isso, estavam engajados em utilizá-lo como ferramenta principal de CSM, além de possuírem uma estrutura de comunicações implementada.

Dessa forma, tanto o YARIS quanto o SeaVision são ferramentas utilizadas pelos MOC africanos durante suas operações regulares e durante os exercícios navais conduzidos pelos atores extrarregionais, como o *Grand Africa Nemo*, da França, e o *Obangame Express*, dos EUA. Esses exercícios têm como objetivo aumentar a capacidade de resposta e coordenação dos países africanos diante de ameaças marítimas. No entanto, a existência de

<sup>22</sup> FPSO é a sigla de *Floating, Production, Storage and Offloading*. São embarcações que funcionam como plataformas de exploração de hidrocarbonetos no mar (Nota do autor).

duas ferramentas distintas, que aparentemente fornecem o mesmo serviço, pode gerar uma sobreposição de informações e dificultar a operacionalização dos MOC. Além disso, os atores extrarregionais podem se beneficiar dos dados coletados pelas ferramentas para incrementar as suas próprias CSM. Portanto, cabe analisar se a duplicidade de ferramentas é vantajosa ou prejudicial para os africanos, e quais são as implicações políticas e estratégicas dessa situação.

Ainda assim, percebe-se que o apoio externo tem incrementado a capacidade dos países do golfo de fazer frente aos desafios marítimos, contribuindo para a consolidação da integração marítima na costa africana. Adicionalmente, ainda que de forma indireta, tais iniciativas reforçam a tendência de integração regional, facilitando e robustecendo os organismos dessas regiões, seja a CEDEAO ou a CEEAC.

## 2.10 - UM MUNDO REGIONAL MULTIPLEX

A integração regional é um dos principais, e potenciais fatores de força do Golfo da Guiné, pois facilita o comércio intrarregional, a circulação de pessoas e bens, a harmonização de políticas e normas, e a resolução de conflitos e disputas. A integração regional também tem o potencial de contribuir para a promoção da paz, da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento humano na região.

No entanto, esse mesmo processo de integração ainda enfrenta vários desafios, como a diversidade cultural, linguística e política, a sobreposição de organizações sub-regionais, a falta de infraestrutura e de recursos financeiros, e a influência de atores externos. Especificamente no que tange a diversidade cultural, cabe destacar que a região abriga inúmeros grupos étnicos, que falam diversas línguas diferentes. A região também possui uma variedade de religiões, como cristianismo, islamismo, animismo e outras crenças tradicionais. Além de possuir uma diversidade de sistemas políticos, que vão desde democracias consolidadas até regimes autoritários. Essa diversidade cultural, linguística e política pode ser uma fonte de riqueza e de criatividade para a região, mas também pode gerar tensões, conflitos e fragmentação.

A sobreposição de organizações sub-regionais é outro desafio para a integração regional no Golfo da Guiné, pois pode criar confusão, duplicidade e ineficiência nas iniciativas e nas ações regionais. A região possui várias organizações sub-regionais que atuam em diferentes áreas temáticas e geográficas, como a CEDEAO, a CEEAC, a CGG, o G7++ FoGG e a CPLP. Essas organizações sub-regionais muitas vezes têm objetivos similares ou

complementares, mas também têm agendas distintas ou concorrentes. Essa situação pode dificultar a coordenação, a harmonização e a cooperação entre as organizações sub-regionais.

O fato de CEDEAO e CEEAC terem suas forças de intervenção, ECOMOG e FOMAC, torna aquela região inédita em termos de independência e autonomia, pois demonstra a capacidade dessas regiões de resolver os seus próprios problemas sem depender da intervenção externa de potências estrangeiras ou de organizações internacionais. Essas forças representam uma forma de cooperação militar e política entre os Estados-membros das organizações regionais, que visam promover a integração econômica, social e cultural das suas regiões.

Tal aspecto pode ser percebido como um fator de força geopolítica para a África Ocidental e Central, pois aumenta a influência e o prestígio dessas regiões no cenário internacional, ao mostrar o seu compromisso com a segurança coletiva e a cooperação multilateral. Essas forças também podem contribuir para o fortalecimento da integração regional, ao criar laços de solidariedade e confiança entre os países-membros e ao promover valores comuns de paz, democracia e desenvolvimento. Além disso, essas forças podem servir como instrumentos de prevenção e resolução de conflitos, ao atuar como mediadores, pacificadores ou estabilizadores em situações de crise.

No entanto, também existem riscos e desafios associados à existência dessas forças de intervenção regionais. Um deles é o potencial de rivalidade ou conflito entre as organizações regionais ou entre os países-membros, que podem ter interesses ou visões divergentes sobre as questões políticas, econômicas ou sociais da região. Outro é a dificuldade de coordenação e harmonização das políticas e das ações entre as organizações regionais e com outras organizações internacionais, como a União Africana (UA) ou as Nações Unidas (ONU). Um terceiro é a escassez de recursos financeiros, humanos e materiais para sustentar as operações das forças de intervenção regionais, que dependem em grande parte das contribuições voluntárias dos países-membros ou dos parceiros internacionais.

Ainda assim, esforços para aumentar a cooperação e o diálogo entre as duas organizações regionais, especialmente nas áreas de paz e segurança são notórios. Além da já citada integração para enfrentar os problemas marítimos, iniciada em 2013, vale mencionar a reunião realizada em Togo, em 2018. Naquela ocasião, os chefes de Estado e de Governo dos países da CEDEAO e CEEAC adotaram uma declaração sobre a paz, a segurança, a estabilidade e a luta contra o terrorismo na África Ocidental e Central (CEDEAO, 2018).

Essas iniciativas mostram que há uma vontade política de aproximar as duas regiões e de buscar soluções conjuntas para os desafios comuns.

Este capítulo procurou apresentar a região de interesse com um olhar multiplex, destacando o processo complexo e vibrante de integração regional e como esse processo tem evoluído ao longo do tempo. A partir desse panorama, que combinou as dimensões *Comprimento* e *Tempo* de Acharya, pode-se a partir de agora, discutir quais os atores relevantes do Golfo, extrarregionais e regionais, e como estes atores têm sido capazes de moldar a cultura e as normas locais.

A influência de atores externos é outra oportunidade para a integração no Golfo da Guiné, pois amplia o apoio político, técnico e financeiro para as iniciativas e as ações regionais. O Golfo da Guiné tem atraído o interesse e a presença de vários atores externos, como Estados Unidos, China, Europa, Rússia, Índia e Brasil. Esses atores têm oferecido aos países da região parcerias estratégicas, investimentos em infraestrutura, assistência técnica em áreas estratégicas, apoio político em fóruns internacionais, entre outras formas de cooperação. Essa influência pode beneficiar a região, mas também pode gerar dependência, competição e interferência nos assuntos regionais.

O próximo capítulo analisará a dimensão *Profundidade*, evidenciando a teia complexa de relacionamentos e de atores não estatais presentes no Golfo. Optou-se por deixar a análise da dimensão *Altura* por último, dedicando o próximo capítulo para compreensão das forças e interesses que permeiam a sociedade daquela região africana e como atores externos podem moldar aquelas normas e cultura.

### CAP 3 – UM MOSAICO MULTIPLEX

Após discorrer sobre as dimensões *Comprimento* e *Tempo*, teve-se uma ideia da região de interesse e seus principais organismos e atores Estatais. Mais ainda, foi possível observar como tal mundo regional tem evoluído ao longo do tempo, robustecendo cada vez mais suas estruturas e sinalizando para uma crescente autonomia da região. Neste capítulo, a análise vai descer do nível nacional para o nível não estatal, buscando apresentar quais atores regionais ou extrarregionais possuem influência no dia a dia daquelas sociedades, moldando suas culturas e normas.

Acharya (2018a) argumenta que a dimensão *Profundidade* diz respeito a capacidade de moldar normas e culturas de uma região. Antes mesmo de analisar o potencial de um ator extrarregional exercer influência no Golfo da Guiné, faz-se necessário abordar quais atores já fazem parte na dinâmica regional e quais já encontram-se moldando as normas e culturas do Golfo. Entender essa teia já existente permitirá um estudo mais coerente e abrangente dessa dimensão multiplex.

Portanto, a *Profundidade* implica em uma análise da sociedade na qual se deseja intervir, ou com a qual se pretende dialogar. Acharya e Buzan (2019) sustentam que todas as sociedades constroem seus próprios fundamentos morais e normativos, que conformam suas identidades, delimitando quem são “eles” e quem são os “outros”. Esses marcos normativos indicam quem são os membros legítimos dessa sociedade e quais são as condutas legítimas esperadas deles.

Assim, atores externos e internos que almejam ampliar sua influência no golfo devem agir na dimensão cognitiva da população para modelar normas e a cultura local. Neste capítulo, pretende-se analisar o tecido social e os principais atores regionais que atuam no Golfo da Guiné. A proposta é traçar um panorama amplo e abrangente desses atores, apresentando seus interesses e as características mais relevantes. Mais ainda, de forma a estudar a real capacidade de influenciar e moldar a cultura local, este capítulo apresentará um resumo do mosaico cultural, étnico e linguístico que forma a complexa teia de relacionamentos daquela região africana.

No capítulo anterior, foram abordadas as dimensões *Comprimento* e *Tempo*, que se referem à extensão geográfica e à evolução temporal da região, bem como aos seus organismos regionais e às suas relações com o resto do mundo. Apesar de bastante amplas, as

duas dimensões anteriores ainda não são capazes de descrever como a sociedade em estudo pode ser influenciada, como suas normas e cultura são constituídas. Assim, com o cenário regional delineado no capítulo anterior, é possível agora detalhar quais seriam os atores não estatais que integram aquela complexa rede de relacionamentos e como eles, e a própria sociedade, constituem os objetos de uma possível influência extrarregional.

Acharya (2018a) argumenta que essa miríade de atores não estatais possui grande relevância em uma análise geopolítica, uma vez que possuem interesses específicos e capacidades de moldar a cultura e os valores regionais. Soma-se a isso a crescente instrumentalização de atores não estatais por potências que tenham interesses em determinada região. Galeotti (2023) alerta, com diversos exemplos, como esse fenômeno da instrumentalização não seria algo recente na história humana, mas que tem sido uma opção dos Estados que não desejam assumir o desgaste de impor suas vontades à força.

Ainda segundo Acharya e Buzan (2019), as crescentes disputas entre Estados e atores não estatais violentos, e até mesmo entre não estatais rivais, será a principal fonte de violência internacional. Os autores projetaram que os conflitos vindouros seriam mais concentrados dentro dos Estados, ou em regiões transnacionais, e menos entre os próprios Estados.

Abordar a dimensão *Profundidade* e a capacidade de atores de moldar a cultura e as normas regionais requer também analisar o papel das agências da ONU, do FMI e do Banco Mundial. Esses, e outros organismos similares, têm grande impacto na governança global, estabelecendo normas e regulamentações que afetam diretamente os Estados e a economia. Conhecer seus projetos é crucial para entender como pretendem influenciar e moldar a ordem mundial e como essas agendas podem contribuir ou atrapalhar os projetos de outros atores para o Golfo da Guiné.

Adicionalmente, fundações como a Fundação Open Society também podem exercer influência significativa na governança regional. Além delas, Bremmer (2021) relembra que as Big Tech's vem desempenhando papel ativo na política, censurando ideologias e movimentos contrários às crenças de seus diretores. Para Bremmer, tal fenômeno poderia ser chamado de momento "tecnopolar", dado o poder de moldar a ordem global que as empresas de tecnologia possuem.

A crescente conectividade das sociedades africanas possibilita que essas ações se realizem por meio de redes sociais e outros meios digitais na internet. Buzan e Lawson (2015) recordam que, em meados da década de 1990, havia 55 milhões de dispositivos móveis,

utilizados principalmente para ligações telefônicas. Em 2010, já havia 4,5 bilhões de dispositivos móveis e, projetava-se, que em 2023 esse número chegaria a 6,5 bilhões de usuários, correspondendo a 78% da população mundial.

Assim, busca-se identificar e caracterizar os principais atores que exercem poder e moldam a cultura local. No entanto, a abordagem multiplex também apresenta algumas limitações, como a dificuldade de abranger e integrar todos os atores estatais e não estatais, que podem ser numerosos e heterogêneos. Dessa forma, apesar de apresentar alguns dos atores julgados relevantes ao processo de análise multiplex, existe a possibilidade de que outros igualmente relevante tenham sido ignorados. O objetivo deste capítulo é ilustrar alguns desses atores de forma a sinalizar para a complexidade regional e a necessidade de uma ampla compreensão do mosaico presente naquele golfo.

O capítulo está estruturado de forma a iniciar apresentando um panorama geral sobre a cultura do Golfo da Guiné. Um mosaico cultural se faz relevante uma vez que este capítulo abordará a capacidade de influenciar e moldar aquela sociedade. Em sequência, serão apresentados os principais atores não estatais não violentos, como empresas internacionais de relevância, redes sociais, organizações não governamentais, fundações e organismos internacionais. Em seguida, serão apresentadas algumas organizações governamentais e não governamentais com projetos na região, como algumas agências da ONU, a USAID (*United States Agency for International Development*), e outras organizações que podem, de alguma forma, influenciar a sociedade daquele golfo africano.

Sucessivamente, será exposta uma análise dos atores não estatais violentos, como o Boko Haram, os grupos armados do delta do Níger, e outras organizações criminosas. Esses atores têm sido responsáveis por parcela da desestabilização regional e vem sendo alvo de iniciativas internacionais que visam a reduzir sua influência na região. A compreensão desses atores e seus interesses é crucial, tendo em vista a grande relevância que possuem na dinâmica daquelas sociedades.

Cabe salientar que traçar esse mosaico de atores não estatais, violentos ou não, faz-se necessário para compreender a teia de relacionamentos e interações que um ator extrarregional estará sujeito. O mundo regional do Golfo da Guiné é muito maior que somente a soma de seus Estados africanos. É também maior que a soma de todos os atores não estatais que ali atuam, e da soma dos organismos regionais citados no capítulo anterior. O mundo



regional multiplex, ora em estudo, é o somatório complexo de todas essas personagens, interconectadas e interdependentes, que precisam ser compreendidas e estudadas.

Logo após, este capítulo discorrerá sobre atores estatais locais, como Nigéria, Côte d'Ivoire, Gana e Angola. Antes, porém, cabe apresentar um panorama cultural do Golfo de forma a identificar as oportunidades e as dificuldades de realizar ações que visem a influenciar e moldar a cultura na região.

### 3.1 - PANORAMA CULTURAL E A SOCIEDADE CIVIL

Os diversos países que compõem o Golfo da Guiné têm uma grande diversidade cultural, que se reflete na sua história língua, religião, etnia, culinária, literatura, política e economia. Essa diversidade cultural é um patrimônio, mas também um desafio, para a cooperação e o desenvolvimento da região.

Os atores estatais e não estatais que atuam na região do Golfo da Guiné devem levar em conta essa diversidade cultural, e buscar formas de se adaptar, comunicar, respeitar e influenciar mutuamente. Para isso, eles devem considerar os aspectos linguísticos, religiosos e étnicos. A consciência situacional cultural (*cultural awareness*) é, segundo Bonvillian e Nowlin (1994), elemento essencial para interagir com outros países e povos.

Existem indicadores que apontam para uma crescente participação popular no regionalismo africano. O engajamento da sociedade civil sinaliza um aspecto crítico no processo de integração regional, no que tange à democratização e governança. Acharya (2018b) destaca a proposta de criação do Conselho Econômico, Social e Cultural (ECOSOCC) que seria a plataforma oficial para a sociedade civil na UA viabilizando outros canais para contribuição e participação. No que tange ao Golfo da Guiné, Acharya destaca a crescente participação da sociedade na Corte de Justiça da CEDEAO e no Fórum da Sociedade Civil da África Ocidental (WACSOF). Assim, apesar das dificuldades estruturais presentes no Golfo da Guiné, depreende-se que a sociedade civil, quando engajada, tem conseguido participar relativamente do processo de produção de normas e regulamentos.

Segundo relatório de 2023 da Comissão Econômica para a África (CEA) da ONU, a situação socioeconômica dos países do Golfo da Guiné é, ainda, delicada. O balanço fiscal dos países da CEDEAO esteve negativo de 2020 a 2023, sendo que o dos países da CEEAC ficou positivo a partir de 2022. Em relação à taxa de desemprego, o relatório aponta que a

região da CEEAC teve 6,2% de desempregados em 2023, comparados aos 4,6% da CEDEAO (CEA, 2023).

Um outro aspecto relevante que pode influenciar na capacidade de atuar na dimensão *Profundidade*, é a distribuição demográfica entre as religiões. Segundo um relatório do *Pew Research Center* de 2015, existe uma maior predominância do islamismo no oeste africano e uma maior presença do cristianismo na região central africana. O relatório aponta que nos países da CEDEAO, 47,5% da população é muçulmana, seguida por 29,1% de cristãos e 20,7% de seguidores de religiões tradicionais africanas. Já em relação aos Estados da CEEAC, a maioria se declara cristã e representa 70% da população. Em seguida estão os que professam as religiões tradicionais africanas, com 18,6% e os muçulmanos com somente 9,2% (Pew Research Center, 2015).

Assim, do ponto de vista linguístico e religioso, pode-se inferir que a penetrabilidade cultural brasileira se daria mais facilmente nos Estados da CEEAC do que naqueles da CEDEAO. A CEEAC possui Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, que são países lusófonos e majoritariamente cristãos. Já a CEDEAO possui somente Cabo Verde e Guiné Bissau como país lusófono, sendo que somente o primeiro possui uma quantidade se adeptos do cristianismo que seja relevante. Apesar deste aspecto cultural, o peso geopolítico da CEDEAO, com especial ênfase para a Nigéria, fazem daquela região o ponto central de qualquer estratégia brasileira para o Golfo.

Kogbe (2023) recorda que a sociedade civil como um todo é um ator em si mesma, contribuindo com o processo de regionalização e, simultaneamente, sendo influenciada pelos atores extrarregionais e seus projetos. Assim, ONG's, grupos religiosos, fundações, sindicatos, fóruns de negócios, movimentos sociais estariam constantemente interagindo e buscando moldar o ambiente regional em seu favor. Segundo Kogbe, seus projetos têm o potencial de contribuir culturalmente, ecologicamente, economicamente, moralmente e politicamente.

A seguir propõe-se abordar alguns desses atores, de origem regional ou extrarregional, para jogar luz a essa teia complexa e dinâmica da sociedade civil do golfo africano. A influência em *Profundidade*, proposta por Acharya, depende da compreensão desses atores e da identificação de oportunidades de cooperação e possíveis ameaças aos próprios interesses. Após uma breve apresentação desses atores, o final deste capítulo tecerá algumas considerações e perspectivas.

### 3.2 - ATORES NÃO ESTATAIS NÃO VIOLENTOS

Diversos são os atores não estatais, não violentos, que atuam de forma significativa no Golfo da Guiné. Desde grandes companhias petrolíferas, passando por organismos internacionais de ajuda humanitária, até fundações e redes sociais. Todos esses atores contribuem diretamente, ou indiretamente, para a complexa teia de relacionamentos da região. Entender quais são seus interesses e objetivos e quais desses atores podem ser instrumentalizados em favor de uma agenda brasileira, ou quais estariam sendo instrumentalizados em favor de outra agenda, é vital para uma atuação eficaz na região.

Dessa forma, inicia-se com um panorama das principais empresas internacionais presentes na região. Destaque principal deve ser dado as companhias de exploração de petróleo e gás, uma vez que movimentam grandes quantias de recursos naturais e financeiros e vem contribuindo para uma maior securitização do golfo (Figura 8).

Figura 08 – Principais Empresas Petrolíferas Internacionais no Golfo da Guiné.



Fonte: Ribeiro et al (2022).

Algumas das principais empresas multinacionais que atuam na região do Golfo da Guiné são: a ExxonMobil, a Chevron, a Shell, a Total, a BP, a Eni, a Petrobras, a Sonangol, a NNPC, a Sinopec, a CNOOC, a ONGC, a Repsol, a Equinor, a Galp e a Maersk. Essas empresas participam de iniciativas, de projetos ou de programas com as organizações

regionais, internacionais ou não governamentais, para promover a segurança, a governança, o desenvolvimento e a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente na região. Conforme exposto por Ribeiro et al (2022), as petrolíferas estrangeiras possuem grandes interesses na região do golfo, estando espalhadas em diversos Estados costeiros.

Tendo em vista a crescente problemática de insegurança marítima na região, Liss (2020) argumenta que uma solução encontrada pelos armadores, companhias de seguros e operadores portuários que estavam expostos nas águas africanas, foi a contratação de elementos armados para a proteção. O aumento no uso de atores não estatais de segurança para o transporte marítimo ainda não está plenamente regulado, apesar de existirem registros desses serviços em navios, plataformas e unidades em terra no continente africano.

Algumas iniciativas privadas também buscam sensibilizar os atores envolvidos e reforçar os procedimentos. Por exemplo, o Fórum Internacional Marinho de Companhias de Petróleo (*Oil Companies International Marine Forum - OCIMF*), juntamente com outros parceiros privados e estatais, teve a iniciativa de criar o *Maritime Trade Information Sharing Centre—Gulf of Guinea* (MTISC-GoG), em outubro de 2014, em Accra (Gana). Os serviços deste centro incluíam a monitorização de incidentes, a criação de uma área de comunicação voluntária, avisos de segurança à navegação mercante e partilha de informação com as organizações e autoridades regionais (Seyle & Madsen, 2015).

Em 2016, o MTISC-GoG foi substituído pelo centro *Maritime Domain Awareness for Trade - Gulf of Guinea* (MDAT-GoG). Este serviço passou a ser operado pela marinha francesa em Brest (França) e pela marinha britânica em Portsmouth (Reino Unido) (Okafor-Yarwood & Pigeon, 2020).

Atualmente, esse centro procura manter a sua ligação com a indústria de transporte marítima, sendo patente o esforço em fornecer relatórios e informação vital sobre a situação de incidentes no Golfo da Guiné, acompanhamento da navegação mercante com promulgação de cartas náuticas e instruções de comunicação na área de risco considerada, assim como estabelecer a ligação entre os navios e as autoridades regionais em caso de incidente (MDAT-GoG, 2021).

Além dessa iniciativa, a BIMCO (*Baltic and International Maritime Council*) publicou a “Declaração do Golfo da Guiné para a Redução da Pirataria”, em 2021, revisada em 2022, na qual diversas entidades e companhias declararam preocupação com a crescente

insegurança marítima e solicitavam uma atuação mais enérgica das autoridades (BIMCO, 2021; BIMCO, 2022).

O interesse estratégico dos Estados, que importam petróleo e gás africanos, aliado a pressão das companhias que atuam nesse litoral, tem gerado reações de securitização e cooperação. A crescente atuação dos EUA a partir de 2008, que será abordada no próximo capítulo, e o apoio do G7 ++ FoGG na implementação da arquitetura de Yaoundé são alguns exemplos dessas reações. Iniciativas isoladas também são observadas como a da República da Itália, que instituiu a operação Gabínia<sup>23</sup> em 2020 e tem enviado anualmente um navio de guerra para patrulhar as águas do Golfo da Guiné. A missão desse navio é proteger as estruturas de exploração da companhia ENI, bem como garantir a segurança da frota marítima italiana (Itália, 2023)

Da mesma forma, o Brasil também tem aumentado sua presença no Golfo sob a narrativa de apoiar a securitização marítima na região. A motivação principal brasileira diferencia-se um pouco daquela dos países supramencionados uma vez que, apesar da atuação da companhia petroleira brasileira ter sido reduzida na região, a presença militar vem aumentando. O Brasil, ao reconhecer a região como parte de seu entorno estratégico, explora interesses que vão além de garantir a exploração de hidrocarbonetos. O projeto brasileiro para a região será explorado em capítulos subsequentes desta pesquisa.

As iniciativas extrarregionais, ainda que com origem comercial, não são sempre recebidas com bons olhos pelos países costeiros do golfo. No caso particular da Nigéria, apesar do grande esforço governamental para combater as milícias no delta do Níger, tais como o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND) e os Vingadores do Delta do Níger (NDA), e combater o *bunkering* de combustível e outros crimes na região do delta, existe uma crítica recorrente de que a insegurança marítima esteja sendo instrumentalizada para atender a outros interesses. Por exemplo, o Comodoro Suleman Dahun, da Marinha da Nigéria, por meio de um comunicado de imprensa a 26 de fevereiro de 2021, mencionou que os relatórios sobre os dados de pirataria no Golfo da Guiné são um esforço deliberado para desencorajar o tráfego marítimo, bem como aumentar os custos de transporte e de seguro (Whitehouse, 2021).

---

<sup>23</sup> Gabínia foi o nome de uma lei aprovada pelo Senado Romano em 67 a.C. que autorizava a marinha imperial a caçar os piratas que atuavam no mar Mediterrâneo (Nota do Autor).

Além da questão da segurança marítima, a questão ambiental tem ganhado força no debate sobre a exploração de combustíveis fósseis no Golfo da Guiné. Mbeva et al (2023), em seu livro intitulado “O Direito da África de Desenvolvimento em um Mundo Climaticamente Restritivo”, argumentam que os países africanos enfrentam um dilema em equilibrar a sua necessidade de crescimento econômico com a pressão da narrativa internacional para reduzirem as emissões de gases de efeito estufa. Como toda grande parte da economia é dependente da exploração de combustíveis fósseis, existe uma barreira a ser vencida na política energética da região. Os autores enfatizam que os países africanos devem equilibrar a transição energética com as demandas sociais dos trabalhadores e das comunidades locais, diversificando a economia. Além disso, reforçam a importância do apoio financeiro e tecnológico de países desenvolvidos e de organizações internacionais.

Diversos outros setores da economia possuem interesses e influenciam aquela dinâmica regional. Optou-se por eleger o setor de exploração de hidrocarbonetos por ser um dos mais relevantes e por impactar a governança regional. A institucionalização de organismos diversos com o objetivo de combater a insegurança marítima tem auxiliado o próprio processo de fortalecimento das organizações como a CEDEAO e a CEEAC.

Soma-se a isso, a crescente pressão por uma transição energética, coerente com os padrões estabelecidos pela agenda internacional, que também se apresenta como um potencial fator propulsor de novos projetos regionais. Esse processo, se bem conduzido, pode contribuir para um papel cada vez mais relevante dos organismos regionais, fortalecendo a integração dos países que formam o Golfo da Guiné.

Objetivou-se, assim, apresentar um primeiro grupo de atores não estatais que possuem relevância em uma análise ampla do Golfo da Guiné. Entende-se que essas companhias possuem estreita relação com seus países de origem e, quase sempre, representam uma vertente de suas estratégias. Maiores detalhes sobre os projetos específicos de cada um desses países extrarregionais serão apresentados no próximo capítulo. Antes, porém, cabe discorrer sobre os demais atores não estatais que desempenham papel de destaque naquela dinâmica regional. E, sendo a costa oeste africana uma região ainda bastante pobre e pouco desenvolvida, apresentar-se-á a seguir algumas iniciativas internacionais de ajuda humanitária, seus principais atores e interesses.

A seguir serão descritos alguns dos principais atores não estatais que também têm presença ou influência na região do Golfo da Guiné, que são as agências e programas da

ONU, a USAID e outros organismos filantrópicos. Esses atores têm características distintas, mas também compartilham alguns objetivos e desafios na região. Objetiva-se apresentar como eles têm atuado na região e como eles se relacionam com os outros atores estatais e não estatais.

Desses atores, as agências especializadas da ONU são as mais estruturadas e relevantes, sendo organizações internacionais autônomas que trabalham com as Nações Unidas. Historicamente, cabe lembrar que alguns desses organismos existiam antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), outros estavam associados à Liga das Nações e outros foram criados quase simultaneamente com a ONU. Além desses, a própria ONU criou algumas agências especializadas para atender às necessidades internacionais (ONU, 2023a).

Dentre essas agências, cita-se a Organização de Agricultura e Alimentos (*Food and Agriculture Organization* - FAO), a Organização Internacional de Aviação Civil (*International Civil Aviation Organization* - ICAO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Marítima Internacional (IMO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Banco Mundial (BM), dentre outras. Essas agências especializadas possuem a capacidade de ditar normas e moldar a governança nos respectivos assuntos de sua responsabilidade. O que seria somente um ponto positivo de integração e harmonização de interesses, pode se tornar uma vulnerabilidade caso essas mesmas agências sejam instrumentalizadas para reforçar uma narrativa ou para impor uma agenda em prol de um ou outro ator.

Um exemplo dessa possível instrumentalização, é a crítica da atuação do Banco Mundial e da FMI durante a crise econômica que precedeu a dissolução da antiga Iugoslávia. Segundo Parenti (2000), as propostas neoliberais que teriam sido impostas ao governo iugoslavo agravaram ainda mais a crise econômica, amplificando as tensões sociais que levaram ao colapso daquele país.

Além disso, Frame (2023) argumenta que esses organismos deveriam rever suas agendas e políticas para efetivamente auxiliar os países em desenvolvimento. Como alternativa, Frame propõe que os Estados africanos reforcem parcerias com o sul global para abordar os desafios comuns de forma coletiva e sinérgica, buscando a independência desses organismos e suas agendas.

Já os programas da ONU, que fazem parte do sistema das Nações Unidas, têm uma presença significativa na região do Golfo da Guiné, especialmente nas áreas de assistência

humanitária, desenvolvimento sustentável, governança democrática, prevenção de conflitos, direitos humanos e saúde pública. Pode-se citar o Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS) e o Escritório das Nações Unidas para a África Central (UNOCA) (ONU, 2023b).

Além das agências cima, outros organismos desvinculados a ONU também marcam presença na região. Destacam-se a USAID e algumas fundações internacionais. Em relação a USAID cabe destacar que, apesar de inicialmente representar um organismo de auxílio e alívio humanitário, fica evidente que é também um vetor de *soft power* estadunidense.

A USAID é a agência de desenvolvimento internacional dos Estados Unidos, que tem como missão promover a prosperidade, a segurança e a democracia no mundo. A USAID tem uma presença importante na região do Golfo da Guiné, especialmente nas áreas de saúde, educação, agricultura, energia, governança, direitos humanos e assistência humanitária. Em 2022, somente para alguns países do Golfo da Guiné, a USAID repassou cerca de 2,7 bilhões de dólares, tendo a República Democrática do Congo e a Nigéria recebido mais da metade desse valor (USAID, 2023).

Uma vez que participa de uma série de programas em todo o continente africano, cabe destacar que a USAID movimentou elevados montantes que atingiram um pico em 2010 de 14 bilhões de dólares (Roberts, 2014). Como a maioria dos executores desses contratos em continente africano são companhias americanas, observa-se criação de um lobby forte que pode influenciar os próprios projetos da organização. Roberts também argumenta que muitos desses contratos são de difícil fiscalização e auditoria, havendo constantes reclamações de jornalistas de que não seria possível verificar a real finalidade da aplicação dos recursos.

A partir dessa alegação de falta de transparência, Roberts questiona se não existiria um mau uso dos recursos, que estariam sendo desviados para os coordenadores dessas empresas contratantes. E, além disso, pode-se também especular se essas empresas não seriam uma fachada para que esses recursos sejam usados para implementar interesses estadunidenses na região.

Um outro ator extrarregional que tem investido bastante na integração com o continente africano, e por conseguinte, com o golfo em estudo é a União Europeia. Faleg, Haan e Dietrich (2023) rememoram a sequência de reuniões e conferências entre a UA e EU, iniciada em 2000. Os autores recordam que após a primeira, outras cinco reuniões já ocorreram culminando com uma visão conjunta AU-UE publicada em 2022. Percebe-se uma



ampla gama de projetos propostos que percorrem temas como meio ambiente, dívidas e fragilidade Estatal, extremismo e violência, crime organizado, insatisfação popular, conectividade e digitalização, integração regional, migração e mudanças climáticas e interferência extrarregional.

Uma preocupação exposta por Faleg, Haan e Dietrich foi um crescente sentimento antiocidental e algumas narrativas difundidas no continente africano. Segundo os autores, tal fenômeno representa uma interferência mais intensa da Rússia em operações de informação, bem como com a presença maior do grupo mercenário Wagner. Os autores destacam como extremamente relevante o incremento da resiliência do ambiente informacional africano.

Com os exemplos pontuais da USAID e da EU percebe-se que, apesar de serem projetos que podem entregar benefícios reais para as populações carentes africanas, as potências extrarregionais conseguem mais do que realizar ajuda humanitária. No que tange a uma análise da *Profundidade*, percebe-se que tais organismos possuem maior chance de influenciar as normas em vigor e participar dos debates das futuras normas da região. Além disso, aos poucos, as parceiras acarretam a influência das próprias culturas, que aos poucos, vão sendo moldadas mutuamente.

Além dos organismos já citados, algumas fundações se destacam pela atuação e projetos na região. Como um exemplo, dentre as diversas fundações, elegeu-se a Open Society Foundation (OSF), por ser aquela que possui mais controvérsias. As iniciativas da OSF na África são diversas e abrangem várias áreas, como governança democrática, avanço econômico, justiça, direitos humanos, saúde, educação, agricultura, entre outras. Segundo o site da fundação (OSF, 2023), algumas das iniciativas específicas para o Golfo da Guiné incluem apoiar a voz e a participação das pessoas, desafiar e interromper o exercício do poder sem controle, defender o controle civil total das instituições militares, promover eleições livres, justas e pacíficas, entre outras.

Porter (2014) argumenta que a atuação da OSF é bastante polêmica, sendo elogiada por uns e criticada por outros. Há aqueles que apoiam a agenda progressista e entendem que a fundação deve ser elogiada por seus projetos filantrópicos. Em contrapartida, Porter relembra que alguns veem George Soros, o fundador da OSF, como um grande vilão que teria manipulado mercados, enfraquecido governos e promovido uma agenda de extrema esquerda, manipulando e instrumentalizando políticos e ativistas.

Especificamente em relação ao Golfo da Guiné, Porter (2014) recorda que a OSF tem apoiado iniciativas para promover a transparência e a responsabilidade, especialmente no setor de recursos naturais. A fundação estabeleceu, em parceria com o governo senegalês, o Instituto de Observação de Recursos da África Ocidental, além de apoiar a Iniciativa para a Transparência das Indústrias de Extrativismo. Ambas as iniciativas sinalizam, a princípio, um compromisso da OSF em promover a transparência e a boa governança no setor de recursos naturais, garantindo que sejam usados de forma justa e sustentável, minimizando as chances de corrupção.

Outro autor que apresenta críticas à atuação da OSF é Madsen (2015), que aponta que a OSF tem apoiado grupos e organizações que buscam a mudança de regimes na região. Madsen relembra também que a fundação apoia candidatos e partidos políticos específicos, alinhados com sua agenda, desequilibrando a dinâmica política de alguns países. A OSF está presente na Nigéria, Angola, Gana e Burkina Faso, segundo Madsen.

Palumbo (2022) recorda que a OSF possui 12 escritórios e diversas fundações secundárias no continente africano, tendo destinado 288 financiamentos para projetos de ONG's, somente em 2018. Palumbo também faz menção a uma acusação de que Soros teria auxiliado em uma tentativa de remover do poder o presidente da Guiné Bissau, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo.

Percebe-se que as organizações filantrópicas, vinculadas a ONU ou não, e as demais fundações são organizações heterogêneas e contraditórias, que podem ter tanto efeitos positivos quanto negativos, dependendo do contexto, do objetivo e do método de sua atuação. Esses atores podem ser tanto aliados, quanto adversários, dos Estados e das sociedades onde atuam, dependendo dos interesses e dos conflitos envolvidos.

Os argumentos acima fornecem um panorama inicial de como organismos projetados para ajuda humanitária podem ser instrumentalizados para um projeto específico. Como o objetivo deste capítulo é abordar a dimensão *Profundidade* e como atores podem moldar normas e a cultura local, a percepção de que existe uma miríade de outros atores também moldando as mesmas normas e culturas é crucial.

Dessa forma, apesar de mencionar eventualmente um ou outro ator relevante para a dimensão *Altura*, este capítulo se restringirá ao delineamento da teia de relacionamentos existente naquele Golfo e como as normas e culturas seriam moldadas a partir disso. O próximo capítulo será dedicado a dimensão *Altura*, sendo nele apresentados os atores

principais que rivalizam por poder na região do Golfo da Guiné, além de discorrer sobre maiores detalhes de cada um desses atores.

As redes sociais têm desempenhado um papel cada vez mais importante no engajamento global com a África, permitindo que indivíduos e organizações se conectem e compartilhem informações em tempo real. Por meio delas, a conscientização sobre questões sociais e políticas na África é promovida, além de viabilizar o comércio e o investimento na região, permitindo que empresas e empreendedores se conectem com potenciais parceiros e clientes (Adae et al, 2023).

Também chamadas de *bigtechs*, essas grandes empresas de tecnologia desenvolvem serviços inovadores e disruptivos, escalando rapidamente e dominando o mercado. Elas se tornaram parte da vida diária de bilhões de pessoas em todo o mundo, oferecendo produtos e soluções de alta qualidade, muitos deles gratuitos. No entanto, essas empresas também criaram monopólios em seus setores, o que levanta questões sobre seu poder de influência nas decisões das pessoas, proteção dos dados dos clientes e pagamento de impostos. Bremmer (2021) relembra como as *Big Techs* tiveram participação política relevante na censura de ideologias e movimentos contrários às crenças de seus diretores. Para Bremmer, tal fenômeno poderia ser chamado de momento “tecnopolar”, dado o poder de moldar a ordem global que as empresas de tecnologia possuem.

Com seu ápice no fenômeno descrito como primavera árabe, as redes sociais têm viabilizado e impulsionado uma série de movimentos sociais pelo mundo. Por vezes, tais movimentos acabam sendo instrumentalizados em um contexto descrito por Korybko (2015) como revoluções coloridas. Independentemente de serem espontâneos ou induzidos, os movimentos sociais africanos também têm se beneficiado das redes sociais para difundir seus projetos e agendas. Esta seção pretende apresentar alguns desses movimentos de forma a ilustrar como essa ferramenta social vem sendo usada na região e, mais ainda, como ela pode ser instrumentalizada para uma agenda extrarregional.

Akpojivi (2023) recorda os movimentos *#OurMumuDonDo* e o *#BringBackOurGirls* que sensibilizaram a população nigeriana para a necessidade de uma melhor governança sem corrupção e para o retorno de mais de 200 meninas sequestradas pelo grupo terrorista Boko Haram, respectivamente. O autor também menciona o movimento *#OccupyGhana* que nasce em 2014 como um movimento civil que apresenta críticas à corrupção e à baixa eficiência do governo de Gana.

Ainda segundo Akpojivi (2023), esses movimentos vêm causando uma revolução mental e uma mudança de *mindset* entre os jovens africanos, estimulando uma maior participação na política local e, como consequência, incrementando a responsabilização das autoridades para os casos de má gestão. Cabe destacar que, como pontuado por Adea et al (2023), a inclusão digital no continente africano ainda é um desafio significativo, em que a maioria das pessoas ainda não tem acesso à internet ou usam telefone celular. Em 2019, somente 39% da população africana tinha acesso à internet e somente 44% tinham celular. Adea et al destacam, porém, que esses números têm subido de forma acelerada nos últimos anos, especialmente nas zonas urbanas do continente.

Na dimensão *Profundidade*, as *bigtechs* podem atuar na região do Golfo da Guiné com interesses próprios ou serem instrumentalizadas para incentivar narrativas, subverter lideranças ou censurar oponentes. Uma das formas desse emprego é coletar, analisar dados dos usuários na região e usar esses dados para influenciar o comportamento, as preferências, as opiniões e as escolhas dos usuários, por meio de algoritmos, anúncios, recomendações e personalizações. Adicionalmente, as *bigtechs* são acusadas de favorecer os interesses específicos, ao colaborar com os serviços de inteligência e de espionagem, de interferir nos assuntos internos dos países africanos e de apoiar ou desestabilizar os regimes políticos conforme a sua conveniência.

Além disso, podem ser usadas por atores políticos, econômicos, sociais ou religiosos na região para disseminar informações, desinformações, propaganda, campanhas, mobilizações ou protestos. Em 2019, por exemplo, o governo da Nigéria suspendeu o X/Twitter no país, depois que a plataforma removeu um *tweet* do presidente Muhammadu Buhari que ameaçava os separatistas da região sudeste. O governo alegou que o Twitter era usado para minar a estabilidade e a soberania do país, e que a suspensão era necessária para preservar a segurança nacional e a ordem pública (Paquette, 2021).

Em 2020, em outro evento, o governo da Guiné-Bissau bloqueou o acesso às redes sociais, como Facebook, WhatsApp e Instagram, durante o período eleitoral, alegando que era uma medida preventiva para evitar a disseminação de notícias falsas e a incitação à violência. A oposição denunciou que o bloqueio era uma tentativa de silenciar as vozes críticas e de manipular os resultados das eleições (Netblocks, 2020).

Adea et al (2023) argumentam, em seu livro "*Social Media and Africa's Public Sector: Perspectives and Prospects*" que as mídias sociais têm o potencial de influenciar a cultura

local, permitindo que as pessoas compartilhem ideias e perspectivas de diferentes partes do mundo. Isso pode levar a uma maior diversidade cultural e a uma maior compreensão entre as pessoas de diferentes origens. As mídias sociais também podem influenciar as normas sociais, permitindo que as pessoas compartilhem informações e perspectivas sobre questões sociais e políticas. Isso pode levar a mudanças nas normas sociais e a uma maior conscientização sobre questões importantes.

No que tange à influência na política, os autores discutem que as mídias sociais têm sido usadas para influenciar a política em muitos países africanos, permitindo que as pessoas se organizem e se mobilizem em torno de questões políticas importantes. Isso pode levar a mudanças políticas significativas e a uma maior participação cívica. No entanto, o livro também discute os desafios associados ao uso das mídias sociais para influenciar a cultura e as normas locais. Por exemplo, pode haver resistência a mudanças culturais e sociais, e as mídias sociais também podem ser usadas para espalhar desinformação e propaganda aumentando a polarização política e o risco de mais violência.

Atualmente existem movimentos para promover o acesso à informação e à liberdade de expressão, especialmente os capitaneados pela UNESCO e pela UA. Ambas as organizações têm incentivado o uso de mídias sociais como uma ferramenta para promover a transparência e a participação cívica (Adae et al, 2023).

Da mesma forma, os autores acima também argumentam que alguns governos estrangeiros têm usado as mídias sociais para influenciar a política regional. Por exemplo, a Rússia foi acusada de usar as mídias sociais para interferir nas eleições da Nigéria e da África do Sul, sem especificar em que ano teria sido essa interferência. Além disso, Adae et al citam a atuação das ONG junto às mídias sociais, promovendo a conscientização sobre questões sociais e políticas e mobilizando comunidades em torno de questões como direitos humanos e meio ambiente.

Assim, de forma sintética pode-se dizer que as redes sociais, e os demais recursos tecnológicos à disposição da sociedade africana, são as ferramentas principais para uma atuação em *Profundidade*. Os diversos atores presentes na região usam essa ferramenta para disseminar suas narrativas e impor seus interesses. Um estudo aprofundado da dinâmica dessas interações se faz necessário para uma maior inserção e alcance naquelas populações.

De forma análoga, a religião é um fenômeno que movimenta a dinâmica social da região, além de poder ser usada como mais uma ferramenta social de influência. No Golfo

da Guiné percebe-se três grandes segmentos religiosos majoritários: o islamismo, o cristianismo e as religiões tradicionais africanas. Apesar da distribuição de todo o golfo ser: 43% cristianismo, 37% islamismo e 12% religiões tradicionais africanas. Destaca-se que o Islã é a maioria na CEDEAO, enquanto na CEEAC a maioria é cristã (Osemeka 2014).

Historicamente, Robinson (2004) recorda que o Islã chegou na África Ocidental por meio de uma gradual e complexa disseminação, iniciada no século VIII. O comércio e as rotas comerciais saarianas desempenharam um papel significativo, com os comerciantes do norte da África desempenhando um papel fundamental nesse processo. Além disso, a presença do Islã estava ligada ao comércio e à comunicação com o norte da África, e a influência da escrita árabe facilitou a construção de Estados na região.

Robinson ainda argumenta que as motivações para a conversão ao Islã incluem fatores econômicos, a mensagem espiritual do Islã e o prestígio associado à influência da literacia árabe. As grandes rotas comerciais conectavam a África Ocidental com o Mediterrâneo e o Oriente Médio, e as interações intensas ocorreram na região do Sahel, contribuindo para o desenvolvimento dos grandes impérios medievais de Gana, Mali e Songhai.

Osemeka (2014) defende que após os movimentos de independência nas colônias europeias, observou-se um incremento na atividade religiosa na região da CEDEAO. O surgimento das igrejas pentecostais transformou as atividades das igrejas, introduzindo uma postura mais aberta e ativa na expressão da fé. As igrejas tradicionais cristãs também tiveram que alterar sua postura, visando a competir por novos fiéis, tornando a dinâmica do cristianismo mais ativa e vigorosa na região. Osemeka pondera que esse avanço ativo do cristianismo teve reflexo “negativos” uma vez que pode ter sido uma das razões do surgimento dos movimentos islâmicos violentos no Norte da Nigéria, que tradicionalmente era um enclave islâmico.

Osemeka (2014) argumenta que a religião tem papel relevante na dinâmica dos conflitos violentos na África ocidental. Como exemplos, a autora cita que tanto a problemática envolvendo os Tuaregues no Mali, como o Boko Haram na Nigéria, representam conflitos com fortes motivações religiosas. Ambos os grupos reivindicam a criação de uma república islâmica em seus Estados seculares, sinalizando para um caráter fundamentalista de seus projetos. Ainda assim, Osemeka enfatiza que outros fatores contribuem para essas crises, como a proliferação de armas, o desemprego de jovens e questões étnicas.

A mesma autora nigeriana também pontua que a identidade religiosa é algo muito forte para os povos da região. Ou seja, a maioria da população escolhe critérios étnicos e religiosos para se definir e definir sua identidade. Dessa forma, Osemeka conclui que a religião tem grande influência em diversos aspectos da vida daquelas sociedades.

Diversas são as organizações religiosas que promovem as religiões ou crenças, e difundindo a sua fé, prestam assistência social, educam e moralizam as populações. Em se tratando de Golfo da Guiné, a pluralidade religiosa presente faz desse aspecto social algo dinâmico e relevante em uma análise de *Profundidade*.

Chitando, Maseno e Tarusarira (2023) argumentam que as religiões desempenham papel chave na sociedade africana, moldando o cenário político, social e educacional na região. Especificamente para uma abordagem sobre *Profundidade*, os autores contribuem recordando que as religiões acabam influenciando as normas e cultura locais, direcionando aspectos do cotidiano, moldando valores e tradições e conduzindo as práticas sociais e os sistemas de crenças coletivas.

Kogbe (2023) enfatiza também o papel de mediador de conflitos que os grupos religiosos possuem e o potencial de colaboração para a construção da paz na região. Kogbe destaca o papel desses grupos na guerra civil da Libéria (1989-2003), quando tanto o Conselho de Igrejas da Libéria, quanto o Conselho Nacional Muçulmano da Libéria mediarão a paz após quase 14 anos de conflitos intensos.

Dessa forma, objetivou-se apresentar de forma resumida o papel que as religiões têm na sociedade daquela região africana. O complexo mosaico que simboliza aqueles povos é formado, em parte, por suas crenças e religiões. Especialmente quando parte dos conflitos violentos e instabilidades dentro de diversos países do Golfo são causadas por questões religiosas, incluir esse fator na análise da *Profundidade* é essencial. A seguir, serão apresentados os atores que, motivados por crenças ou outros interesses, decidem agir de forma violenta.

No que tange aos interesses brasileiros, cabe destacar que um ator não estatal, oriundo do Brasil, possui grande relevância na dinâmica religiosa do litoral oeste africano. Gragnani (2021) destaca que a Igreja Universal do Reino de Deus conseguiu criar um verdadeiro império brasileiro na África. Iniciando suas atividades no continente em 1992, em Angola, hoje a igreja está presente em quase todos os países africanos, sendo que sua atuação é mais expressiva na África do Sul, Angola e Moçambique. A consciência desse ator, e de qual papel

ele possui naquela sociedade, pode ser útil na elaboração de estratégias na região. Aquela capacidade de influência conquistada por esse ator pode catalisar um projeto estratégico ou atrapalhar, dependendo da interação e dos interesses dele e do Estado atuante.

### 3.3 - ATORES NÃO ESTATAIS VIOLENTOS

Apesar da grande visibilidade dos problemas de insegurança marítima, a região do Golfo da Guiné também possui diversos problemas no interior de seus países costeiros. Segundo relatório das Nações Unidas (ONU, 2023b), por exemplo, mais de 10.000 escolas nas regiões de Burkina Faso, Mali, Níger e Nigéria foram fechadas ou estavam não operacionais devido à violência. Da região do Noroeste da Nigéria, mais de 8.450 pessoas já abandonaram suas casas e fugiram para o Níger tentando escapar dos conflitos causados pelo Boko Haram e outros grupos terroristas. Somente em fevereiro de 2023, 66.000 pessoas deixaram Burkina Faso demandando Côte d'Ivoire, Togo e outros países fronteiriços.

A atuação de alguns grupos terroristas na região, na maioria com motivações extremistas religiosas, é uma das maiores fontes de instabilidade. As origens desses movimentos são variadas, mas Kogbe (2023) aponta algumas raízes comuns que podem explicar parte da violência nessa parte do continente africano. Para o autor, os movimentos violentos na África têm origens multifacetadas, muitas vezes enraizadas em questões históricas, políticas, econômicas e sociais.

As fronteiras arbitrárias estabelecidas durante o período colonial muitas vezes dividiram grupos étnicos e culturais, criando tensões e conflitos que persistem até hoje. Soma-se a isso, o fato de que grupos étnicos, religiosos ou regionais podem se sentir marginalizados ou excluídos do poder político, econômico e social, levando a demandas por autonomia, independência ou maior representação.

Além disso, observa-se disputas sobre o controle e a distribuição de recursos naturais, como petróleo, gás, diamantes e minerais, frequentemente desencadeiam conflitos armados e insurgências. Isso tudo em um contexto de governança permeado por corrupção, falta de Estado de Direito, repressão política e má administração. Tal cenário, segundo Kogbe (2023), pode minar a confiança nas instituições governamentais, levando a protestos, rebeliões e movimentos de resistência.

A pobreza, o desemprego, a falta de acesso a serviços básicos e a desigualdade econômica podem alimentar o descontentamento e a instabilidade social, criando condições



propícias para movimentos violentos. E, para completar a análise de Kogbe, cabe destacar que as intervenções estrangeiras, interesses geopolíticos e o apoio a grupos armados por atores externos também podem desempenhar um papel significativo na perpetuação de conflitos.

Esses são apenas alguns dos muitos fatores que contribuem para a origem dos movimentos violentos na África. É importante reconhecer a complexidade e a interconexão desses fatores ao abordar questões de conflito e violência no continente africano. Para ilustrar o argumento desta seção foram escolhidos alguns grupos violentos que possuem maior notoriedade e que têm causado mais transtornos aos países do Golfo, minando a estabilidade regional.

Um desses atores é o Boko Haram, que opera principalmente na Nigéria, no Níger, no Chade e nos Camarões, mas que tem ramificações em outros países da região. Seus integrantes são responsáveis por promover uma insurgência violenta contra os governos e as sociedades, baseada em uma interpretação radical do Islã. Segundo Kogbe (2023), o grupo atua desde 2009 a partir do nordeste da Nigéria e tem realizado uma série de ataques a escolas, igrejas, mesquitas, mercados e bases militares, além de sequestrar mulheres e crianças para uso como escravas sexuais e reféns para resgate. Tendo em vista o saldo de mortes e deslocamentos forçados pela atuação violenta do Boko Haram, Kogbe recorda que o governo nigeriano tem atuado para conter a violência do grupo com auxílio de forças internacionais e com a própria UA.

Além da questão religiosa, outro fator que tem motivado grupos violentos na Nigéria é a questão da exploração de recursos naturais, especialmente os de petróleo e gás. Cunha (2020) resume o histórico desses grupos atuantes no delta do rio Níger, destacando que os grupos exigiam maior controle sobre as receitas de petróleo e maior proteção ao meio ambiente durante a exploração.

Cunha também rememora que diversos grupos ativistas emergiram a partir da década de 1990, motivados por questões étnicas e pelos argumentos citados acima. A região do delta do Níger é um mosaico de etnias diversas. Algumas dessas se organizaram em movimentos políticos sendo duramente reprimidos pelo governo central. Em 1999, com o término do regime militar, houve uma tentativa de pacificar esses movimentos o que resultou em um breve período de redução nos protestos.

Em 2004, porém, Cunha (2020) destaca o surgimento de dois grupos mais violentos, a Força de Voluntários Popular do Delta do Níger e os Vigilantes do Delta do Níger. A solução

do governo central foi reunir-se com esses movimentos promover um acordo de paz, anistiando seus membros. Na prática, algumas lideranças foram beneficiadas e a população permaneceu sem os benefícios que almejavam inicialmente, fazendo renascer o sentimento de revolta que culminou na criação do Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (*Movement for the Emancipation of the Niger Delta-MEND*), ainda em 2004.

Em 2006, o MEND iniciou uma série de ações mais violentas e ilícitas, impactando negativamente na economia do país, fazendo com que a produção de hidrocarbonetos caísse 25% naquele ano. O grupo perpetrou ataques a instalações em terra das companhias de petróleo, furto de óleo de oleodutos, além de tráfico de armas e drogas. Em 2009, o governo nigeriano iniciou outra rodada de negociações buscando um acordo de paz com o grupo, anistiando seus membros e buscando reintegrá-los na sociedade nigeriana (Cunha, 2020; Kogbe, 2023).

Tendo em vista que a maioria dos integrantes do MEND ficou satisfeita com os termos do acordo, a intensidade e violência caíram bastante. Porém, membros mais inconformados com o cessar-fogo permaneceram atuantes e foram aos poucos migrando para novos grupos ou criando os seus próprios movimentos. Chukwudi e Victor (2021) defendem que a política de anistias do governo central não foi eficiente em reduzir os ataques na região e que talvez tenha até incentivado a formação de outros grupos armados.

Ogbemudia e Kouassi (2021) estudam os Vingadores do Delta do Níger (Niger Delta Avengers – NDA), criado em 2016, e que repetia as exigências já apresentadas pelo MEND, anos antes. O NDA realizou uma série de ataques violentos nas infraestruturas *offshore* e tem como meta a criação de um Estado independente no Delta do Níger. Em 2017, o governo nigeriano repetiu o processo de realizar um cessar-fogo com o NDA, buscando negociar pacificamente uma redução da violência. O próprio grupo NDA quebrou o cessar-fogo no mesmo ano, retomando os ataques.

Agara e Osimen (2021) argumentam que esse processo de negociação tem sido um erro do governo central, uma vez que estimula novos grupos dissidentes a pegar em armas para depois alcançar seus objetivos políticos em negociações de paz. Esse processo seria previsível, segundo os autores, uma vez que existiriam diversos grupos de minorias étnicas com motivações específicas ainda não atendidas.

Em paralelo as tentativas de cessar-fogo por negociação, Krieg e Rickli (2019) destacam que o governo central nigeriano tem se associado a grupos de segurança marítima,

companhias militares privadas e até outros grupos rebeldes. Todo esse esforço para completar a capacidade da autoridade central de fazer frente às ameaças presentes no país. Os autores, dessa forma, reforçam a crescente relevância que os atores não estatais têm na complexa dinâmica da região.

Uma das regiões mais críticas do Golfo da Guiné, e que apesar de não possuir saída para o mar consegue impactar a região com constante instabilidade, é a região do Sahel, formada especificamente por Mali, Níger e Burkina Faso. Lá, os rebeldes berberes Tuaregues buscam independência e a criação de uma nação própria, localizada no norte do Mali e denominada Azawad (Kogbe, 2023). Essa insurgência tem desencadeado, desde 2012, uma série de eventos que incluem golpe militar, intervenção de grupos jihadistas como a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) e intervenção militar francesa em 2013.

Um pouco mais a Noroeste, encontra-se o Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), que opera principalmente no Senegal, mas que tem ramificações na Guiné-Bissau e na Gâmbia, onde promove uma luta armada pela independência da região de Casamance, desde 1980, baseada em uma identidade étnica e cultural distinta (Kogbe, 2023).

Um possível futuro para esses movimentos violentos é serem aos poucos incorporados na dinâmica política da região, como foi o caso com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que promoveu uma guerra civil contra a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) durante quatro décadas. Após um acordo de paz assinado em 2002, ambos movimentos depuseram suas armas.

Hoje, esses grupos são partidos políticos consagrados em Angola e seu conflito foi transferido para o campo das ideias. Por outro lado, conforme será exposto a seguir, quando esses grupos transferem seus objetivos da política para a economia e passam a atuar em atividades ilegais e criminosas, se afastam cada vez mais da possibilidade de integração naquelas sociedades.

As organizações criminosas na África ocidental desempenham um papel significativo na região, impactando a segurança e a resiliência dos estados. Elas estão envolvidas em uma variedade de atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos, o comércio ilegal de produtos médicos, o contrabando de ouro e o roubo de gado. Essas atividades ilícitas muitas vezes se sobrepõem a áreas de conflito citadas anteriormente, aumentando a vulnerabilidade e ameaçando a estabilidade da região (Tagziria e Lugo, 2023).

Além disso, os autores destacam que as organizações criminosas exploram lacunas na governança e na aplicação da lei, bem como a falta de acesso a serviços financeiros formais, facilitando fluxos financeiros ilícitos. A falta de apoio às vítimas e testemunhas de crimes organizados também é uma preocupação, assim como a necessidade de abordagens preventivas que vão além das respostas tradicionais de justiça criminal e militar.

Para lidar com esses desafios, é crucial adotar abordagens diversificadas que envolvam não apenas as autoridades estatais, mas também a sociedade civil, visando a repensar a criminalização, abordar as questões de legitimidade e fortalecer o papel da sociedade civil como catalisadora de mudanças positivas.

As principais atividades ilícitas são o tráfico de drogas e de seres humanos, o contrabando de produtos médicos, o comércio ilegal de ouro e o roubo de gado. Em uma operação da Interpol em 2022, por exemplo, mais de um milhão de euros foi interceptado em contas bancárias associadas aos grupos criminosos, além de terem sido ordenados mais de 70 mandados de prisão (Interpol, 2023). Nessa operação, participaram 21 países de diversas regiões do mundo, inclusive o Brasil. Tagziria e Lugo (2023), defendem que existe uma conexão entre o crime organizado e os conflitos e vulnerabilidades estruturais na região.

Em síntese, os atores não estatais violentos possuem grande capacidade de moldar as culturas locais, uma vez que impõem seus interesses à força. Dessa forma, atuam intensamente na dimensão *Profundidade* e precisam ser mapeados e, na medida do possível, mitigados. Um ator extrarregional, ou mesmo regional que tenha projetos de influência na sociedade do Golfo da Guiné, deve conhecer esses atores violentos, entender seus objetivos e *modus operandi*, buscando reduzir ao mínimo uma possível interação.

### 3.4 - ATORES ESTATAIS REGIONAIS

Até o momento, este estudo concentrou-se nos atores não estatais e seu papel na dinâmica regional daquela sociedade. O próximo capítulo irá discorrer sobre a dimensão *Altura* e como os atores extrarregionais têm atuado nessa teia de atores, interesses e relacionamentos, exposta neste capítulo. Cabe, porém, apresentar também os atores estatais mais relevantes da região e sinalizar como eles têm se comportado no complexo contexto atual. Entende-se que, com uma percepção da rede de atores não estatais, associada a um panorama dos atores estatais regionais mais relevantes, será possível iniciar o próximo

capítulo e avaliar como as potências extrarregionais têm se relacionado com o Golfo da Guiné.

Apesar de abarcar 25 países, quatro desses se destacam no Golfo da Guiné por conta de sua capacidade econômica e concentração de recursos naturais (Figura 9). Para uma análise da *Altura* dos atores regionais, optou-se por abordar Nigéria, Angola, Côte d'Ivoire e Gana. Esses países têm características políticas, econômicas, sociais e culturais distintas, mas também compartilham alguns desafios e oportunidades na região. Dessa forma, a seguir, será apresentado um panorama bastante reduzido e resumido desses atores.

Figura 09 – Quadro Geopolítico dos Países do Golfo da Guiné.



Fonte: Ribeiro et al (2023).

O primeiro país regional que merece ser analisado é a Nigéria, que é a maior economia do Golfo da Guiné e busca afirmar a sua liderança e influência. A Nigéria tem uma presença militar significativa no Golfo da Guiné e participa de operações de segurança marítima e de manutenção da paz na região (Al Jazeera, 2023).

Segundo Ribeiro et al (2020), por ser o país mais populoso da África, com cerca de 206 milhões de habitantes, e ter tido PIB nominal de 432 bilhões de dólares, a Nigéria é considerada uma potência regional. Sua população e PIB são maiores que a soma de todos os demais países do Golfo da Guiné. Seu orçamento de Defesa também é maior que a soma dos

demais países, sendo duas vezes maior que o segundo colocado, Angola. No entanto, a Nigéria também enfrenta vários problemas, como a pobreza, a corrupção, a violência, o terrorismo, a instabilidade política e as tensões étnicas e religiosas.

A Nigéria tem uma história de conflitos internos, especialmente na região do delta do Níger, onde se concentra a maior parte da produção de petróleo, e no Nordeste, onde atua o grupo extremista Boko Haram. Buscando reduzir os eventos de insegurança marítima, a Agência Nigeriana de Administração e Segurança Marítima (NIMASA) lançou, em 2021, o *Deep Blue Project* que instituiu uma força interagência dotada de equipamentos modernos, permitindo uma atuação mais incisiva na securitização das águas nigerianas (NIMASA, 2021).

O relatório do Programa Crimes Marítimos Globais do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, publicado em 2023, indica que existe uma tendência de redução na quantidade de eventos relacionados a pirataria no Golfo da Guiné. Após um pico de 84 incidentes em 2020, o número caiu para 34, em 2021, e 18, em 2022 (UNODC-GMCP, 2023).

A relação nigeriana é ambígua com os atores estatais extrarregionais, buscando cooperação e investimento, mas também defendendo os interesses e a soberania africanos. Além disso, a Nigéria é um membro ativo de organismos regionais e internacionais, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana (UA) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em relação aos aspectos de segurança marítima cabe destacar o esforço nigeriano e os bons resultados alcançados com o projeto *Deep Blue*.

A segunda potência regional é Angola que é o segundo maior produtor de petróleo da África, com uma produção média de 1,2 milhão de barris por dia em 2019, e um dos maiores produtores de diamantes do continente. Além disso, tem uma população de cerca de 33 milhões de habitantes, e uma economia que entrou em recessão em 2016, devido à queda dos preços do petróleo (Banco Mundial, 2019).

Angola possui um enclave territorial, no litoral da República Democrática do Congo, chamado Cabinda. Essa região é rica em reservas de petróleo que o governo angolano pretende começar a explorar em parceria com a empresa estadunidense Chevron. Ribeiro et al, (2023) lembram que a exploração de Cabinda pode gerar controvérsias, especialmente com a atuação da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda, um grupo que busca a independência da região do governo angolano.

O país lusófono tem uma história de conflitos internos, especialmente durante a guerra civil que durou de 1975 a 2002, e que deixou milhões de mortos, feridos e deslocados. Além disso, também tem disputas territoriais com alguns de seus vizinhos, como a República Democrática do Congo, a Namíbia e a Zâmbia. Angola tem uma relação estratégica com os atores estatais extrarregionais, especialmente com a China, que é o seu maior parceiro comercial e credor.

Angola é um membro ativo de organismos regionais e internacionais, como a Comunidade Econômica de Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA), a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O terceiro país em relevância regional é a Côte d'Ivoire que é, segundo Ribeiro et al (2023) a terceira maior economia da região. O país é o maior produtor mundial de cacau, com uma produção de 2,2 milhões de toneladas em 2020, e um dos maiores produtores de café, borracha e castanha de caju da África. Tsikata (2022) recorda que a Côte d'Ivoire é uma economia em desenvolvimento com um setor agrícola dominante, que representa cerca de 22% do PIB e emprega cerca de 70% da força de trabalho.

O setor industrial é relativamente pequeno, mas está em crescimento, com foco em produtos alimentícios, têxteis, e produtos químicos. O setor de serviços é o maior contribuinte para o PIB, representando cerca de 50% do total. O turismo é uma indústria em crescimento, com o governo incentivando investimentos em infraestrutura e promoção do turismo. A economia tem crescido a uma taxa média de cerca de 8% ao ano desde 2012, impulsionada pelo aumento da produção agrícola e investimentos em infraestrutura.

A Côte d'Ivoire tem uma população de cerca de 28 milhões de habitantes, e uma economia que cresceu em média 8,2% ao ano entre 2012 e 2019 (Banco Mundial, 2023a). Assim, é o país com o maior crescimento econômico sustentado na última década, se consagrando como um dos polos econômicos regionais da África Ocidental. O Banco Mundial também destaca que foram realizadas em setembro de 2023 eleições municipais e regionais no país. Observadores nacionais e internacionais declararam que o processo foi transparente, inclusivo e pacífico refletindo um momento de estabilidade política e social.

De acordo com Ribeiro et al (2023) um dos grandes problemas da Côte d' Ivoire é o transbordamento da violência gerada por grupos terroristas do Mali e Burkina Faso. Na região marfinense de fronteira com esses países observa-se problemas de insegurança gerados pelo

fluxo de refugiados e por esses grupos extremistas. Uma das iniciativas extrarregionais para reduzir esse problema é o exercício Fintlock conduzido no país pelos EUA.

Por último, cabe destacar alguns aspectos sobre Gana, o quarto país mais relevante do Golfo da Guiné. Um terço das exportações é de petróleo cru, cuja exploração teve início em 2007 após a descoberta de uma grande reserva *offshore* (Acheampong e Stephens, 2022). Sendo assim, essa atividade possui grande interesse nacional, da mesma forma que mencionado acima para Côte d'Ivoire e, por isso, ambos os países encontram-se disputando os limites ainda não definidos de suas zonas econômicas exclusivas (Tsikata, 2022).

O crescimento real do PIB aumentou significativamente de 2017 a 2019, com uma média de 6,96% ao ano, mas foi impactado pela pandemia de COVID-19. Apesar de indicadores macroeconômicos positivos, como crescimento modesto, a falta de diversificação econômica e distribuição de renda eficaz tem sido uma preocupação. Segundo o Banco Mundial (2023b), com uma população de 30 milhões de pessoas, cerca de 27% vivem na pobreza, o desemprego juvenil está em 17,7% e a desigualdade tem aumentado.

Além disso, a gestão dos recursos petrolíferos e as relações de poder desiguais também influenciam a economia do país. A busca por investimento estrangeiro levou Gana a oferecer baixas taxas de royalties e grandes incentivos fiscais às empresas internacionais de petróleo, o que pode impactar negativamente a receita esperada (Tsikata, 2022).

Ribeiro et al (2023) recordam que Gana é considerada um dos países mais estáveis politicamente da África, tendo eleito todos seus representantes de forma democrática e respeitado o tempo previsto de seus mandatos. Em um contexto regional de constantes golpes militares e convulsão político-social, Gana emerge como um bom exemplo de liberdade política. Ainda assim, Ribeiro et al destacam que o processo eleitoral de Gana não está isento de acusações de fraudes e compra de votos, além de denúncias de falta de clareza nos financiamentos das campanhas políticas.

De forma geral, Nigéria, Angola, Côte d'Ivoire e Gana representam a força econômica do Golfo da Guiné e, agindo de forma integrada nos diversos fóruns africanos, podem contribuir para a consolidação da região como um ator geopolítico relevante na ordem mundial em construção. O idioma, a religião e as diferenças étnicas podem dificultar esse processo de aproximação, mas os quatro países aparentam entender que os benefícios de estarem juntos supera os malefícios. Assim, todos têm cooperado nos organismos regionais e tem trabalhado para fortalecer a integração econômica e política.



### 3.5 - REFLEXÕES SOBRE A PROFUNDIDADE DO GOLFO

Neste capítulo objetivou-se apresentar de forma ampla as principais características da dimensão *Profundidade* do Golfo da Guiné, percorrendo os mais variados aspectos dessa complexa abordagem. Optou-se por dedicar um capítulo para discutir alguns dos atores da teia de relacionamentos que moldam a cultura e as normas daquela região. O próximo capítulo apresentará os atores extrarregionais que têm projetos com impactos na cultura e normas no Golfo. Porém, julgou-se pertinente que, antes disso, fossem listados alguns dos atores locais que já disputam esse espaço ideológico.

Entende-se que tal proposta, apesar de eleger alguns atores como relevantes para o estudo, inevitavelmente deixou de lado outros organismos, empresas, grupos sociais e interesses que também seriam igualmente relevantes. Ainda assim, espera-se que esse reduzido panorama tenha sido suficiente para argumentar que a rede de atores e relações presente no Golfo da Guiné é bastante complexa e que a conhecer é um passo importante no processo de influência.

Como afirmou Acharya (2018a), esses atores não estatais possuem grande relevância em uma análise geopolítica, tendo em vista que suas ações, interesses e influência moldam a sociedade onde atuam. Mais ainda, o alerta de Galeotti (2023), em seu livro com o título de “*The Weaponization of Everything*” relembra que os Estados têm histórico de manipular atores não estatais para atender a seus próprios interesses. Ocorre que, segundo Galeotti, essa prática histórica tem se tornado frequente após a Guerra do Vietnã (1955-1975), a partir da qual a cobertura intensa dos combates pela imprensa tornou o custo político de um conflito elevado demais.

Uma opção das grandes potências passou a ser instrumentalizar atores não estatais, fazendo isso de preferência de forma velada e não declarada. Dessa forma, bem antes de decidir por usar a violência em um conflito armado, os Estados empregam ferramentas alternativas, mantendo a negação plausível no nível político e evitando uma escalada do conflito (Hybrid CoE, 2021; República Francesa, 2022).

O Centro de Excelência Europeu para Combate às Ameaças Híbridas (Hybrid CoE) publicou em 2021 o “*The Landscape of Hybrid Threats: a conceptual model*” ampliando o debate sobre o assunto. Nessa publicação, a rivalidade é dividida em 3 fases: preparação (*priming*), desestabilização (*destabilization*) e coerção (*coercion*).

Ao argumentar que a fase de preparação pode durar décadas, tendendo a ser executada para contribuir com políticas estatais estratégicas, a publicação defende que a abordagem não deve mais ser somente a nível de governo. A atuação e resiliência contra ameaças híbridas deve ser algo que olhe para a sociedade como um todo, aproximando a sociedade civil, as forças armadas e os atores políticos de forma a criar um ecossistema de segurança novo (Hybrid CoE, 2021).

Depreende-se, então, que os grandes atores geopolíticos estão constantemente agindo para preparar (*priming*) suas regiões de interesse, evitando preferencialmente que seja necessário escalar para um conflito. Mais ainda, como essa fase pode durar décadas pode-se inferir que as potências estão constantemente atuando na dimensão *Profundidade* para moldar as normas e cultura locais, visando a alcançar seus interesses. A *Profundidade* pode ser vista como o campo de batalha pós-moderno, onde disputa-se terreno ideológico e recursos sociais.

Nesse contexto híbrido, muito debatido, mas ainda pouco compreendido, observa-se uma grande relevância na teia de atores não estatais. São atores que podem instrumentalizar outros atores ou, como acaba sendo o mais comum, serem instrumentalizados por grandes potências extrarregionais. A partir dessa compreensão de que existem interesses ocultos, para além da rede de relacionamentos visível no Golfo da Guiné, a abordagem da *Profundidade* pode ser analisada.

A cultura dos diversos países que integram o Golfo da Guiné é muito diversificada e rica, manifestando-se na sua história, língua, religião, etnia, culinária, literatura, política e economia. Esse valor cultural é um patrimônio, mas também um desafio, para o desenvolvimento e a cooperação da região. Os atores estatais e não estatais que operam na região do Golfo da Guiné devem considerar essa diversidade cultural, e buscar formas de se adaptar, comunicar, respeitar e influenciar mutuamente. Para isso, eles devem levar em conta os aspectos linguísticos, religiosos e étnicos.

Procurou-se, neste capítulo, destacar que um aspecto importante que pode afetar a capacidade de atuar na dimensão *Profundidade*, é a distribuição demográfica entre as religiões. Conforme exposto existe uma maior predominância do islamismo no oeste africano e uma maior presença do cristianismo na região central africana.

Assim, do ponto de vista linguístico e religioso, pode-se deduzir que a inserção cultural brasileira se faria mais facilmente nos Estados da CEEAC do que naqueles da CEDEAO. A CEEAC possui Angola, Guiné Equatorial e São Tome e Príncipe, que são países

lusófonos e majoritariamente cristãos. Já a CEDEAO possui Cabo Verde e Guiné Bissau como países lusófonos, sendo o primeiro majoritariamente cristão e o segundo tendo somente 5% de sua população adepta ao cristianismo. Apesar deste aspecto cultural, a seção anterior revelou que o peso geopolítico da CEDEAO, com especial destaque para a Nigéria, fazem daquela região o ponto central de qualquer estratégia brasileira para o Golfo.

Em seguida, este capítulo jogou luz aos atores não estatais não violentos. Elegeu-se uma das forças motrizes mais impactantes naquela governança regional que são as companhias de petróleo e gás e seus diversos projetos no litoral africano. A exploração de hidrocarbonetos é parcela relevante da economia daqueles Estados e representa uma oportunidade de desenvolvimento e progresso. Da mesma forma, atores extrarregionais que exploram o Golfo da Guiné tem interesse em manter suas companhias atuando na região, tendo em vista os lucros financeiros e o fluxo energético estratégico.

Esse setor da economia global foi destacado neste estudo por impactar diretamente na governança daquele golfo. Diversos projetos, organismos e iniciativas nasceram fruto da exploração de hidrocarbonetos. A estrutura de segurança marítima, com o protocolo de Yaoundé, o fortalecimento da CEDEAO e da CEEAC, os diversos projetos de incremento da segurança têm buscado garantir o processo de exploração desse importante recurso.

Destacam-se os projetos de iniciativa das próprias companhias petrolíferas, como centros de compartilhamento de informação, declarações conjuntas para pressionar os governos envolvidos, além da contratação de seguranças armados para a proteção das frotas e das infraestruturas *offshore*.

Na sequência, discorreu-se sobre os diversos organismos de auxílio humanitário, tanto os vinculados a ONU, quanto os independentes como a USAID. Pode-se afirmar que existe um ganho evidente para os Estados africanos com o alívio de problemas de saúde, educação e investimentos de infraestrutura. Porém, cabe destacar os diversos problemas decorrentes exatamente da atuação intensa dessas organizações. Diversas denúncias de corrupção entre os próprios funcionários e seus reflexos nos níveis governamentais acabam por macular os projetos inicialmente voltados para resultados positivos.

Outros entes humanitários, como as fundações, demonstram que seus projetos vão além de auxílios, incentivando também mudanças políticas na região. Como exemplo, citou-se alguns casos da OSF e como essa fundação vem apoiando determinada visão ideológica, desequilibrando a disputa política em alguns países africanos. Independente do mérito

ideológico, a análise deste estudo destaca somente que essas organizações são forças maiores que somente ajuda humanitária e que sua atuação impacta diretamente na cultura e normas daquelas sociedades.

Um aspecto que torna toda essa dinâmica social ainda mais vibrante é o crescente acesso às redes sociais. Além de impulsionar o comércio e a economia local, existe uma tendência de politização e de maior engajamento social nas decisões políticas (Ade et al, 2023). Ao citar alguns movimentos na Nigéria e Gana, objetivou-se exemplificar como tais movimentos ganham grande alcance, ao usarem as redes sociais. Assim, o poder retido com as empresas de mídias sociais passa a ser motivo de estudos e questionamentos. Bremmer (2021) propôs o conceito de “tecnopolar”, justificando que as grandes empresas de tecnologia seriam um dos polos de poder do mundo multipolar contemporâneo.

Na sequência, este capítulo apresentou alguns dos atores não estatais violentos que têm perturbado a ordem pública ou ameaçado as instituições dos Estados do Golfo da Guiné. Observa-se grande concentração desses grupos no delta do Rio Niger. Naquela região, além das motivações para controle dos recursos naturais valiosos, ainda existe um histórico de repressão do governo central às variadas etnias presentes. Um segundo grupo, que por vezes se mistura com o primeiro, são as organizações criminosas que atuam na região explorando lacunas na governança e na própria aplicação da lei.

Os grupos extremistas religiosos, os insurgentes com projetos políticos e plêiade de organizações criminosas atuantes na região contribuem para a insegurança e desgastam o potencial de estruturação e progresso daqueles povos. No que tange aos aspectos da dimensão *Profundidade*, cabe destacar que tais grupos têm grande influência naquelas sociedades, ainda que de forma negativa, e precisam ser contabilizados nas estratégias de atuação na região.

Optou-se por incluir os atores estatais regionais mais relevantes, ainda neste capítulo sobre *Profundidade*. Dessa forma, argumentou-se que esses atores também seriam instrumentalizados por potências externas, sendo conduzidos a decisões e mudanças políticas alinhadas com os projetos exógenos à região. Dentre os países do Golfo, elegeu-se Nigéria, Angola, Côte d’Ivoire e Gana, devido a seus números socioeconômicos e pesos geopolíticos.

Cabe destacar que, em síntese, a Nigéria pode ser considerada o epicentro geopolítico do Golfo da Guiné, concentrando a maior população, a maior economia e os maiores problemas de securitização que assolam seu interior e transbordam para o mar. Rivalizando com a Nigéria e, em segundo lugar no que tange aos aspectos econômicos e populacionais,

está a lusófona Angola. Côte d'Ivoire e Gana encerram a lista, sinalizando um grande potencial de crescimento e desenvolvimento, apesar de ainda enfrentarem problemas de ordem estrutural e social.

Além do exposto, cabe destacar que é preciso superar a narrativa de que o continente africano é uma região puramente problemática e, por consequência, o Golfo da Guiné não possuiria muitos exemplos de sucesso. Hern (2023), em um esforço para reverter essa narrativa negativa sobre a África, publicou um livro intitulado “Explicando Sucessos na África – as coisas nem sempre dão errado” em que apresenta uma série de exemplos de projetos bem-sucedidos. Ele destaca, também, o combate à malária de Guiné-Bissau que, mesmo durante problemas políticos e conflitos civis, conseguiu reduzir drasticamente os números de casos no país. O autor menciona também a evolução em estabilização e democratização observada em Gana, representando crescimento econômico e redução da pobreza.

Assim, conclui-se que os desafios são inúmeros para o desenvolvimento africano e que existe um passivo estrutural ainda a ser vencido. Percebe-se, também, um movimento positivo de progresso e otimismo, ainda que marcado por momentos de retrocessos pontuais. Nesse contexto, está inserida a sociedade africana e a rede de atores não estatais e estatais que foram abordados neste capítulo. O tecido social do Golfo da Guiné é representado por essa gama de atores, interesses e dependências que precisam ser identificados para se esboçar esse complexo mosaico, alvo da dimensão *Profundidade*.

O panorama traçado acima representa o cenário onde normas e cultura são criadas, influenciadas e moldadas, pelos atores mencionados e por diversos outros extrarregionais. Cabe destacar que essas normas e culturas possuem dinâmica própria, independente de uma atuação extrarregional. Assim, uma potência que se aproxime da região do Golfo da Guiné, com a intenção de influenciar aquelas sociedades, precisa inicialmente compreender esses atores ali instalados e seus projetos. Isso porque o processo de influenciar a cultura local passa por interagir com os atores que já encontram-se moldando essa mesma cultura. Pode-se instrumentalizar esses atores já presentes para um projeto específico, ou reduzir a influência deles caso não colaborem ou prejudiquem o projeto principal. A única opção que não seria adequada, em uma abordagem sobre a *Profundidade*, é ignorar a teia de atores já presentes na região de interesse.

Dessa forma, apesar de mencionar eventualmente um ou outro ator relevante para a dimensão *Altura*, este capítulo se restringiu ao delineamento da teia de relacionamentos existente naquele Golfo e como as normas e culturas seriam moldadas a partir disso. A partir desse entendimento, o próximo capítulo se concentrará, finalmente, nos atores estatais extrarregionais e seus projetos para o Golfo da Guiné. Pretende-se abordar esses atores à luz da dimensão *Altura*, comparando aspectos materiais, mencionando também como cada um tem procurado influenciar a região na dimensão *Profundidade*.

## **CAP 4 – UMA RIVALIDADE MULTIPLEX**

Conforme exposto anteriormente, o Golfo da Guiné é uma região estratégica para a ordem mundial, pois abriga uma grande diversidade de recursos naturais, culturais e humanos, além de ser palco de importantes desafios e oportunidades para a paz, a segurança e o desenvolvimento. Nesse contexto, diversos atores globais buscam ampliar ou consolidar sua presença e influência na região, utilizando diferentes meios e estratégias.

Ocorre que, agora, não mais encontram um continente fragmentado em tribos isoladas, competitivas e tecnologicamente anacrônicas, como era no período colonial. O Golfo da Guiné do séc. XXI possui Estados instituídos, organismos regionais fortes e atuantes, uma sociedade complexa e uma interdependência econômica e estrutural que ilustra o conceito de mundo regional multiplex, proposto por Acharya (2018a).

Por não existir um líder regional hegemônico, nota-se uma rivalidade potencial entre Nigéria e Angola que dificulta a integração e fragmenta as instituições regionais (Laidi, 1990). Assim, CEDEAO, CEEAC e outros organismos regionais disputam relevância e enfraquecem a capacidade de respostas aos desafios de forma coesa.

Como reflexo dessa rivalidade africana, no que tange à relação do Golfo com atores extrarregionais, percebe-se um não alinhamento estratégico claro ou estável. Existe uma diversificação de parcerias com EUA, Europa, China, Rússia, Índia e Brasil. Dessa forma, os Estados africanos oscilam dependendo de interesses específicos e oportunidades apresentadas. Entende-se que essa característica pode ser uma oportunidade para o Brasil explorar, como será apresentado a seguir.

Cabe destacar que uma atuação mais efetiva brasileira nessa importante região depende de uma abrangente compreensão do ambiente, atores, história, culturas e valores. E como essas variáveis se relacionam com os atores extrarregionais, estatais e não-estatais, cada vez mais presentes na região. A partir dessa compreensão, estratégias sólidas podem ser traçadas.

Alguns Estados europeus interessados em manter suas relações comerciais com suas antigas colônias, esforçam-se para se manterem atuantes na região. Além deles, os EUA buscam incrementar a segurança territorial africana motivados pelo combate ao terrorismo e à pirataria, assegurando acesso aos recursos naturais africanos. Para tal oferecem diversos apoios militares em treinamento e auxílios financeiros, além de incentivar os organismos de

governança regional, criando um ambiente propício à atuação de suas empresas e corporações.

Perceber-se, ainda, um crescente interesse de atores não atlânticos na região, como China, Rússia e Índia, sendo que a atuação chinesa é a que mais se destaca. Espach (2021) relembra algumas destas iniciativas concentram-se em criar ou desenvolver estruturas logísticas para suportar a crescente demanda econômica chinesa.

Apesar deste estudo de propor uma análise focada no Golfo da Guiné, cabe destacar que a atuação dos EUA e China, no Atlântico Sul, não se restringe àquela região africana. Sejam empresas chinesas operando o porto de Paranaguá, propondo um novo porto em São Luís ou uma base pesqueira em Montevideo, percebe-se, por exemplo, que o foco daquela potência emergente é estabelecer uma rede de infraestrutura que permita uma atuação mais efetiva na região.

Por meio de financiamentos e ajudas econômicas, como relembra Espach (2021) no caso argentino, a China aumenta sua capacidade de influência na margem oeste do Atlântico Sul. Porém, a atuação de sua frota pesqueira na região pode minimizar tal capacidade, uma vez que tem recebido críticas dos países locais.

Por outro lado, apesar de ainda ser de forma tímida, os EUA buscam se contrapor a atuação pesqueira chinesa reforçando parcerias de segurança marítima com seus parceiros da América Latina. Um exemplo desse movimento foi o envio da embarcação da Guarda Costeira dos EUA, o USCGC Stone para uma série de exercícios navais focados em combate à pesca ilegal. Espach (2021) relembra que após iniciar a missão de forma positiva, realizando exercícios navais com Guiana, Brasil e Uruguai, a embarcação americana foi impedida pelo governo argentino de atracar no porto argentino de Mar del Plata, em março de 2021. Tal atitude simbolizaria, àquela época, uma maior influência chinesa naquele país sul-americano.

Na outra margem atlântica, o mesmo padrão de relacionamento pode ser observado com os Estados africanos. Como relembra Stahl (2018), ao avançar o projeto da *Belt and Road Initiative* e estabelecer as bases de um possível deslocamento do epicentro econômico global ao oriente, a China pretende investir em projetos de infraestrutura que conectem o continente africano aos mercados chineses. Stahl sugere que esse projeto possa ter o mesmo impacto geopolítico que as estradas romanas tiveram no continente europeu, cerca de 2.000 anos atrás.



Assim, buscando organizar o estudo das influências externas da região, o objetivo deste capítulo é comparar as capacidades de atuação de alguns atores no Golfo da Guiné, considerando a dimensão da *Altura*, ou seja, a capacidade de influenciar e atuar na região através dos recursos econômicos, militares e tecnológicos.

A *Altura* requer uma avaliação da distribuição de poder material, reconhecendo os atores globais e regionais mais relevantes e suas relações de poder. Neste capítulo, serão examinados acordos comerciais e militares, modos de atuação dos principais atores extrarregionais, e projetos das lideranças regionais. Serão observados, também, dados comparativos de poder militar, econômico e reservas naturais entre esses atores.

A *Altura* é um conceito importante para a pesquisa do Golfo da Guiné, pois essa é uma região que apresenta uma grande variedade e complexidade de atores que interagem em questões de segurança, desenvolvimento e governança. O Golfo possui uma riqueza natural e humana expressiva, mas também enfrenta vários desafios socioeconômicos, políticos e ambientais.

Além dos Estados, o Golfo da Guiné conta com a presença de organizações regionais, potências externas, empresas multinacionais, grupos armados não estatais, além de diversas ONGs e movimentos sociais, conforme exposto nas seções precedentes. Esses atores possuem diferentes níveis de poder e influência sobre as questões da região, gerando uma dinâmica regional multiplex.

Por meio de uma análise das suas estratégias e políticas para a região, pretende-se demonstrar como, e com que intensidade, cada um desses atores extrarregionais tem projetado seu poder no Golfo da Guiné. Alguns aspectos menos materiais também serão abordados, buscando completar a análise do último capítulo. Dessa forma, apesar deste capítulo ser dedicado a dimensão *Altura*, aspectos da *Profundidade* também serão tangenciados, reforçando a interdependência entre essas duas dimensões.

Para tal, este capítulo será dividido entre os cinco atores extrarregionais selecionados como mais relevantes para a análise multiplex: EUA, China, Europa, Rússia, Índia e Brasil. Cada um desses atores terá sua estratégia e projeto descortinado, para então, ser apresentado em seus atributos materiais. Dessa forma, espera-se compor o quadro comparativo de intenções e capacidades que será discutido ao final deste capítulo.

Para isso, utilizamos os seguintes critérios de comparação: o poder econômico, o poder militar, o poder tecnológico, a atração cultural. Esses critérios permitem avaliar tanto o

poder material quanto o *soft power* dos atores na região, bem como os seus impactos e limitações.

Segundo relatório da USNews (2022), os países escolhidos para a abordagem multiplex desta dissertação, desempenharam da seguinte forma em uma lista culturas mais influentes: França, 2º lugar; EUA, 3º lugar; Brasil, 11º lugar; China, 16º lugar; Índia, 29º lugar; e Rússia 38º lugar. Percebe-se, assim, a dificuldade de moldar a cultura local, e atuar na dimensão *Profundidade*, de China, Índia e Rússia. Mesmo assim, esses países têm envidado esforços para se fazerem cada vez mais presentes no Golfo da Guiné.

A opção por concentrar os países europeus em uma única abordagem foi puramente uma questão taxonômica. Entende-se que a França é o ator europeu mais relevante e o que será detalhado, uma vez que seus laços históricos com o Golfo da Guiné ainda reverberam em presença material, econômica e cultural.

Cabe destacar, também, que o modo como cada um desses atores se comportará durante sua atuação na região refletirá seu *zeitgeist*<sup>24</sup> como povo, sinalizando as ideias principais que alimentam aqueles projetos. No atual sistema ideológico heterogêneo, alguns pensamentos podem representar os projetos dos desafiantes da hegemonia estadunidense, como a *Tianxia* chinesa, o Eurasianismo russo ou o *Vasudhaiva Kutumbakam*<sup>25</sup> indiano. Esses projetos civilizacionais sinalizariam a forma como esses potenciais polos de poder se comportariam no cenário internacional, especialmente quando está em jogo a própria coesão ideológica ocidental, citada por Fonte (2002).

Com isso, ao final, o maior risco em um mundo multiplex é pensar que os demais polos do sistema internacional vão ver e pensar o mundo com a mesma lente cognitiva. Compreender a ideologia e os valores dos outros é o primeiro passo para evitar a escalada indesejada, como descrita no dilema da segurança (Herz, 1951). Tal abordagem se mostra ainda mais relevante para compreender, por exemplo, como a atuação chinesa e estadunidense no limite oriental do entorno estratégico brasileiro podem impactar a própria estratégia do Brasil.

A seguir, abordar-se-á de forma mais detalhada a atuação extrarregional, evidenciando como esses atores possuem objetivos semelhantes, porém atuando com

---

24 *Zeitgeist* significa espírito do tempo, em alemão. É uma expressão empregada para descrever o contexto de uma época ou momento histórico.

25 *Vasudhaiva Kutumbakam* significa, em sânscrito, que “o mundo é uma única família”. Essa definição consta em um dos versos védicos com data estimada em mais de 2.500 anos (Nota do autor).

procedimentos diferentes. Assim, apesar de buscarem assegurar acesso aos recursos naturais e, para tal, incrementarem a segurança regional, por vezes o fazem de forma descoordenada. Espera-se ainda, defender o argumento de que essa disputa de grandes potências possui ao mesmo tempo a capacidade de ajudar o desenvolvimento africano, mas também pode causar fraturas diplomáticas que enfraqueçam a atuação dos organismos regionais como a CEDEAO e a CEEAC.

Os EUA, devido a sua notória disparidade na dimensão *Altura*, serão analisados primeiro. A seguir, será evidenciado como esse enorme potencial material se reflete em ações e influência no Golfo da Guiné.

#### 4.1 - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A Nova Ordem Mundial, representada na guerra do Iraque de 1991 e no *bandwagoning*<sup>26</sup> quase absoluto da comunidade internacional em direção aos EUA, começa seu colapso após o fracasso da Guerra Global ao Terror no Iraque e a crise econômica causada pela gestão inadequada de investimentos imobiliários nos EUA. Com esses dois acontecimentos, os Estados Unidos, que até então eram o principal ponto de referência, tornam-se um dos motivos potenciais da desordem internacional. Ao mesmo tempo, surgem outros atores no cenário global que reivindicam maior prestígio buscando consolidar seu poder regional, como a China, a Rússia ou a Índia.

Já com o governo Obama, fica evidente a impossibilidade de se adotar a mesma estratégia e as mesmas ferramentas em todas as áreas regionais. Os problemas de solvência e legitimidade da condição unipolar levam à adoção de uma política de contenção, que desmonta a estratégia da guerra total ao terror e redireciona recursos para a Ásia. *Pivot to Asia* torna-se a prioridade estratégica de Obama devido ao poderoso crescimento econômico da China, que se eleva ao papel de competidor de mesmo nível dos EUA (EUA, 2015).

Reforçando essa percepção de um novo papel dos EUA no cenário mundial, a administração Trump buscou concentrar seus esforços no desenvolvimento interno e rever sua participação em organismos multilaterais. Segundo a Estratégia de Segurança Nacional daquela administração, houve certa complacência por parte dos EUA após o fim da Guerra

---

<sup>26</sup> *Bandwagoning* que em inglês significaria “todos subindo a bordo” (tradução nossa). É um termo usado nas relações internacionais que define o alinhamento de países mais fracos aos projetos de países mais fortes. Tal fenômeno foi observado após o declínio da ex-União Soviética e o grande alinhamento de países menores ao projeto liberal dos EUA (Nota do autor).

Fria. Ao se acomodar com a suposta posição incontestável de maior poder, os EUA teriam sido omissos durante o abuso por parte de outros atores das instituições internacionais que os norte-americanos ajudaram a construir.

Além disso, resgata o conceito de *Great Power Competition*<sup>27</sup> destacando o papel da China e Rússia na busca por maior influência regional e, ao mesmo tempo, construir mecanismos de negação da capacidade estadunidense de atuar naquelas regiões. Em relação à Europa, apesar de reforçar os laços que unem os dois povos, a administração Trump fez duras críticas a pouca contribuição financeira dos membros europeus ao esforço militar da OTAN (EUA, 2017).

Com a eleição de Joe Biden a perspectiva de retomada do papel multilateral dos EUA foi revigorada e os primeiros atos de governo da nova administração resgataram os laços rompidos pelo seu precedente. Especial atenção ao projeto liberal foi dada no principal documento estratégico norte americano, a *National Security Strategy* (EUA, 2022a).

Nele, aquela administração reafirma seu compromisso com os direitos humanos e na defesa da liberdade e dignidade. Apesar de valorizar os aspectos democráticos, afirma que será possível cooperar com países não democráticos, desde que eles participem e apoiem o sistema internacional legal. Nesse documento a ideia de que seria necessária uma reformulação interna em países não democráticos, modelando-os aos padrões americanos, é descartada como sendo uma premissa para a garantia de segurança dos EUA.

Apesar disso, o maior desafio estratégico apresentado é a presença de potências autoritárias com projetos revisionistas. Tais potências estariam se preparando para guerras de agressão, deteriorando processos democráticos em outros países, usando cadeias logísticas e tecnológicas como ferramentas de coerção e repressão e exportando modelos de ordem internacional não liberais.

As duas potências nominadas nesse contexto, seguindo a visão da administração anterior, são a Federação Russa e a República Popular da China. Por um lado, a Rússia é apresentada como uma ameaça imediata após a agressão à Ucrânia de 2022, acusada de subverter as leis básicas da ordem internacional. Leis essas que, segundo Putin, os próprios EUA subverteram com as ações militares no Iraque, Líbia e ameaçavam repetir na Síria (Putin, 2013). Por outro lado, a China seria o único competidor que possuiria a vontade de

---

27 Competição entre Grandes Potências (Tradução nossa).

remodelar a ordem internacional vigente e, cada vez mais, demonstraria haver os poderes econômicos, militares, diplomáticos e tecnológicos para executar tal objetivo.

No confronto com a China, os EUA propõem uma competição responsável, não deixando de apresentar críticas aos excessos observados nas violações dos direitos humanos em Xinjiang e Tibete, mas relembando os laços históricos entre os dois povos. Em relação a Rússia todo o esforço estratégico se apresenta no fim do conflito na Ucrânia e na firme posição de responder aos ataques à OTAN ou, de forma híbrida, às estruturas do próprio território americano.

Com isso, a visão estratégica americana de 2022 apresenta os dois competidores asiáticos como atores com vontade de mudar a ordem internacional, reescrevendo-a de forma a criar um mundo baseado em autocracias altamente personalistas e repressivas (EUA, 2022a).

De forma a se contrapor aos dois principais competidores, e continuar moldando a ordem mundial, algumas iniciativas estadunidenses seguem em curso destacando-se o QUAD<sup>28</sup> (Austrália, Índia, Japão e EUA) no indo-pacífico, o Conselho de Comércio e Tecnologia EUA-UE no Atlântico Norte, o acordo I2-U2 (Índia, Israel, UAE e EUA) no oriente médio e o AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA). Tais acordos são definidos como uma treliça de relações fortes, resilientes e mutuamente amplificadoras que mostrariam a capacidade que as democracias possuem de entregar um mundo melhor aos seus povos (EUA, 2022a).

Apesar de serem observadas visões estratégicas similares nos dois últimos presidentes, em relação ao *global power competition*, no campo ideológico percebe-se que os EUA se encontram fragmentados entre dois projetos políticos distintos. De um lado tem-se o projeto multilateral progressista do partido democrático que visa a reforçar os organismos internacionais e, gradualmente reduzir a soberania dos estados membros em prol de uma agenda tecnocrata. De outro lado, o partido republicano, dividido entre os *neocons* e a visão conservadora nacionalista de Trump (Bourgeois, 2021). No momento que uma dessas ideologias conseguir suprimir a outra, os EUA poderão voltar a atuar no cenário internacional de forma mais efetiva e prolongada.

---

28 QUAD, que é um acrônimo para *Quadrilateral Security Dialogue*, reúne Austrália, Índia, Japão e os EUA em torno de objetivos comuns no indo-pacífico (nota do autor).

O “Atlas Estratégico” publicado pela Fundação Mediterrânea de Estudos Estratégicos (FMES, 2022), destaca que os EUA concentram a terceira maior população do planeta e ainda se mantêm na liderança econômica global. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) daquele país foi de 21 trilhões de dólares, sendo que 738 bilhões foram gastos em defesa.

No que tange a região em estudo, percebe-se que mesmo após o redirecionamento estratégico da prioridade dos EUA para o sudeste asiático, sua atuação no golfo africano não sofreu redução. A seguir, será apresentado um breve histórico da atuação deste importante ator contextualizando seu papel na securitização regional.

Em 2020, o comandante do Comando Combatente na África (AFRICOM), General Stephen Townsend declarou que uma África estável e segura é essencial para a segurança dos EUA (Townsend, 2020). O AFRICOM é um comando militar estabelecido em 2007, que tem como objetivo realizar várias operações, investimentos e parcerias em segurança no continente africano, abrangendo 53 nações africanas, com exceção do Egito (Steinbeck, 2021). Sua missão consiste em salvaguardar e promover os interesses dos EUA, por meio do aprimoramento das capacidades de defesa dos países africanos.

O AFRICOM dedica-se, em parte, a combater grupos terroristas na África, tais como o al-Shabaab e o Boko Haram, mas também visa a impedir atividades ilícitas no Golfo da Guiné, em cooperação com os Estados africanos litorâneos. Com o propósito de aumentar a segurança no continente, o AFRICOM conduz anualmente uma série de exercícios militares, entre os quais se destacam: Phoenix Express, Cutlass Express, Obangame Express, African Lion, Justified Accord e Flintlock (EUA, 2021). Além dessas missões, segundo o IISS (2022), o AFRICOM ainda possuía uma unidade de vigilância dotada do ARP MQ-9A *Reaper* baseada no Níger e participava das missões de paz da ONU no Mali e na República Democrática do Congo.

Os meios navais empregados nas missões do AFRICOM são da 6ª Esquadra Estadunidense, sediada em Nápoles. Essa esquadra, também denominada *U.S. Naval Forces Europe-Africa*, se divide em *Naval Forces Africa* (NAVAF) e *Naval Forces Europe* (NAVEUR). Suas áreas de responsabilidade cobrem toda a Europa, norte da Rússia e a maior parte da África, alcançando 105 Estados distintos (Figueiredo e Silva, 2022).

Ainda em 2006, os EUA iniciaram o projeto RMAC (do inglês: *Regional Maritime Awareness Capability*) que buscava incrementar a Consciência Situacional Marítima (CSM) em São Tomé e Príncipe, Nigéria, Gabão, Togo, Benin, Côte D’Ivoire e Serra Leoa. O RMAC

tem caráter mais estruturante, por meio do qual muitos materiais foram doados e sistemas implementados. Destaca-se a doação de dois navios da Guarda Costeira dos EUA para a Nigéria, em 2006, batizados de *NNS Okpabana* e *NNS Thunder*. (EUA, 2020).

No contexto do RMAC, cita-se a implementação, em 2017, do sistema de comunicações que conectou os MOC de Benim, Togo e Nigéria, possibilitando a coordenação dos esforços marítimos na zona E. Antenas, rádios, serviços de instalação e testes foram fornecidos pelo pessoal da RMAC, estruturando um *link* de micro-ondas independente de internet<sup>29</sup> (Figueiredo e Silva, 2022).

A criação do AFRICOM tem relação direta com o proposto na Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI, publicada em outubro de 2007 pelos EUA (EUA, 2007). Naquele documento, percebeu-se uma mudança de postura visando uma maior integração e colaboração, tendo em vista as características mais difusas das novas ameaças.

Nesse sentido, esse Comando Combatente estabeleceu, ainda em 2008, o conceito de *African Partnership Station* (APS) e, desde então, vem realizando operações bilaterais e multinacionais de forma a viabilizar soluções africanas para os problemas africanos (Sohn, 2009). Segundo Sohn, a criação da APS foi incentivada por uma conferência ocorrida em 2006, no Benin, quando onze Estados pertencentes ao Golfo da Guiné se comprometeram a enfrentar o problema de governança marítima local, nacional e regional.

Figueiredo e Silva (2022) recordam que, a primeira operação conduzida no contexto da APS, seguindo o conceito de *Global Fleet Station*<sup>30</sup>, foi o envio do *USS Fort McHenry* (LSD 43) para uma missão de sete meses na costa oeste africana, no ano de 2008. Nessa operação, oficiais de oito Marinhas europeias se juntaram aos estadunidenses em exercícios com Senegal, Libéria, Gana, Camarões, Gabão, São Tomé e Príncipe e Togo.

Motivados pela liderança americana, e com claros interesses na região, em 2009, Bélgica, Holanda e Espanha enviaram navios de guerra para o Golfo da Guiné. No ano seguinte, dois navios de guerra britânicos levaram a bandeira da APS à região e, em 2011, Itália, Espanha e Bélgica fizeram o mesmo (Hueber e Dunlop, 2011). Essa tendência de participação internacional, em coordenação com os EUA, se fortalecerá nos anos subsequentes.

---

29 Essa informação foi passada pessoalmente ao autor deste estudo pelo Captain David Rollo durante a execução da Operação *Obangame Express* 2017, em Luanda.

30 *Global Fleet Station* é um conceito, decorrente da Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI, que navios da Marinha e outros recursos governamentais para estabelecer bases autossuficientes que possam apoiar na condução de operações de estabilização e cooperação (Nota do autor).

Entre os esforços de aperfeiçoamento de consciência situacional marítima (CSM) realizados pela NAVAF na região, o de maior destaque é a Operação Obangame Express (OE). O nome da operação, conforme recordam Figueiredo e Silva (2022), foi definido pelos próprios africanos em uma das reuniões preparatórias para a primeira edição daquele exercício multinacional. Obangame significa “união” no idioma *Fang*.

O Código de Conduta de Yaoundé, cuja assinatura ocorre nesse contexto de união de esforços, sugere uma arquitetura operacional que é prontamente incorporada nos planejamentos das Obangame Express. Portanto, o objetivo da OE é testar a habilidade das marinhas da África ocidental de fiscalizar suas águas jurisdicionais em busca de atividades ilícitas, compartilhar suas CSM e coordenar com as marinhas vizinhas a interrupção de atividades ilegais (Gray, 2021).

Ademais, todas as marinhas do Golfo receberam acesso ao sistema SeaVision, treinamentos de uso e suporte para a utilização eficiente da ferramenta. Atualmente, o SeaVision é a principal ferramenta de CSM e de compartilhamento de informações marítimas, sendo utilizada por todos os países do Golfo da Guiné (Figueiredo e Silva, 2022).

Segundo Gieg (2023), os Estados Unidos têm sido um grande ator no desenvolvimento da África, fornecendo quantidades significativas de ajuda e investimento para o continente. Os Estados Unidos também têm se envolvido em cooperação em segurança com países africanos, particularmente na luta contra o terrorismo e o extremismo.

Os EUA expressaram preocupações sobre a crescente influência da China na África e buscaram contrariá-la por meio de vários meios. Para tal, enfatizaram a importância da transparência, boa governança e direitos humanos em seu engajamento com países africanos e criticaram a abordagem da China por falta dessas áreas.

Os EUA também exercem influência na região por meio de diversos organismos, como a USAID exposta no capítulo precedente, além de monitorarem o avanço da presença chinesa na região. Segundo a “Estratégia dos EUA para a África Subsaariana”, publicada em agosto de 2022, a China veria a região do Golfo da Guiné como uma arena para desafiar a ordem mundial em vigor. Para a visão americana, a China pretende avançar seus interesses comerciais e geopolíticos, reduzir a transparência e abertura econômica e enfraquecer as relações americanas com aqueles países (EUA, 2022b).

A região do Golfo da Guiné é uma área estratégica para os Estados Unidos, devido à sua riqueza em recursos naturais e à sua importância para a segurança marítima global. Os



EUA têm estabelecido acordos econômicos e militares com países da região, visando a aumentar sua influência na sociedade e garantir a segurança marítima na região. Essa atuação na securitização marítima tem sido marcada pela realização de exercícios militares e pela presença de navios de guerra na região. A presença de grupos extremistas na região também tem sido uma preocupação para os EUA, que têm buscado trabalhar com países da região para combater essa ameaça. A presença dos EUA tem sido vista, também, como uma forma de conter a influência chinesa, que tem crescido nos últimos anos.

#### 4.2 - CHINA

Aproveitando a globalização econômica enquanto manteve uma forte centralização política doméstica, a China experimentou um crescimento sem precedentes nas últimas décadas. Ao desenvolver suas regiões agrícolas e resgatar mais centenas de milhões de chineses da pobreza extrema, o Partido Comunista Chinês busca divulgar aquele modelo de socialismo como um novo padrão de governança ao mundo e uma alternativa para a modernização da humanidade.

Iniciando de forma inédita seu terceiro mandato, Xi Jinping, em seu discurso durante o XX Congresso Nacional Chinês, reforçou o projeto de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Pretende, assim, participar de forma ativa na reforma e construção de uma nova governança global incrementando a influência chinesa (Jinping, 2022).

Naquele discurso alguns aspectos relevantes aos demais povos e países são abordados, como o bem-estar social, o desenvolvimento ecologicamente sustentável e o respeito às leis internacionais, buscando soluções pacíficas para os atuais conflitos. Percebe-se, porém, uma forte crítica à hegemonia de poder e a interferência em assuntos internos de outros países. Ao defender uma coexistência pacífica, afirma que a China não buscará uma hegemonia ou se envolverá em ações de expansão, procurando sempre transcender as barreiras civilizacionais e responder conjuntamente a desafios globais.

A visão central da política externa do atual presidente da China, tem muitas semelhanças com a *Tianxia* (Tingyang, 2005) que, segundo Callahan (2008), representaria a proposta de uma nova ordem inclusiva aos demais povos como solução aos problemas do mundo. O autor destaca, porém, que ao mesmo tempo que a *Tianxia* critica a imposição

histórica de um modelo internacional eurocêntrico, apresenta como solução à imposição de um modelo sinocêntrico.

Uma gestão global feita aos modelos do socialismo com características chinesas, apesar de ser proposta como a solução final, poderá encontrar resistências a sua implementação. Para Callahan (2008), mesmo sendo apenas mais uma das linhas ideológicas que circulam nas elites chinesas, a proposta da *Tianxia* deve ser vista com atenção devido ao impacto e a adesão que a obra de Zhao Tingyang teve nos últimos anos.

Assim, o revisionismo chinês apresenta de forma ostensiva um modelo alternativo de desenvolvimento, criticando o individualismo liberal e exaltando a cooperação e coexistência entre os povos. De forma não declarada, porém, observa-se o emprego de métodos amplos e irrestritos de *soft power*, explorando ao máximo todos os instrumentos disponíveis dentro do contexto multiplex.

Lang e Xiangsui (1999), dois coronéis do exército de libertação popular da República Popular da China, apresentam no livro intitulado “Guerra Irrestrita” uma estratégia de como obter a vitória chinesa contra os EUA, explorando as armas não convencionais e fugindo do campo de batalha altamente tecnológico ocidental.

Inspirados na atuação de George Soros no sudeste asiático, propõem o uso equivalente de fundações que controlem a mídia e deem subsídios a organizações políticas. Assim limitariam possíveis resistências das autoridades governamentais, subvertendo a ordem vigente em governos de interesse. Mas a proposta dos coronéis chineses não se limita ao campo financeiro, propondo também

[...] guerras psicológicas, como espalhar boatos para intimidar o inimigo e enfraquecer sua vontade; guerras de contrabando, confundindo mercados e atacando a ordem econômica; guerra de imprensa, manipulando o que é visto para manipular a opinião pública; guerra narcótica, obtendo grandes lucros ilegais e espalhando caos em outros países; guerra de redes, atacando em segredo e de forma não rastreável; guerra tecnológica, criando monopólios ao definir parâmetros de forma independente; guerra de fabricação, apresentando ao inimigo uma aparência de força baseada em falsificações tecnológicas; guerra de recursos, pegando ativos por meio da pilhagem das reservas; guerra de ajuda econômica, concedendo suporte de forma pública de forma a obter o controle desejado secretamente; guerra cultural, liderando tendências culturais como forma a assimilar aqueles com visões diferentes; e guerra de lei internacional, se aproveitando de todas as oportunidades para impor regulações desejadas, etc.”<sup>31</sup> (Lang; Xiangsui, 1999. p.55, Tradução nossa).

31 “*psychological warfare (spreading rumors to intimidate the enemy and break down his will); smuggling warfare (throwing markets into confusion and attacking economic order); media warfare (manipulating what people see and hear in order to lead public opinion along); drug warfare (obtaining sudden and huge illicit profits by spreading disaster in other countries); network warfare (venturing out in secret and concealing one’s identity in a type of warfare that is virtually impossible to guard against); technological warfare (creating monopolies by setting standards independently); fabrication warfare (presenting a counterfeit appearance of*

Por meio de uma reconstrução de diversas vitórias militares históricas, o livro conclui que todas as forças vitoriosas tinham uma coisa em comum: souberam usar de forma inovadora a combinação dos fatores à disposição. Os autores argumentam que o uso combinado de dois ou mais métodos citados acima seriam necessários para se obter a vitória, evitando sempre o confronto direto convencional. Como instrumentos de ação, defendem o uso coordenado de organismos supranacionais, organizações transnacionais e organizações não-governamentais no que denominam de “ações combinadas supra-domínio”<sup>32</sup>.

O livro questiona o protagonismo convencional militar nas futuras ações da guerra. Citando Alvin e Heidi Toffler, relembra que se as ferramentas de guerra não são mais somente carros blindados e artilharia. Agora, seriam também vírus de computador e pequenos drones, concluindo que os Estados não seriam mais os únicos grupos armados e que os soldados convencionais não seriam mais os únicos detentores das ferramentas da guerra (Toffler; Toffler, 1993). Os autores combinam esse argumento com o do japonês Shoichi Takama que afirmou em 2020 que a “civilinização”<sup>33</sup> da guerra seria uma importante característica nos conflitos do século XXI.

Por fim, os autores concluem que, num contexto em que as fronteiras entre soldados e civis se tornam confusas, num cenário em que ações militares e ações não-militares são indiscriminadas, a chave para uma atuação efetiva seria o uso da proposta guerra irrestrita. Associada ao conceito de um mundo multiplex, proposto por Acharya (2014), em que as potências agora estariam interagindo com uma teia complexa de atores e relações, parece bastante pertinente a ideia da guerra irrestrita, num contexto supra-domínio.

Entende-se que tal doutrina não é formalmente citada em nenhum documento oficial do Partido Comunista Chinês, porém pode-se observar no *soft power* chinês traços dessa proposta. Como exemplo, cita-se a doação de uma nova instalação para a sede da União Africana em Addis Ababa pelo Governo chinês. Segundo Fidler (2018) dentro dos servidores

---

*real strength before the eyes of the enemy); resources warfare (grabbing riches by plundering stores of resources); economic aid warfare (bestowing favor in the open and contriving to control matters in secret, cultural warfare (leading cultural trends along in order to assimilate those with different views); and international law warfare (seizing the earliest opportunity to set up regulations), etc.”*

32 Na literatura militar, os domínios convencionais são o terrestre, marítimo, aeroespacial, cibernético e informacional (nota do autor).

33 “civilinização” seria a crescente participação de civis nos combates, especialmente nos domínios cibernético e informacional (Nota do autor).

doados haveria uma falha de segurança que permitiria ao governo chinês obter informações estratégicas daquela sede.

Segundo a visão dos EUA, a China usa sua capacidade tecnológica, e crescente influência nas instituições internacionais, criando condições mais permissivas para seu próprio modelo autoritário e instrumentalizando as normas e tecnologias internacionais para privilegiar seus valores e interesses. A China tem se beneficiado da abertura global dos mercados enquanto limita o acesso ao seu mercado interno, tornando o mundo cada vez mais seu dependente, enquanto reduz sua própria dependência dele (EUA, 2022a).

Mesmo com o risco que sempre existirá no dilema de segurança, no contexto do *Great Power Competition*, o projeto chinês é desafiar a hegemonia norte-americana no campo econômico e ideológico. A visão política central do atual presidente da China, Xi Jinping, a "Comunidade do Futuro Compartilhado para a Humanidade" coloca a China como um potencial novo líder mundial e exemplo de sociedade para o mundo.

No campo geopolítico, a forma como a China e os Estados Unidos se comportarão na inevitável crise de Taiwan, provavelmente será o divisor de águas que moldará o cenário de poder no Indo-Pacífico. Uma vitória chinesa, diplomática ou militar, poderá representar a consolidação de um novo polo de poder mundial, redefinindo as dimensões do espaço geopolítico à disposição do Partido Comunista Chinês.

O "Atlas Estratégico" publicado pela Fundação Mediterrânea de Estudos Estratégicos (FMES, 2022), destaca que a China concentrava em 2021 a maior população do planeta, com mais de 1,4 bilhões de habitantes, posteriormente ultrapassada pela Índia. Naquele mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 14 trilhões de dólares, sendo que 195 bilhões foram gastos em defesa. Apesar de ser quase quatro vezes menor que o orçamento de defesa dos EUA, cabe destacar que o orçamento de defesa chinês é o segundo maior do mundo.

No que tange a sua interação com a África, Murphy (2022) argumenta que a abordagem chinesa deve ser analisada inserida em uma estratégia maior, que pretende construir esferas de influência e desafiar as bases do sistema liberal internacional. O argumento central do livro de Murphy é que a atuação chinesa na África deve ser vista como parte de um projeto maior de aumentar a presença no sul global e desafiar o sistema internacional liderado pelo Ocidente, construindo uma ordem mundial alternativa. Nesse contexto, segundo Murphy, a China se tornou o maior parceiro comercial de Nigéria, Gana,

Camarões e Senegal, investindo em projetos de infraestruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias.

Um dos grandes projetos chineses, que inclui parcela considerável africana é o *Belt and Road Initiative (BRI)*, representando a nova rota da seda e prevendo investimentos bilionários em diversos países participantes. Zufle (2023) recorda que Senegal, Côte d'Ivoire, Camarões, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Angola, República do Congo, Nigéria, Cabo Verde já assinaram sua participação neste projeto.

Murphy cita, também, o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) que é uma plataforma de diálogo e cooperação e vem realizando reuniões regulares. Em uma dessas reuniões, realizada em Pequim em 2018, a China se comprometeu a destinar 60 bilhões de dólares para financiar projetos de desenvolvimento junto aos países africanos.

Shinn e Eisenman (2023) recordam que, visando a reduzir o risco marítimo a seus navios e tripulações, a China iniciou um apoio material mais vigoroso aos países do Golfo da Guiné. Isso porque, em 2020, um pescador chinês foi sequestrado na costa de Côte d'Ivoire, cinco tripulantes chineses foram sequestrados de um cargueiro de bandeira de Singapura na costa da Nigéria e 14 chineses foram sequestrados no litoral de São Tomé e Príncipe. Em 2021, os piratas libertaram seis tripulantes chineses sequestrados de um pescador na costa do Gabão, após pagamento de USD 300.000,00 em resgate.

Apesar desses registros negativos, os autores destacam que a China vem atuando desde 2014 para reforçar a segurança marítima do Golfo da Guiné. Desde o fornecimento de material militar para Gana e Namíbia, a uma proposta de construção de uma base naval da Marinha Chinesa na Namíbia, ainda em discussão (Shinn e Eisenman, 2023). Por fim, os mesmos autores alertam para o crescente número de empresas de segurança chinesas que atuam nos países do Golfo da Guiné, realizando desde a segurança dos investimentos em infraestrutura chineses, até operações como mercenários.

Ryan Woo (2023) recorda que uma frota de navios de guerra chinesa atracou na Nigéria, permanecendo por cinco dias e realizando adestramentos e reuniões com representantes da Marinha da Nigéria. Além disso, segundo Woo, apesar de ainda representar uma relação em menor escala se comparada com o suporte fornecido pelos EUA, a Marinha do Exército de Libertação Popular da China vem desenvolvendo algumas iniciativas navais na região. A de maior vulto foi um exercício naval realizado entre China, África do Sul e Rússia, ainda em 2023 (Ray, 2023).

No que tange ao suporte a treinamento de pessoal, Nantulya (2023) recorda que a China oferece um intenso programa de capacitação militar em território chinês. Tal programa, chamado de “trabalho político-militar”, oferece cursos a cerca de 2.000 oficiais das forças armadas africanas e 2.000 policiais africanos, anualmente. Nantulya destaca que alguns ex-alunos das escolas de altos estudos militares na China são hoje ministros da defesa (Angola, Camarões, Gana, Namíbia Nigéria) e ex-presidentes (República Democrática do Congo, Guiné-Bissau e Namíbia).

No campo tecnológico, a China tem investido pesado no Golfo da Guiné, em projetos de transferência de tecnologia, incentivo à *start ups*, treinamento para profissionais em áreas de tecnologia da informação e comunicação, cooperação em pesquisa de biotecnologias e medicina. Murphy (2022) alerta, porém, que diversos críticos argumentam que esses projetos chineses visam a obtenção de recursos naturais e ao estabelecimento de uma posição dominante em setores-chave da economia africana.

Além da atuação material, representativa da dimensão *Altura*, a China também procura influenciar culturalmente a região africana. No que tange a *Profundidade*, cabe destacar que Murphy (2022) recorda o estabelecimento de diversos Institutos Confúcio, a oportunidade de intercâmbio oferecida a diversos estudantes, a restauração de locais históricos africanos e a proteção de artefatos culturais.

Defendendo a perspectiva chinesa sobre a atuação daquele gigante asiático no continente africano, Xinying (2023) argumenta que a avaliação da atuação chinesa na África é mista e controversa. Citando uma pesquisa do Afrobarometer, realizada em 2019 em 18 países, o autor chinês defende que a maioria dos africanos tem uma visão positiva da assistência e da influência política e econômica da China no continente. No entanto, a percepção do nível de influência da China nas economias africanas diminuiu um pouco nos últimos cinco anos.

Segundo Xinying, alguns críticos argumentam que a China está mais focada em seus próprios interesses econômicos do que no desenvolvimento sustentável da África, e que a ajuda chinesa pode criar dependência e dívida insustentável nos países africanos. Além disso, há preocupações com relação aos direitos humanos, meio ambiente e corrupção em alguns projetos chineses na África. Por outro lado, defensores da atuação chinesa argumentam que a China está preenchendo uma lacuna deixada pelos países ocidentais e pelas instituições financeiras internacionais, e que a ajuda chinesa é mais flexível e adaptada às necessidades

dos países africanos. Eles também argumentam que a China está ajudando a construir infraestrutura e a promover o desenvolvimento econômico na África, o que pode beneficiar a longo prazo a população africana.

Em 4 de dezembro de 2015, o Presidente Xi Jinping fez um discurso na cerimônia de abertura do Congresso de Joanesburgo no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), propondo que uma nova parceria estratégica entre a China e África deveria ser elevada a uma “parceria estratégica e cooperativa abrangente”. Em setembro de 2018, a Reunião de Pequim do FOCAC manifestou que a China e África trabalhariam arduamente para criar uma comunidade mais próxima com um futuro compartilhado, o que apontava a direção para a perspectiva de desenvolvimento das relações China-África no novo período (Xinying, 2023).

Xinying também recorda que a cooperação comercial, e de investimentos entre China e África, vem sofrendo desgaste na opinião pública internacional. O autor chinês argumenta que grandes potências, com interesses na África, passaram a expressar preocupações com o que seria um neocolonialismo chinês na África, ou um esgotamento de recursos africanos pelos projetos chineses. Para Xinying, porém, tais acusações são reflexo do desconforto de haver um novo competidor disputando os mesmos recursos que antes estavam restritos aos atores mais poderosos do Ocidente.

Um exemplo dessa crítica coordenada, segundo Xinying, seria a propagação ocidental do conceito de *sharp power*<sup>34</sup>, claramente atacando o que seria uma relação cooperativa e amigável entre a China e o continente africano. Para os autores ocidentais críticos ao movimento chinês, tal aproximação com o continente africano se aproveitava da abertura de sistemas democráticos e da inércia cognitiva ocidental (Xinying, 2023).

Segundo Gieg, (2023), a China tem uma política externa voltada para a África que tem sido caracterizada por um forte foco na economia e no comércio, bem como por um grande investimento em infraestrutura e recursos naturais. No entanto, a China também tem sido criticada por sua abordagem "sem condições" e por seu envolvimento com regimes autoritários na África. A China também foi acusada de empregar uma "diplomacia da armadilha da dívida", que envolve a concessão de empréstimos a países africanos que não

---

34 *Sharp Power* como conceito é primeiro apresentado por Walker e Ludwig em um artigo de 2017. Para os autores, *sharp power* seria a forma de exercer influência sem usar *hard power*, mas não se restringindo ao tradicional *soft power*, que seriam conceitos ultrapassados usados pelo Ocidente (Walker e Ludwig, 2017). É usado para atacar a postura russa e chinesa, descrevendo o suposto uso de políticas manipuladoras e coercitivas por parte de estados autoritários para influenciar e minar os sistemas políticos dos países alvo.

podem pagar, o que pode levar a uma maior dependência da China e a futuras concessões políticas e econômicas.

Buscando reverter essa imagem, especialmente no público africano, Shinn e Eisenman (2023) recordam as diversas iniciativas chinesas de propaganda naquele continente. O foco chinês é cultivar relacionamentos positivos com as elites africanas e promover uma imagem da China como uma potência responsável e parceira de desenvolvimento na região. Dessa forma, a propaganda chinesa visa a influenciar a opinião pública, promovendo a narrativa de uma parceria "ganha-ganha" com os países africanos, destacando a superioridade de seu modelo político em comparação com a democracia liberal ocidental.

De modo geral, a presença chinesa na região tem sido vista como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico e social dos países da região, mas também tem gerado preocupações em relação à transparência e à sustentabilidade desses investimentos. Percebe-se que o gigante oriental tem buscado estabelecer parcerias com países da região, visando aumentar sua influência naquela sociedade e assegurar acesso a importantes recursos naturais. No entanto, a presença chinesa também tem sido descrita pelo Ocidente como ameaçadora, devido à falta de transparência em suas atividades e à possibilidade de que a China esteja buscando estabelecer uma presença militar permanente na região. Em síntese, a China tem buscado consolidar sua presença no Golfo da Guiné, com o objetivo de expandir suas oportunidades de extração de recursos naturais e reduzir a influência ocidental da região.

#### 4.3 - EUROPA

O continente europeu, ainda que mantendo uma forte aliança com o projeto ocidental unipolar, reconheceu o fim da supremacia geopolítica dos EUA. A 'Bússola Estratégica Europeia', publicada em 2022, ressalta o papel da OTAN em um mundo multipolar, cada vez mais instável, complexo e polarizado, cheio de desafios diversos (União Europeia, 2022a). Esse documento também sugere a formação até 2025 de uma força militar europeia de rápida intervenção e exorta os países membros a ampliarem seus investimentos em defesa. Além disso, a Bússola Estratégica publicada em 2022 reforça a intenção política de uma maior atuação geopolítica europeia.

Segundo o "Balanço Militar" do IISS (2023), o conflito na Ucrânia fez diversos países europeus reavaliarem as prioridades em defesa, deslocando o foco estratégico para o nordeste europeu. Na Conferência de Madri, realizada em junho de 2022, a OTAN concordou redefinir



seu modelo de força, aumentando os efetivos e propondo uma força de resposta mais robusta. O documento ainda pontua que muitas munições e equipamentos antigos foram destinados à Ucrânia e, agora, seria uma oportunidade de modernizar os arsenais e incrementar a interoperabilidade dos novos materiais dentro da OTAN.

Aliado a esse movimento de independência estratégica, observa-se uma crescente interação entre os países europeus e a região do Golfo da Guiné. Uma das iniciativas militares europeias na região, que tem apresentado resultados satisfatórios, é a Presença Marítima Coordenada. Esse projeto, iniciado em 2021, tem como propósito aumentar a capacidade europeia na região, apresentando-se como um parceiro confiável e um provedor de segurança, assegurando uma maior presença marítima e promovendo a cooperação internacional e a colaboração no mar (União Europeia, 2021b).

Por meio dessa iniciativa, navios de guerra europeus coordenam suas presenças de forma a manter o máximo de tempo possível uma patrulha na região, incrementando a segurança marítima e reforçando os interesses europeus. A iniciativa, que se integra aos esforços europeus para a região já em andamento, como a rede GoGIN e a YARIS, visa a reforçar a arquitetura de Yaoundé apoiando os esforços dos países do litoral africano. Segundo a própria UE, a iniciativa foi bem-sucedida e um projeto similar será implementado no noroeste do Oceano Índico (União Europeia, 2022b).

Apesar de existir uma grande coordenação de esforços pela União Europeia, optou-se por nominar essa seção como Europa para destacar que existem, simultaneamente, iniciativas independentes e individuais de alguns países europeus. Nesta dissertação, elegeu-se o projeto francês para representar tais iniciativas. A seguir, serão apresentados os principais aspectos econômicos, tecnológicos e militares da França, como exemplo dessa atuação europeia na Golfo africano.

Optou-se por exemplificar a atuação europeia no Golfo da Guiné usando a França, por uma questão meramente numérica. Outros países europeus, como o Reino Unido, Portugal, Itália, Espanha e Dinamarca vêm incrementando sua atuação na região. Mas, apesar disso, a França foi escolhida por concentrar mais laços históricos, econômicos e navais com a região de interesse. Além disso, a França é ex-metrópole de 14 países do Golfo da Guiné, a influência francesa ainda é relevante e merece o destaque

A França é uma das maiores potências europeias, com uma população de cerca de 67 milhões de habitantes, sendo a sexta maior economia mundial em termos de Produto Interno

Bruto (PIB). Segundo a Fundação Mediterrânea de Estudos Estratégicos (FMES), o PIB francês em 2021 foi de 2,7 trilhões de dólares. Os gastos com defesa têm ficado na ordem de 2% do PIB, a colocando em oitavo lugar mundial com um total de 55 bilhões de dólares em 2021 (FMES, 2022).

Como um ator global com territórios nas três frentes marítimas (Atlântico, Índico e Pacífico) e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, ela busca se afirmar como uma potência independente, capaz de fazer valer uma voz diferente no cenário internacional. Diferentemente dos Estados Unidos e do Reino Unido, a França rejeita uma postura de hostilidade sistêmica em relação à Rússia, à China e ao Irã. Ela tenta envolver seus parceiros europeus nessa estratégia, com um sucesso variável até o momento (FMES, 2022).

A França tem uma história de colonialismo e neocolonialismo na África, especialmente na região da África Ocidental, onde mantém uma forte presença militar e econômica. Atua na região do Golfo da Guiné, especialmente com Côte d'Ivoire, Gabão e Senegal, que são os seus principais aliados políticos e culturais na África. A França também tem relações com outros países da região, como Nigéria, Angola e Guiné Equatorial, buscando promover a estabilidade, a cooperação, o desenvolvimento e a francofonia.

Gieg (2023), argumenta que a França mantém laços estreitos com muitos países africanos, incluindo acordos de cooperação em segurança, comércio e desenvolvimento. A França também tem sido um importante fornecedor de ajuda externa para a África, especialmente em áreas como saúde, educação e desenvolvimento rural. No entanto, a presença francesa na África tem sido criticada por alguns por ser excessivamente intervencionista e por perpetuar relações neocoloniais.

Um aspecto interessante ao analisar o Golfo da Guiné é o histórico monetário das ex-colônias francesas. Mesmo após a independência, aqueles Estados africanos mantiveram a moeda colonial, o CFA, que havia sido estabelecida ainda em 1946. Herbst (2007) argumenta que as ex-colônias francesas decidiram manter a moeda pois estavam em situação econômica inferior aos vizinhos anglófonos. E, como para a França, era interessante continuar com esse controle monetário, ela acabou fornecendo incentivos para garantir o CFA na região. Um aspecto positivo relativo foi que, por não possuírem o controle da impressão de mais moeda, os países africanos tinham poucos problemas de inflação.

Um outro ponto importante, apontado por Herbst, foi a resolução da Organização da Unidade Africana<sup>35</sup> (OUA), já em 1964, que exigia o respeito pelas fronteiras existentes no momento da independência. Além de aceitar as antigas divisões feitas pelos europeus, a resolução restringia o direito a autodeterminação dentro dos novos Estados. Isso era importante para a manutenção do poder pelos novos governantes, uma vez que conviviam com diversos movimentos de minorias insatisfeitas em seus territórios. Na evolução daquela organização para a atual União Africana a mesma determinação de preservar as fronteiras foi mantida. Assim, todos se comprometiam a defender a soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados membros (Herbst, 2007).

Devido a esses fatores históricos, a França dispõe de elevada capacidade de influenciar a cultura e as normas no Golfo da Guiné, e vem usando seu *soft power* para promover a cooperação, a segurança e a francofonia na região. Por meio de organismos como a Organização Internacional da Francofonia (OIF), do Instituto Francês e das Embaixadas espalhadas nas antigas colônias, a França tem apoiado diversas manifestações culturais, artísticas, educacionais e científicas da região. Alguns exemplos são a como a Bienal de Dakar e o Festival de Cinema de Ouagadougou (Sagno, 2021; OIF, 2023).

No entanto, a França também enfrenta resistências, críticas e contestações na região, por causa da sua política externa, da sua intervenção militar, da sua exploração econômica e da sua ingerência política, que são vistas como formas de neocolonialismo, de paternalismo, de dominação e de interferência.

No que tange aos aspectos militares, cabe destacar que a França mantém efetivos no Senegal (Elementos Franceses no Senegal – EFS), Côte d’Ivoire (Forças Francesas na Côte d’Ivoire – FFCI) e Gabão (Elementos Franceses no Gabão – EFG). Na parte marítima, os franceses mantêm desde a década de 1990 um porta-helicópteros permanentemente posicionado no Golfo da Guiné, em uma operação chamada Corymbe, visando a garantir os interesses franceses e apoiar os países africanos na securitização marítima (Figura 10).

Além disso, ainda nos aspectos marítimos, a França tem conduzido o exercício bimestral African NEMO (*Navy Exercise for Maritime Operations*) que tem como objetivo treinar as marinhas africanas na operacionalização da arquitetura de Yaoundé e reforçar a interoperabilidade entre as marinhas e os MOC (*Maritime Operation Center*).

---

35 A OUA tornou-se União Africana em 2002 (Nota do autor).

Além desse exercício bimestral, a França conduz anualmente o Grand African NEMO que, desde 2018, é o maior exercício naval multinacional realizado no Golfo da Guiné, ultrapassando em complexidade a Obangame Express dos EUA. A edição de 2023 contou com 18 países africanos e 10 nações parceiras extrarregionais, operando 35 unidades navais, seis aeronaves e cerca de 3.000 militares. A Marinha do Brasil tem aceitado convites para participar dessa operação, enviando um meio naval para operar junto com o navio francês na costa oeste africana (França, 2023).

Figura 10 – Presença militar francesa no Golfo da Guiné.



Fonte: França, 2022.

Em resumo, a França tem uma longa história de envolvimento na região do Golfo da Guiné, que remonta ao período colonial. O país europeu tem estabelecido acordos econômicos e militares com as contrapartes da região, visando a aumentar sua influência na sociedade. A atuação francesa na securitização marítima tem sido marcada pela realização de exercícios militares e pela presença de navios de guerra. Tal esforço representa um papel importante na

luta contra a pirataria na região, por meio da realização de operações internacionais e da cooperação com países africanos. A França tem buscado consolidar sua presença no Golfo da Guiné, com o objetivo de expandir suas oportunidades de extração de recursos naturais e deslocar a influência de outros países na região, sejam eles ocidentais ou orientais.

#### 4.4 - RÚSSIA

Liu (2022) lembra que após o fim da antiga União Soviética, a política externa russa evoluiu de uma visão pró-ocidental, no início da década de 1990, para um pragmatismo de grande potência. Nessa evolução podemos vislumbrar o desejo russo de construir um sistema multipolar de relações internacionais (Rússia, 2000), reconhecendo o aspecto policêntrico da ordem mundial (Rússia, 2008). Para esse fim, pretende amalgamar os povos de língua russa em torno do projeto eurasiático. Embora não seja ainda possível mensurar os impactos que a invasão russa da Ucrânia terá neste projeto, é necessário analisar seus fundamentos ideológicos, para melhor compreender a atuação russa no Golfo da Guiné.

Segundo Blum e Jacichen (2015), as diversas escolas russas de geopolítica estão concentradas atualmente em duas grandes correntes de pensamento: os ocidentalistas e os eurasiáticos. Inicialmente, com as propostas ocidentalistas de Dimitri Trenin (2001), em consonância com Brzezinski (1997), a Rússia deveria ter aceitado que o seu papel histórico central na Eurásia deixou de existir, adaptando-se à inevitável globalização que ocorreu dos EUA. No entanto, com a sua crítica aberta ao sistema unipolar liberal, em seu famoso discurso de 2007, Vladimir Putin deixa claro que o projeto ideológico russo apoiar-se-á em bases diferentes daquelas do Ocidente (Putin, 2007).

Belmonte (2017) afirma que a corrente “eurasiática” seria aquela predominante no país. Os estudos etnográficos de Lev Gumilev (1912-1992) pautaram a ideia de que a Rússia não seria nem europeia nem asiática, mas algo único entre esses dois mundos (Bassin; Volkov, 2016). Nesse contexto, Vladimir Putin criticou a ordem mundial unipolar em 2007, durante discurso na Conferência de Segurança de Munique, afirmando que não haveria nenhum interesse, ou valor para a Rússia, na atual ordem liberal criada de forma hegemônica e unipolar pelos EUA (Fried e Volker, 2022)

De acordo com Kragh (2022), a “Política Externa Humanitária” da Federação Russa, emitida em 2022, aprofunda o caráter ideológico contido nas aspirações de Moscou. O

documento pretende defender os fundamentos dos valores tradicionais, culturais e familiares russos, considerado ameaçados pelos governos "neoliberais" ocidentais. A Federação Russa se apresenta, segundo seus próprios documentos oficiais, como uma defensora da moralidade, do humanismo e da espiritualidade, revelando uma ideologia peculiar em seu *soft power*.

Neste sentido, e talvez como símbolo da grande influência eurasianista, Putin (2022) fez um discurso altamente ideológico em setembro de 2022 durante a cerimônia de anexação das províncias ucranianas de Donetsk, Lugansk e Zaporozhye e Kherson. Naquele momento, além de denunciar o neocolonialismo ocidental liderado pelos EUA, Putin ecoou as críticas ao “globalismo cultural”. Assim, explorando uma alegada guerra cultural, a Rússia denota uma vontade geopolítica de afirmar seu próprio espaço e sua relevância hegemônica na estrutura de poder global, com base em seus próprios valores ideológicos e civilizacionais.

Em relação ao *modus operandi* russo, cabe frisar que a essa atuação internacional aparenta ser mais discreta velada. Traçando um paralelo com a guerra irrestrita proposta pelos dois coronéis chineses, vale a pena mencionar a guerra híbrida russa que sustenta que os meios não militares seriam mais eficazes na consecução de objetivos estratégicos e operacionais, em comparação ao uso da força convencional (Gerasimov, 2013). Fridman, Kabernik e Pearce (2019) ampliam o conceito, explicando a *Gibridnaya Voyna* que seria a extrapolação dessa doutrina para os níveis político-estratégicos. A presença do grupo mercenário Wagner na África pode ser um indicador dessa estratégia híbrida de atuação.

No que tange aos aspectos da dimensão *Altura*, observa-se que a Rússia possui uma população de 144 milhões de habitantes, a posicionando em décima na lista dos países mais populosos do mundo. Seu PIB, em 2021, foi de 1,5 trilhão de dólares, fazendo daquela federação a décima primeira potência econômica mundial. Seu orçamento de defesa é o quarto maior do mundo, tendo somado, em 2021, o valor de 65 bilhões de dólares (FMES, 2022).

A Rússia tem interesses na diversificação dos seus mercados de exportação de petróleo e gás, na projeção do seu poder militar e diplomático. Sua presença militar limitada, mas estratégica na região, lhe permite realizar exercícios militares, especialmente com Angola. Cabe destacar que, a interação militar entre Angola e Rússia é intensa, sendo um reflexo do período de independência e da guerra fria. A grande maioria dos equipamentos militares em serviço nas forças armadas angolanas são de origem russa. Quase a totalidade

dos oficiais gerais angolanos já realizaram pelo menos um curso na Rússia, ou em Cuba, e falam fluente russo e espanhol<sup>36</sup>.

Ramani (2023) fornece uma análise detalhada da relação entre a Rússia e Angola. A relação entre os dois países é multifacetada, abrangendo áreas como comércio, investimento, energia, mineração e defesa. A Rosneft, empresa russa de petróleo e gás, tem investido em projetos de exploração de petróleo em Angola, e a Lukoil, outra empresa russa de petróleo e gás, assinou um acordo com a Sonangol, a empresa estatal de petróleo de Angola, para modernizar as refinarias do país.

A Rússia também é um importante fornecedor de armas para Angola. Em 2019, Ramani discute que a Rússia entregou oito caças Su-30K à Força Aérea Angolana, e há planos para a compra de mais equipamentos militares russos. Além disso, ambos Estados têm cooperado em projetos de mineração. A empresa russa Alrosa, líder mundial em mineração de diamantes, tem uma parceria com a empresa estatal de mineração de diamantes de Angola, a Endiama, para explorar depósitos de diamantes no país.

A Marinha Russa realiza visitas regulares a Angola, tendo sido observada em 2017 na cidade de Luanda uma força tarefa de três navios de guerra russos atracados<sup>37</sup>.

A relação entre a Rússia e Angola também tem uma dimensão política. O presidente angolano, João Lourenço, visitou a Rússia em 2019 e se encontrou com o presidente russo, Vladimir Putin, para discutir questões de cooperação bilateral. Lourenço também elogiou a Rússia por seu papel na luta contra o apartheid na África do Sul e na independência de Angola (Ramani, 2023).

No entanto, Ramani também recorda que a relação entre Rússia e Angola também enfrenta desafios. Angola tem uma dívida significativa com a Rússia, e a queda dos preços do petróleo tem afetado negativamente a economia angolana. Além disso, a Rússia tem enfrentado críticas por seu papel na promoção de regimes autoritários em outros países africanos, o que pode afetar a percepção pública da Rússia pelos angolanos e por outros países africanos.

Ainda segundo Ramani (2023), a Rússia também tem aprofundado seus laços com a Guiné, incluindo o envio de PMCs (*Private Military Contractor*) como o Grupo Wagner. Em

---

36 O autor desta dissertação esteve em Luanda, Angola, por duas vezes em missão pela Marinha do Brasil, podendo constatar essas peculiaridades das forças armadas angolanas (Nota do Autor).

37 Observação do autor quando em missão em Angola durante a execução da Operação Obangame Express 2017.

abril de 2018, as relações de segurança entre Rússia e Guiné atingiram seu nível mais alto desde o fim da Guerra Fria, com a ratificação de um acordo intergovernamental de cooperação militar. A Guiné mudou de “apoiar” para “se abster” de resoluções da ONU que criticassem a conduta russa na Ucrânia e se recusou a endossar uma resolução da ONU sobre refugiados na Abecásia e na Ossétia do Sul, resultando na expansão da cooperação militar entre Rússia e Guiné.

Além disso, a Guiné solicitou assistência do Grupo Wagner para fortalecer os órgãos de segurança do regime e permitiu que os PMCs protegessem os investimentos da Rusal na Guiné. Isso permitiu que Moscou consolidasse a Guiné como seu parceiro mais forte na África Ocidental (Ramani, 2023). Além da Guiné, as parcerias da Rússia com outros países da África Ocidental não ganharam grande impulso. Ramani argumenta que a Rússia depositou suas esperanças em uma expansão da cooperação com a Côte d’Ivoire, que se mostrou frágil. A presença do presidente Alassane Ouattara na Cúpula de Sochi foi a primeira visita de um presidente marfinense à Rússia, e o otimismo cresceu em relação a um possível acordo de cooperação militar russo com a Côte d’Ivoire. No entanto, ambos países não alcançaram avanços significativos nas esferas de gás natural ou cooperação militar.

Uma segunda iniciativa russa foi com a Guiné-Bissau. Ramani (2023) menciona que em junho de 2019, a Rússia assinou um acordo de cooperação militar com a Guiné-Bissau, firmado pelos Generais Ibrahim Dahirou Dembele e Sergei Shoigu. No entanto, esse acordo não resultou em avanços significativos, e o plano de implantar PMCs na Guiné-Bissau foi posteriormente descartado. Portanto, apesar da assinatura do acordo, parece que a cooperação militar entre Rússia e Guiné-Bissau não se concretizou conforme o esperado. Essa situação ilustra a complexidade e os desafios envolvidos na construção de parcerias militares entre a Rússia e os países da África Ocidental, destacando que nem todos os acordos assinados resultam em avanços concretos na cooperação militar.

O embaixador da Nigéria na Rússia anunciou planos para assinar um acordo de cooperação militar com Moscou, e a Nigéria concordou em comprar doze helicópteros de ataque Mi-35 da Rússia. Além disso, foram feitos esforços para fortalecer os laços comerciais, com destaque para acordos no setor de energia, incluindo um memorando de entendimento com a Lukoil para a reforma das refinarias não funcionais da Nigéria (Ramani, 2023).

Em resumo, a Rússia tem buscado consolidar sua presença na região do Golfo da Guiné, com o objetivo de expandir suas oportunidades de extração de recursos naturais e



deslocar a influência ocidental. A estratégia russa na região é baseada em medidas assimétricas, como acordos de troca de armas por recursos, interferência em eleições e desinformação. A Rússia também tem se envolvido em securitização marítima, com a realização de exercícios militares e a presença de navios de guerra na região. Dessa forma, tem buscado consolidar sua presença no Golfo da Guiné, com o objetivo de expandir suas oportunidades de extração de recursos naturais e disputar espaço com os rivais ocidentais.

#### 4.5 - ÍNDIA

Nas últimas décadas, observa-se uma crescente revisão histórica da grandeza cultural, religiosa e geopolítica da Índia. A modernização sem ocidentalização, proposta por Narendra Modi (1950-) em 2013 (Khana, 2013), e cujo conceito também foi abordado por Huntington (2011), tem guiado os progressos econômico e sociais observados naquele país.

Como nos lembra Bhatia (2016), a visão atual do presidente Modi é muito mais ousada do que o seu antecessor e prevê maior relevância geopolítica para o seu país. Ela enfatiza de forma pragmática, realista e inteligente, o uso do poder baseado em conhecimento e na causa popular ou no *Yogakshema*<sup>38</sup> do seu povo. De forma similar ao projeto chinês de *Tianxia*, a Índia apresenta a sua própria visão milenar de comunidade internacional, definida como *Vasudhaiva Kutumbakam*<sup>39</sup>.

Nesse contexto, ao lançar inequivocamente as bases do *hard power*, com projetos espaciais, nucleares e cibernéticos, a Índia também procura exportar a sua influência através do *soft power* com sua comida, sua música, suas tecnologias e com a arte de Bollywood<sup>40</sup>, objetivando moldar a ordem internacional a seu favor (Blarel, 2012).

Ainda segundo Bhatia (2016), a política externa da Índia, após a revisão histórica ocorrida no país, tem sido bastante influenciada pelo tratado de Kautilya sobre política e o poder, intitulado “Arthashastra”. Escrito há cerca de 2.500 anos, esse documento seria, segundo Kissinger (2014), uma combinação de Maquiavel e Clausewitz e um guia prático para a ação dos governantes. Max Webber chega a dizer que, perto de Kautilya, Maquiavel seria inofensivo (Webber, 1978).

38 *Yogashema* significa uma fusão de paz, segurança e prosperidade (Nota do autor).

39 *Vasudhaiva Kutumbakam* significa, em sânscrito, que “o mundo é uma única família”. Essa definição consta em um dos versos védicos com data estimada em mais de 2.500 anos (Nota do autor).

40 Bollywood é um termo que remete à indústria de cinema de Bombai, existente desde os tempos coloniais indianos. O termo é uma alusão a indústria americana de cinema, sediada em Hollywood (Nota do autor).

Embora alguns críticos, como Iwanek (2020), argumentarem que haveria pouca adesão desse tratado aos desafios atuais, existem vários pesquisadores e atores políticos na Índia que reforçam a utilidade do Arthashastra. O Conselheiro de Segurança Nacional, Shri Shivshankar, defendeu a relevância das propostas de Kautilya, especialmente no contexto multipolar (Menon, 2014).

Embora o grau de influência de Kautilya seja uma questão de debate interno, pode-se observar que a atitude pragmática e realista da Índia projeta a nação para um papel cada vez mais relevante no cenário internacional. O não alinhamento definitivo é observável, por exemplo, ao analisar o comportamento da Índia em vários acordos internacionais. Embora associada aos interesses dos EUA contra o avanço chinês, participando da iniciativa QUAD<sup>41</sup>, permanece ativa no BRICS, que representa um contraponto à centralidade ocidental no campo comercial.

Outro fórum importante é o IBAS<sup>42</sup>, que visa a unir três nações em desenvolvimento que compartilham as mesmas características plurais de multiculturalismo, multiétnica e multirreligiosidade. Assim podemos perceber a disposição indiana em apresentar um projeto alternativo para a ordem mundial, baseada em aspectos específicos civilizacionais, como o mencionado *Vasudhaiva Kutumbakam*.

No que tange aos fatores da dimensão *Altura*, cabe mencionar que a Índia é uma das potências em ascensão, com uma população de cerca de 1,4 bilhão de habitantes, e, em 2022, a economia emergiu como uma das que mais cresce no mundo (Banco Mundial, 2023c).

Funeka (2023) argumenta que os investimentos indianos na África têm aumentado nos últimos anos. O autor destaca as relações comerciais indianas com Nigéria, Gana, Camarões e Côte d'Ivoire, como sendo as mais significativas. Para Funeka, a Índia tem interesse em expandir sua presença econômica na região, especialmente em setores como petróleo e gás, mineração e agricultura. Belemsogbo (2021) recorda que a Índia foi, em 2016, o maior destino das exportações da CEDEAO, mantendo uma média histórica oito vezes maior que a do comércio daquela comunidade econômica com o Brasil. Ainda assim, Belemsogbo argumenta que o Brasil é o terceiro destino das exportações da CEDEAO, logo atrás dos EUA.

---

41 QUAD: EUA, Índia, Austrália e Japão (Nota do Autor).

42 Índia, Brasil e África do Sul.

Alden e Verma (2016) relembram que a atuação indiana na África tem sido impulsionada pela crescente participação de empresas indianas no mercado africano. Desde a gigante automobilística Tata até diversas iniciativas de empresas menores, a expansão indiana ocorre de forma silenciosa e eficiente.

Shinn e Eisenman (2023) discutem que a Índia tem buscado fortalecer laços com os países da África Central e Ocidental, especialmente em termos de comércio, investimento e cooperação. Além disso, a Índia tem demonstrado interesse em expandir sua presença na região por meio de esforços de ajuda humanitária e desenvolvimento, incluindo a construção de infraestrutura como hospitais e escolas.

No entanto, é importante notar que a presença da Índia na África, em comparação com a da China, ainda é relativamente modesta, e a Índia enfrenta desafios significativos em sua tentativa de expandir sua influência na região. Bertz (2019) argumenta que a influência da cultura indiana no continente africano deve-se a diáspora dos povos indianos, especialmente no Leste e Sul africanos. Apesar desse movimento social histórico não ter chegado no Golfo da Guiné, mercadores libaneses introduziram filmes de Bollywood na década de 1950.

O sucesso, especialmente no norte da Nigéria e no Senegal, foi imenso. A influência na cultura nigeriana foi tamanha que o cinema da Nigéria começou a produzir filmes inspirados naquele estilo. Bertz relembra que a Nollywood, que é como o cinema Nigeriano ficou conhecido, tem superado Bollywood em audiência entre os nigerianos.

Segundo Gieg (2023), a abordagem da Índia para a África é influenciada por uma abordagem "economia em primeiro lugar", fortalecimento da política de segurança na região do Oceano Índico e engajamento mais ativo da diáspora indiana. Desde a liberalização econômica da Índia, os imperativos econômicos e as demandas do setor privado têm sido fortes forças motrizes em toda a política da Índia para a África.

A Índia é um dos principais importadores de petróleo do Golfo da Guiné, e busca diversificar as suas fontes de energia e reduzir a sua dependência do Oriente Médio. A Índia também tem interesses na segurança marítima, na promoção do comércio e do investimento, na cooperação sul-sul, e na afirmação do seu papel como potência emergente.

No que tange aos aspectos marítimos do Golfo da Guiné, cabe destacar que a Índia também procura contribuir para a securitização da região, enviando em 2023, pelo segundo ano consecutivo, um navio de guerra para o Golfo da Guiné (Kumar, 2023).

A Índia e o Brasil têm interesses comuns na África e têm buscado estabelecer parcerias estratégicas na região. Nesse sentido, foi criado em 2003 o IBSA, que é uma iniciativa de cooperação entre três países emergentes: Índia, Brasil e África do Sul. O objetivo do IBSA é promover a cooperação em áreas como comércio, investimento, ciência e tecnologia, cultura e cooperação em desenvolvimento entre os três países e com outros países em desenvolvimento, especialmente na África.

Gieg (2023) reforça que o IBSA enfrenta vários desafios em sua implementação, incluindo a falta de recursos e capacidades dos países membros para implementar projetos conjuntos. Além disso, o IBSA tem sido criticado por alguns por ser muito ambicioso em suas metas e por não ter conseguido cumprir muitas de suas promessas. A falta de coordenação entre os países membros também é um desafio, já que cada país tem interesses diferentes na região e pode não estar disposto a cooperar plenamente uns com os outros.

O IBSAMAR é uma iniciativa de cooperação naval entre Índia, Brasil e África do Sul, dentro do contexto do IBSA. O objetivo é promover a cooperação em segurança marítima entre os três países e com outros países da região do Oceano Índico. O evento envolve exercícios navais conjuntos, patrulhas conjuntas e intercâmbio de informações de inteligência. O IBSAMAR tem sido visto como uma forma de fortalecer a presença dos países membros na região e combater a pirataria e outros crimes marítimos (Índia, 2022).

A Índia vem despontando como uma das potências que visam a construir o reequilíbrio geopolítico da nova ordem mundial. Seus interesses estratégicos avançam no Golfo da Guiné, esbarrando no entorno estratégico brasileiro. Os diversos fóruns compartilhados entre Brasil e Índia reforçam a perspectiva de que ambos têm muito a ganhar se juntarem esforços.

#### 4.6 - BRASIL

Com as seções anteriores, percebe-se que as potências revisionistas desejam afirmar seu espaço no cenário internacional e, mais ainda, o fazem questionando os valores e princípios defendidos pela potência ainda em exercício. Tal disputa, invariavelmente, vem acarretando uma corrida por recursos e novos parceiros, podendo o Brasil e seu entorno estratégico serem palcos dessa rivalidade.

Ao analisar os projetos reformistas da ordem mundial, percebe-se que todos possuem um forte apelo civilizacional, fundamentado na própria identidade de seus povos. Tal projeto

será tão eficaz quanto for capaz de amalgamar, domesticamente, os diversos grupos políticos nacionais, incrementando a coesão e capacidade de implementar as mudanças necessárias. Nesse contexto, a China e a Rússia possuem maior vantagem em relação ao Brasil, EUA, Europa e Índia devido a seu sistema político mais centralizado e autocrático.

Assim, o desafio de coesão ocidental é também o desafio brasileiro e indiano no caminho de construir um projeto geopolítico endógeno, em um contexto democrático. A experiência recente na América do Sul representa bem essa dificuldade ideológica. Inicialmente pautada na coesão política em torno de um projeto bolivariano comum, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi criada em 2008 e conseguiu amalgamar 12 países da região. Porém, com a gradual alternância de poder e ascensão do conservadorismo, a UNASUL foi esvaziada e uma possível alternativa, o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), foi apresentada em 2019 pelos governos eleitos (Neto, 2020).

Como aparentam ser fortemente fundamentados em aspectos ideológicos e programáticos, ambos projetos podem permanecer fadados ao sucesso efêmero e alternado, em um contexto democrático polarizado. Uma possível alternativa, então, seria resgatar os aspectos pragmáticos do regionalismo histórico brasileiro, de forma a sublimar as dificuldades de coesão política presente na região e, assim, buscar uma análise supra-ideológica. Machado (2011) relembra que as prioridades do regionalismo brasileiro sempre foram a busca da pacificação regional, o abafamento das relações de rivalidade, a gestão compartilhada de recursos geoestratégicos e a defesa da região contra ameaças extrarregionais. Independente do projeto que conseguir se consolidar, caso sejam mantidas essas premissas históricas e realistas, pode-se inferir que seria possível a construção de um polo regional na América do Sul, desde que se alcance simultaneamente um crescimento econômico que o sustente.

Cabe destacar, entretanto, que apesar de o Brasil se beneficiar de uma unidade geopolítica regional, talvez seja possível exercer sua influência no resto do entorno estratégico independente dela. Assim, enquanto os vizinhos, e o próprio Brasil, ainda discutem democraticamente quais projetos ideológicos serão os propulsores da civilização latina, dada a potencialidade ímpar do Brasil, faz-se mister olhar, de forma pragmática, para além dos limites sul-americanos.

Nesse sentido, a Estratégia Nacional de Defesa de 2012, como relembra Dhenin (2021), já afirmava que o entorno estratégico deveria extrapolar a região sul-americana, incluindo “o Atlântico Sul, países limieiros da África e Antártica” (Brasil, 2012, p. 21). Como

recordam Figueiredo e Silva (2022), muito dessa visão estratégica, que enxerga além do horizonte observável da areia da praia, se deve à Therezinha de Castro (1930-2000) e sua contribuição para a projeção brasileira no continente antártico e no próprio Atlântico Sul.

Na década de 1970, os primeiros trabalhos de Therezinha de Castro são descortinados e os olhos geopolíticos brasileiros avançam sobre as águas do Atlântico Sul. Tendo como tema central a proposta de que o Brasil deveria se projetar no continente antártico, Therezinha de Castro insere, assim, o Atlântico Sul no debate geopolítico nacional (Castro, 1997).

Para Figueiredo e Silva (2022), nesse momento, aparecem de forma inédita os primeiros esboços do que seria o conceito de entorno estratégico brasileiro. Pela primeira vez, o objeto estudado, num contexto geopolítico, ia além do continente, além da frente marítima de Golbery, penetrando mar adentro. Como Mattos (2002) sintetizou, Therezinha de Castro destacou a importância estratégica de ocupar a Antártica, integrar o Cone Sul, se fazer presente na Bacia do Caribe e enfrentar os problemas amazônicos.

Após publicar diversos livros e artigos, além de atuar como conferencista e professora titular em algumas academias militares, Therezinha despertou o interesse acadêmico e político pelo entorno marítimo brasileiro. Esse olhar mais persistente para o oceano fomentou algumas iniciativas na região, destacando-se em especial a que tem potencial de aglutinar todo o Atlântico Sul (Figueiredo e Silva, 2022).

Na década de 1980, fruto do crescente enfoque dado ao oceano, tem-se a iniciativa brasileira da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Segundo Fonseca (1993), a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), em 1987, aprovou a criação da ZOPACAS, suscitando uma identidade regional ainda não explorada. Fonseca apresenta a reflexão de que os oceanos e mares aproximam os povos, enquanto florestas e cadeias montanhosas afastam e distanciam. O Atlântico Sul poderia servir, então, como fator de aproximação entre os Estados por ele banhados.

Finalizando seu argumento, Fonseca destaca que a distância entre Natal e Guiné-Bissau é de 3.500 quilômetros, enquanto a distância entre Natal e Rio Branco, no Acre, é de 4.400 quilômetros. A preocupação com as distâncias relativas, destacando a proximidade entre os dois continentes, e a necessidade de garantir uma região de paz foram o argumento utilizado para a construção da ZOPACAS, que nasce num contexto de Guerra Fria (1947-1991).

Myamoto (1987), afirma que compreender o contexto da Guerra Fria seria fundamental para entender por que o único voto contrário a criação da ZOPACAS na AGNU foi dos Estados Unidos da América. Havia, naquele momento, uma preocupação estadunidense de que a zona pudesse limitar a capacidade de atuação daquele Estado na região.

Ainda segundo Figueiredo e Silva (2022), o distanciamento dos EUA também se insere numa conjuntura de independência na política externa brasileira. Como pontuou Cervo (2011), ainda na década de 1970, o Brasil buscou estreitar os laços diplomáticos e econômicos com recém-criados Estados africanos independentes. Dessa forma, os esforços de exercer influência na região, atravessando o Atlântico, começam a se fazer mais presentes com a celebração de diversos acordos de cooperação técnico-científicos, além de fechar negócios na esfera comercial. Cervo (2011) destaca que, ao ser o primeiro Estado a reconhecer a independência de Angola, o Brasil deu claro recado ao mundo que havia reorientado sua política externa, naquele momento, para a África.

Embora o Brasil tenha iniciado sua inserção na África durante a disputa hegemônica bipolar, é importante ressaltar que a visão estratégica sobre o Atlântico Sul foi incorporada como uma visão de Estado, e não uma visão de governo. Isso significa que a preocupação ideológica dos EUA, ao votar contra a ZOPACAS, não foi compartilhada pelos demais Estados membros dessa Zona de Cooperação (Figueiredo e Silva, 2022).

De acordo com Edwards (2021), o governo Bolsonaro, por exemplo, deu a mesma importância ao projeto que os governos anteriores, apesar de serem de ideologias políticas opostas. Atualmente, após a retomada das reuniões ministeriais desse fórum, existe uma sinalização de que os países membros desejam fortalecer e robustecer essa iniciativa. Após 10 anos sem uma reunião, Cabo Verde sediou, em Mindelo, em a 8ª Reunião Ministerial da ZOPACAS. Ao todo 16 dos 24 Estados membros enviaram representantes e discutiram em conjunto soluções colaborativas e cooperativas (Brasil 2023a).

Visando a contribuir para esse processo de revitalização e fortalecimento da ZOPACAS, a Marinha do Brasil vem organizando diversos eventos, paralelos às reuniões ministeriais, oferecendo mais oportunidades de diálogo e cooperação. Destacam-se os seminários sobre segurança marítima e o Simpósio Marítimo da ZOPACAS, cuja primeira edição foi realizada de forma virtual em 2021 e a segunda de forma presencial em 2023, contando com representantes de diversos países-membros (Brasil, 2023a).

A percepção da sociedade brasileira sobre a importância do Atlântico Sul aumentou com o avanço dos estudos marítimos, o que levou a algumas iniciativas políticas para a região. O conceito de Oceanopolítica, por exemplo, introduzido pelo Almirante Ilques Barbosa Júnior em 2009, foi um vetor importante para a propagação da importância oceânica para o Brasil.

Esse novo conceito tem como objetivo distinguir a Geopolítica da Oceanopolítica, com a primeira surgindo no hemisfério Norte, continental, em um contexto de disputas terrestres na Eurásia, e a segunda surgindo no hemisfério Sul, oceânico, em um contexto de cooperação e interdependência. Barbosa Júnior (2009) cita algumas diferenças entre os oceanos e os continentes, como os ordenamentos jurídicos próprios, a influência meteorológica e os limites fronteiriços definidos apenas pelas interações de poder.

Atenta à relevância dos espaços oceânicos, e de forma a pôr em prática o proposto na teoria de Alfred T. Mahan<sup>43</sup>, sobre o poder marítimo, a Marinha do Brasil tem atuado em ilhas oceânicas e na costa da África com projetos de cunho diplomático. Destacam-se a Missão de Assessoria Naval em Cabo Verde e os Grupos de Assessoramento Técnico (GAT) na Namíbia e em São Tomé e Príncipe. Tais iniciativas, apontadas com cones amarelos na Figura 11, se mostram ainda mais importantes quando se analisa o Atlântico Sul e as ilhas oceânicas, destacadas em vermelho escuro.

---

43 Alfred Thayer Mahan (1840-1914), ao publicar a obra *The Influence of Seapower upon History, 1660-1783*, defendia que era necessário possuir pontos de apoio em locais estratégicos de forma a permitir a atuação da Marinha em regiões distantes das suas bases. (Mahan, 1890).



Figura 11 – Entorno Estratégico Brasileiro.



A linha amarela delimita o entorno estratégico, a linha preta delimita as águas sob jurisdição brasileira e a linha vermelha sinaliza as cadeias de ilhas britânicas do Atlântico Sul. Os “pontos de entrada” em amarelo são os locais com missões navais (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia, no sentido Norte para Sul).  
 Fonte: Figueiredo e Silva, 2022.

Os pontos em amarelo (Figura 11) foram denominados como “pontos de entrada”, pois são as iniciativas que permitem maior influência naval no continente. São através dessas iniciativas que tem sido possível estreitar os laços de camaradagem entre as Marinhas, contribuir para o treinamento militar africano e reforçar a presença do poder naval brasileiro naquele continente.

Na Namíbia a Marinha do Brasil vem ajudando a reestruturar a Marinha namibiana com um processo de cooperação iniciado ainda no final da década de 1990, após mais de duas décadas de conflitos que culminaram com a independência da Namíbia da África do Sul. Souza e Schwether (2014) recordam que a cooperação brasileira envolve a elaboração de uma carta náutica de aproximação do porto de Walvis Bay, intercâmbio de milhares de militares namibianos em escolas de formação no Brasil, a doação de meios navais brasileiros para a Marinha namibiana e o apoio na criação de um Corpo de Fuzileiros Navais no país africano.

Já em Cabo Verde, Violante (2021) destaca que a Missão Naval do Brasil em Cabo Verde foi criada em 2013 como parte de um esforço estratégico de fortalecer a ZOPACAS e a CPLP. Essa missão tinha como objetivos realizar o levantamento das reais necessidades da Guarda Costeira de Cabo Verde, elaborando proposta de acordo de cooperação, além de assessorar o Embaixador do Brasil em Cabo Verde nos assuntos afetos à Missão. Violante ainda recorda que no ano seguinte, em 2014, foi criada a Adidância de Defesa Naval, do Exército e da Aeronáutica em Cabo Verde.

Da mesma forma, em São Tomé e Príncipe, o Brasil assinou em 2010 um acordo de cooperação no âmbito da Defesa e, em 2014, criou-se o Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais além da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, com objetivos análogos à Missão Naval de Cabo Verde (Violante, 2021).

Essas três iniciativas, na Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ilustram a percepção brasileira da relevância estratégica da região. A atuação na Namíbia, ainda que fora da delimitação oficial do Golfo da Guiné, contribui indiscutivelmente para reforçar a atuação brasileira no litoral oeste africano. Além disso, em relação as missões navais brasileiras permanentes nas ilhas do litoral africano, Violante (2021) argumenta que Cabo Verde e São Tome e Príncipe representariam uma nova arquitetura de defesa brasileira para o Golfo da Guiné. Em sua pesquisa, Violante defende que ao incrementar sua interação com essas ilhas o Brasil poderia colaborar mais intensamente com o desenvolvimento regional sustentável dos oceanos. Violante relembra ainda, reforçando a relevância dos organismos regionais, que tal estratégia brasileira não pode ignorar a CEDEAO, CEEAC e o G7++ FoGG devido à importância política e econômica destes fóruns.

A ocorrência de ataques piratas e demais crimes no ambiente marítimo vem chamando a atenção da comunidade internacional para o Golfo da Guiné. A manutenção da boa ordem no mar é fundamental para que a fluidez de mercadorias e dados seja garantida. Por isso,

diversas iniciativas internacionais vêm sendo implementadas na região, conforme exposto nas seções precedentes. Nesse sentido, o Brasil tem contribuído com o esforço internacional de forma cada vez mais incisiva.

Conforme exposto anteriormente, a Marinha do Brasil tem participado da iniciativa americana nos exercícios Obangame Express. Para Figueiredo e Silva (2022), devido ao vulto dessa operação e, especialmente, devido ao convite que o Brasil recebeu para assumir o controle de uma das zonas de exercício, a Obangame pode ser vista como uma “ponte estratégica” para uma atuação brasileira mais efetiva no continente africano.

Da mesma forma, as constantes participações brasileiras na operação francesa Grand African NEMO reforçam o interesse do Brasil em incrementar a presença nacional naquela região africana. Tanto a iniciativa estadunidense, quanto a francesa, devem ser vistas como uma excelente oportunidade de reforçar laços profissionais e pessoais com as contrapartes africanas, além de permitir o estabelecimento de novos diálogos que podem descortinar possibilidades inéditas de cooperação.

De forma a não ficar estrategicamente dependente de iniciativas navais extrarregionais, o Brasil iniciou em 2021 a operação anual Guinex. Por meio dessa iniciativa, um meio naval da Marinha do Brasil realiza exercícios com as marinhas do Golfo da Guiné. Objetivando fortalecer laços de confiança e incrementar a interoperabilidade entre as marinhas, a operação também contribui com a segurança da região (Pereira e Santos, 2022).

Em todas as três edições da Guinex, de 2021, 2022 e 2023, o navio brasileiro manteve-se na região da CEDEAO, visitando Nigéria, São Tomé e Príncipe, Camarões, Côte d’Ivoire, Senegal e Cabo Verde. Percebe-se, assim, uma priorização brasileira em buscar uma maior aproximação com o ator mais relevante daquele contexto geopolítico. Seja ele a Nigéria a nível nacional, ou a CEDEAO a nível regional.

No que tange à relação entre a CEDEAO e o Brasil, cabe destacar que o Brasil poderia explorar os aspectos em comum que possui com aquele bloco e, em especial, as similitudes que a ‘Visão 2050’ da CEDEAO (2022) possui com a ZOPACAS. O objetivo comum de paz e prosperidade pode descortinar oportunidades para um intercâmbio de ideias e projetos entre a CEDEAO e a ZOPACAS, representando um potencial novo ponto de acesso brasileiro à região.

Nesse sentido, iniciativas como a ZOPACAS, que buscam garantir o espaço oceânico como um espaço pacífico, se justificam ainda mais. E, apesar de ser possível afirmar que a

proposta de pacificação da região foi exitosa, tal iniciativa não tem sido suficiente para impedir, por exemplo, que agentes perturbadores coloquem em risco o fluxo de mercadorias na costa africana.

Cabe lembrar, entretanto, que apesar de apresentar potencial de ser um ator regional, a ZOPACAS ainda não possui as características necessárias para representar um complexo regional de segurança (CRS), como descrito por Buzan e Wæver (2003). Estes autores, ao apresentarem a teoria dos CRS, defendem que são as ações efetivas dos atores envolvidos que definiriam os limites da região securitizada, e não somente discursos políticos. Nesse sentido, a proposta da ZOPACAS de ser uma região de paz e cooperação, sem interferência de potências extrarregionais, ainda permaneceria no nível de discurso e ações mais concretas se fazem necessárias para satisfazer os requisitos formulados por Buzan e Wæver.

Caso o Brasil decida por liderar essa construção de um CRS no Atlântico Sul é preciso lembrar o aprendizado com a experiência regional sul-americana, de que o pragmatismo supra-ideológico seria um pré-requisito ao sucesso geopolítico. Sugere-se um resgate à política externa brasileira, pragmática e independente, exercida na África na década de 1970 (Cervo, 2011), que poderia representar a chave a um projeto geopolítico regional sustentável num contexto multiplex.

Como forma de incrementar a atuação brasileira no Atlântico Sul, inicialmente colaborando com a securitização do Golfo da Guiné, pode-se questionar se a centelha de identidade regional sul-atlântica apresentada por Fonseca (1993) possuiria capacidade de unir esses povos em um projeto regional alternativo. Cabe a diplomacia brasileira definir se haveria interesse em explorar a estrutura existente da ZOPACAS para afirmar qual seria o papel brasileiro no seu entorno estratégico: o de líder regional sul-americano, ou um papel alargado de construtor de uma identidade sul-atlântica, alicerçado na estrutura já existente da ZOPACAS.

Indo além, como o centro geográfico do entorno estratégico vigente localiza-se no Oceano Atlântico, cabe ressaltar a relevância que o poder marítimo teria no papel geopolítico brasileiro. Assim, o desenvolvimento de um poder marítimo forte e robusto faz-se necessário para respaldar e sustentar um projeto de maior influência no entorno estratégico. Especialmente se tal projeto for incorporar a visão original da ZOPACAS, de que rivalidades e conflitos estranhos à zona devem ser mantidos fora do Atlântico Sul (ONU, 1986).

Assim, ainda que o uso de *soft power* seja, talvez, o meio mais eficaz de amalgamar os países da ZOPACAS, o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) (BRASIL, 2020b) delinea também o projeto de construção do núcleo do poder naval capaz de responder aos desafios potenciais na garantia dos interesses brasileiros no entorno estratégico.

Na mesma linha, a Estratégia de Defesa Marítima, publicada em 2023, estabelece como uma das prioridades estratégicas influenciar nas questões marítimas afetas ao Golfo da Guiné. Adicionalmente, descreve a necessidade de aumentar gradativamente a participação nas iniciativas marítimas interestatais no Golfo da Guiné, cooperando com os países africanos. Essa é uma prioridade estratégica do campo de atuação da Diplomacia Naval, sendo que os demais campos são Defesa Naval, Segurança Marítima e Apoio às Ações do Estado (Brasil, 2023b).

Cabe lembrar, adicionalmente, que a relação brasileira com a África vai muito além dos interesses marítimos. De acordo com Gieg (2023), o Brasil tem buscado expandir sua presença na África, especialmente em áreas como comércio, investimento e cooperação em desenvolvimento. O país tem se concentrado em estabelecer parcerias estratégicas com países africanos, especialmente aqueles que têm recursos naturais importantes. Além disso, o Brasil tem sido um importante fornecedor de ajuda externa para a África, especialmente em áreas como agricultura, saúde e educação.

Belemsogbo (2021) recorda que o Brasil tem diversificado bastante suas relações com o continente africano, estabelecendo cooperações como treinamento de médicos e feiras de comércio e cultura, como a quarta edição da FEAFRO organizada no Benin, em 2018, que promoveu a cultura afro-brasileira.

Na dimensão *Profundidade*, cabe destacar a penetrabilidade cultural que o Brasil tem no continente africano. Emissoras de televisão, igrejas pentecostais, artistas e possuem grande receptividade nos países africanos.

Gragnani (2021) destaca que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) conseguiu criar um verdadeiro império brasileiro na África. Iniciando suas atividades no continente em 1992, em Angola, hoje a igreja está presente em quase todos os países africanos, sendo que sua atuação é mais expressiva na África do Sul, Angola e Moçambique. Aproveitando o contexto de segregação e término de guerras civis, a Igreja apresentou-se como uma força unificadora, sendo aceita em diversas comunidades africanas.

Especificamente em Angola, a atuação da IURD estava abalada devido a desentendimentos internos e ao surgimento de uma ala reformista dentro dos membros africanos daquela organização. A crise foi tão significativa que levou o Governo Angolano a intervir, mediando um acordo entre a ala brasileira e a ala angolana da IURD. A decisão conciliatória promovida pelo Estado Angolano passou a reconhecer a liderança brasileira como a representante oficial da organização, que passou a ser chamada de Igreja do Reino de Deus em Angola (IRDA) (DW, 2023).

Outro fator de penetração cultural originária no Brasil, além da mencionada vertente religiosa pentecostal, são algumas emissoras de televisão. Por meio de empresas como a TV Globo ou a TV Record, programas brasileiros são assistidos por milhões de africanos, tornando-se um vetor de difusão cultural e uma das ferramentas de *soft power* nacionais.

Campos (2012) rememora o processo de internacionalização da TV Globo, destacando que foi o acesso à audiência portuguesa que facilitou a expansão para o continente africano. Durante o processo de independência, a medida que as novas nações criavam seus próprios canais televisivos, os programas brasileiros eram adquiridos para preencherem a programação. Atualmente, a base de assinantes do Canal TV Globo Internacional é majoritariamente africana.

Um dos setores brasileiros que mais tem atuado na região é o setor agrícola, com grande destaque para apoios de projetos de desenvolvimento da agricultura africana. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveu de 2010 a 2017 um projeto no Togo, reforçando a capacidade daquele Estado em realizar pesquisas agronômicas (ABC, 2018).

No mesmo período, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), contribuiu com um projeto similar no Senegal. E, da mesma forma, o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Brasília (IFB) auxiliaram o Benin em projetos de educação profissional e tecnológica na área de cooperativismo (ABC, 2018).

Ainda segundo a ABC, além dos projetos específicos sobre agricultura, o Brasil possui estreita relação com todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Segundo a ABC, atualmente existem projetos de cooperação técnica com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Os projetos abordam questões de saúde, educação, administração pública, meio ambiente, esportes, energia e segurança pública (ABC, 2024).

O Brasil, como país de dimensões continentais e com uma extensa costa atlântica, tem buscado compreender e definir o seu papel no cenário internacional, seja como líder regional ou como catalisador de uma identidade sul-atlântica ampliada. Essa busca, no entanto, enfrenta desafios e incertezas, especialmente em um contexto de oscilação política polarizada e crises econômicas, que podem afetar a capacidade de projeção de poder brasileiro no exterior.

Apesar de ainda não possuir um projeto geopolítico claro e definido, o Brasil formalizou oficialmente que possui interesses estratégicos no Atlântico Sul, que se estendem até o litoral africano, especialmente no Golfo da Guiné. Essa região, que abriga importantes recursos naturais, como petróleo, gás, minerais e biodiversidade, além de ser uma rota comercial e de comunicação vital, tem sido palco de diversas iniciativas brasileiras, que merecem destaque neste estudo.

A atuação brasileira no litoral oeste africano é complexa e abrangente, envolvendo diversas áreas de cooperação e de intercâmbio. Inicialmente, houve uma aproximação aos países recém-independentes de suas antigas metrópoles, buscando acesso aos novos mercados e visando a construção da terceira via internacional, baseada nos princípios de solidariedade, respeito à soberania e à diversidade cultural.

Alguns projetos brasileiros se destacam, especialmente nas parcerias de defesa e segurança, que visam contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento da região. As missões navais brasileiras na Namíbia, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde sinalizam para uma arquitetura inovadora de projeção de poder e de cooperação, que combina a transferência de tecnologia, o treinamento de pessoal, a assistência humanitária e a proteção ambiental.

Somam-se a isso as recorrentes contribuições na securitização marítima do Golfo da Guiné, tendo o Brasil enviado navios de guerra para participar dos dois maiores exercícios navais da região, Obangame e NEMO, além de iniciar a operação anual Guinex, totalmente independente. Esses eventos navais ganham maior relevância no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), um fórum que visa a fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os países-membros, bem como promover a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável na região.

Além dos aspectos de defesa e segurança, cabe ressaltar que o Brasil possui diversas outras possibilidades de aproximação com a sociedade africana, de forma a atuar também na dimensão *Profundidade*, que abrange os aspectos históricos, culturais, sociais e humanos das

relações. Organizações religiosas, de cooperação científica, empresas brasileiras contribuindo para o desenvolvimento estrutural da região e programas de TV, cinema e música brasileiros permeiam aquela sociedade, criando laços de identidade e de pertencimento.

No que tange ao cenário geopolítico, seja com a UNASUL, com o PROSUL ou com a ZOPACAS, pode-se afirmar que existe no Brasil um desejo político de maior relevância regional e uma busca por um papel mais ativo em seu entorno estratégico. No atual contexto competitivo e multiplex, as demais potências exigirão uma posição definitiva do Brasil, seja ela a de alinhamento ou a de afirmação de uma independência e autonomia regional.

Almeida e Bernardino (2013) lembram que apesar de ainda existirem vulnerabilidades, como por exemplo as instabilidades políticas de alguns Estados membros, a ZOPACAS ganhará relevância no contexto do Atlântico Sul e poderá influenciar a atividade da CGG, especialmente na vertente de segurança marítima e apoiando o desenvolvimento sustentado.

Pode-se sintetizar que o Brasil possui um passado de interesse na região, um presente de oportunidades e um futuro promissor, desde que consiga explorar ao máximo o seu próprio potencial. O Golfo da Guiné representa, para o Brasil, um espaço de afirmação e de inserção no cenário internacional, bem como de cooperação e de integração com o continente africano.

#### 4.7 - SOBRE A RIVALIDADE MULTIPLEX

A ordem mundial multiplex é caracterizada por uma maior diversidade e interdependência entre os atores globais, que buscam ampliar ou consolidar a sua presença e influência, utilizando diferentes meios e estratégias. Essa rivalidade transborda, também, para a região do Golfo da Guiné que tem uma relevância estratégica para o mundo, pois possui uma rica variedade de recursos naturais, culturais e humanos, bem como enfrenta e oferece importantes questões e possibilidades para a paz, a segurança e o desenvolvimento. Diante disso, vários agentes globais procuram aumentar ou fortalecer sua atuação e seu poder na região, empregando diferentes recursos e táticas. Soma-se a isso o fato de que cada vez mais a opção de impor os interesses com força bruta fica mais distante, representando um desgaste indesejável na competição internacional.

Imersos nesse contexto, estão os grandes atores geopolíticos que rivalizam entre si disputando espaço, recursos e poder. Este capítulo objetivou apresentar como os atores mais relevantes apresentam-se materialmente no Golfo da Guiné, representando o que Acharya



denominou de dimensão *Altura*. Ou seja, como suas capacidades econômicas, militares e tecnológicas são projetadas na região e como tais fatores interagem com os Estados africanos e com outros atores extrarregionais.

Cabe lembrar que os capítulos anteriores, empregando a abordagem multiplex, já descortinaram o mundo regional que é o Golfo da Guiné. Nas dimensões *Profundidade* e *Tempo* foi possível entender a evolução da região, sua organização em blocos econômicos e a complexidade crescente de suas estruturas, relações e organismos. Apesar das diferenças culturais e históricas, a região vem se consolidando em dois blocos geopolíticos, dividido geograficamente os interesses e soluções: CEDEAO e CEEAC.

Posteriormente, uma terceira dimensão de Acharya foi analisada e a sociedade daquela região pôde ser melhor compreendida. Na dimensão *Profundidade*, procurou-se apresentar os atores não estatais que possuem influência no Golfo, abordando tanto os atores econômicos quanto os violentos e as organizações criminosas. Essa visão holística, associada a uma compreensão maior da cultura da região, permite esboçar um panorama geral do ambiente social viabilizando melhores estratégias de influência.

Após apresentar a região e compreender sua dinâmica social interna, este capítulo jogou luz à rivalidade material extrarregional e como ela interage com os fatores previamente analisados. Sendo assim, A proposta Multiplex de Acharya permitiu uma abordagem diferenciada à rivalidade entre as grandes potências, fornecendo novos pontos de vista ou diferentes oportunidades de atuação.

Inicialmente, observa-se que com a aproximação de diversos atores extrarregionais simultaneamente, os Estados africanos do Golfo da Guiné não apresentam uma orientação estratégica clara ou estável em relação às alianças. Há uma diversificação de parcerias com EUA, Europa, China, Rússia, Índia e Brasil. Assim, os Estados africanos variam conforme os interesses específicos e as oportunidades apresentadas. Compreende-se que essa característica pode ser uma chance para o Brasil explorar, como será mostrado a seguir.

Cabe ressaltar que uma atuação mais eficaz brasileira nessa região depende de uma ampla compreensão do ambiente, atores, história, culturas e valores. E como essas variáveis se relacionam com os atores extrarregionais, estatais e não-estatais, cada vez mais presentes na região. A partir dessa compreensão, estratégias consistentes podem ser traçadas.

Alguns Estados europeus interessados em preservar suas relações comerciais com suas antigas colônias, esforçam-se para se manterem ativos na região. Além deles, os EUA buscam

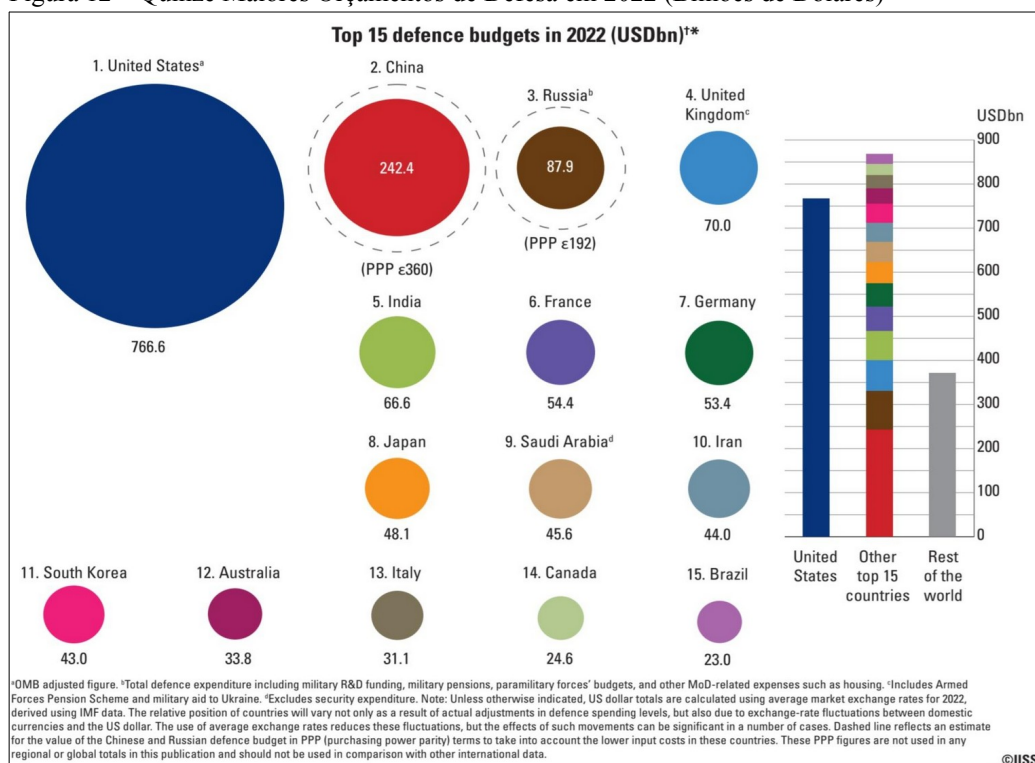
ampliar a segurança territorial africana motivados pelo combate ao terrorismo e à pirataria, garantindo acesso aos recursos naturais africanos. Para isso, oferecem diversos apoios militares em treinamento e auxílios financeiros, além de estimular os organismos de governança regional, criando um ambiente favorável à atuação de suas empresas e corporações. Percebe-se, ainda, um interesse crescente de atores não atlânticos na região, como China, Rússia e Índia, sendo que a atuação chinesa é a que mais se sobressai.

Neste capítulo, objetivou-se descrever a rivalidade presente no Golfo da Guiné, no que tange aos atores extrarregionais. A atuação desses atores se reflete tanto na dimensão *Profundidade* quanto na *Altura*. Apesar de existirem diversos atores internacionais com interesses na região, alguns se destacam e foram objeto dessa dissertação: EUA, China, Europa (França), Rússia, Índia e Brasil.

Em relação à dimensão *Altura*, apresenta-se a seguir uma compilação produzida pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (*International Institute for Strategic Studies-IISS*), que concentra os quinze maiores orçamentos de defesa de 2022. Percebe-se na Figura 12 que existe uma grande disparidade entre os orçamentos de defesa dos EUA em relação ao resto do mundo. Tal diferença reflete-se em maior capacidade de projeção material no Golfo, conforme exposto acima.

Importante destacar que o orçamento concentrado de toda a Europa representou, em 2022, 335 bilhões de dólares. Caso esse movimento de independência estratégica europeia continue, ela pode se tornar um ator bastante relevante no cenário africano. Especialmente quando se compara com o orçamento chinês no mesmo ano, que ficou em 242 bilhões de dólares (IISS, 2022).

Figura 12 – Quinze Maiores Orçamentos de Defesa em 2022 (Bilhões de Dólares)



Fonte: IISS, 2022.

Ainda relacionado com aspectos de defesa, cabe destacar que diversos atores extrarregionais possuem bases militares no continente africano. Essas forças preposicionadas estão ilustradas na Figura 13 e sinalizam o transbordamento da rivalidade da dimensão *Altura*, em ações práticas no terreno. Optou-se por não identificar as missões navais brasileiras uma vez que essas são somente representações ou atividades de treinamento e não representam uma força com capacidade de atuação no Golfo da Guiné.

Figura 13- Presença Militar Extrarregional na África.



Fonte: Sbmintel, 2023.

Conforme exposto, os EUA estão preocupados com o aumento da influência da China na África, especialmente na região do Golfo da Guiné, que é rica em recursos e importante para a segurança marítima. Os EUA defendem a transparência, a boa governança e os direitos humanos em suas relações com os países africanos e criticam a China por não seguir esses princípios. Os EUA também usam vários meios, como a USAID, exercícios militares e acordos econômicos, para fortalecer sua presença e seus interesses na região e para combater as ameaças dos grupos extremistas e da China.

Já em relação ao gigante asiático, cabe reforçar que a China vem explorando novas estratégias de propaganda na África, que visam a criar uma imagem positiva do país e de seu

modelo político, bem como a fortalecer seus laços econômicos e diplomáticos com os países africanos. Tal esforço é fruto de narrativas ocidentais que apresentam as iniciativas chinesas como uma ameaça à ordem mundial e à segurança na região do Golfo da Guiné. Assim, a China sinaliza que tem como objetivo aumentar seu acesso aos recursos naturais da região e diminuir a influência ocidental, consolidando suas relações com a região.

Orbitando essa disputa hegemônica sino-americana, Europa, Rússia, Índia e Brasil também possuem projetos e interesses para a região. A Europa tem várias iniciativas na região do Golfo da Guiné, tanto no contexto da União Europeia, quanto individualmente por seus Estados-membros. A França se destaca por sua longa trajetória de envolvimento na região e tem feito acordos econômicos e militares com os países locais, buscando aumentar seu poder e influência. Ela também tem atuado na segurança marítima, com exercícios militares e presença de navios de guerra. A França quer fortalecer sua presença no Golfo da Guiné, para ter mais acesso aos recursos naturais e demarcar seu espaço, dentro do contexto de reduzir o poder de outros países na região, tanto do Ocidente quanto do oriente.

Da mesma forma, a Rússia quer fortalecer sua presença no Golfo da Guiné, para ter mais acesso aos recursos e mercado africanos, competindo com o poder do Ocidente. Para isso, usa estratégias assimétricas, como trocar armas por recursos, além de ser acusada pelo Ocidente de interferir em eleições e espalhar desinformação. Alguns Estados africanos possuem uma relação estreita com a Rússia e representam pontos de apoio potenciais daquela potência eurásiana. Destacam-se, nessa categoria, Angola, Mali, Guiné e República Centro Africana. Assim, busca garantir sua presença no Golfo da Guiné, para explorar mais os recursos naturais e competir com os inimigos ocidentais.

Por outro lado, um país que também se apresenta como uma alternativa ao Ocidente, porém mantendo-se próximo desse é a Índia. Ela deseja estreitar os laços com os países da África Central e Ocidental, principalmente no que se refere a comércio, investimento e cooperação. Também é uma das maiores compradoras de petróleo do Golfo da Guiné, procurando diversificar sua matriz energética e diminuir sua dependência do Oriente Médio. No que diz respeito aos aspectos marítimos do Golfo da Guiné, é importante ressaltar que a Índia também busca colaborar para a securitização da região, enviando em 2023, pelo segundo ano seguido, um navio de guerra para o Golfo da Guiné. A Índia está se destacando como uma das potências que querem construir o reequilíbrio geopolítico da nova ordem mundial. Seus interesses estratégicos avançam no Golfo da Guiné, entrando em possível

sintonia com o desejado para o entorno estratégico brasileiro. Os vários fóruns compartilhados entre Brasil e Índia reforçam a visão de que os dois têm muito a ganhar se unirem esforços.

Por fim, o último país escolhido nessa análise foi o Brasil que tem uma atuação complexa e abrangente no litoral oeste africano, com várias áreas de cooperação e de intercâmbio. Ao se aproximar dos países que se libertaram de suas antigas metrópoles, o Brasil buscava novos mercados e visava a construir uma terceira via internacional, baseada na solidariedade, no respeito à soberania e à diversidade cultural.

O Brasil também participa da securitização marítima do Golfo da Guiné, enviando navios de guerra para exercícios navais na região. Esses eventos navais são importantes no contexto da ZOPACAS, um fórum que quer fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os países-membros, e promover a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável na região.

O Brasil também tem outras possibilidades de se aproximar da sociedade africana, atuando nos aspectos históricos, culturais, sociais e humanos das relações. Organizações religiosas, de cooperação científica, empresas brasileiras e programas de TV, cinema e música brasileiros estão presentes naquela sociedade, criando laços de identidade e de pertencimento.

No cenário geopolítico, o Brasil demonstra um desejo político de maior relevância regional e um papel mais ativo em seu entorno estratégico. No contexto atual competitivo e multiplex, o Brasil terá que definir sua posição, seja de alinhamento ou de afirmação de sua independência e autonomia regional. O Brasil tem um passado de interesse na região, um presente de oportunidades e um futuro promissor, se conseguir explorar ao máximo o seu próprio potencial. O Golfo da Guiné é, para o Brasil, um espaço de afirmação e de inserção no cenário internacional, e de cooperação e de integração com o continente africano.

Especificamente em relação a securitização marítima, Okafor-Yarwood e Onuoha (2023) criticam a atuação extrarregional na costa ocidental africana. Para eles, a motivação de securitizar as águas do Golfo da Guiné acaba concentrando muito esforço no combate à pirataria e negligenciando outros desafios igualmente relevantes. Os autores mencionam a pesca ilegal, a poluição ambiental por derramamento de óleo como outros grandes desafios que acabam recebendo baixa atenção por não estarem relacionados com a garantia da segurança para a exploração de hidrocarbonetos, principal enfoque dos atores extrarregionais. Para Okafor-Yarwood e Onuoha, a segurança marítima só será garantida quando os governos africanos e seus parceiros extrarregionais dedicarem o mesmo nível de atenção e recursos ao enfrentamento da pirataria, pesca ilegal e poluição marítima.

Ainda assim, de modo geral, Affonso e Valença (2023) argumentam que as estratégias de cooperação internacional podem auxiliar no combate aos problemas de insegurança da região. Os autores destacam como os exercícios Obangame Express e a Felino são exemplos de cooperação de sucesso dessa área temática.

Destaca-se também que, por haver uma competição por recursos em um contexto de rivalidade elevada e baixa cooperação, a atuação extrarregional é por vezes conflitante e desorganizada. Observa-se, assim, uma sobreposição de iniciativas, uma redundância de esforços e uma dificuldade de priorização por parte dos países apoiados no litoral. Como consequência, algumas nações conseguem somar esforços e realizar parcerias de forma a atuar de forma mais efetiva na região. E, da mesma forma, algumas rivalidades pontuais entre grandes potências podem refletir em uma competição também no continente africano.

Gieg (2023) defende, por exemplo, que França e Índia têm interesses comuns na África e têm buscado estabelecer parcerias estratégicas na região. A França tem uma presença significativa na África francófona, enquanto a Índia tem se concentrado em expandir sua presença na África anglófona. Ambos os países têm buscado expandir sua presença na região do Oceano Índico, que é vista como uma parte importante de suas estratégias de segurança marítima. A França e a Índia também têm buscado cooperar em áreas como comércio, investimento e desenvolvimento, incluindo por meio do estabelecimento do Fórum de Cooperação Índia-África (FCIA).

Por outro lado, a competição entre Índia e China por influência na África tem se intensificado nos últimos anos. Ambos os países têm buscado expandir sua presença na região, principalmente por meio de investimentos em infraestrutura, comércio e cooperação em segurança. A China tem sido o maior investidor em infraestrutura na África, financiando projetos de grande escala em todo o continente.

A Índia, por sua vez, tem se concentrado em investimentos em setores como agricultura, saúde e educação, além de fornecer assistência técnica e financeira para projetos de desenvolvimento. Ambos os países têm buscado estabelecer parcerias estratégicas com países africanos para garantir o acesso a recursos naturais e expandir sua influência política na região. A competição entre Índia e China por influência na África é vista como uma parte importante da rivalidade geopolítica entre os dois países (Gieg, 2023).

Como reflexo dessa rivalidade multiplex, no que tange à relação do Golfo com atores extrarregionais, percebe-se um não alinhamento estratégico claro ou estável. Existe uma

diversificação de parcerias entre os países da região e EUA, Europa, China, Rússia, Índia e Brasil. Dessa forma, os Estados africanos oscilam dependendo de interesses específicos e oportunidades apresentadas. Entende-se que essa característica pode ser uma oportunidade para o Brasil explorar, mantendo-se consciente do caráter multiplex da região.

Indo além, o estudo das capacidades materiais permite afirmar que EUA e França são os atores mais presentes e mais relevantes no que tange aos aspectos militares. A China desponta no quesito economia, com pesados investimentos na região, angariando apoios locais por meio do desenvolvimento e de obras de infraestrutura.

Da mesma forma, porém em nível mais baixo de atuação, Índia e Rússia disputam espaço geopolítico na região, buscando assegurar recursos naturais e mercados consumidores. A aproximação russa oferece uma contrapartida aos Estados que buscam afastar-se da influência neocolonial europeia. Conforme exposto neste capítulo, as estratégias russas apoiam-se em ferramentas híbridas, com a presença de PMCs e denúncias de manipulação no ambiente informacional.

É nesse cenário de rivalidade multiplex que o Brasil também procura se fazer presente e relevante no Golfo da Guiné. Conforme apresentado neste capítulo, apesar de estar ainda aquém das capacidades materiais de atores como EUA, França e China, o Brasil possui fatores favoráveis para uma atuação mais efetiva na região. Primeiro, alguns Estados do Golfo dividem espaço com o Brasil em outros fóruns e organismos regionais. A ZOPACAS e a CPLP, por exemplo, são exemplos de espaços de diálogo e de aproximação em que o Brasil pode colocar-se como uma liderança, expondo sua visão para a região sem ter que disputar atenção com outros atores extrarregionais.

Um segundo ponto que merece atenção é a relevante penetração cultural que o Brasil construiu na região ao longo das últimas décadas. Seja com programas de TV e artistas diversos, seja com movimentos religiosos, a sociedade brasileira possui diversas ramificações no território do Golfo da Guiné que podem ser instrumentalizadas para reforçar um projeto estratégico naquela região. Além disso, a crescente cooperação técnica com os países africanos reforça os laços de camaradagem e incrementa as relações entre as duas sociedades.

Por fim, a arquitetura de defesa brasileira (Violante, 2021), mantendo missões navais em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia, sinaliza para uma aproximação de sucesso entre as duas margens do Atlântico Sul. Esses pontos de entrada em terra, associados à crescente presença naval brasileira nas águas do Golfo, reforçam a prioridade estratégica dada



pelo Brasil ao Entorno Estratégico. Mais ainda, o esforço anual da autóctone Operação Guinex sinaliza uma compreensão correta de que uma aproximação com CEDEAO e especialmente com a Nigéria são cruciais para os projetos brasileiros.

Conclui-se então que uma atuação mais efetiva brasileira nessa importante região depende de uma abrangente compreensão do ambiente, atores, história, culturas e valores. E como essas variáveis se relacionam com os atores extrarregionais, estatais e não-estatais, cada vez mais presentes na região. A partir dessa compreensão, estratégias sólidas podem ser traçadas.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ABORDAGEM MULTIPLEX

Esta dissertação buscou olhar para uma importante região do planeta, o Golfo da Guiné, de uma forma diferente. A lente de leitura escolhida sugere uma multidimensionalidade na dinâmica regional, fornecendo uma visão em camadas que navega pelas variáveis mais importantes ali presentes. Para este trabalho, a lente escolhida foi a lente multiplex.

Observa-se, hoje, um processo de rearranjo de poder global, com novas potências revisionistas se elevando em capacidades materiais e culturais, para exigirem seu espaço na futura ordem mundial em construção. Esse rearranjo de poder aconteceria independentemente de haver ou não um declínio das potências ocidentais. Seriam os novos atores que, alcançando um *status* que lhes permita opinar na governança global, apresentariam suas próprias versões de ordem mundial e de prosperidade.

Essa simultaneidade de versões civilizacionais estaria disputando espaço em uma multipolaridade que não se assemelha a já experimentada no final do século XIX e primeira metade do século XX. Mais ainda, esse processo produziria um novo rearranjo plural que não seria explicável por nenhuma das teorias de Relações Internacionais do passado (Acharya e Buzan, 2019).

Acharya (2018a) argumenta que essas propostas civilizacionais coexistiriam em um contexto que, metaforicamente, é similar a um cinema multiplex. Diversos projetos estariam buscando “alcançar audiências”, simultaneamente. Nesse contexto, os “grandes produtores” já consagrados exporiam seus “sucessos de bilheteria” lado a lado com pequenos “produtores independentes”. Ocorre que, como em um cinema, a audiência pode livremente optar por elevar um filme independente ao *status* de sucesso de bilheteria. Assim, a consagrada ordem liberal ocidental começa a disputar espaço com versões alternativas da China, da Índia, da Rússia e, futuramente segundo projeções econômicas, da Indonésia, da Nigéria, do Egito, do Paquistão e do próprio Brasil.

Mais ainda, na proposta multiplex, essa redistribuição de poder ocorreria imersa em uma teia de relacionamentos e interdependências sem precedentes. Atores não estatais, organismos internacionais e regionais, organizações não governamentais, fundações filantrópicas, *big techs*, grandes investidores, movimentos sociais transnacionais, ideologias e organizações criminosas passam a influenciar em graus variados na governança global.

Nesse contexto complexo e disputado, Acharya argumenta que as regiões terão um papel relevante no cenário internacional. Orbitando potências em ascensão, ou simplesmente estruturadas em blocos vigorosos, Acharya as considera como “mundos regionais” devido a grande relevância que terão no novo rearranjo geopolítico.

Um dos exemplos mais interessantes de “mundo regional”, e que talvez seja um dos que mais concentre a complexidade do cenário atual, é o Golfo da Guiné. A região reflete a diversidade e a pluralidade contemporâneas, possuindo uma configuração política e social ampla, com Estados soberanos, organizações regionais ativas e uma crescente interdependência econômica e estrutural.

Devido a uma série de fatores, esse Golfo é palco de uma disputa multiplex entre as grandes potências, sendo possível observar como as versões ocidentais e orientais de progresso competem pela “audiência” africana. Ao mesmo tempo, a estruturação organizacional em comunidades econômicas, como a CEDEAO e a CEEAC, despertam a região para a possibilidade de construção de uma versão africana própria e independente.

Esse Golfo é importante, também, para o Brasil por diversas razões econômicas e estratégicas. A região é rica em recursos naturais, como petróleo, gás natural, minerais e pescado, que são interessantes para a economia brasileira. Além disso, o Golfo da Guiné é uma área de grande importância geopolítica devido à sua localização estratégica, suas rotas marítimas e seu potencial para o comércio internacional. O Brasil, ao declarar formalmente seu entorno estratégico, estabelecendo o limite oriental exatamente na margem oeste do litoral africano, projeta-se, inexoravelmente, para uma aproximação com o Golfo da Guiné.

Assim, o interesse brasileiro em fortalecer sua presença nessa região visa a expandir suas relações comerciais, garantir o acesso a recursos naturais, promover a segurança marítima e contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento. A proximidade cultural e linguística com os países lusófonos da região também facilita a cooperação e o intercâmbio entre o Brasil e os Estados do Golfo da Guiné.

Esta dissertação procurou revisitar essa importante região estratégica, apresentando uma abordagem alternativa que contribua para sua melhor compreensão. Mais ainda, com a ferramenta cognitiva escolhida, espera-se ter sido possível fornecer uma visão holística da miríade de atores e variáveis complexas que formam aquela importante região africana.

Ao utilizar a proposta analítica multiplex de Amitav Acharya para compreender as relações internacionais na região do Golfo da Guiné, destacou-se a importância de ir além das

análises tradicionais de poder e política internacional. Dessa forma, descortinou-se uma visão mais complexa e integrada que considera as várias dimensões das relações ali presentes.

Essa abordagem multiplex enfatiza as conexões entre as dimensões do poder e destaca a importância da multipolaridade na análise das relações internacionais, explorando a dinâmica regional e considerando a influência dos atores africanos e extrarregionais. Ao dividir a análise em quatro dimensões - *Comprimento, Tempo, Profundidade e Altura* - Acharya busca oferecer uma visão abrangente e aprofundada das interações geopolíticas no Golfo da Guiné, considerando aspectos históricos, geográficos, culturais, sociais, econômicos e políticos.

Na abordagem multiplex, o *Comprimento* aborda a geografia da região, sua localização estratégica, recursos naturais e características físicas. Nessa dimensão, são explorados os principais organismos regionais e sua contribuição para a construção do “mundo regional” do Golfo da Guiné, ressaltando a importância da cooperação e governança para enfrentar os desafios e promover o desenvolvimento sustentável.

Já a análise da dimensão *Tempo* revela uma síntese histórica, desde os períodos coloniais até os dias atuais, evidenciando processos de independência, revoluções e iniciativas de integração que moldaram o mundo regional do Golfo da Guiné. Essa perspectiva histórica permite compreender as tendências políticas, e tendências de integração, que orientarão o futuro da região.

Por outro lado, um estudo da *Profundidade* refere-se a normas, valores, identidades e culturas que permeiam as relações internacionais, mergulhando no tecido social de interesse. Nessa dimensão, analisa-se como as ideias, crenças e práticas sociais influenciam o comportamento dos atores e moldam as dinâmicas globais.

Por fim, a *Altura* concentra-se no poder material dos atores, incluindo sua capacidade econômica, militar e tecnológica. Permite, assim, uma análise das hierarquias de poder e das capacidades dos atores para influenciar e moldar as relações internacionais.

Essas quatro dimensões são interconectadas e complementares, permitindo um olhar mais abrangente e aprofundado das relações regionais. Ao considerar o *Comprimento, Tempo, Profundidade e Altura*, a abordagem multiplex de Acharya busca captar a complexidade e a diversidade das interações entre os atores globais, regionais e locais, oferecendo *insights* valiosos sobre os desafios e oportunidades presentes no cenário internacional.

De forma a desenvolver essa dissertação, optou-se por dividir o trabalho em seis seções. Após uma seção introdutória, dedicou-se o primeiro capítulo para explicar a abordagem multiplex e como se daria o estudo dividido em quatro dimensões de análise, definindo uma metodologia para a aplicação da proposta de Acharya.

No segundo capítulo as dimensões *Comprimento* e *Tempo* foram condensadas permitindo contextualizar a região em sua plenitude. Mais ainda, ao incluir a dimensão *Tempo* no estudo do *Comprimento*, objetivou-se demonstrar como aquele Golfo encontra-se em processo de constante evolução de seu regionalismo.

Assim, após um breve panorama geográfico, sinalizou-se para a complexidade de interesses, recursos e características que permeiam a região. Nigéria e Angola, devido a suas grandes reservas de hidrocarbonetos e sua proeminência econômica em relação aos demais, destacam-se dentre os países do Golfo. Ainda assim, é a Nigéria que se apresenta como líder regional pela sua posição estratégica central, por possuir as maiores reservas de hidrocarbonetos e maior população. Tal proeminência tem se materializado na liderança que esse país tem exercido nos diversos organismos regionais e fóruns do Golfo da Guiné.

No que tange ao processo de integração regional, ficaram evidentes algumas dificuldades, como a diversidade cultural, linguística e política, as diversas organizações menores que atuam em camadas sobrepostas de governança e a dificuldades de infraestrutura e de recursos financeiros. Especificamente no que tange à diversidade cultural, cabe destacar que a região abriga inúmeros grupos étnicos, que falam diversas línguas diferentes, além de uma variedade de religiões, como cristianismo, islamismo, animismo e outras crenças tradicionais. Soma-se a isso o fato de que o Golfo possui uma diversidade de sistemas políticos, que vão desde democracias consolidadas até regimes autoritários.

Ainda assim, procurou-se demonstrar que, superando gradualmente os obstáculos citados acima, a região possui várias organizações relevantes, autóctones ou extrarregionais, que vêm atuando em diferentes áreas temáticas e geográficas, como a CEDEAO, a CEEAC, a CGG, o G7++ FoGG e a CPLP. Essas organizações muitas vezes têm objetivos similares ou complementares, mas também têm agendas distintas ou concorrentes. Essa situação pode incrementar positivamente ou dificultar a coordenação, a harmonização e a cooperação entre elas. Ao analisar essas organizações, objetivou-se jogar luz à complexa dinâmica regional de forma a melhor formular um panorama geopolítico e, a partir dele, ser possível traçar estratégias brasileiras para a região.

Em relação à CEDEAO, destacou-se a relevância regional de Nigéria e Côte d'Ivoire. Ambas têm desempenhado um papel importante na manutenção da paz e da segurança na região, bem como na promoção do desenvolvimento e da cooperação. Destacou-se, ainda, que essas duas potências regionais possuem um longo histórico de rivalidade que precisa ser compreendido, orientando melhor a aproximação estratégica brasileira.

Cabe apontar, ainda, que o Brasil poderia explorar os aspectos em comum que possui com aquele bloco e, em especial, as similitudes que a 'Visão 2050' da CEDEAO possui com a ZOPACAS. O objetivo comum de paz e prosperidade pode descortinar oportunidades para um intercâmbio de ideias e projetos entre a CEDEAO e a ZOPACAS.

Já no que tange a CEEAC, observou-se que existe uma grande diferença em termos geopolíticos, se comparada a CEDEAO. Na segunda, a Nigéria é a potência econômica e exerce uma forte liderança geopolítica. Já na primeira, Angola, apesar de ser a potência econômica, tem dificuldades de atuar como líder regional. Mais ainda, Angola tem dificuldade em exercer a hegemonia na região, pois isso implica na possibilidade de intervenção em assuntos dos países francófonos, o que poderia ameaçar os interesses franceses na região.

Cabe destacar que CEDEAO e CEEAC possuem forças de intervenção regionais, ECOMOG e FOMAC, denotando um movimento de cooperação militar e política entre os Estados-membros daquelas organizações, promovendo ainda mais a integração. Dessa forma, esses Estados sinalizam maior independência e autonomia, demonstrando capacidade e vontade de resolução dos problemas sem depender da intervenção de potências estrangeiras ou de organismos internacionais.

Tal aspecto contribui para o fortalecimento dos laços de solidariedade e confiança entre os países-membros, promovendo valores comuns de paz, democracia e desenvolvimento. Apesar de poderem servir como instrumentos de prevenção e resolução de conflitos, a existência de forças regionais também eleva o risco potencial de rivalidade ou conflito entre as organizações regionais ou entre os países-membros.

Ainda assim, esforços para aumentar a cooperação e o diálogo entre as duas organizações regionais, CEDEAO e CEEAC, especialmente nas áreas de paz e segurança, são notórios. Essas iniciativas mostram que há uma vontade política de aproximar as duas regiões e de buscar soluções conjuntas para os desafios comuns. Nesse sentido, o CGG possui

relevância no processo de integração do Golfo da Guiné, pois representa uma ponte entre a CEDEAO e a CEEAC, aproximando esses dois importantes organismos regionais.

Ainda dentro da análise do *Comprimento* e do *Tempo*, percebeu-se que o G7++FoGG é uma iniciativa relevante que pode contribuir para um incremento da capacidade regional de responder às ameaças presentes, além de concentrar um dos fluxos de suporte internacional enviados à região. Cabe pontuar que, devido ao fato de serem conduzidas diversas iniciativas bilaterais paralelas, os esforços terminam sobrepostos, gerando conflitos de prioridade para os africanos. Por fim, um outro fórum estudado foi a CPLP que serve como uma plataforma de articulação política entre diferentes países que partilham uma língua e uma história comuns. Tal organismo apresenta-se como um potencial facilitador para o incremento de atividades brasileiras na região, se bem explorado.

Ainda na dimensão *Comprimento*, uma iniciativa marítima mereceu destaque nesse capítulo por impactar positivamente nos esforços de mitigar os eventos de pirataria e demais ilícitos nas águas da região. Fez-se referência a arquitetura de Yaoundé e sua subsequente divisão em zonas de responsabilidade marítima. Tal iniciativa, incrementada por apoios externos, contribui para a consolidação da integração marítima na costa africana, além de robustecer os organismos locais, seja a CEDEAO ou a CEEAC.

A análise na dimensão *Comprimento*, invariavelmente, tangenciou aspectos socioeconômicos, que foram mais detalhados na dimensão *Profundidade*. Se na primeira esses aspectos vão limitar ou impulsionar a estruturação do regionalismo no Golfo, na segunda, eles atuam na capacidade de um ator externo de influenciar e moldar o tecido social regional.

Após apresentar a região e sua evolução no tempo, o terceiro capítulo descortinou a dimensão *Profundidade*, jogando luz à teia complexa de atores não estatais presentes no Golfo. Mais ainda, discutiu-se como um ator extrarregional pode exercer influência, penetrando na cultura e moldando as normas locais. Procurou-se evidenciar que uma atuação efetiva no tecido social africano passa por compreender os atores já presentes na região e quais ferramentas sociais vêm sendo empregadas.

Portanto, o estudo da *Profundidade* implicou em uma análise da sociedade na qual se deseja intervir, ou com a qual se pretende dialogar. Para tal, traçou-se um amplo panorama de atores ali presentes, com capacidade de influenciar nas normas e moldar a cultura local. Cabe salientar que traçar esse mosaico de atores não estatais, violentos ou não, mostrou-se

necessário para compreender a teia de relacionamentos e interações que um ator extrarregional estará sujeito, como entende-se ser o caso do Brasil.

Reconhece-se que, apesar do esforço de abarcar um grande número de atores, esta dissertação deixou de analisar diversos outros que também possuem papel relevante na influência cultural, sejam eles organismos internacionais, empresas, grupos sociais ou grandes fundações. Ainda assim, esse reduzido apanhado selecionado mostrou-se suficiente para alcançar algumas conclusões significativas sobre o tecido social africano. Os atores estatais e não estatais que operam na região do Golfo da Guiné devem considerar essa diversidade cultural, e buscar formas de se adaptar, comunicar, respeitar e influenciar mutuamente.

Inicialmente, a distribuição demográfica entre as religiões destacou-se como uma conclusão importante, revelando uma maior predominância do islamismo no oeste africano e uma maior presença do cristianismo na região central africana. Assim, do ponto de vista linguístico e religioso, pode-se deduzir que a inserção cultural brasileira se faria mais facilmente nos Estados da CEEAC, centrados em Angola, do que naqueles da CEDEAO, centrados na Nigéria. Apesar disso, cabe recordar que o peso geopolítico da CEDEAO, com especial destaque para a proeminência nigeriana, fazem daquela região o ponto central de qualquer estratégia brasileira para o Golfo.

Ainda seguindo na análise religiosa, destacou-se que a IURD conseguiu criar um verdadeiro império brasileiro na África. A consciência da existência desse ator, e de qual papel ele possui naquela sociedade, pode ser útil na elaboração de estratégias brasileiras para a região. A capacidade de influência conquistada por essa iniciativa não estatal brasileira pode catalisar um outro projeto estratégico ou atrapalhar, dependendo da interação e dos interesses dele com o Estado atuante externo. Em um contexto em que se discute a instrumentalização de atores não estatais, a IURD se mostrou um ator relevante a ser instrumentalizada a favor de um possível projeto político-estratégico brasileiro no Golfo.

Na sequência, discorreu-se sobre alguns dos diversos organismos de auxílio humanitário, tanto os vinculados à ONU, quanto os independentes como a USAID. Evidenciou-se que existe um ganho evidente para os Estados africanos com o alívio de problemas sociais e estruturais. Já algumas fundações, apesar de arvorarem bandeiras humanitárias, demonstram que seus projetos vão além de auxílios, incentivando também mudanças políticas na região. Como exemplo, citou-se alguns casos da OSF e como essa



fundação vem apoiando determinada visão ideológica, desequilibrando a disputa política em alguns países africanos.

Ainda no que tange aos aspectos da dimensão *Profundidade*, coube destacar que os atores não estatais violentos têm grande influência naquelas sociedades, ainda que de forma negativa, e precisam ser contabilizados nas estratégias de atuação na região. Sejam grupos extremistas religiosos, insurgentes com projetos políticos ou uma plêiade de organizações criminosas atuantes na região, todos contribuem para a insegurança e desgastam o potencial de estruturação e progresso daqueles povos. Mais ainda, diversos desses grupos participam de atividades que transbordam os limites terrestres e, cada vez mais, avançam para o ambiente marítimo.

Dentre os países do Golfo com capacidade e vontade de atuar na dimensão *Profundidade*, ou seja, de moldar e influenciar a cultura e normas regionais, elegeu-se Nigéria, Angola, Côte d'Ivoire e Gana devido a seus números socioeconômicos e pesos geopolíticos. Cabe destacar que, em síntese, a Nigéria pode ser considerada o epicentro geopolítico do Golfo da Guiné, concentrando a maior população, a maior economia e os problemas de securitização que assolam seu interior e transbordam para o mar. Rivalizando com a Nigéria e, em segundo lugar no que tange aos aspectos econômicos e populacionais, está a lusófona Angola. Côte d'Ivoire e Gana encerram a lista, sinalizando um grande potencial de crescimento e desenvolvimento, apesar de ainda enfrentarem problemas sociais e de infraestrutura.

Finalizando os argumentos sobre a *Profundidade*, destacou-se, ainda, um aspecto que torna toda essa dinâmica social ainda mais vibrante: o crescente acesso às redes sociais. Além de impulsionar o comércio e a economia local, existe uma tendência de politização e de maior engajamento social nas decisões políticas. Tal fato, porém, possui um lado negativo, uma vez que ocorre imerso em um contexto de instrumentalização de atores não estatais, cada vez de forma mais velada e indireta. Nesse sentido, a *Profundidade* pode ser vista como o campo de batalha pós-moderno, onde disputa-se terreno ideológico e recursos sociais.

Após abordar as dimensões *Comprimento*, *Tempo* e *Profundidade*, esperou-se oferecer um panorama amplo da região, expondo sua dinâmica estrutura e vibrante sociedade. A compreensão profunda das variáveis e nuances pertencentes ao complexo mosaico que é o Golfo da Guiné, permite uma análise mais robusta da atuação estatal regional e extrarregional,

e suas consequências. Assim, na sequência, o quarto capítulo analisou a *Altura*, confrontando as capacidades materiais dos principais atores regionais e extrarregionais.

Procurou-se evidenciar que a rivalidade internacional, ora em curso, transborda para a região do Golfo da Guiné. Atores extrarregionais aproximam-se motivados, seja pela rica variedade de recursos naturais, culturais e humanos, seja pelos diversos problemas estruturantes que impactam na segurança de seus interesses na região. Dessa forma, objetivou apresentar como os atores mais relevantes projetam-se materialmente no Golfo da Guiné, ou seja, como suas capacidades econômicas, militares e tecnológicas são posicionadas na região, interagindo com os Estados africanos e com outros atores extrarregionais.

Inicialmente, observou-se que devido a aproximação de diversos atores extrarregionais ocorrer simultaneamente, os Estados africanos do Golfo da Guiné não apresentam uma orientação estratégica clara ou estável em relação a possíveis alianças. Há uma diversificação de parcerias com EUA, Europa, China, Rússia, Índia e Brasil, além de outros atores. Assim, os Estados africanos variam preferências conforme os interesses específicos e as oportunidades apresentadas. Compreende-se que essa característica pode ser uma chance para o Brasil intensificar sua atuação, se assim o desejar, uma vez que a postura africana se mostra receptiva a aproximações de variadas matizes civilizacionais.

Cabe ressaltar que uma atuação mais eficaz brasileira nessa região depende de uma ampla compreensão do ambiente, atores, história, culturas e valores. E como essas variáveis se relacionam com os atores extrarregionais, estatais e não-estatais, cada vez mais presentes na região. A partir dessa compreensão, estratégias consistentes podem ser traçadas e por isso a relevância da abordagem multiplex.

Observou-se, também, que alguns Estados europeus interessados em preservar suas relações comerciais com suas antigas colônias, esforçam-se para se manterem ativos na região. Além deles, os EUA buscam ampliar a segurança territorial africana motivados pelo combate ao terrorismo e à pirataria, garantindo acesso aos recursos naturais africanos. Percebe-se, ainda, um interesse crescente de atores não atlânticos na região, como China, Rússia e Índia, sendo que a atuação chinesa é a que mais se sobressai.

A análise da dimensão *Altura*, objetivou descrever a rivalidade presente no Golfo da Guiné, no que tange a esses atores extrarregionais selecionados. Em relação aos EUA, observou-se uma grande preocupação da influência da China na África, especialmente na região do Golfo da Guiné. De forma a se contrapor a esse avanço, os EUA vêm intensificando

sua atuação por meio de diversas ferramentas. Desde ajuda humanitária, como a USAID, até exercícios militares, como a Obangame Express, passando por acordos econômicos e por auxílio no combate a grupos extremistas violentos.

Já em relação ao gigante asiático, cabe reforçar que a China vem explorando novas estratégias de propaganda na África, que visam a criar uma imagem positiva do país e de seu modelo político, bem como a fortalecer seus laços econômicos e diplomáticos com os países africanos. Tal esforço é fruto de narrativas ocidentais que apresentam as iniciativas chinesas como uma ameaça à ordem mundial e à segurança na região do Golfo da Guiné. Além disso, iniciativas chinesas sinalizam uma crescente presença marítima na região, inicialmente estruturando portos e fornecendo apoios militares pontuais. Assim, a China sinaliza que tem como objetivo aumentar seu acesso aos recursos naturais da região e diminuir a influência ocidental, consolidando suas relações com a região.

Orbitando essa disputa hegemônica sino-americana, Europa, Rússia, Índia e Brasil também possuem projetos e interesses para a região. A Europa tem várias iniciativas na região do Golfo da Guiné, tanto no contexto da União Europeia, quanto individualmente por seus Estados-membros. Este estudo optou por analisar somente a atuação francesa na região, devido a sua maior proeminência histórica e influência cultural.

A França se destaca por sua longa trajetória de envolvimento na região, possuindo quinze ex-colônias no Golfo, além de possuir diversos acordos econômicos e militares com os países locais, buscando aumentar seu poder e influência. Ela também tem atuado na segurança marítima, com exercícios militares, como o Grand African Nemo, e presença de navios de guerra. Assim, busca fortalecer sua presença no Golfo da Guiné, consolidando mais acesso a recursos naturais e reduzir o poder de outros países na região, tanto do Ocidente quanto do oriente.

Da mesma forma, a Rússia quer fortalecer sua presença no Golfo da Guiné, para ter mais acesso aos recursos e mercado africanos, competindo com o poder do Ocidente. Para isso, usa estratégias assimétricas, como trocar armas por recursos, além de ser acusada pelo Ocidente de interferir em eleições e espalhar desinformação. Alguns Estados africanos possuem uma relação estreita com a Rússia e representam pontos de apoio potenciais daquela potência eurásiana. Destacam-se, nessa categoria, Angola, Mali, Guiné e República Centro Africana. Assim, a Rússia busca garantir sua presença no Golfo da Guiné, para explorar mais os recursos naturais e competir com os inimigos ocidentais.

Por outro lado, um país que também se apresenta como uma alternativa ao Ocidente, sem sinalizar ser ainda uma ameaça a esse, é a Índia. Ela deseja estreitar os laços com os países da África Central e Ocidental, principalmente no que se refere a comércio, investimento e cooperação. Também é uma das maiores compradoras de petróleo do Golfo da Guiné, e vem intensificando sua presença militar na região com o envio de navios de guerra para reforçar a segurança marítima do Golfo.

Em relação a securitização marítima, cabe destacar que diversas iniciativas extrarregionais têm apoiado a estruturação e a implementação do protocolo de Yaoundé. Assim, fortalecendo gradativamente as Marinhas de Guerra locais, e suas estruturas de comando e controle, os atores extrarregionais reforçam indiretamente a proteção de seus interesses na região, especialmente na exploração e transporte de hidrocarbonetos. Nesse sentido, observou-se também alguns projetos de iniciativa das próprias companhias petrolíferas, como centros de compartilhamento de informação, declarações conjuntas para pressionar os governos envolvidos, além da contratação de seguranças armados para a proteção das frotas e das infraestruturas *offshore*.

O Brasil também participa da securitização marítima do Golfo da Guiné, enviando navios de guerra para exercícios navais na região. Esses eventos navais são importantes no contexto da ZOPACAS, um fórum que quer fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os países-membros, e promover a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável na região.

Além da atuação marítima, o Brasil também tem outras possibilidades de se aproximar da sociedade africana, atuando nos aspectos históricos, culturais, sociais e humanos das teias de relações ali presentes. Organizações religiosas, iniciativas de cooperação científica, empresas brasileiras, programas de TV, cinema e música brasileiros estão presentes naquela sociedade, criando laços de identidade e de empatia que podem ser instrumentalizados para apoiar projetos estratégicos.

Evidenciou-se a relevante penetração cultural que o Brasil construiu na região, ao longo das últimas décadas. Seja com a cultura, seja com movimentos religiosos, a sociedade brasileira possui diversas ramificações no território do Golfo da Guiné que podem ser instrumentalizadas para reforçar um projeto estratégico naquela região. Além disso, a crescente cooperação técnica com os países africanos reforça os laços de camaradagem e incrementa as relações entre as duas sociedades.

Apesar de estar ainda aquém das capacidades materiais de atores como EUA, França e China, o Brasil possui fatores favoráveis para uma atuação mais efetiva na região. Primeiro, alguns Estados do Golfo dividem espaço com o Brasil em outros fóruns e organismos regionais. A ZOPACAS e a CPLP, por exemplo, são exemplos de espaços de diálogo e de aproximação em que o Brasil pode inserir-se como uma liderança, expondo sua visão para a região sem ter que disputar a atenção africana, ou “audiência” com outros atores extrarregionais.

Por fim, a arquitetura de defesa brasileira (Violante, 2021), mantendo missões navais em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia, sinaliza para uma aproximação de sucesso entre as duas margens do Atlântico Sul. Esses pontos de entrada em terra, associados à crescente presença naval brasileira nas águas do Golfo, reforçam a prioridade estratégica dada pelo Brasil ao Entorno Estratégico. Mais ainda, o esforço anual da autóctone Operação Guinex sinaliza a compreensão correta de que uma aproximação com a CEDEAO, e especialmente com a Nigéria, são cruciais para os projetos brasileiros no Golfo da Guiné.

No cenário geopolítico, o Brasil demonstra um desejo político de maior relevância regional e um papel mais ativo em seu entorno estratégico. No contexto atual competitivo e multiplex, o Brasil terá que definir sua posição, seja de alinhamento total a blocos emergentes ou de afirmação de sua independência e autonomia estratégica regional. O Golfo da Guiné é, para o Brasil, um espaço de afirmação e de inserção no cenário internacional, e de cooperação e de integração com o continente africano.

Conclui-se então que uma atuação mais efetiva brasileira nessa importante região depende de uma abrangente compreensão do ambiente, atores, história, culturas e valores. E, também, como essas variáveis se relacionam com os atores extrarregionais, estatais e não-estatais cada vez mais presentes na região. Espera-se, que a abordagem multiplex tenha contribuído com essa compreensão mais holística do Golfo da Guiné, e que auxilie na elaboração de estratégias cada vez mais sólidas podem ser traçadas e,

Por fim, este trabalho entende que a visão apresentada por Acharya seria a que melhor capturaria a complexidade do cenário internacional atual. Mais ainda, é a que mais se aproximaria de uma chave de leitura que realmente possa contribuir para uma estratégia regional brasileira no seu entorno estratégico. Essa abordagem descortina a diversificação dos atores globais, destacando não apenas as grandes potências, mas também a crescente relevância de atores não estatais, na arena global. Sejam eles organizações internacionais,

empresas multinacionais, movimentos sociais ou até mesmo *big techs* e redes sociais. A visão multiplex permite perceber que, atualmente, existe uma teia de atores interconectados e interdependentes, que compartilham espaço nas governanças regionais e global.

Acharya descreve essa rede de relacionamentos como uma das mais importantes características da dinâmica multiplex. Essa complexa teia seria formada pelas interações comerciais associadas a uma interligação de nações por meio de investimentos, redes de produção, cadeias de abastecimento e desafios ambientais compartilhados.

Um mundo multiplex seria um mundo composto por diversos atores, estatais e não estatais, cada vez mais interconectados e interdependentes. Mais ainda, percebe-se cada vez mais uma diversidade e complexidade, uma arquitetura descentralizada de gestão da ordem, apresentando velhos e novos poderes, com maior protagonismo para a governança regional. Nesse contexto, o “mundo regional” extremamente complexo e desafiador que é o Golfo da Guiné precisa ser cada vez mais estudado e compreendido. Sugere-se que, com uma abordagem holística e integrada, como a multiplex, estratégias brasileiras efetivas poderão desembarcar na costa oeste do continente africano.

## REFERÊNCIAS

- ABC. Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. *Cooperação Técnica Brasil-África: parcerias de sucesso inspiram o desenvolvimento africano*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação. 2018.
- ABC. Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. *Cooperação Sul-Sul*. 2024. Disponível em: <https://abc.gov.br/projetos/cooperacaoSulSul> Acesso 14 Jan. 2024.
- ACHARYA, Amitav e JOHNSTON, Alastair I. *Crafting Cooperations: Regional Institutions in Comparative Perspective*. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2007
- ACHARYA, Amitav. *Whose Ideas Matter?: Agency and Power in Asian Regionalism*. New York: Cornell University Press. 2009. p. 31.
- ACHARYA, Amitav. *After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order*. *Ethics & International Affairs*, 31, no. 3. Pg. 271-285. Carnegie Council for Ethics in International Affairs. 2017.
- ACHARYA, Amitav. *The End of American World Order*. Primeira edição publicada em 2014. Cambridge: Polity Press. 2 Ed. 2018a.
- ACHARYA, Amitav. *Constructing Global Order: Agency and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2 Ed. 2018b.
- ACHARYA, Amitav. BUZAN, Barry. *The Making of Global International Relations: Origins and Evolution of International Relations at its Centenary*. Cambridge University Press. 2019.
- ACHARYA, Amitav. *A Multiplex World: The Coming World Order*. In. KHAN, Muqtedar (ed.). *Emerging World Order After the Russia-Ukraine War*. New Lines Institute for Strategy and Policy. Março 2023. Disponível em: <https://anthologies.newlinesinstitute.org/wp-content/uploads/20230301-Anthology-Emerging-World-Order-NLISAP-1.pdf#page=8> Acesso 09 Set 2023.
- ACHARYA, Amitav; ESTEVADEORDAL, A; GOODMAN, Louis. *Multipolar or Multiplex? Interaction Capacity, Global Cooperation and World Order*. *International Affairs*, Vol 99, Issue 6, November. 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-pdf/99/6/2339/52996365/iad242.pdf> Acesso 23 Out 2023.
- ACHEAMPONG, Theophilus; STEPHENS, Thomas. *Petroleum Resource Management in Africa*. Lessons from Ten Years of Oil and Gas Production in Ghana. Cham: Palgrave Macmillan. 2022.
- ADAE, Eric; et al. *Social Media and Africa's Public Sector: Perspectives on Contemporary Issues*. Palgrave Studies of Public Sector Management in Africa. Cham: Palgrave Macmillan. 2023.
- AFFONSO, Luiza; VALENÇA, Marcelo. *A Cooperação Internacional e a Insegurança no Golfo da Guiné: Rumo a uma governança oceânica?* *Revista Marítima Brasileira* 2º T. 2023. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/372823991\\_A\\_Cooperacao\\_Internacional\\_e\\_a\\_Inseguranca\\_no\\_Golfo\\_da\\_Guine\\_Rumo\\_a\\_uma\\_governanca\\_oceanica](https://www.researchgate.net/publication/372823991_A_Cooperacao_Internacional_e_a_Inseguranca_no_Golfo_da_Guine_Rumo_a_uma_governanca_oceanica) Acesso 10 Nov. 2023.
- AGARA, Tunde; OSIMEN, Goddy. *One Nation Under Siege? Boko Haram and the Niger Delta Avengers Phenomena in Nigeria*. *Noun International Journal of Peace Studies and Conflict Resolution (NIJPCR)*. Vol. 1, No 2. Agosto. Pag. 33-46. 2021.
- AIE. Agência Internacional de Energia. *Africa Energy Outlook 2019*. 2019. Disponível em: [https://iea.blob.core.windows.net/assets/2f7b6170-d616-4dd7-a7ca-a65a3a332fc1/Africa\\_Energy\\_Outlook\\_2019.pdf](https://iea.blob.core.windows.net/assets/2f7b6170-d616-4dd7-a7ca-a65a3a332fc1/Africa_Energy_Outlook_2019.pdf) Acesso 12 Nov. 2023.

AIE. Agência Internacional de Energia. *Africa Energy Outlook*. World Energy Outlook Special Report. 2022. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/6fa5a6c0-ca73-4a7f-a243-fb5e83ecfb94/AfricaEnergyOutlook2022.pdf> Acesso 07 fev. 2023.

AKPOJIVI, Ufuoma. *Social Movements and Digital Activism in Africa*. Cham: Palgrave Macmillan. 2023.

ALDEN, Chris; VERMA, Raj. *India's Pursuit of Investment Opportunities in Africa*. In A. K. Dubey; A. Biswas (ed.) *India and Africa's Partnership. A Vision for a New Future*. India Studies in Business and Economics. Springer. 2016.

ALI, Kamal-Deen; TSAMENYI, Martin. *Fault Lines in Maritime Security: Analysis of maritime boundary uncertainties in the Gulf of Guinea*. *African Security Review*. 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10246029.2013.815118> Acesso 07 fev. 2023.

ALI, Kamal-Deen. *Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges*. Tese de Doutorado. Universidade de Wollongong. 2014. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?httpsredir=1&article=5102&context=theses> Acesso 17 Jan. 2023.

AL JAZEERA. Editorial. *Timeline: A history of ECOWAS military interventions in three decades*. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/8/1/timeline-a-history-of-ecowas-military-interventions-in-three-decades> Acesso 22 out. 2023.

ALMEIDA, E. C.; BERNARDINO, L. M. B. *A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica*. *Revista Militar*, n. 2532, p. 43-61, 2013. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797> Acesso 12 nov. 2023.

AMBROSIO, Thomas. *The Third Side? The multipolar Strategic Triangle and the Sino-Indian Rapprochement*. *Comparative Strategy*. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01495930500448863?scroll=top&needAccess=true> Acesso 28 Nov. 2023.

ASHIZAWA, K. *Japan, the U.S., and Regional Institution-building in the New Asia: When Identity Matters*. Palgrave Macmillan. Cap. 5, nn.33, 34, 35. 2013. Disponível em [https://www.semanticscholar.org/paper/Ashizawa%2C-K.-\(-2013\).-Japan%2C-the-U.S.%2C-and-Regional-Kim/f581a8e3398621fd30a93d147db65080da580f3e](https://www.semanticscholar.org/paper/Ashizawa%2C-K.-(-2013).-Japan%2C-the-U.S.%2C-and-Regional-Kim/f581a8e3398621fd30a93d147db65080da580f3e) Acesso 19 Dez. 2023.

ARMSTRONG, David. *The Crisis in Global Governance After the Iraq War*. In: ACHARYA, Amitav e KATSUMATA, Hiro. *Beyond Iraq: The Future of World Order*. Hackensack: World Scientific Publishing. 2011

BANCO MUNDIAL. *Environmental and Renewable Natural Resources in Angola – Opportunities to Diversify the National Economy, Generate Income for Local Communities, Enhance Environmental Management Capacity and Build Resilience to Climate Change*. World Bank Group. 2019. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/864671554294508064/pdf/Opportunities-to-Diversify-the-National-Economy-Generate-Income-for-Local-Communities-Enhance-Environmental-Management-Capacity-and-Build-Resilience-to-Climate-Change.pdf> Acesso 17 Dez. 2023.

BANCO MUNDIAL. *The World Bank in Cote d'Ivoire*. Overview. 2023a. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/cotedivoire/overview> Acesso 03 Jan. 2024.

BANCO MUNDIAL. *The World Bank in Ghana*. Overview. 2023b. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/ghana/overview> Acesso 03 Jan. 2024.

BANCO MUNDIAL. *The World Bank in India*. Overview. 2023c. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/india/overview> Acesso 03 Jan. 2024.



BARBOSA JUNIOR, Ilques. *OCEANOPOLÍTICA: uma pesquisa preliminar*. REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. n. 04/06. v. 129. 2009. Disponível em: [http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb\\_2-2009.pdf](http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_2-2009.pdf) Acesso em: 12 jul. 2023.

BASSIN, M; VOLKOV, S. *The Gumilev Mystique: Biopolitics, Eurasianism, and the Construction of Community in Modern Russia*. Ithaca: Cornell University Press. 2016.

BELEMSOBGO, Sidnoma. *ECOWAS's Efforts in Promoting South-South Cooperations Between its Member States and Global South Countries*. Conjuntura Austral. 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/113844/65269&ved=2ahUKEwit9oDm56eDAXUsp5UC> HbchDasQFnoECCkQAQ&usg=AOvVaw3Y1Hr40dhr42MFto\_FGaa8 Acesso 24 Dez. 2023.

BELMONTE, G. Niedemeier. *O Ressurgimento do Grande Urso*. A Defesa Nacional, ano CIII, n 830. 2016.

BERMAN, B.; EYOH, D.. *Ethnicity and Democracy in Africa*. Woodbridge: Boydell & Brewer 2004.

BERTZ, Ned. *Bollywood in Africa*. Asian History. Oxford University Press. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277727.013.333> Acesso 03 Jan. 2024.

BHATIA, Rajiv. *The Arthashastra in Modi's India*. Gateway House. Indian Council on Global Relations. 2016. Disponível em <https://www.gatewayhouse.in/the-arthashastra-in-modis-india/> Acesso 22 Nov. 2023.

BIMCO. *Gulf of Guinea declaration on the Suppression of Piracy*. BIMCO. 2021. Disponível em: [www.bimco.org/GoGDeclaration](http://www.bimco.org/GoGDeclaration) Acesso 11 nov. 2023.

BIMCO. *The Gulf of Guinea Declaration one year on*. Status Report. 2022. Disponível em: <https://www.bimco.org/insights-and-information/safety-security-environment/20220712-gulf-of-guinea-declaration-one-year-on> Acesso 17 nov. 2023.

BLAREL, Nicolas. *India: the next superpower??: India's Soft Power: from Potential do Reality?* IDEAS Reports – Special Reports. London School of Economics and Political Science. 2012. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/43445/> Acesso 28 Nov. 2023.

BLUM, G. Glodes; JACICHEN, Julia. *Em Busca de um Lugar na Nova Ordem Mundial: A Rússia, O Espaço Pós-soviético e o Pensamento Geopolítico*. Revista Geographia Opportuno Tempore, Vol. 2. 2015.

BONVILLIAN, Gary; NOWLIN, William. *Cultural Awareness: Na Essential Element of Doing Business Abroad*. Business Horizons. Nov-Dez. 1994. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/William-Nowlin/publication/238298918\\_Cultural\\_awareness\\_An\\_essential\\_element\\_of\\_doing\\_business\\_abroad/links/6340e68176e39959d6a9744c/Cultural-awareness-An-essential-element-of-doing-business-abroad.pdf](https://www.researchgate.net/profile/William-Nowlin/publication/238298918_Cultural_awareness_An_essential_element_of_doing_business_abroad/links/6340e68176e39959d6a9744c/Cultural-awareness-An-essential-element-of-doing-business-abroad.pdf) Acesso 15 nov. 2023.

BOURGOIS, Pierre. *Why did neoconservatives oppose Donald Trump? The Ideological Foundations of a Marked Rejection*. Politique Américaine. Vol. 36, Issue 1, Janeiro 2021. Disponível em <https://www.cairn-int.info/journal-politique-americaine-2021-1-page-97.htm> Acesso 28 Nov. 2023.

BP. British Petroleum. *Statistical Review of World Energy 2021: a dramatic impact on energy markets*. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2021-full-report.pdf> Acesso 22 fev. 2023.

BRASIL. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: Imprensa Oficial. 2012.

BRASIL. *Política Nacional de Defesa*, (encaminhada em 22 de julho de 2020 para apreciação do Congresso Nacional). Brasília. 2020a. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado\\_-defesa/pnd\\_end\\_congresso.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado_-defesa/pnd_end_congresso.pdf). Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Estado-Maior da Armada. 2020b. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub\\_pem\\_2040/book.html](https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html) Acesso 12 Dez. 2023.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Simpósio Marítimo da ZOPACAS*. 2023a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/pt-br/node/140> Acesso 10 Jan. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Estratégia de Defesa Marítima*. Brasília: Estado-Maior da Armada. 2023b.

BREMMER, Ian. *The Technopolar Moment: How Digital Powers Will Reshape the Global Order*. Foreign Affairs. Novembro/Dezembro. 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2021-10-19/ian-bremmer-big-tech-global-order> Acesso 11 set. de 2023.

BRITANNICA, *Fang*. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Fang-people>. Acesso: em: 09 dez. 2023.

BROOKS, Stephen; WOHLFORTH, William. *The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-first Century: China's Rise and the Fate of America's Global Position*. International Security. Vol. 40, No 3. Pag. 7-53. 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43828561> Acesso 19 Dez. 2023.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and It's Geostrategic Imperatives*. New York: Basics Books. 1997. 223p.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *After America*. Foreign Policy. Janeiro/Fevereiro. 2012. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/01/03/after\\_america](http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/01/03/after_america) . Acesso 09 Jan. 2023.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society*. 3ª Ed. Macmillan 2002. p. 19.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers. The Structure of International Security*. New York: Cambridge University Press. 2003.

BUZAN, Barry; LAWSON, George. *The Global Transformation. History, Modernity and the Making of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press. 2015

CALLAHAN, W.A. *Chinese Visions of World Order: Post-hegemonic or a New Hegemony?* International Studies Review. 10(4). 2008. Doi:10.1111/j.1468-2486.2008.00830.x.

CAMELO, Francisco. *A Componente de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Atualidade e Possibilidades para o Futuro*. Revista Estratégica, 03. 2021. Disponível em: <https://caecplp.org/wp-content/uploads/2022/01/552398487-Revista-Estrategica-Digital.pdf> Acesso 15 fev. 2023.

CAMPOS, Andreas. *Internacionalização da Rede Globo de Televisão: Histórico e Trajetória Recente*. 2012 Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da PUC-RIO. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2020.

CAN, Nurettin; BABANI, Mashio. *Nigeria's Big Brother Role in the Gambian Political Crisis (2016-2017)*. Nile Journal of Business and Economics. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337592676\\_Nigeria's\\_Big\\_Brother\\_Role\\_in\\_The\\_Gambian\\_Political\\_Crisis\\_2016-2017](https://www.researchgate.net/publication/337592676_Nigeria's_Big_Brother_Role_in_The_Gambian_Political_Crisis_2016-2017) Acesso 22 out. 2023.

CARMODY, Pdraig. *Dependence not debt; trap diplomacy*. Development and Policy, Taylor and Francis, Vol 5, 1. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23792949.2019.1702471?scroll=top&needAccess=true> Acesso 22 out. 2023.

CASTRO, Therezinha. *América do Sul: Vocaçào Geopolítica*. Publicado inicialmente em 1997. Republicado na Revista da Escola Superior de Guerra. V. 27, n. 54, p. 16-32. 2012. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/download/235/210> Acesso em: 02 Dez 2023.

CEA. *Building Africa's Resilience to Global Economic Shocks: Economic Report on Africa*. 2023. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2023\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2023_en.pdf) Acesso 20 Fev. 2024.

CEDEAO. *ECOWAS and ECCAS Experts Meet in Lomé to Discuss Security Issues*. 2018. Disponível em: <https://old22.ecowas.int/?p=27514> Acesso 29 out. 2023.

CEDEAO. Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Diagnostic on the Effectiveness of National Fishery and Aquaculture Policies and Strategies for Food and Nutrition Security in West Africa*. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb2033en> Acesso em: 08 Fev. 2023.

CEDEAO. *ECOWAS Vision 2050*. ECOWAS of the Peoples: Peace and Prosperity for All. 2022. Disponível em: [https://ecowas.int/wp-content/uploads/2022/09/Vision2050\\_EN\\_Web.pdf](https://ecowas.int/wp-content/uploads/2022/09/Vision2050_EN_Web.pdf) Acesso 13 fev. 2023.

CEEAC. *Protocole Relatif a la Strategie de Securisation des Interets Vitaux em Mer des Etats de la CEEAC du Golfe de Guinee*. 2009. Disponível [https://au.int/sites/default/files/documents/30854-doc-eccas\\_protocol\\_0.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/30854-doc-eccas_protocol_0.pdf) em: Acesso 13 fev. 2023.

CERNY, Phil. *Pluralism: Structural Differentiation and Functional Conflict in the Post-Cold War World Order*. Millennium. 27-51. 1993.

CERVO, Amado. Do Projeto Desenvolvimentista à Globalização. In: CERVO, Amado; BUENO Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília. Editora UnB. 2011

CGG. Comissão do Golfo da Guiné. *Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné*. Comunicado Final. 2012. Disponível em: <https://cggrps.com/wp-content/uploads/Comunicado-CPS-Luanda29NOV2012PT.pdf> Acesso 14 fev. 2023.

CGG. *Comissão do Golfo da Guiné*. 2023. Disponível em: <https://cggrps.com/> Acesso 14 fev. 2023.

CHATTOPADHYAYA, Suvesh. *Submarine Cables for Africa – A close look at 2019-2021*. Submarine Cable Network. 2019. Disponível em: <https://www.submarinenetworks.com/en/insights/submarine-cables-for-africa-a-close-look-at-2019-21> Acesso 08 Fev. 2023.

CHINYOY, Sujan R.; PANDA, Jagannath P. *Asia between Multipolarism and Multipolarity*. Nova Delhi: KW Publishers Pvt Ltd, 2020.

CHITANDO, Ezra; MASENO Loreen; TARUSARIRA, Joram. *Religion and Inequality in Africa*. Bloomsbury Studies in Black Religion and Cultures. Nova Iorque: Bloomsbury Academic. 2023

CHUKWUDI, Samuel; VICTOR, Ojkorotu. *Governance failure and the formation of Anti-State Organisations: The Impact of the Amnesty Policy on the Development of Nigeria's Niger-Delta*. African Journal of Governance and Development, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 356-372, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36369/2616-9045/2021/v10i2a4> Acesso em: 05 Dez. 2023

CLARK, Bryan. *Undersea cables and the future of submarine competition*. Bulletin of Atomic Scientists. 234-237. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00963402.2016.1195636>. Acesso em: 12 jul. 2023.

COLOMBO, Alessandro. *L'America di Trump e il declino del Mondo Liberale* in La Fine di um Mondo: La Deriva dell'Ordine Liberale. ISPI. 2019. Disponível em: [https://www.ispionline.it/sites/default/files/publicazioni/ispri\\_rapporto\\_annuale\\_2019\\_fine\\_di\\_un\\_mondo.pdf](https://www.ispionline.it/sites/default/files/publicazioni/ispri_rapporto_annuale_2019_fine_di_un_mondo.pdf) Acesso 21 nov. 2023.

CPLP. *Declaração Constitutiva CPLP*. 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-3869.aspx> Acesso 15 fev. 2023.

CPLP. *Estatutos da CPLP*. Revisão de Lisboa. 2007. Disponível em: [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf) Acesso 15 fev. 2023.

CUNHA, Fabio. *A Crise na Região do Delta do Níger: Análise do Programa de Anistia de 2009 à Luz da Teoria de John Paul Lederach*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Navais). Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. 2020.

DALY, Kevin; GEDMINAS, Tadas. *The Path to 2075: Slower Global Growth, But Convergence Remains Intact*. Goldman Sachs Economics Research. 2022. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/pages/gs-research/the-path-to-2075-slower-global-growth-but-convergence-remains-intact/report.pdf> Acesso 11 Set. de 2023.

DER DERIAN, James. *The Question of Information Technology*. Millennium. 441-56. 2003.

DHENIN, Miguel. *Além da Grand Strategy e do Entorno Estratégico: Uma Proposta para Esboçar uma Grande Estratégia Fronteiriça*. Revista Escola de Guerra Naval, v. 27, n.1, p. 31-54. Janeiro/abril. 2021. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/1075/801> Acesso 01 Dez. 2023.

DOMINGEZ, Jorge. *International Cooperation in Latin America: the design of regional institutions by slow accretion*. In: ACHARYA, Amitav e JOHNSTON, Alastair I. *Crafting Cooperations: Regional Institutions in Comparative Perspective*. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2007.

DUGIN, Aleksandr. *The Fourth Political Theory*. Moscow: Eurasian Movement. 2012. Disponível em: <https://somaclles.files.wordpress.com/2018/07/alexander-dugin-fourth-political-theory.pdf> Acesso 28 Nov. 2023.

DUGIN, Aleksandr. *The Indian Moment of Multipolarity. India & China: A Critical Partnership. A symposium on stability in a time of disruption*. 2020. Disponível em [https://www.india-seminar.com/2020/728/728\\_aleksandr\\_dugin.htm](https://www.india-seminar.com/2020/728/728_aleksandr_dugin.htm) Acesso 21 Nov. 2023.

DW. Deutsche Welle. *Angola: Conflito na IURD chega ao fim*. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-conflito-na-iurd-chega-ao-fim/a-66766118> Acesso 10 Jan. 2024.

ECO, Umberto. *Como fazer uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977. 26a Edição.

EDWARDS, Máisa. *The ZOPACAS: A Return to Prominence*. Ideology Theory Practice. 2021. Disponível em: <https://www.ideology-theory-practice.org/blog/the-zopacas-a-return-to-prominence> Acesso 07 Dez. 2023.

ESPACH, Ralph. *A New Great Game Finds the South Atlantic*. War on the Rocks. 2021. Disponível em: <https://warontherocks.com/2021/03/a-new-great-game-finds-the-south-atlantic/> Acesso 12 jan. 2023.

EUA. *A National Security Strategy for a New Century*. Washington. 1999. Disponível em: <https://clintonwhitehouse4.archives.gov/media/pdf/nssr-1299.pdf> Acesso em 16 Nov. 2023.

EUA, UNITED STATES CONGRESS. *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*. Washington DC. 2007. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=479900>. Acesso em: 19 jun. 2023.

EUA, *National Security Strategy*. Washington. 2015. Disponível: [https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy\\_2.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf) Acesso 17 nov. 2023.

EUA. *National Security Strategy*. Washington. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905-2.pdf> Acesso 15 nov. 2023.

EUA. EMBAIXADA DOS EUA NA NIGÉRIA. *U.S. Boosts Nigeria's Maritime Security with New Surveillance Equipment. U.S. Mission Nigeria*. 2020. Disponível em: <https://ng.usembassy.gov/u-s-boosts-nigerias-maritime-security-with-new-surveillance-equipment/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

EUA. UNITED STATES AFRICA COMMAND. *What do we do – Exercises*. 2021. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises>. Acesso em: 19 jun. 2023.

EUA. *National Security Strategy*. Wahington. 2022a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf> Acesso 15 nov. 2023.

EUA. *U.S. Strategy Toward Sub-Saharan Africa*. 2022b. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2022/12/10-things-know-about-us-china-rivalry-africa> Acesso 26 Dez. 2023.

FAIRBANK, John K. *The Chinese World Order*. Cambridge: Harvard University Press. 1968.

FALEG, Giovanni; HAAN, Marleen; DIETRICH, Christian. *Africa Atlas: Mapping the Future of the AU-EU Partnership*. Paris: European Union Institute for Security Studies. 2023.

FIDLER, Maily. *African Union Bugged by China: Cyber Espionage as Evidence os Strategic Shifts*. Council on Foreign Relations. 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/african-union-bugged-china-cyber-espionage-evidence-strategic-shifts> Acesso 21 Nov. 2023.

FIGUEIREDO, Moreno; SILVA, Marcos. *Obangame Express: uma ponte estratégica para o golfo da guine*. Revista da Escola de Guerra Naval. V. 28 n. 2, 405-435. 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/3985/3876> Acesso 29 out. 2023.

FLOCKHART, Trine. *The Coming Multi-Order World*. Contemporary Security Policy. 2016.

FMES. *Strategic Atlas of the Mediterranean and the Middle East*. Fondation Méditerranéenne d'Études Stratégiques. 2022. Disponível em: <https://fmes-france.org/publications/> Acesso 21 dez. 2023.

FONSECA, J. R. F. da. *Atlântico Sul: Zona de paz e cooperação*. Revista USP, n. 18, p. 152-158, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/26010/27741> . Acesso em: 05 Dez. 2023.

FONTE, John. *Liberal Democracy vs. Transnational Progressivism: The Future of the Ideological Civil War Within the West*. Orbis/Summer. Hudson Institute, Inc. 2002. Disponível em: [https://www.ngo-monitor.org/data/images/File/transnational\\_progressivism\\_08312002.pdf](https://www.ngo-monitor.org/data/images/File/transnational_progressivism_08312002.pdf) Acesso 06 Dez. 2023.

FRAME, Mariko. *Ecological Imperialism, Development, and the Capitalist World-System*. Cases from Africa and Asia. Nova Iorque: Routledge. 2023.

FRANÇA. *Dossier de Press Corymbe*. Ministère des Armées. República da França. 2023. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/sites/default/files/ministere-armees/10.10.2022%20Beginning%20of%20the%20exercice%20Grand%20African%20NEMO%202022.pdf> Acesso 03 Jan. 2024.

FRANÇA. *Golfe de Guinée – Bilan de L'exercice GRAND AFRICAN NEMO 2023*. Ministère des Armées. Republica da França. 2023. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/actualites/golfe-guinee-bilan-lexercice-grand-african-nemo-2023> Acesso 23 Dez. 2023.

FRIDMAN, Ofer; KABERNIK, Vitaly; PEARCE, James. *Hybrid Conflicts and Information Warfare: New Labels, Old Politics*. London: Lyenne Rienner Publishers. 2019.

FRIED, Daniel; VOLKER, Kurt. *The Speech in Which Putin Told Us Who He Was*. Politico Magazine. 2022. Disponível em <https://www.politico.com/news/magazine/2022/02/18/putin-speech-wake-up-call-post-cold-war-order-liberal-2007-00009918> Acesso 20 Nov. 2023.

FRYNAS, J.G. *Oil in Nigeria: Conflict and Litigation between Oil Companies and Village Communities*. Hamburgo: LIT/Transaction, 2000.

FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press. 1992.

G7++FoGG. G7 ++ FRIENDS OF GULF OF GUINEA. *Plenary Meeting*. Documento final da sessão plenária realizada de 01 a 03 de dezembro de 2020. 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2020/12/Fogg-Plenary-Agenda-With-Day-2-Updates.pdf> Acesso 27 fev. 2023.

G7++FoGG. G7 ++ FRIENDS OF GULF OF GUINEA. *2nd Ministerial Session*. Documento final da sessão plenária realizada de 24 a 26 de novembro de 2021. 2021. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/media/621cbbe28fa8f549126751d7/G7++\\_FOGG\\_2021\\_-\\_UK\\_\\_Senegal\\_-\\_End\\_of\\_Co-Chair\\_Report.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/media/621cbbe28fa8f549126751d7/G7++_FOGG_2021_-_UK__Senegal_-_End_of_Co-Chair_Report.pdf) Acesso 29 Out 2023.

GALEOTTI, Mark. *The Weaponization of Everything: a field guide to the new way of war*. Yale University Press, 2023. 235p.

GERASIMOV, Valery. *The Value of Science is in the Foresight*. New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods os Carrying out Combat Operations. Military Review. 2016. Publicado inicialmente no Military-Industrial Kurier. 2013. Disponível em: <http://www.irregularwarrior.com/files/Gerasimov.pdf> Acesso 28 Nov. 2023.

GIEG, Philipp. *India's Africa Policy: Challenges of a Millenia-Old Relationship*. Cingapura: Palgrave Macmillan. 2023.

GILPIN, Raymond. *Enhancing Maritime Security in the Gulf of Guinea*. Strategic Insights VI. Janeiro. 2007. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA520363.pdf> Acesso: 06 Fev. 2023.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: University Press. 1981

GILPIN, Robert. *The Challenge of Global Capitalism: The World Economy in the 21st Century*. Princeton: Princeton University Press. 2018.

GOGIN. GULF OF GUINEA INTERREGIONAL NETWORK. *Friends of the Gulf of Guinea Examine How to Improve Maritime Security*. 2021. Disponível em: <https://www.gogin.eu/en/project-news/information-sharing/friends-of-gulf-of-guinea-discuss-how-to-enhance-maritime-security/> Acesso 27 fev. 2023.

GOLVEIA, Raul; GUTTIERREZ, Margarida. “BRICS Plus”: *A New Global Economic Paradigm in the Making?* Modern Economy 14, 539-550. 2023 Disponível em: [https://www.scirp.org/pdf/me\\_2023051715242799.pdf](https://www.scirp.org/pdf/me_2023051715242799.pdf) Acesso 22 out. 2023.

GRAGNANI, Juiana. *Como a Igreja Universal criou ‘império brasileiro’ na África*. BBC News Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57517577> Acesso 06 Jan. 2024.

GRAHAM, Allison. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydide’s Trap*. Londres: Scribe Publications. 2017.

GRAY, Fred. *Obangame Express Exercise*. U.S. Naval Forces Africa-Europe. 2021. Disponível em: <https://www.africom.mil/image/33631/obangame-express-21-exercise>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GREGORY, Shaun. *French Military in Africa: Past and Present*. African Affairs 99. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/afraf/99.396.435> Acesso 13 fev. 2023.

HANDY, Paul-Simon; DJILO, Félicité. *Chad: a test case for Central Africa’s difficult transitions*. 2021. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/chad-a-test-case-for-central-africas-difficult-transitions> Acesso 14 fev. 2023.

HERBST, Jeffrey. *Crafting Regional Cooperation in Africa*. In: ACHARYA, Amitav e JOHNSTON, Alastair I. *Crafting Cooperations: Regional Institutions in Comparative Perspective*. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2007

HERN, Erin. *Explaining Successes in Africa: Things Don't Always Fall Apart*. Londres: Lynne Rienner Publishers. 2023.

HERZ, John. *Realismo Político e Política*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

HIGGINS, Rosalyn. *The Guiné Gulf and the economic exploitation of West Africa: ecology and globalisation in the eighteenth and nineteenth centuries*. *African Economic History*, v. 33, p. 19-36, 2005.

HOPE, Kempe; CHIKULO, Bornwell. *Corruption and Development in Africa*. Lessons from Country Case Studies. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2000.

HUEBER, Gerald; DUNLOP, Susan. *Africa Partnership Station. Improving Maritime Security Through Collaborative Partnerships*. Warfare Concepts. 2011. Disponível em: [http://livebettermagazine.com/eng/reports\\_studies/pdf/110913\\_APS\\_Article\\_in\\_Naval\\_Forces\\_Magazine.pdf](http://livebettermagazine.com/eng/reports_studies/pdf/110913_APS_Article_in_Naval_Forces_Magazine.pdf). Acesso em: 21 jun. 2023.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster. 2011. p.78.

IISS. *The Military Balance 2023*. International Institute for Strategic Studies. Londres: Routledge. 2023.

INDIA. *INS Tarkash Participates in IBSAMAR VII*. Ministry of Defence. 2022. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1867619> Acesso 03 Jan. 2024.

INTERPOL. *Closing ranks on West African organized crime: more than EUR 2 million seized in Operation Jackal*. INTERPOL, 2023. Disponível em: <https://www.interpol.int/News-and-Events/News/2023/Closing-ranks-on-West-African-organized-crime-more-than-EUR-2-million-seized-in-Operation-Jackal> Acesso: 15 dez. 2023

INTERREGIONAL COORDINATION CENTRE (ICC), *Yaounde Architecture*, 2021. Disponível em: [https://icc-gog.org/?page\\_id=1575](https://icc-gog.org/?page_id=1575). Acesso em: 9 dez. 2023.

ITÁLIA. Marina Militare. *L'Operazione Gabinia*. 2023. Disponível em: [https://www.marina.difesa.it/cosa-facciamo/per-la-difesa-sicurezza/operazioni-in-corso/Pagine/missione\\_gabinia.aspx](https://www.marina.difesa.it/cosa-facciamo/per-la-difesa-sicurezza/operazioni-in-corso/Pagine/missione_gabinia.aspx) Acesso 06 Dez. 2023.

IWANIEK, Krzysztof. *India Does Not Follow 'Arthashastra' in It's Foreign Policy*. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/11/india-does-not-follow-arthashastra-in-its-foreign-policy/> Acesso 22 Nov. 2023.

JINPING, XI. *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialims with Chinese Characteristics fot a New Era*. Discurso proferido durante o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês em 18 de outubro de 2017. Disponível em [https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpnationalcongress/2017-11/04/content\\_3411521\\_2.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpnationalcongress/2017-11/04/content_3411521_2.htm) acesso 20 de Nov. 2023.

JINPING, XI. *Discurso no XX Congresso Nacional da China*. 2022. Disponível em: <http://cpc.people.com.cn/20th/n1/2022/1017/c448334-32546343.html> Acesso 18 Nov. 2023.

JINPING, XI. Palavras de despedida a Vladimir Putin em março de 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/3/22/xi-tells-putin-of-changes-not-seen-for-100> Acesso 16 dez 2023.

KATZENSTEIN, Peter. *Many Wests and Polimorphic Globalism*. In KATZENSTEIN, Peter (ed). *Anglo.America and its Discontents: Civilizational Identities Beyond West and Eats*. Londres: Routledge. 2012.

KEEN, Gary. *OBANGAME, the first ever multination exercise in the Gulf of Guinea. Defense Media Activity – DVIDS*. 2010. Disponível em: <https://www.dvidshub.net/news/45791/obangame-first-ever-multination-exercise-gulf-guinea>. Acesso em: 22 jun. 2023.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press. 1984. p. 46.

KHANA, Sundeep. *Can India be modernized without being westernized?* Mint. 2013. Disponível em: <https://www.livemint.com/Opinion/X4bmlNOEer1jMxpLFT9EjK/Can-India-be-modernized-without-being-westernized.html> Acesso 22 Nov. 2023.

KHANNA, Parag. *These 25 Companies are More Powerful than Many Countries*. Foreign Policy, March 15, 2016. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/03/15/these-25-companies-are-more%E2%80%9F%E2%80%9Fpowerful-than-many-countries-multinational-corporate-wealth-power> Acesso em 19 Dez. 2023.

KISSINGER, Henry. *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*. New York: Penguin Press. 2014. p.195.

KOGBE, Dele. *Rethinking Civil Society Regionalism in Africa. Challenges and Opportunities in Democratic Participation and Peacebuilding in the Post-Ecowas Vision 2020*. Nova Iorque: Routledge. 2023.

KORYBKO, Andrew. *Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach to Regime Change*. Moscou: People's Friendship University of Russia. 2015.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expresso Popular, 2018.

KRAGH, Martin. *Russia's Concept for a "Humanitarian" Policy Abroad*. Stockholm Center for Eastern European Studies. Disponível em: <https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/sceeu/russias-concept-for-a-humanitarian-policy-abroad.pdf> Acesso em 23 Nov. 2023.

KRIEG, Andreas; RICKLI, Jean-Marc. *Surrogate Warfare: the Transformation of War in the Twenty-First Century*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2019.

KROSLAK, Daniela. *France's Policy Towards Africa, Continuity or Change?* In Ian Taylor and Paul Williams, *Africa in International Politics: External Involvement on the Continent*. Londres: Routledge. 2004. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9780203493175-8/france-policy-towards-africa-daniela-kroslak> Acesso 13 fev. 2023.

KUMAR, Ranjit. *INS Sumedha is on a Grand Mission to African Coast*. ABP Live. 2023. Disponível em: <https://news.abplive.com/india-at-2047/ins-sumedha-is-on-a-grand-mission-to-african-coast-exercise-bright-star-2023-sagar-initiative-india-africa-ties-abpp-1650460> Acesso 24 Dez. 2023.

KUPCHAN, Charles. *No One's World: The West, the Rising Rest, and the Coming Global Turn*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2012.

LAIDI, Zaki. *The Superpowers and Africa: The Constraints of a Rivalry 1960-1990*. Chicago: University of Chicago Press. 1990.

LANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted Warfare*. 1999. p.55. Pequim: PLA Literature and Arts Publishing House.

LEONARD, Mark. *China is Ready for a World Disorder: America is not*. Foreign Affairs. Nova York: Council on Foreign Relations, 2023. V. 102, n.2, p. 98-108. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/china-ready-world-disorder> Acesso: 04 ago. 2023.



LISS, C. (2020). *Non-state Actors in the Maritime Domain: Non-state Responses to Maritime Security Challenges*. Em L. Otto (Ed.), *Global Challenges in Maritime Security - An Introduction* (pp. 211-228). 2020. Cham, Switzerland: Springer.

LIU, Fenghua. *Russia's Foreign Policy Over the Past Three Decades: Change and Continuity*. De Gruyter. Disponível em <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/cjss-2022-0004/html> acesso 22 Nov 2023.

MACHADO, Arthur. *A Lógica da Segurança no Projeto de América do Sul: Componentes do Regionalismo Brasileiro*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n.2 p. 29-47. 2011. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/322/246> Acesso em 30 Nov. 2023.

MACKINDER, Harold John. *El pivote geografico de la Historia*. In Rattenbach. *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar. 1975.

MADSEN, Wayne. *Soros: Quantum of Chaos*. Raleigh: Lulu.com. 2015

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence os Sea Power Upon History: 1660-1783*. New York: Dover. 1987.

MALULEKU, Leleti; BENNETT, Monique. *Coups in West Africa – a critical analysis of AU and ECOWAS responses*. Good Governance Africa. 2022. Disponível em: <https://gga.org/coups-in-west-africa-a-critical-analysis-of-au-and-ecowas-responses/> Acesso 22 out. 2023.

MARCONDES, Danilo. *O Brasil de Volta à África? Desafios e Oportunidades para o Engajamento Brasileiro com o Continente Africano*. CEBRI-Revista. 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/126/180> Acesso 10 Jan. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

MARTIN, André Roberto. *Qual é o nosso “bloco”? O Brasil Procura o Seu Lugar no Mundo*. SCARLATO, F; SANTOS, M; SOUZA, M; ARROY, M (Orgs.). *Globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MATTOS, Carlos de MEIRA. *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro. Bibliex. 2002. 149 p.

MAUNY, R. *Tableau Géographique de l'Ouest African au Moyen Age d'après les Sources écrites, la Tradition et l'Archéologie*. Amsterdam: Swets et Zeitlinger. 1967.

MBEVA, Kennedy; et al. *Africa's Right to Development in a Climate-Constrained World*. Cham: Palgrave Macmillan. 2023.

MCKEOWN, Robert. *Assessing Military Capability: More than just counting guns*. Proceedings. Vol. 148/12/1,438. 2022. Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/2022/december/assessing-military-capability-more-just-counting-guns?s=09> Acesso 16 Dez 2023.

MCGLADE, P; et al. *The Gulf of Guinea Large Marine Ecosystem: Environmental Forcing and Sustainable Development of Marine Resources*. Amsterdam: Elsevier. 2002.

MDAT-GoG. (2021). *Maritime Domain Awareness Trade - Gulf of Guinea*. 2021. Disponível em: <https://gog-mdat.org/home> Acesso 11 nov. 2023.

MENON, Shivshankar. *Kautilyan Approach Useful in Multi-Polar World*. Discurso de abertura do seminário sobre Kautilya, organizado pelo Instituto de Análise e Estudos de Defesa (IDSA) em 09 de abril de 2014. Disponível em <https://www.idsa.in/pressrelease/KautilyanApproachUsefulinMultiShivshankarMenon> Acesso 22 de Nov. 2023.

MEARSHEIMER, John. *Why We Will Soon Miss the Cold War*. The Atlantic Monthly, Vol. 266, No 2. Ago. 1990. Disponível em: <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/07/A0014.pdf> Acesso 20 Dez. 2023.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação? Lua Nova, São Paulo, v. 3, n. 3, mar. 1987. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451987000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2023.

MURPHY, Dawn. *China's Rise in the Global South*. The Middle East, Africa, and Beijing's Alternative World Order. Stanford: Stanford University Press. 2022.

NANTULYA, Paul. *China's "Military Political Work" and Professional Military Education in Africa*. Africa Center for Strategic Studies. 2023. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/china-pla-military-political-work-pme-africa/> Acesso 19 fev. 2024.

NAVAF. *SeaVision Maritime Risk Trends in the Gulf of Guinea 2021*. Defense Threat Reduction Agency. U.S. Naval Forces Europe/Africa. 2021a. Documento compartilhado pelo responsável pela CSM da NAVAF e coordenador do *SeaVision* durante a Operação *Obangame Express*. Acervo do autor.

NAVAF. *SeaVision Login Report march 2021*. U.S. Naval Forces Europe/Africa. 2021b. Documento compartilhado pelo responsável pela CSM da NAVAF e coordenador do *SeaVision* durante a Operação *Obangame Express*. Acervo do autor.

NETBLOCKS. *Guinea Blocks Social Media on Eve of Elections*. 2020. Disponível em: <https://netblocks.org/reports/guinea-blocks-social-media-on-eve-of-elections-ryb3m87> Acesso 09 Dez. 2023.

NETO, Octávio. *Da Unasul para o Prosul: A Visão do Estado de Direito e o Regionalismo Latino-Americano*. Conjuntura Global 9 (1), 2020. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/72773/40997> Acesso em 01 Dez. 2023.

NIMASA. *President Buhari Launches Deep Blue Project in Lagos*. Nigerian Maritime Administration and Safety Agency. 2021. Disponível em: <https://nimasa.gov.ng/president-buhari-launches-deep-blue-project-in-lagos/> Acesso 02 Jan. 2024.

NKUMBE, Enongene; NJIE, Makolo. *Explaining the Absence of a Regional Hegemon in the Central African Sub-region*. Central European Journal of International and Security Studies. Vol 15, n4, pag 32-47. 2021. Disponível em: <https://cejiss.org/explaining-the-absence-of-a-regional-hegemon-in-the-central-african-sub-region> Acesso 27 out. 2023.

NWANGWU, K. I. C. *Implementation of the Yaounde Code of Conduct and Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea*. Department of Political Science, University of Nigeria, Nsukka. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/234674777.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. *Power and Interdependence*. 1. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

NYE, Joseph. *Soft Power*. Foreign Policy. No 80. 153-171. 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1148580> Acesso 18 Dez. 2023.

NYE, Joseph. *Is America an Empire?* Project Syndicate. Jn 26. 2004. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/is-america-an-empire> Acesso 19 Dez 2023.

NYE, Joseph. *The Future of American Power: Dominance and Decline in Perspective*. Foreign Affairs 89/6. Nov/Dec 2010. Disponível em: <https://commons.wvc.edu/jminharo/pols203/Articles%20to%20Choose%20From/The%20Future%20of%20American%20Power.pdf> Acesso 19 Dez 2023.

NYE, Joseph. *Will the Liberal Order Survive? The History of an Idea*. Foreign Affairs 96, no. 1 Janeiro / Fevereiro. 2017.

OBI, C; RUSTAD, S. *Oil and Insurgency in the Niger Delta: Managing the Complex Politics of Petro-violence*. Londres: Zed Books. 2011.

OGBEMUDIA, A. F., & KOUASSI, C. N. (2021). *Niger-Delta Avengers, Small Arms and Light Weapons Proliferation and Its Potential Threat to Nigerian Security: Which Way Forward?* Indiana Journal of Humanities and Social Sciences, 2(8), 47-55. Disponível em: <https://indianapublications.com/Journals/IJHSS> Acesso 15 Dez. 2023.

OHI. *Limits of Ocean and Seas*. Draft 4th. Edição 2002. Cap.1.

OIF. *Festival Panafricain du Cinéma et de la Television de Ouagadougou (FESPACO)*. Organização Internacional de Francofonia. 2023. Disponível em: [https://www.francophonie.org/sites/default/files/2023-02/FESPACO\\_Brochure\\_2023.pdf](https://www.francophonie.org/sites/default/files/2023-02/FESPACO_Brochure_2023.pdf) Acesso 24 Dez 2023.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; PIGEON, Maisie. *Stable Seas: Gulf of Guinea* [Episódio de Podcast]. Em Samuelson, Jared (Host). *Sea Control*. Disponível em: <https://cimsec.org/sea-control-193-stable-seas-gulf-of-guinea-with-dr-ifesinachi-okafor-yarwood-and-maisie-pigeon/> Acesso 22 Nov. 2023.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; ONUOHA, Freedom. *Os Oceanos da África são Protegidos para Servir aos Interesses de Grandes Empresas Estrangeiras*. The Conversation. 2023. Disponível em: <https://theconversation.com/les-oceans-dafrique-sont-proteges-pour-servir-les-interets-des-grandes-entreprises-etrangeres-204705> Acesso 11 nov. 2023.

OKORONKWO, Chijioko. *New pathway to Nigeria-Cote d'Ivoire bilateral relations*. Pulse. 2021. Disponível em: <https://www.pulse.ng/business/new-pathway-to-nigeria-cote-divoire-bilateral-relations/ercwmz7> Acesso 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Ricardo. *Oil and Politics in Gulf of Guinea*. Londres: Hurst. 2007.

ONDO, Mane. *Emergence of the Gulf of Guinea in the Global Economy: Prospects and Challenges*. IMF Working Paper. 2005. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05235.pdf> Acesso 07 Fev. 2023.

ONU. *Declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Resolução 41/11*. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123188> Acesso 12 Dez. 2023.

ONU. Conselho de Segurança. *Resolução 2018. Pirataria e Segurança na África*. Reunião 6645 do Conselho. 2011. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2018> Acesso 07 Fev. 2023.

ONU. Conselho de Segurança. *Resolução 2039. Consolidação da Paz na África Ocidental*. Reunião 6727 do Conselho. 2012. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2039> Acesso 07 Fev. 2023.

ONU, *World Population Prospects*. 2019. Disponível em: [https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Feb/un\\_2019\\_wpp\\_databooklet.pdf](https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Feb/un_2019_wpp_databooklet.pdf) Acesso 23 fev. 2023.

ONU, *UN System*. 2023a. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-system> acesso 22 Nov. 2023.

ONU. *Atividades do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Saara: relatório do Secretário-Geral*. Nova York, 2023b. (S/2023/490, Conselho de Segurança). Disponível em: [https://unowas.unmissions.org/sites/default/files/s\\_2023\\_490\\_sg\\_report\\_eng\\_june\\_2023\\_0.pdf](https://unowas.unmissions.org/sites/default/files/s_2023_490_sg_report_eng_june_2023_0.pdf) Acesso em: 12 Dez. 2023

ONUOHA, Freedom. *The Geo-Strategy of Oil in the Gulf of Guinea*. Implications for Regional Stability. *Journal of Asian and African Studies* 45. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0021909610364779> Acesso 06 fev. 2023.

OSEMEKA, Irene. *The Management of Religious Diversity in West Africa: The Exceptionalism of the Wolof and Yoruba in the Post-Independence Period*. *História Actual Online*. Fev. 2014.

OSF. *Open Society Foundation. Africa*. 2023. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/what-we-do/regions/africa> Acesso 06 Dez. 2023.

OSINBAJO, Yemi. *2nd Bi-National Commission: Nigeria, Cote D'Ivoire Set New Impetus For Private Sectors Collaboration*. The Office of the Vice-President. 2021. Disponível em: <https://www.yemiosinbajo.ng/2nd-bi-national-commission-nigeria-cote-divoire-set-new-impetus-for-private-sectors-collaboration/> Acesso 22 out. 2023.

PACCI. Pan African Chamber of Commerce and Industry. *Economic Community of Central African State – ECCAS*. 2023. Disponível em: <https://www.pacci.org/economic-community-of-central-african-states-eccas/> Acesso 13 fev. 2023.

PALUMBO, Matt. *The Man Behind the Curtain: Inside the Secret Network of George Soros*. Nova Iorque: Post Hill Press. 2022.

PAQUETTE, Danielle. *Nigeria Suspends Twitter After the Social Media Platform Freezes President's Account*. *The Washington Post*. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2021/06/04/nigeria-suspends-twitter-buhari/> Acesso 09 Dez. 2023.

PARENTI, Michael. *To Kill a Nation: The Attack on Yugoslavia*. Londres: Verso. 2020. Pag. 21.

PAULINUS, Aidoghie. *Regional Integration: Nigeria, Cote d' Ivoire meet over reform of ECOWAS*. Independent. 2021. Disponível em: <https://blog.independent.ng/index.php/2021/09/24/regional-integration-nigeria-cote-divoire-meet-over-reform-of-ecowas/> Acesso 22 out. 2023.

PEREIRA, Yuri; SANTOS, Eduardo. *As Contribuições Brasileiras Contra a Pirataria no Golfo da Guiné*. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. REST. V 14. N 27, jan-jun. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. *Religious Composition by Country, 2010-2050*. 2015. Disponível em: [https://www.pewresearch.org/religion/wp-content/uploads/sites/7/2015/04/Religious\\_Composition\\_by\\_Country\\_2010-2050.xlsx](https://www.pewresearch.org/religion/wp-content/uploads/sites/7/2015/04/Religious_Composition_by_Country_2010-2050.xlsx) Acesso 20 de fev. 2023.

PORTER, Anna. *Buying a Better World: George Soros and Billionaire Philanthropy*. Toronto: Thomas Allen Publishers. 2014.

POSEN, Barry. *From Unipolarity to Multipolarity: Transition in sight?* In: IKENBERRY, G.; MASTANDUNO, M.; WOHLFORTH, W. (Eds.). *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 317-341.

PUTIN, Vladimir. *Discurso e Debate na Conferência de Políticas de Segurança de Munique*. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034> Acesso 28 Nov. 2023.

PUTIN, Vladimir. *A Plea for Caution from Russia*. What Putin Has to Say to Americans About Syria. New York Times. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/09/12/opinion/putin-plea-for-caution-from-russia-on-syria.html> Acesso 29 Nov. 2023.

PUTIN, Vladimir. *Signing of Treaties on Accession of Donetsk and Lugansk People's Republic and Zaporozhye and Kherson Regions to Russia*. President of Russia. Discurso proferido em 30 de setembro de 2022 em Moscou pelo Presidente da Federação Russa. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/69465> Acesso em 02 Dez 2023.

PWC. *World in 2050. The Long View: How will the Global Economic Order Change by 2050*. Price Water House Coopers LLP. 2013. Disponível em: <http://www.pwc.com/gx/en/world-2050/assets/pwc-the-world-in-2050-full-report-feb-2017.pdf> Acesso em 07 set. de 2023.

RAY, Charles. *South Africa's Naval Exercise with China and Russia: Cause for Concern?* Foreign Policy Research Institute. 2023. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2023/04/south-africas-naval-exercises-with-china-and-russia-cause-for-concern/> Acesso 19 fev. 2024.

RAMANI, Samuel. *Russia in Africa: Resurgent Great Power or Bellicose Pretender?* Nova Iorque: Oxford University Press. 2023.

READER, J. *Africa: A Biography of the Continent*. Londres: Penguin Books. 1998.

RIBEIRO, Victor; et al. *Boletim Geocorrente Especial Golfo da Guiné*. Boletim Geocorrente. Edição Especial junho 2022. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br\\_egn/files/BG%20Especial%20-%20GoG.pdf](https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br_egn/files/BG%20Especial%20-%20GoG.pdf). Acesso 12 nov. 2023.

RIZZI, Kamilla. *A Cooperação em Defesa na CPLP: o papel do Brasil*. Conferência: A Geopolítica do Brasil no Mundo Global. Instituto Universitário Militar. 2022. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/6893/1/Kamilla%20Raquel%20Rizzi%20-%202022.pdf> Acesso 28 out. 2023.

RODRIGUES, Roberto. *Peace Operations in West Africa: ECOWAS Successes and Failures in Liberia, Sierra Leone, Cote d'Ivoire, Guinea and Guinea-Bissau*. World Mediation Organization. Disponível em <https://worldmediation.org/peace-operations-in-west-africa-ecowas-successes-and-failures-in-liberia-sierra-leone-cote-divoire-guinea-and-guinea-bissau/> Acesso out. 2023.

ROBERTS, Susan. *Development Capital: USAID and the Rise of Development Contractors*. Annals of the Association of American Geographers. 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00045608.2014.924749?needAccess=true> Acesso 06 Dez. 2023.

ROBINSON, David. *Muslim Societies in African History*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004.

RUMER, Eugene. *The Primakov (Not Gerasimov) Doctrine in Action*. The Return of Global Russia. Carnegie Endowment for International Peace. 2019. Disponível em: [https://carnegieendowment.org/files/Rumer\\_PrimakovDoctrine\\_final1.pdf](https://carnegieendowment.org/files/Rumer_PrimakovDoctrine_final1.pdf) Acesso 29 Nov. 2023.

RUSSIA. *The Foreign Policy Concept of The Russian Federation*. 2000. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.bits.de/EURA?russia052800.pdf&ved=2ahUKEwiV-OTdi8T7AhU2g\\_0HHU-OB1wQFnoECCUQAQ&usq=AOvVaw1YCCaUfY7AM1YIGXZKoU3H](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.bits.de/EURA?russia052800.pdf&ved=2ahUKEwiV-OTdi8T7AhU2g_0HHU-OB1wQFnoECCUQAQ&usq=AOvVaw1YCCaUfY7AM1YIGXZKoU3H) Acesso em 23 Nov. 2023.

RUSSIA. *The Foreign Policy Concept of The Russian Federation*. 2008. Disponível em: [https://russiaeu.ru/userfiles/file/foreign\\_policy\\_concept\\_english.pdf&ved=2ahUKEwjz\\_Oi73cP7AhU7\\_7sIHcezCF0QFnoECAoQAQ&usq=AOvVaw18LrTvTEV-C0\\_c8kxaxL7Z](https://russiaeu.ru/userfiles/file/foreign_policy_concept_english.pdf&ved=2ahUKEwjz_Oi73cP7AhU7_7sIHcezCF0QFnoECAoQAQ&usq=AOvVaw18LrTvTEV-C0_c8kxaxL7Z) Acesso em 23 Nov. 2023.

SAGNO, Geneviève. *FESPACO 2021: les grandes tendances de la 27e édition*. BBC Afrique. Disponível em: <https://www.bbc.com/afrique/region-58905172> Acesso 21 dez 2023.

SBMINTEL. *Chart of The Week: Foreign Military Presence in Africa*. 2023. Disponível em: <https://www.sbmintel.com/2023/08/chart-of-the-week-foreign-military-presence-in-africa-2/> Acesso 04 Jan. 2024.

SCOVAZZI, Tulio. *The Evolution of International Law of the Sea: New Issues, New Challenges*. em: Collected Courses of the Hague Academy of International Law. 2000. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1163/1875-8096\\_pplrhc\\_A9789041116079\\_02](http://dx.doi.org/10.1163/1875-8096_pplrhc_A9789041116079_02) Acesso 08 Fev. 2023.

SEAVISION, 2021. Disponível em: <https://SeaVision.volpe.dot.gov/> Acesso em: 09 dez. 2023.

SEYLE, C., & Madsen, J. V. *Non-State Actors in Maritime Security*. Em Chapsos, I. & Kitchen, C. *Strengthening Maritime Security Through Cooperation*. 122 publication of Nato Science for Peace and Security Series. 2015.

SHARMA, Saloni. *Should India be Renamed as Bharat?* Neolexvision Blogs. 2021. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN\\_ID3788766\\_code4489530.pdf?abstractid=3788766&mirid=1](https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID3788766_code4489530.pdf?abstractid=3788766&mirid=1) Acesso em 07 Set. 2023.

SHINN, David; EISENMAN, Joshua. *China's Relations with Africa: A New Era of Strategic Engagement*. Nova Torque: Columbia University Press. 2023.

SHLAPENTOKH, Dmitry. *Dugin Eurasianism: a window on the mind of the Russian elite or na intellectual ploy*. *Studies in East European Thought*. 2007. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11212-007-9030-y> Acesso em 28 Nov. 2023.

SILVA, Marcos. *Brazil and China Interests in Atlantic Africa: Convergences, Divergences and Opportunities for Cooperation Inside the BRICS Forum Framework*. In: *Journal of China and International Relations*, v. 1, p. 98-132, 2020. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/4241> Acesso em: 28 jun. 2023.

SOHN, Kathi A. *The Global Fleet Station – A Powerful Tool for Preventing Conflict*. *Naval War College*. 2009. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=708683>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SOUZA, Tamires; Schwether, Natalia. *Um Novo Despertar para a África, A Fronteira Oriental Brasileira: o Caso dos Fuzileiros Navais na Namíbia*. *Revista da Escola de Guerra Naval*. v. 20, n.2, p. 435-453, jul/dez. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. 2014.

SPYKMAN, Nicholas. *America's Strategy in World Politics: the United States and the Balance of Power*. New York: Harcourt, Brace and Company. 1942.

STAHL, Anna. *EU-China-Africa Trilateral Relations in a Multipolar World*. Londres: Macmillan Publishers. 2018

STEINBECK, Randle. *U. S. Forces in Africa. Harvard Model Congress*. Boston. 2021. Disponível em: [https://static1.squarespace.com/static/5cb7e5637d0c9145fa68863e/t/5f71188b2a3e222b3d50d918/1601247373916/Senate\\_SCI\\_1.pdf](https://static1.squarespace.com/static/5cb7e5637d0c9145fa68863e/t/5f71188b2a3e222b3d50d918/1601247373916/Senate_SCI_1.pdf). Acesso em: 05 maio 2023.

TAGZIRIA, Lyes; LUGO, Lucia. *2023 West Africa Organised Crime Resilience Framework: Assessing threats and resilience - Foundational report*. ECOWAS Commission. 2023. Disponível em: <https://reliefweb.int/attachments/2c37dfbd-5511-48cd-be3f-70251155f4a3/2023-11-28-ocwar-t-resilience-foundational-report.pdf> Acesso 27 Dez 2023.

TINGYANG, Zhao. *All Under Heaven: The Tianxia System for a Possible World Order*. Tradução HARROFF. Joseph. University of California Press. 2021. Publicado em idioma original em 2005.

TOFFLER, A; TOFFLER, H. *War and Anti-war: survival at the dawn of the 21st century*. Londres: Little Brown. 1993.

TOSTA, Otavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1984.

TOWNSEND, Stephen. *Declaração perante o Comitê dos Serviços Militares do Senado Estadunidense em 30 de janeiro de 2020*. Disponível em: [https://www.armedservices.senate.gov/imo/media/doc/Townsend\\_01-30-20.pdf](https://www.armedservices.senate.gov/imo/media/doc/Townsend_01-30-20.pdf). Acesso em: 05 maio 2023.

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL. *Corruption Perceptions Index*. 2021. Disponível em: [https://images.transparencycdn.org/images/CPI2021\\_Report\\_EN-web.pdf](https://images.transparencycdn.org/images/CPI2021_Report_EN-web.pdf) Acesso 21 fev. 2023.

TRENIN, Dmitri. *The End of Eurasia: Russia on the boarder between geopolitics and globalization*. Moscow: Carnegie Endowment for International Peace, 2001.

TSIKATA, Fui. *The Ghana-Côte D'Ivoire Maritime Boundary Dispute: a View from the Ghana Side*. In: ACHEAMPONG, Theophilus; STEPHENS, Thomas. *Petroleum Resource Management in Africa. Lessons from Ten Years of Oil and Gas Production in Ghana*. Cham: Palgrave Macmillan. 2022.

UMAP. *Architecture de Yaoundé*. Disponível em: [https://umap.openstreetmap.fr/fr/map/architecture-de-yaounde\\_342560#4/0.57/18.46](https://umap.openstreetmap.fr/fr/map/architecture-de-yaounde_342560#4/0.57/18.46). Acesso em: 23 fev. 2023.

UNIÃO AFRICANA. *Regional Economic Communities (RECs)*. 2023a. Disponível em: <https://au.int/en/organs/recs> Acesso 14 fev. 2023.

UNIÃO AFRICANA. *Economic Community of Central African States (ECCAS)*. 2023b. Disponível em: <https://au.int/sw/node/131> Acesso 26 out. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. *EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea*. 2021a. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea_en) Acesso 23 fev. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. *Gulf of Guinea: Council conclusions launching the pilot case for the Coordinated Maritime Presences concept* Conselho da União Europeia. 2021b. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/01/25/gulf-of-guinea-council-conclusions-launching-the-pilot-case-for-the-coordinated-maritime-presences-concept/> Acesso 24 Dez. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. *A Strategic Compass for Security and Defence – For a European Union that protects its citizens, values and interests and contributes to international peace and security*. 2022a. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/en/pdf> Acesso em 22 de Nov. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. *Council Conclusions Extending and Enhancing the Implementation of the Coordinated Maritime Presences Concept in the Gulf of Guinea*. Conselho da União Europeia. 2022b. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/54436/st06256-en22.pdf> Acesso 24 Dez. 2023.

UNODC-GMCP. *Pirates of the Niger Delta II*. Programa Global de Crimes Marítimos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. 2023. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/Maritime\\_crime/UNODC\\_GMCP\\_Pirates\\_of\\_the\\_Niger\\_Delta\\_Part\\_2.pdf](https://www.unodc.org/documents/Maritime_crime/UNODC_GMCP_Pirates_of_the_Niger_Delta_Part_2.pdf) Acesso 02 Jan. 2024.

USAID. *About Us*. 2023. Disponível em: <https://www.usaid.gov/about-us#:~:text=USAID%20leads%20international%20development%20and,help%20people%20progress%20beyond%20assistance>. Acesso 22 nov. 2023.

USNEWS. *These Countries Have the Most Influential Cultures*. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/best-countries/rankings/influential-culture> Acesso 19 fev. 2024.

VAN EVERA, Stephen. *Guide to Methods for Students of Political Science*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1997. 1ª Edição.

VIOLANTE, Alexandre. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: uma nova arquitetura de defesa brasileira no golfo da guiné. *Janus.net, e-journal of international relations*. Vol 12, 2Nº 2, Novembro 2021-Abril 2022. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5247/2/vol12-n2-art08.pdf> Acesso 11 nov. 2023.

XINYING, Wang. *China's Aid, Trade and Investment to Africa: Interaction and Coordination*. Nova Iorque: Routledge. 2023.

WALKER, Brett. *Ten Years of History and Lessons in West African Navy Manuevers. Defense Media Activity – DVIDS*. 2019. Disponível em: <https://www.dvidshub.net/news/316587/ten-years-history-and-lessons-west-african-navy-manuevers>. Acesso em: 22 jun. 2023.

WALKER, Christopher; LUDWIG, Jessica. *The Meaning of Sharp Power: How Authoritarian States Project Influence*. Foreign Affairs. Novembro. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power> Acesso 20 nov. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: an Introduction*. Durham. Duke University Press. 2004.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley. 1979.

WEBBER, Max. *Politics as a Vocation, in Seletions in Translation, ed. Runciman, traducao Mathews, Eric*. Cambridge: Cambridge University Press. 1978. Pag. 220.

WILLIAMS, Phil. *Violent Non-State Actors and National and International Security*. International Relations ans Security Network (ISN). Swiss Federal Institute of Technology. 2008. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/93880/VNSAs.pdf> Acesso 19 Dez. 2023.

WHITEHOUSE, D. *Nigeria's Navy Nervous About Uptick in Piracy and its Impact on the Country's Reputation. The Africa Report*. 2021. Disponível em: <https://www.theafricareport.com/74170/nigerias-navy-nervous-about-uptick-inpiracy-and-its-impact-on-the-countrys-reputation7> Acesso 11 nov. 2023.

WOHLFORTH, William. *The Stability of a Unipolar World*. International Security 24/1. 1999.

WOMACK, Brantly. *China's Future in a Multinodal World Order*. Pacific Affairs, 87:2, 256-84. 2014.

WOO, Ryan. *Chinese Navy Makes Rare Foray Into West With Nigeria Visit*. Reuters. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/chinese-navy-makes-rare-foray-into-west-africa-with-nigeria-visit-2023-07-03/> Acesso 19 fev. 2024.

ZAKARIA, Fareed. *The Post-American World*. Norton. 2008. p.242.

ZUFLE, Simon. *The Political Economy of China's Belt and Road Iniciative in East Africa*. Wiesbaden: Springer. 2023.